

2
0
1
2

PRESTAÇÃO DE CONTAS
- RELATÓRIO DE GESTÃO

maia
CÂMARA MUNICIPAL

CÂMARA MUNICIPAL

PRESIDENTE DA CÂMARA MUNICIPAL DA MAIA
António Gonçalves Bragança Fernandes

VICE - PRESIDENTE DA CÂMARA MUNICIPAL DA MAIA
António Domingos Silva Tiago

VEREADORA
Ana Miguel Ferreira da Silva Vieira de Carvalho

VEREADOR
Mário Nuno Alves de Sousa Neves

VEREADOR
Paulo Fernando de Sousa Ramalho

VEREADORA
Marta Moreira de Sá Peneda

VEREADOR
Manuel Marques Nogueira dos Santos

VEREADOR
Hernâni Avelino da Costa Ribeiro

VEREADOR
Mário José Gomes Gouveia

VEREADOR
José Manuel Santos Correia

VEREADORA
Maria Inês Loureiro Rodrigues

2012

RELAÇÃO NOMINAL DOS RESPONSÁVEIS

maia
CÂMARA MUNICIPAL

2012

ÍNDICE

maia
CÂMARA MUNICIPAL

INTRODUÇÃO	8
PARTE I - RELATÓRIO DE GESTÃO INDIVIDUAL	13
ANÁLISE ORÇAMENTAL.....	14
EXECUÇÃO GLOBAL DO ORÇAMENTO.....	15
ORÇAMENTO INICIAL VERSUS FINAL E EXECUÇÃO.....	16
ALTERAÇÕES E REVISÕES AO ORÇAMENTO.....	18
RELAÇÃO ENTRE RECEITA E DESPESA	22
Evolução dos Fluxos Monetários	22
Poupança Corrente	23
Equilíbrio Orçamental em sentido substancial	24
Fontes de Financiamento do Investimento.....	25
FLUXOS DE CAIXA E CONTAS DE ORDEM.....	27
Fluxos de Caixa	27
Contas de Ordem	30
EXECUÇÃO ORÇAMENTAL DA RECEITA	32
ANÁLISE GLOBAL DA RECEITA.....	33
RECEITAS PRÓPRIAS	35
Impostos Diretos.....	37
Impostos Indiretos e Taxas, Multas e Outras Penalidades	38
Venda de bens e Prestações de serviços Correntes	40
RECEITAS LIQUIDADAS E NÃO COBRADAS	41
TRANSFERÊNCIAS.....	42
Fundos Municipais	48
Resumo das Transferências e Projectos Cofinanciados	49
PASSIVOS FINANCEIROS	54
EXECUÇÃO ORÇAMENTAL DA DESPESA.....	55
ANÁLISE GLOBAL DA DESPESA	56
DESPESAS DE FUNCIONAMENTO.....	59
Despesas com Pessoal.....	61
Limitações às despesas com pessoal	65
Estrutura Orgânica	66
Aquisição de Serviços a Particulares	67
Despesas com Aquisição de Bens e Serviços	68
TRANSFERÊNCIAS CORRENTES.....	74
INVESTIMENTO GLOBAL	77
Investimento Direto.....	78
Transferências de Capital	87
Ativos Financeiros	89
GRANDES OPÇÕES DO PLANO	90
Funções Gerais	93
Funções Sociais	94
Funções Económicas	97
Outras Funções	99

ANÁLISE DA DÍVIDA DO MUNICÍPIO.....	100
ENQUADRAMENTO	101
ENDIVIDAMENTO – STRICTO SENSU.....	102
DÍVIDA GLOBAL	103
DÍVIDA DE MÉDIO E LONGO PRAZO	105
Serviço de Dívida	107
Composição da Dívida de Médio e Longo Prazo no Fim da Gerência	110
Previsão da Dívida de Médio e Longo Prazo no Fim do Ano de 2012	111
DÍVIDA DE CURTO PRAZO	112
ENDIVIDAMENTO – Lato Sensu	116
LIMITES LEGAIS DE ENDIVIDAMENTO MUNICIPAL	118
ENTIDADES RELEVANTES PARA OS LIMITES LEGAIS.....	119
LIMITE À CONTRATAÇÃO DE EMPRÉSTIMOS	124
Limite dos Empréstimos de Curto Prazo.....	124
Limite dos Empréstimos de Médio e Longo Prazo	124
LIMITE AO ENDIVIDAMENTO LÍQUIDO MUNICIPAL.....	128
ANÁLISE ECONÓMICO-FINANCEIRA	133
BALANÇO	134
ATIVO	135
Imobilizado.....	135
Circulante.....	138
Acréscimos e Diferimentos Ativos	139
PASSIVO	141
Dívidas a Terceiros	141
Acréscimos e Diferimentos Passivos	143
FUNDOS PRÓPRIOS	144
DEMONSTRAÇÃO DE RESULTADOS.....	145
PROPOSTA DE APLICAÇÃO DO RESULTADO LÍQUIDO DO EXERCÍCIO	151
INDICADORES DE GESTÃO.....	153
INDICADORES ORÇAMENTAIS	154
INDICADORES ECONOMICO PATRIMONIAIS	157
ANEXOS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS	159
INTRODUÇÃO.....	160
8.1 – CARATERIZAÇÃO DA ENTIDADE	160
8.1.1. Identificação	160
8.1.2. Legislação	161
8.1.3. Estrutura Organizacional Efetiva	161
8.1.4. Descrição Sumária das Atividades.....	161
8.1.5. Recursos Humanos.....	161
8.1.6. Organização Contabilística.....	162
8.1.7. Outras informações relevantes	163
NOTAS AO BALANÇO E DEMONSTRAÇÃO DE RESULTADOS.....	164
8.2 – NOTAS AO BALANÇO E À DEMONSTRAÇÃO DE RESULTADOS	165
Nota 8.2.1 – Derrogação das disposições do POCAL.....	165
Nota 8.2.2 – Valores Comparativos	165
Nota 8.2.3 – Critérios valorimétricos	165
Nota 8.2.6 – Comentário às contas 43.1 «Despesas de Instalação» e 43.2 «Despesas de Investigação e Desenvolvimento»	166

Nota 8.2.7 – Movimentos ocorridos nas rubricas do ativo imobilizado e nas respetivas amortizações e provisões	166
Nota 8.2.8 – Desagregação de cada uma das rubricas dos mapas antecedentes	166
Nota 8.2.14 – Relação dos bens do imobilizado que não foi possível valorizar, com indicação das razões dessa impossibilidade	166
Nota 8.2.15 – Identificação dos bens de domínio público que não são objeto de amortização e indicação das respetivas razões	167
Nota 8.2.16 – Identificação das Entidades Participadas	167
Nota 8.2.18 – Discriminação da Conta «Outras aplicações financeiras»	168
Nota 8.2.22 – Valor global das dívidas de cobrança duvidosa incluídas em cada uma das rubricas de dívidas de terceiros constantes do balanço	168
Nota 8.2.26 – Descrição desagregada das responsabilidades, por garantias e cauções prestadas e recibos para cobrança de acordo com o mapa respetivo.....	168
Nota 8.2.27 – Desdobramento das contas de provisões acumuladas.....	169
Nota 8.2.28 – Explicitação e justificação dos movimentos ocorridos no exercício de cada uma das contas da classe 5 – Fundo Patrimonial	171
Nota 8.2.29 –Demonstração do custo das mercadorias vendidas e das matérias consumidas.....	172
Nota 8.2.31 – Demonstração dos resultados financeiros	173
Nota 8.2.32 – Demonstração dos resultados extraordinários	174
NOTAS AO PROCESSO ORÇAMENTAL E RESPETIVA EXECUÇÃO	176
8.3 – NOTAS AO PROCESSO ORÇAMENTAL E RESPETIVA EXECUÇÃO	177
Nota 8.3.1 – Modificações ao orçamento.....	177
Nota 8.3.2 – Modificações ao plano plurianual de investimentos	177
Nota 8.3.6 – Endividamento.....	177
CERTIFICAÇÃO LEGAL DAS CONTAS INDIVIDUAIS	178
PARTE II – RELATÓRIO DE GESTÃO CONSOLIDADO	183
PERÍMETRO DE CONSOLIDAÇÃO	185
CARACTERIZAÇÃO DAS ENTIDADES INCLuíDAS NO PERÍMETRO DE CONSOLIDAÇÃO	188
1. Serviços Municipalizados de Eletricidade, Água e Saneamento da Maia	189
2. Maiambiente – Empresa Municipal do Ambiente, E.M	189
3. Empresa Metropolitana de Estacionamento da Maia, E.M.....	189
4. Academia de Artes da Maia – Produções Culturais, E.M.....	190
5. Conservatório de Música da Maia, CMM Sociedade Unipessoal, Lda.	190
6. Empresa Espaço Municipal – Renovação Urbana e Gestão do Património, E.M.	190
ANÁLISE ECONÓMICO-FINANCEIRA DA ATIVIDADE CONSOLIDADA	191
BALANÇO CONSOLIDADO	192
ATIVO	194
Imobilizado.....	194
Circulante.....	195
Acréscimos e diferimentos ativos	197
PASSIVO	198
Dívidas a Terceiros	198
Acréscimos e Diferimentos passivos	200
FUNDOS PRÓPRIOS	201
DEMONSTRAÇÃO CONSOLIDADA DE RESULTADOS	202
INDICADORES DE GESTÃO DA ATIVIDADE CONSOLIDADA.....	206

ANEXOS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONSOLIDADAS FINANCEIRAS	209
NOTAS AO BALANÇO CONSOLIDADO E À DEMONSTRAÇÃO CONSOLIDADA DE RESULTADOS.....	210
8.2 – NOTAS AO BALANÇO CONSOLIDADO E À DEMONSTRAÇÃO DE RESULTADOS CONSOLIDADOS.....	211
8.2.1. Informações relativas às entidades incluídas no perímetro de consolidação e a outras entidades participadas:.....	211
8.2.2. Informações relativas à imagem verdadeira e apropriada:	213
8.2.3. Informações relativas aos procedimentos de consolidação:	214
8.2.4. Informações relativas ao endividamento de médio e longo prazo:	216
8.2.5. Informações sobre saldos e fluxos financeiros:	216
8.2.6. Informações relativas a compromissos:	218
8.2.7. Informações relativas a políticas contabilísticas:	219
8.2.8. Informações relativas a determinadas rubricas:	220
8.2.9. Informações diversas	227
CERTIFICAÇÃO LEGAL DAS CONTAS CONSOLIDADAS.....	228
ANEXOS DOCUMENTAIS – CONTAS CONSOLIDADAS.....	233

2012

INTRODUÇÃO

maia
CÂMARA MUNICIPAL

“Quem administra bens alheios presta contas”

“Ora, bom exemplo de bens alheios são os bens públicos que por serem da comunidade (ou de instituições nascidas da sua auto organização) não são individualmente de ninguém que zele pela sua integridade e pela sua fidelidade e transparência da respetiva gestão.

Surge, assim, a obrigação de prestar contas como dever dos que administram a qualquer título, dinheiros ou outros ativos públicos”

Tribunal de Contas

Como é do conhecimento geral, atualmente Portugal vive um dos períodos mais difíceis da sua história recente, face ao agravamento da crise económico financeira instituída e ao aumento do desemprego, contexto em que assume particular relevância o compromisso de Portugal em executar o Programa de Ajustamento Económico, a que se encontra veiculado desde que recorreu aos mecanismos de ajuda externa, da União Europeia e do Fundo Monetário Internacional, no pretérito mês abril de 2011.

Este programa inclui um amplo conjunto de medidas, assente em três pilares fundamentais, primeiro, consolidação orçamental, tendo em vista colocar as finanças públicas numa trajetória sustentável, segundo, redução dos níveis de endividamento na economia portuguesa e estabilidade financeira, e terceiro, transformação estrutural dirigida ao aumento da competitividade, à promoção do crescimento económico sustentado e à criação de emprego.

No âmbito da consolidação orçamental das finanças públicas e da redução dos seus níveis de endividamento, várias têm sido as medidas adotadas pelo Governo, que são públicas e conhecidas, e que implicam cortes significativos nas despesas do Estado e um aumento da carga fiscal do contribuinte, bem como a imposição de limites ao nível do endividamento público, cada vez mais restritivos.

Grande parte das medidas já implementadas tiveram reflexos nos orçamentos municipais, tanto por via da redução das transferências do orçamento de estado para as autarquias locais, como dos aumentos das despesas já contratualizadas em consequência do acréscimo na base de incidência do IVA, bem como pela retração da atividade económica em geral que leva a uma diminuição na cobrança interna de diversas taxas. A que acresce ainda a imposição de sucessivos limites ao endividamento municipal cada vez mais restritivos e muito para além dos que decorrem da Lei das Finanças Locais.

Em paralelo, sucede-se a produção e publicação de um conjunto muito alargado de legislação que tem como objetivo alterar significativamente a gestão pública na administração local.

Neste pacote legislativo enquadram-se para a gerência em apreço, o Orçamento do Estado de 2012, a Lei dos Compromissos e dos Pagamentos em Atraso e respetivo decreto regulamentar, a reorganização das freguesias e do setor empresarial local, a reorganização dos serviços municipais e das estruturas dirigentes, e mais recentemente dos próprios municípios, estando também em processo de revisão a Lei das Finanças Locais.

Assim, pelo segundo ano consecutivo assiste-se a um ano particularmente difícil para a administração local, em que para além dos cortes orçamentais é claramente perceptível uma mudança do paradigma na governação autárquica, designadamente por força da entrada em vigor da Lei dos Compromissos e Pagamentos em Atraso (Lei n.º 8/2012, de 21 de fevereiro) e do conceito de Fundos Disponíveis ali considerado.

Com a publicação daquele diploma, inverte-se um ciclo em matéria de gestão municipal, com novos desafios que colocam aos eleitos locais uma exigência de redefinição das estratégias e políticas assumidas para as respetivas autarquias locais.

O conceito de Fundos Disponíveis equivale a velha máxima “gastar o que se tem”, o que é de todo legítimo, limitar a despesa ao rendimento disponível que existe. Todavia, incompreensivelmente, não foi devidamente acautelado um princípio fundamental na realização da despesa, que é a sua cadência de execução, profundamente diferenciada da cadência da execução da receita que releva para efeitos de apuramento dos fundos disponíveis, que têm caráter trimestral, o que dificulta sobremaneira o exercício da gestão autárquica, ao exigir-se logo à partida receita que cubra a totalidade dos compromissos assumidos que contemplam um ano inteiro de execução. Estamos perante uma comparação manifestamente descabida do ponto de vista de gestão, sendo inquestionável que os compromissos devem ser localizados onde se vencem, assegurando o atempado cumprimento da obrigação sem que se gerem pagamentos em atraso, o que significa que deverão estar suportadas por valores previsíveis de receita, a arrecadar nos meses em que se prevê a respetiva produção de efeitos financeiros da despesa, nunca nos termos em que esta lei impõe.

Fica por isso inviabilizada a assunção de qualquer despesa que exceda o montante daqueles fundos, exigindo que se trabalhe numa lógica de orçamento de tesouraria, i.e., de fluxos de receita cobrada, cuja periodicidade é porém financeiramente incomparável com o compromisso da despesa, tal como este é legalmente exigido. Esta alteração legislativa é por isso leonina para a generalidade dos municípios portugueses, condicionando fortemente o nível da realização de despesa, mesmo para os municípios que apresentam uma dívida de curto prazo controlada, como é o caso do Município da Maia.

A implementação da Lei dos Compromissos e Pagamentos em Atraso implicou assim uma reformulação do planeamento das despesas, para além da definição de novos procedimentos e mecanismos que permitissem uma mais fácil e suave transição para o novo modelo de gestão.

A este propósito, é importante que se registe que a sua entrada em vigor não coincidiu com o início de um ano económico, como seria desejável e expectável, estando naquela data em pleno funcionamento o Orçamento e Grandes Opções do Plano para 2012, documento fundamental de suporte a toda a atividade autárquica, pensado à luz do enquadramento legal existente à data da sua elaboração, novembro de 2011, e cuja materialização era de todo incompatível com a operacionalização da Lei dos Compromissos e Pagamentos em Atraso, dadas as profundas alterações que introduziu e a génesis da sua conceção.

A exigência legal atual conduz imperativamente à elaboração de orçamentos reais, o que determinou a necessidade de a meio do exercício económico se ter procedido a um reajustamento das prioridades estratégicas oportunamente definidas e à adequada revisão dos documentos previsionais.

Também ao nível do controlo de fundos disponíveis que legalmente é exigido registaram-se dificuldades operativas, as quais só foi possível ultrapassar com recurso a uma metodologia de controlo instituída manualmente, com todas as limitações daí decorrentes, atendendo a que a adaptação do software informático foi tardia. Só foi apresentado pela *Software House* para implementação em fase de testes em finais de setembro de 2012, hiato de tempo declaradamente incompatível com a urgência de implementação que legalmente era exigida [publicação a 21/2 e entrada em vigor a 22/2].

Do exposto resulta como inequívoco que o cumprimento da referida Lei dos Compromissos teve implicações de elevado nível na reorganização da atividade autárquica, designadamente nas óticas económica, orçamental e financeira, exigindo-se um esforço adicional no controlo da despesa municipal.

Com efeito, perante esta proliferação legislativa aos mais variados níveis, em muitos casos fragilizada na qualidade dos seus conteúdos, despegada da realidade prática e indutora de reformas atabalhoadas, e o contexto de crise generalizada, as instituições públicas travam uma verdadeira luta para manter os seus níveis de serviço, face a consecutivos e cegos cortes orçamentais em quase todas as áreas de atuação, obrigando-se a um rigoroso controlo e otimização de custos para alcançar uma gestão orçamental eficaz.

A necessidade de avaliar e analisar convenientemente a eficácia da execução orçamental e a eficiência na aplicação de recursos surge de forma imperiosa.

Neste cenário, assume particular relevância a obtenção de informação económica, financeira e patrimonial fiável e oportunamente, que bem auxilie a tomada de decisão e uma gestão mais eficiente, eficaz e económica na utilização dos sempre escassos recursos financeiros, bem como a necessidade de aos gestores públicos e aos responsáveis políticos lhes ser exigida uma atitude de *Accountability*.

Apesar do termo ser de difícil tradução, é por todos considerado como um sinónimo de uma exigente prestação de responsabilidades de atos de gestão pública, não só na perspetiva contabilística monetária e financeira como também, sobretudo, no mérito e eficácia da concretização de programas pré estabelecidos e estrategicamente aferidos a planos de ação.

A obrigação de prestar contas como dever incontornável dos que administram, a qualquer título, dinheiros ou outros ativos públicos, assume, assim, cada vez maior relevância.

Na linha de orientação destes princípios, o regime de contabilidade autárquica legalmente estabelecido (POCAL – Plano Oficial de Contabilidade das Autarquias Locais, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 54-A/99, de 22 de fevereiro, e respetivas alterações) determina a elaboração dos documentos de prestação de contas dos quais deve fazer parte integrante o relatório de gestão.

Considerando que o presente relatório de gestão integra simultaneamente duas naturezas de relato, o das contas individuais e o das contas consolidadas, a necessária e profícua sistematização dos diferentes dados inerentes ao universo financeiro e contabilístico dita que o relato se divide em duas partes distintas. Uma primeira parte dedicada ao relato das contas individuais, e uma segunda dedicada ao relato das contas consolidadas.

Cada uma das partes está estruturada por diferentes capítulos, tendo sido adotada a seguinte metodologia, no que se refere ao Relatório de Gestão Individual:

- No primeiro capítulo insere-se uma apreciação de âmbito orçamental, inicialmente centrada na execução global do orçamento, seguida de uma abordagem individual às componentes da Receita e da Despesa Municipal, para, por último, se desenvolver a respetiva articulação entre ambas, designadamente ao nível da evolução da poupança corrente, fluxos monetários e das fontes de financiamento do investimento;
- No segundo capítulo é efetuada uma análise detalhada ao endividamento autárquico, questão de fundamental importância no contexto global da administração pública;
- No terceiro capítulo é introduzida a análise económico-financeira, com considerações de cariz patrimonial, ao Balanço e à Demonstração dos Resultados;

-
- O quarto capítulo é composto por conjunto de indicadores de gestão, quer de natureza orçamental quer patrimonial;
 - Do quinto capítulo, como suporte fundamental desta análise, constam os anexos às demonstrações financeiras, nos quais se agregam informações indispensáveis à correta avaliação e interpretação das contas prestadas.

A primeira parte é finalizada com a inserção da Certificação Legal das Contas Individuais.

Na segunda parte, inclui-se o Relatório de Gestão Consolidado, que se apresenta assim estruturado:

- Um capítulo introdutório, dedicado à explanação das razões subjacentes ao processo de consolidação e à definição e caracterização das entidades incluídas no perímetro de consolidação;
- Segue-se o relato de natureza económico-financeira, contendo o balanço consolidado e a demonstração de resultados consolidados, bem como uma abordagem genérica sobre a situação económica do grupo municipal, relevando-se os aspetos de maior preponderância no exercício em análise e em termos comparativos;
- Num terceiro capítulo inserem-se os anexos às demonstrações financeiras consolidadas, com destaque para as notas ao balanço consolidado e à demonstração de resultados consolidados. Este anexo é parte integrante das demonstrações financeiras consolidadas, e contém um vasto conjunto de informações complementares e de quadros elucidativos que ajudam a compreender e a justificar a respetiva informação financeira e seus movimentos contabilísticos.

Ultima-se a apreciação das contas do grupo municipal com a certificação legal das contas consolidadas.

Finaliza-se a presente nota introdutória com uma breve mas merecida referência ao contributo do Município da Maia para a consolidação orçamental das finanças públicas, cuja performance ao longo dos últimos anos está comprovada nos resultados sucessivamente obtidos, designadamente ao nível da evolução da dívida.

De facto, em contexto de crise económica, de austeridade, e de significativa quebra de receita, o total da dívida municipal entre 2006 e 2012, sofreu uma redução na ordem dos 52% (de 112.330.893 € para 54.490.556 €), o que denota que, em devido tempo, o município soube adequar o seu orçamento à realidade que se antevia, designadamente promovendo um grande esforço de contenção e de racionalização das suas despesas.

Os resultados obtidos no exercício de 2012 comprovam mais uma vez que continua a tendência de redução do endividamento municipal encetada desde 2006, como se afere em capítulo próprio. O Município da Maia, para além de se posicionar fora das entidades com pagamentos em atraso, sem necessidade de ter recorrido ao Programa de Apoio à Economia Local, tem vindo a melhorar de forma significativa os seus prazos médios de pagamento a fornecedores, contribuindo também para gerar maior liquidez no mercado, e consequentemente dinamizar a economia.

Conclui-se assim do rigor financeiro e de gestão, visivelmente patentes nos dados contidos no presente relatório.

2012

RELATÓRIO DE GESTÃO INDIVIDUAL

maia
CÂMARA MUNICIPAL

2012

ANÁLISE ORÇAMENTAL

maia
CÂMARA MUNICIPAL

2012

EXECUÇÃO GLOBAL DO ORÇAMENTO

maia
CÂMARA MUNICIPAL

ORÇAMENTO INICIAL VERSUS FINAL E EXECUÇÃO

Com o objetivo de melhor compreender a execução orçamental, designadamente, no que se refere às suas principais modificações, desenvolve-se seguidamente o estudo da variação entre o orçamento inicial, final e executado, permitindo assim avaliar a capacidade da concretização dos projetos que foram propostos, nomeadamente a capacidade de gestão dos recursos da autarquia, como seja o esforço em matéria de arrecadação de receita, fator essencial para a realização do objetivo político, num cenário macroeconómico em que os recursos financeiros são cada vez mais escassos.

Cada uma destas perspetivas de análise, bem como a respetiva evolução, será assunto de maior detalhe ao longo do presente documento.

O orçamento é composto por receitas correntes e receitas de capital, que sustentam despesas diferenciadas de igual forma, e está sujeito ao princípio do equilíbrio orçamental, sempre numa perspetiva de otimização dos recursos recebidos, face às necessidades de despesa existentes.

Em consonância com anteriores gerências, a taxa de execução da receita reporta-se à taxa de cobrança efetiva, e à taxa de execução da despesa, respeita a obrigações efetivamente pagas e não à despesa realizada.

Quadro 1

ORÇAMENTO DO ANO DE 2012						
	Previsão			Execução		
	Início	Final	Desvio	Valor	Desvio	Taxa de Execução %
Receitas Correntes	58.136.185	58.136.185	0	57.254.287	-881.898	98,48%
Receitas de Capital	23.576.730	13.925.511	-9.651.219	4.268.392	-9.657.119	30,65%
Outras Receitas	10.900	10.900	0	3.413	-7.487	31,31%
Saldo da gerência anterior	0	1.651.219	1.651.219	1.651.219	0	100,00%
Total	81.723.815	73.723.815	-8.000.000	63.177.311	-10.546.504	85,69%
Despesas Correntes	47.452.665	46.279.099	-1.173.566	40.477.164	-5.801.935	87,46%
Despesas de Capital	34.271.150	27.444.716	-6.826.434	15.911.375	-11.533.341	57,98%
Total	81.723.815	73.723.815	-8.000.000	56.388.539	-17.335.276	76,49%

Un: Eur os

Para este exercício de 2012, o orçamento inicial foi aprovado pelo valor de 81.723.815 €, mantendo-se em matéria de receitas correntes, a previsão inicial igual à final, no valor de 58.136.185 €, contrariamente ao registado nas despesas correntes, cuja previsão inicial de 47.452.665 €, derivou numa dotação final de 46.279.099 € menos (-) 1.173.566 € de despesas orçadas, assegurado que foi, sempre, o respeito pelo princípio do equilíbrio orçamental.

Quanto às rubricas de natureza de capital, em ambas as suas componentes, a previsão inicial foi distinta da final, uma vez que o orçamento inicial das despesas de capital foi definido para 34.271.150 €, e o final posicionou-se em 27.444.716 €, e o da receita de capital, inicialmente dotado com 23.576.730 €, terminou com uma dotação final de 13.925.511 €, o que, do ponto de vista orçamental, significa que se estimou que parte das despesas de investimentos fosse financiada por receitas de natureza corrente.

Aprovado o orçamento inicial nestes termos, durante o primeiro semestre de 2012 e na sequência de profundas alterações legislativas que manietaram profundamente toda a atividade autárquica, foram as “Grandes Opções do Plano e Orçamento para 2012” sujeitas a uma revisão orçamental que determinou uma redução de (-) 8.000.000 € na sua dotação inicial, posicionando a dotação final do Orçamento Municipal em 73.723.815 €

Com efeito, num período de grave recessão económica se a Lei do Orçamento do Estado para 2012, e respetivas normas de execução orçamental, já continha várias disposições cerceadoras da atividade executória dos Orçamentos Municipais, com a entrada em vigor da Lei nº 8/2012, de 21 de fevereiro designada como a Lei dos Compromissos e dos Pagamentos em Atraso (LCPA), a teia legal que passou a envolver toda a atividade autárquica é muito restritiva pois foram introduzidas condicionantes severas e bastante rígidas ao normal desenvolvimento e execução dos Orçamentos municipais pelo que, e principalmente por estas razões, considerou-se ajustado efetuar esta revisão.

Esta profunda Revisão corresponde à nona modificação efetuada às “Grandes Opções do Plano e Orçamento”, aprovada pelo Órgão Executivo em 14 de junho de 2012 e homologada pelo Órgão Deliberativo na sua 3.ª Sessão Ordinária, realizada no dia 27 do mesmo mês.

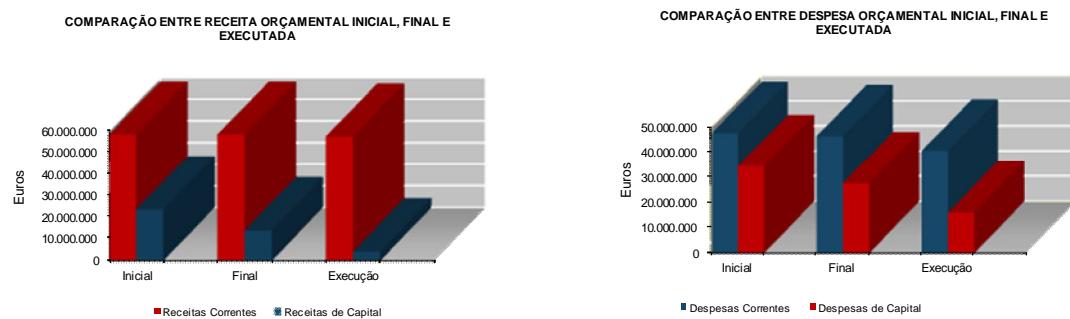
Para além desta revisão, as demais modificações realizadas ao orçamento, sistematizadas no quadro seguinte, consubstanciaram-se em meros reajustamentos entre rubricas de classificação económica e não tiveram qualquer impacto na dotação global do orçamento.

Em matéria de execução orçamental, resumidamente, regista-se que:

- A taxa de execução das receitas correntes foi de 98,48%, o que significa que para uma previsão final de 58.136.185 € se atingiu uma execução de 57.254.287 € o que traduz apenas um desvio de (-) 881.898 €, sobretudo devido à influência da rubrica de loteamento e obras;
- No que respeita às receitas de capital, estas continuam a ficar muito aquém do previsto, uma vez que para uma previsão final de 13.925.511 € apenas se atingiu uma execução de 4.268.392 €, representando um desvio de (-) 9.657.119 €, correspondendo uma taxa de execução de 30,65%, para o que muito contribui o período de forte recessão económica que se tem vivido ao inviabilizar a concretização de um conjunto de expectativas de venda de bens de investimento inicialmente prevista;
- No grupo das despesas, a taxa de execução atingiu 76,49%, com as despesas correntes e as despesas de capital a alcançarem respetivamente níveis de execução orçamental de 87,46%, e 57,98%, do total orçamentado, o que determina que sejam as despesas correntes que mais contribuem para a execução orçamental.

O Gráfico 1 abaixo apresentado corrobora os comentários referenciados.

Gráfico 1



ALTERAÇÕES E REVISÕES AO ORÇAMENTO

No âmbito da execução orçamental e ao longo dos exercícios económicos são por norma realizadas modificações orçamentais, que originam acertos aos valores inicialmente previstos, por via do reforço e/ou anulação das respetivas dotações, sendo que, no exercício de 2012, ocorreram dezanove modificações ao orçamento, nos termos a seguir identificados.

Quadro 2

NATUREZA DAS MODIFICAÇÕES		
ANO 2012		
	Alterações	Revisões
Orçamento da Despesa	17	2
Plano Plurianual de Investimentos	11	1
Plano de Actividades Mais Relevantes	17	1
Orçamento da Receita	1	1

Un: Número

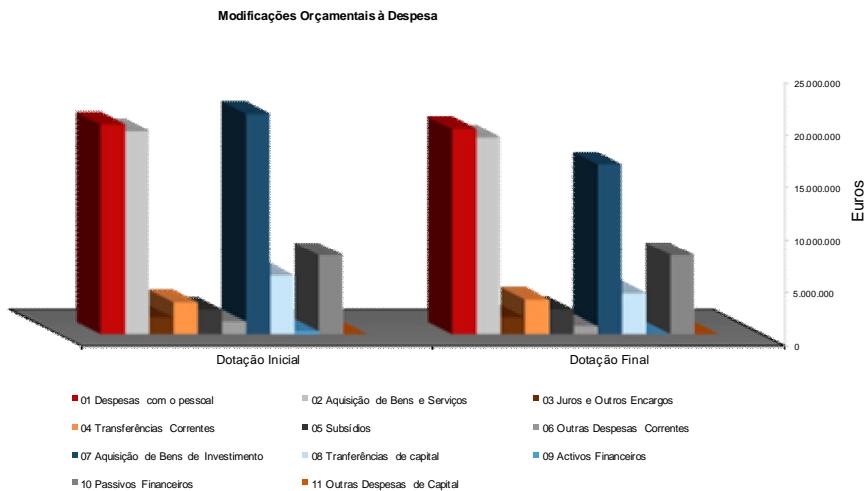
Organizando a informação referente às modificações orçamentais realizadas em grupos em que se agregam tanto as inscrições/reforços como as diminuições/anulações a que foram sujeitos os diferentes capítulos económicos da despesa e da receita autárquica, avalia-se de seguida o comportamento das respetivas dotações orçamentais ao longo do ano 2012, face aos consecutivos ajustamentos das previsões às realizações então verificadas.

Quadro 3

Capítulos	MODIFICAÇÕES ORÇAMENTAIS À DESPESA							
	Dotação Inicial		Alterações e Revisões		Dotação Final		Variação	
	Valor	%	Inscrições/Reforços	Diminuições/Anulações	Valor	%	Valor	%
Despesas Correntes	47.452.665	58,06%	5.742.079	6.915.646	46.279.099	62,77%	-1.173.566	-2,47%
01 Despesas com o pessoal	9.998.715	24,47%	1905.048	2.342.221	19.561.541	26,53%	-437.174	-2,19%
02 Aquisição de Bens e Serviços	19.356.500	23,69%	2.428.031	3.024.713	18.759.818	25,45%	-596.682	-3,08%
03 Juros e Outros Encargos	1.573.050	1,92%	30.000	11.000	1.592.050	2,16%	19.000	12,1%
04 Transferências Correntes	3.007.900	3,68%	483.662	227.375	3.264.187	4,43%	256.287	8,52%
05 Subsídios	2.381.100	2,84%	77.339	700.066	2.335.373	3,17%	17.273	0,75%
06 Outras Despesas Correntes	1.198.400	1,47%	78.000	610.270	766.130	1,04%	-432.270	-36,07%
Despesas Capital	34.271.150	41,94%	1.600.358	8.426.792	27.444.716	37,23%	-6.826.434	-19,92%
07 Aquisição de Bens de Investimento	20.986.500	25,68%	1059.573	5.931.609	16.114.464	21,86%	-4.872.036	-23,22%
08 Transferências de capital	5.538.150	6,78%	537.785	2.223.361	3.852.574	5,23%	-1.685.576	-30,44%
09 Activos Financeiros	280.350	0,34%	0	271.822	8.528	0,01%	-271.822	-96,96%
10 Passivos Financeiros	7.466.050	9,14%	3.000	0	7.469.050	10,13%	3.000	0,04%
11 Outras Despesas de Capital	100	0,00%	0	0	100	0,00%	0	0,00%
TOTAL	81.723.815	100,00%	7.342.438	15.342.438	73.723.815	100,00%	-8.000.000	-9,79%

Un: Euros

Gráfico 2



Sobressai, da apreciação geral do Quadro 3 uma redução significativa de (-) 8.000.000 €, em consequência sobretudo da mencionada revisão orçamental realizada, não obstante as dezanove modificações efetuadas ao orçamento da despesa, traduzidas em 7.342.438 € de reforços e 15.342.438 € de diminuições.

Tais ajustamentos, deram origem a variações negativas na grande maioria das rubricas, fruto das diversas alterações legislativas que manietaram profundamente toda a atividade autárquica, assumindo especial relevância o capítulo das despesas de capital, que isoladamente, apresenta um corte de (-) 6.826.434 €, apesar de também não ser despiciente assinalar a redução de (-) 1.173.566 € nas despesas correntes, onde se destaca o contributo da aquisição de bens e serviços, com (-) 596.682 €, e das despesas com pessoal com (-) 437.174 €.

Com efeito, a grande responsável por esta redução, pelas mesmas razões anteriormente expostas, foi a revisão orçamental às “Grandes Opções do Plano e Orçamento para 2012” que, por si só, determinou uma diminuição de (-) 8.000.000 €, posicionando a dotação final do orçamento municipal em 73.723.815 €, correspondente a (-) 9,79% na sua dotação inicial.

A modificação positiva com maior expressão, ocorreu nas Despesas Correntes na componente de “Transferências Correntes”, com um aumento na ordem dos 256.287 €, que espelha uma variação de 8,52%, necessidade sobretudo do reforço das rubricas de “Freguesias”, “Instituições sem fins lucrativos” e “Outras”. Estes reforços resultam da atuação desta Autarquia no apoio direto às suas Freguesias e Instituições do Concelho, tendo em consideração o enquadramento nas disposições legais da Lei 159/99, de 04 de setembro, que estabelece o quadro de transferências de atribuições e competências para as autarquias locais, conjugado com a Lei 169/99, de 18 de setembro, alterada pela Lei n.º 5-A/2002, de 11 de janeiro.

Na componente de “Outras”, a alteração foi determinada pela reafectação de verbas da rubrica 01.01.09 – Pessoal em qualquer outra situação, para a rubrica 04.08.02 – Transferências correntes – Famílias – Outras, em consequência da necessidade de proceder à alteração do enquadramento orçamental subjacente à celebração de contratos de emprego – inserção (CEI), por força de instruções oriundas da administração central.

A variação positiva em cerca de 1,21% anotada nos “Juros e Outros Encargos” foi determinada sobretudo pela necessidade de satisfazer compromissos em resultado de sentenças de tribunal.

No Capítulo das despesas de capital, para além das possíveis implicações que os diferentes reforços e as anulações contêm no orçamento da despesa, têm de ter obrigatoriamente reflexos no Plano Plurianual de Investimentos e ou Plano de Atividades Mais Relevantes, determinando por isso alterações ou até mesmo revisões naqueles documentos.

No âmbito destas despesas, registaram-se modificações negativas em quase todas as rubricas de capital, excetuando-se a rubrica dos “Passivos Financeiros”, que apresentou uma variação positiva de 0,04%, com pouca expressividade no seu cômputo geral.

Em matéria de Grandes Opções do Plano, na alçada do Plano das Atividades Mais Relevantes nenhuma das dezassete alterações formalizadas implicou qualquer aumento da dotação global do orçamento, tendo como único objetivo reajustamentos de natureza diversa na despesa associada a vários projetos.

Quanto ao Plano Plurianual de Investimentos, as onze alterações efetuadas, não implicaram qualquer aumento da dotação global do orçamento da despesa, tendo como única finalidade reforçar e reajustar diferentes despesas relacionadas com variados projetos.

No que respeita à única revisão, que foi efetuada ao Plano Plurianual de Investimentos e ao Plano das Atividades Mais Relevantes, teve exclusivamente a finalidade de reduzir a dotação global do Orçamento, na sequência de profundas alterações legislativas, particularmente com a entrada em vigor da LCPA, que restringiu profundamente toda a atividade autárquica, pois foram introduzidas condicionantes severas e bastante rígidas ao normal desenvolvimento e execução dos Orçamentos municipais.

A variação provocada por esta revisão, no Plano Plurianual de Investimentos foi de (-) 4.612.866 €, e no Plano das Atividades Mais Relevantes foi de (-) 3.387.134 €, perfazendo o total de (-) 8.000.000 €

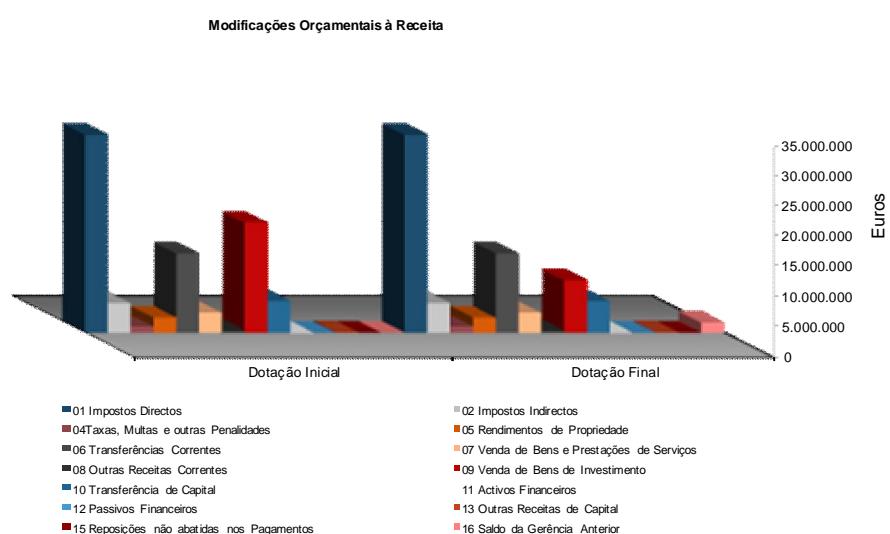
No âmbito do Orçamento da Receita, foram realizadas duas modificações, uma alteração e uma Revisão, nos termos seguidamente sistematizados.

Quadro 4

Capítulos	MODIFICAÇÕES ORÇAMENTAIS À RECEITA							
	Dotação Inicial		Alterações e Revisões		Dotação Final		Variação	
	Valor	%	Inscrições/ Reforços	Diminuições/ Anulações	Valor	%	Valor	%
Receitas Correntes	58.136.185	71,14%	0	0	58.136.185	78,86%	0	0,00%
01 Impostos Directos	32.861.400	40,21%	0	0	32.861.400	44,57%	0	0,00%
02 Impostos Indirectos	4.904.300	6,00%	0	0	4.904.300	6,65%	0	0,00%
04 Taxas, Multas e outras Penalidades	1.063.900	1,30%	0	0	1.063.900	1,44%	0	0,00%
05 Rendimentos de Propriedade	2.512.800	3,07%	0	0	2.512.800	3,41%	0	0,00%
06 Transferências Correntes	13.072.285	16,00%	0	0	13.072.285	17,73%	0	0,00%
07 Venda de Bens e Prestações de Serviços	3.307.400	4,05%	0	0	3.307.400	4,49%	0	0,00%
08 Outras Receitas Correntes	414.100	0,51%	0	0	414.100	0,56%	0	0,00%
Receitas Capital	23.576.730	28,85%	0	9.651.219	13.925.511	18,89%	-9.651.219	-40,94%
09 Venda de Bens de Investimento	18.273.505	22,36%	0	9.651.219	8.622.286	11,70%	-9.651.219	-52,82%
10 Transferência de Capital	5.200.625	6,36%	0	0	5.200.625	7,05%	0	0,00%
11 Activos Financeiros	16.900	0,02%	0	0	16.900	0,02%	0	0,00%
12 Passivos Financeiros	0	0,00%	0	0	0	0,00%	0	-
13 Outras Receitas de Capital	85.700	0,10%	0	0	85.700	0,12%	0	0,00%
Outras Receitas	10.900	0,01%	1.651.219	0	1.662.119	2,25%	1.651.219	15.148,80%
15 Reposições não abatidas nos Pagamentos	10.900	0,01%	0	0	10.900	0,01%	0	0,00%
16 Saldo da Gerência Anterior	0	0,00%	1651.219	0	1651.219	2,24%	1651.219	-
TOTAL	81.723.815	100,00%	1.651.219	9.651.219	73.723.815	100,00%	-8.000.000	-9,79%

Un: Euros

Gráfico 3



A alteração, teve por finalidade a integração do “Saldo Transitado da Gerência Anterior” no montante de 1.651.219 €, não tendo originado qualquer impacto na dotação global do orçamento uma vez que a mesma teve também como contrapartida a diminuição da rubrica “Venda de Bens de Investimento”, esta com dotação excedentária, fruto da não concretização de um conjunto de expectativas de arrecadação de receita, atentas às circunstâncias associadas à conjuntura económica desfavorável e alheias à vontade do executivo municipal.

Em sentido inverso o impacto da revisão ao orçamento da receita provocou na sua dotação inicial uma diminuição de (-) 8.000.000 € pelas razões anteriormente expostas.

RELAÇÃO ENTRE RECEITA E DESPESA

Evolução dos Fluxos Monetários

Por forma a avaliar as fontes de financiamento do exercício, apresenta-se uma análise em termos de dotações orçamentais à evolução da variação de ativos que, durante o último quadriénio, tiveram reflexos no saldo final da conta de gerência. O objetivo é relacionar a evolução das despesas e receitas efetivas e confrontá-las com o desenvolvimento quer do saldo corrente do exercício (receita corrente – despesa corrente), quer do de capital (receita de capital – despesas de capital), aferindo em que medida contribuem para financiar a gerência do exercício seguinte.

Quadro 5

EVOLUÇÃO DOS FLUXOS MONETÁRIOS												
	2009			2010			2011			2012		
	Receita Cobrada	Despesas Executada	Diferença	Receita Cobrada	Despesas Executada	Diferença	Receita Cobrada	Despesas Executada	Diferença	Receita Cobrada	Despesas Executada	Diferença
Saldo da gerência anterior	4.175.863	0	4.175.863	1.073.705		1.073.705	352.574		352.574	1.651.219		1.651.219
Corrente	62.092.790	49.571.627	12.521.162	59.187.335	42.516.376	16.670.959	57.431.770	43.763.710	13.668.060	57.254.287	40.477.164	16.777.124
Capital	16.326.354	31.960.930	-15.634.577	10.082.082	27.499.150	-17.417.068	5.968.641	18.339.026	-12.370.385	4.268.392	15.911.375	-11.642.983
Outras	11.257		11.257	24.978		24.978	970		970	3.413		3.413
TOTAL	82.606.263	81.532.558	1.073.705	70.368.101	70.015.526	352.574	63.753.955	62.102.736	1.651.219	63.177.311	56.388.539	6.788.773

Un. Euros

A evolução dos fluxos monetários do último quadriénio, representados no Quadro 5, reflete uma recorrente poupança corrente bruta acima dos 12,5 M € evidenciando sempre níveis de receita corrente cobrada acima da despesa corrente paga.

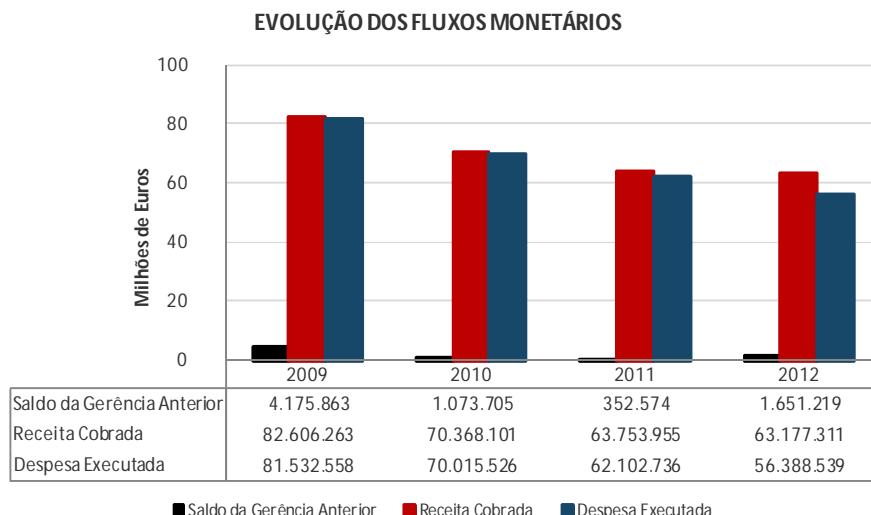
No ano de 2012, a receita corrente cobrada situou-se nos 57.254.287 € e a despesa corrente paga nos 40.477.164 €, o que permitiu obter uma considerável poupança corrente bruta de 16.777.124 €

No que concerne às receitas de capital, uma vez que o montante arrecadado é insuficiente para sustentar a totalidade das despesas de capital, a diferença tem vindo a ser suportada pela poupança corrente bruta gerada, acrescida do saldo da gerência anterior, como é financeiramente desejável.

Neste exercício, o total da receita cobrada bruta atingiu 63.177.311 € e a despesa total paga 56.388.539 € gerando um saldo para a gerência seguinte de 6.788.773 €, bastante superior ao transitado da gerência de 2011, resultado sobremaneira influenciado pelas implicações financeiras decorrentes da entrada em vigor da LCPA.

O Gráfico 4 é bem ilustrativo da evolução dos fluxos monetários nos últimos quatro anos.

Gráfico 4



Poupança Corrente

O atual Plano Oficial Contabilidade das Autarquias Locais (POCAL) e algumas disposições legais anteriores preveem o princípio do equilíbrio orçamental, estabelecendo que o orçamento deve prever os recursos necessários para cobrir todas as despesas, impondo que as receitas correntes sejam pelo menos, iguais às despesas correntes. Tais condições em termos de execução orçamental funcionam como forma de contenção do *deficit* orçamental e de formação da poupança corrente, tendo em vista a sua aplicação na despesa de investimento.

Quadro 6

EVOLUÇÃO DA POUPANÇA CORRENTE DO EXERCÍCIO				
	2009	2010	2011	2012
Receita Corrente Executada	62.092.790	59.187.335	57.431.770	57.254.287
Despesa Corrente Executada	49.571.627	42.516.376	43.763.710	40.477.164
Poupança Corrente Bruta (1)	12.521.162	16.670.959	13.668.060	16.777.124
Variação	-32,85%	33,14%	-18,01%	22,75%
Divida Corrente Transitada (2)	-1.993.288	740.750	-1.381.811	-715.359
Da Gerência Anterior	3.824.480	1.831.192	2.571.941	1.190.131
Para a Gerência Seguinte	1.831.192	2.571.941	1.190.131	474.772
Receita Corrente Liquidada e não cobrada do pp exercício (3)	-1.474.246	72.809	661.784	-649.525
Da Gerência Anterior	5.751.064	4.276.818	4.349.627	5.011.410
Para a Gerência Seguinte	4.276.818	4.349.627	5.011.410	4.361.885
Poupança Corrente Líquida do Exercício (4)=(1)-(2)+(3)	13.040.205	16.003.019	15.711.654	16.842.957
Variação	-37,70%	22,72%	-182%	7,20%

Un:Euros

Do exposto no Quadro 6, é visível que em matéria de execução orçamental, o município tem cumprido na íntegra o princípio de equilíbrio formal, ao apresentar consecutivamente receitas correntes cobradas superiores às despesas correntes pagas, obtendo conforme já foi referido recorrentes poupanças correntes brutas.

Conclusão semelhante é possível retirar quando se incorpora na análise as dívidas transitadas e a receita liquidada e não cobrada, apurando-se nos sucessivos exercícios económicos poupanças correntes líquidas que se destinam à cobertura das despesas de investimento. Nesta variante apura-se no exercício de 2012, um montante de 16.842.957 €, ligeiramente superior ao de 2011.

Equilíbrio Orçamental em sentido substancial

O Princípio do Equilíbrio em Sentido Substancial pode ser aferido numa ótica de *Execução Autónoma do Ano*, ou seja, avaliando a taxa de cobertura das despesas orçamentais realizadas e pagas no ano pelas receitas disponíveis do ano ou, pode ser aferido numa ótica de *Execução Global* através da taxa de cobertura das despesas orçamentais totais (pagas e a transitar para o ano seguinte) pelas receitas disponíveis no ano.

Neste considerando, apresenta-se o Quadro 7 que pretende demonstrar o grau de cumprimento daquele Princípio.

Quadro 7

CONTROLO DO EQUILÍBIO ORÇAMENTAL EM SENTIDO SUBSTANCIAL				
	2009	2010	2011	2012
Receita Cobrada	78.430.400	69.294.396	63.401.380	61.526.092
Corrente	62.092.790	59.187.335	57.431.770	57.254.287
Capital	16.326.354	10.082.082	5.968.641	4.268.392
Outras Receitas	11.257	24.978	970	3.413
Despesa Paga	81.532.558	70.015.526	62.102.736	56.388.539
Corrente	49.571.627	42.516.376	43.763.710	40.477.164
Capital	31.960.930	27.499.150	18.339.026	15.911.375
Saldo Final de Operações Orçamentais	1.073.705	352.574	1.651.219	6.788.773
Dívida Transitada				
Da Gerência Anterior	18.173.342	9.358.454	8.472.399	4.181.021
Para a Gerência Seguinte	9.358.454	8.472.399	4.181.021	533.995
Equilíbrio Orçamental Substancial (Execução Autónoma do ano)	113,60%	101,79%	110,28%	119,79%
Equilíbrio Orçamental Substancial (Execução Global do ano)	90,88%	89,65%	96,18%	110,99%

Un:Euros

A análise dos dados apresentados permite concluir que no ano de 2012 o Princípio do Equilíbrio Orçamental em Sentido Substancial foi integralmente cumprido, quer no que toca à execução autónoma do ano (119,79%) quer no que toca à execução global do ano (110,99%).

De facto, importa anotar a evolução positiva verificada nos últimos anos, em especial o comportamento decrescente da dívida transitada que culminou numa redução de 3.647.027 € face a 2011 e que influenciou deveras os rácios do equilíbrio orçamental em sentido substancial.

Fontes de Financiamento do Investimento

A análise às fontes de financiamento do investimento do ano 2012, pretende avaliar em que medida as diversas receitas municipais arrecadadas no exercício contribuem para financiar o investimento realizado pela autarquia, não deixando de salvaguardar que de acordo com o princípio da não consignação, em regra, o produto de quaisquer receitas não pode ser afeto à cobertura de determinadas despesas, salvo quando essa afetação for permitida por lei, como é o caso específico de alguns investimentos que têm subjacentes a participação de fundos comunitários e/ou a cooperação técnica e financeira do Estado.

Assim, agregaram-se as receitas municipais em função da sua relevância em dois grandes grupos, as de carácter corrente que aparecem associadas à poupança corrente gerada no exercício, deduzida que seja das amortizações de capital e de outras despesas de capital de carácter residual e não reprodutivo, e as de natureza de capital que em função da sua tipicidade aparecem mais desagregadas, incluindo-se por último o contributo do saldo da gerência anterior.

Quadro 8

FONTE DE FINANCIAMENTO DO INVESTIMENTO		
	2012	
	Valor	FF / DI
Receitas Capital (1)	4.268.392	50,6%
Venda de Bens de Investimento	19.731	0,2%
FEF Capital	1.555.380	18,4%
Fundos comunitários	1.670.675	19,8%
Outras Trans Capital	613.320	7,3%
Passivos Financeiros	0	0,0%
Activos Financeiros	9.286	0,1%
Outras receitas de Capital	400.000	4,7%
Poupança Corrente Disponível para Financiar Investimento (2) = (3)-(4)-(5)	9.308.216	110,3%
Poupança Corrente (3)	16.777.124	198,7%
Amortizações de Capital (4)	7.468.908	88,5%
Outras Despesas Capital (5)	0	0,0%
Reposições não abatidas nos pagamentos (6)	3.413	0,0%
Total Receita Gerada no Exercício Disponível para Financiar Investimento (7)=(1)+(2)+(6)	13.580.021	160,9%
Saldo gerência anterior (8)	1.651.219	19,6%
TOTAL (9) = (7)+(8)	15.231.240	180,4%
 Despesas de Investimento pagas (10)	 8.442.467,34	
 Despesas de Investimento (10) / Fontes Financiamento (9)	 55,43%	
 Saldo para a Gerência Seguinte = (9)-(10)	 6.788.773	

Un. Euros

Notas:

FF- Fonte de Financiamento

DI- Despesas de Investimento

Da apreciação dos elementos constantes no Quadro 8, retira-se que durante a gerência de 2012 o volume das receitas cobradas disponíveis para financiar despesas de investimento ascendeu a 13.580.021 €, contribuindo para suportar a totalidade de investimento pago ou seja, 8.442.467 €, assim como gerar, adicionado que seja o saldo da gerência anterior, um significativo saldo para a gerência seguinte de 6.788.773 €.

É na “Poupança Corrente”, deduzida das amortizações de empréstimos e dos montantes utilizados nas outras despesas de capital, cuja materialidade não é desprezável, que se obtém o maior contributo para o Investimento (110,3%), logo seguido das receitas de capitais arrecadadas no período.

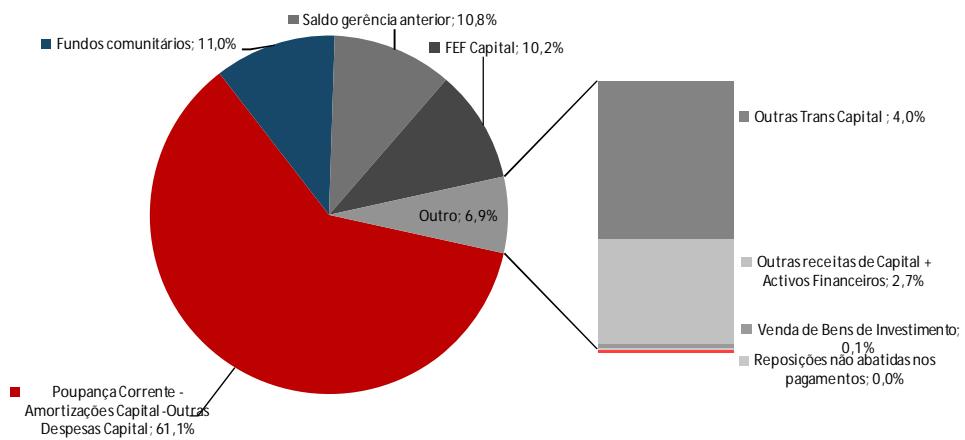
Este último agrupamento permitiu o pagamento de 50,6% do investimento, destacando-se as receitas obtidas dos Fundos Comunitários ao concorrer com 1.670.675 €, seguidas do Fundo de Equilíbrio Financeiro com 1.555.380 €.

Com menor representatividade, encontram-se as Outras Transferências de Capital com 613.320 €, as Outras Receitas de Capital com 400.000 €, e as Vendas de Investimento com 19.731 €.

O Gráfico 5 reflete bem a importância das diversas fontes de financiamento já enunciadas.

Gráfico 5

FONTES FINANCIAMENTO DE INVESTIMENTO



FLUXOS DE CAIXA E CONTAS DE ORDEM

Na sequência de uma recomendação do Tribunal de Contas e não obstante o que está instituído no ponto 7.6 do POCAL, o movimento das cauções quando em dinheiro está inserido no “Mapa de Fluxos de Caixa” por estas serem objeto de tratamento contabilístico no sistema de contabilidade patrimonial, e estarem devidamente refletidas no saldo das dotações não orçamentais, bem como na conta de disponibilidades constante do balanço da autarquia.

Atendendo ao exposto, no “Mapa das Contas de Ordem” só estão refletidas as cauções e depósitos de garantia que revestem a forma de seguro caução, garantia bancária ou outra forma semelhante titulada por um documento.

Fluxos de Caixa

O mapa de fluxos de caixa espelha os recebimentos e pagamentos ocorridos no exercício e que estão associados à execução do orçamento e às demais operações não orçamentais (operações de tesouraria e cauções em dinheiro), sendo demonstrados neste documento, os respetivos saldos, da gerência anterior e para a gerência seguinte, desagregados de acordo com a sua origem.

As cauções em dinheiro e as operações de tesouraria são operações de entrada e saída de fundos sem implicações orçamentais que os serviços autárquicos realizam para terceiros, sendo apenas objeto de movimentação contabilística no sistema da contabilidade patrimonial.

O Quadro 9 que a seguir se exibe mostra, em síntese, todos os movimentos dos fluxos de caixa ocorridos no exercício de 2012.

Quadro 9

RESUMO DOS FLUXOS DE CAIXA DE 2012			
Recebimentos		Pagamentos	
Saldo da gerência anterior	6.192.689	Despesas Orçamentais	56.388.539
Execução Orçamental	1.651.219	Correntes	40.477.164
Operações de Tesouraria	311.099	Capital	15.911.375
Cauções em dinheiro	4.230.371		
Receitas Orçamentais	61.526.092	Dotações não Orçamentais	3.568.126
Correntes	57.254.287	Operações de Tesouraria	2.951.814
Capital	4.268.392	Cauções em dinheiro	616.312
Outras	3.413		
Dotações não orçamentais	3.207.422	Saldo para a gerência seguinte	10.969.538
Operações de Tesouraria	2.941.188	Execução Orçamental	6.788.773
Cauções em dinheiro	266.233	Operações de Tesouraria	300.473
		Cauções em dinheiro	3.880.292
Total	70.926.203	Total	70.926.203

Un.: Euros

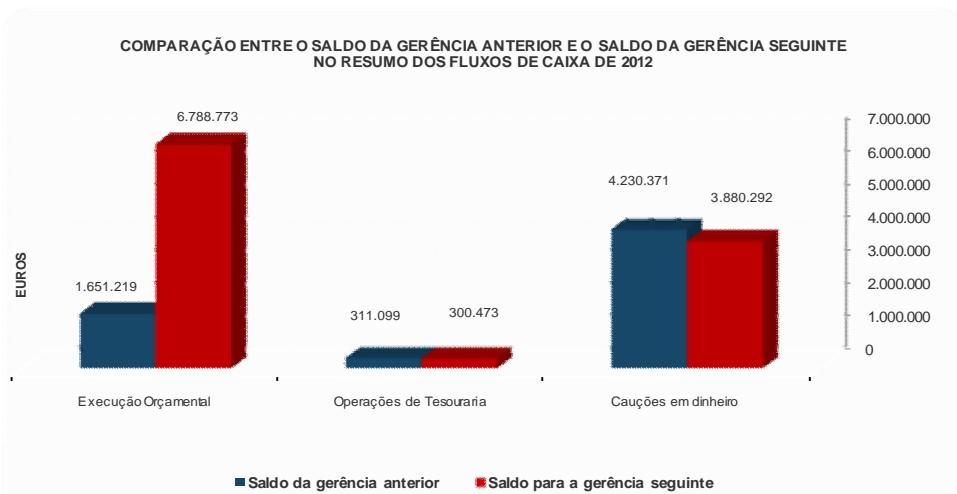
Da apreciação dos movimentos financeiros ocorridos na gerência de 2012 pode-se concluir que:

- as entradas de fundos remontaram a 64.733.514 €, sendo 61.526.092 € provenientes de receitas orçamentais e 3.207.422 € de dotações não orçamentais, dos quais 2.941.188 € correspondem a operações de tesouraria, e 266.233 € a cauções em dinheiro;

- por sua vez, as saídas de fundos somaram 59.956.665 €, dos quais 56.388.539 € resultam de despesas orçamentais (correntes e de capital) e o residual de despesas não orçamentais: 2.951.814 € provenientes de operações de tesouraria e 616.312 € de cauções em dinheiro;
- o saldo final da gerência do ano de 2012, evidenciado pela análise dos fluxos de caixa, perfaz um total de 10.969.538 €, sendo 6.788.773 € decorrentes da execução orçamental, 300.473 € de operações de tesouraria e 3.880.292 € de cauções em dinheiro.

Conclui-se pois, que o valor das importâncias relativas a todos os recebimentos e pagamentos ocorridos no exercício, quer se reportem à execução orçamental, quer a operações de tesouraria, acrescido dos correspondentes saldos da gerência anterior, permite obter o valor do saldo a transitar para a gerência seguinte, como se pode verificar no gráfico subsequente.

Gráfico 6



No âmbito das Operações Não Orçamentais, as operações de tesouraria são as cobranças que os serviços do Município da Maia realizaram para terceiros, ou seja, são operações de entrada e saída de fundos à margem do orçamento, sendo apenas objeto de movimentação contabilística no sistema da contabilidade patrimonial, e as cauções em dinheiro resultam de operações que não produzem alterações no património da entidade, mas representam possibilidade de futuras alterações.

O Quadro 10 reproduz bem a repartição destes encargos segundo a sua natureza.

Quadro 10

RESUMO DAS OPERAÇÕES NÃO ORÇAMENTAIS (Operações de tesouraria e cauções em dinheiro) ANO 2012						
Designação das contas	Saldo de gerência anterior		Movimento anual		Saldo para a gerência seguinte	
	Devedor (A)	Credor (B)	Débito (C)	Crédito	Devedor	Credor (D)=(A)-(B)+(C)
21 CLIENTES/CONTRIBUINTES/UTENTES						
21.7 Clientes e Utentes com Cauções	1.892.465	227.138		188.633		1.853.960
21.7.1 De Execução de Obras (Loteamentos,.....)	1.892.465	227.138		188.633		1.853.960
21.7.3 Clientes e utentes c/ cauções LO até 31/12/2001	1.740.154	193.751		181.433		1.727.836
21.7.9 Outras	16.829					16.829
24 ESTADO E OUTROS ENTES PÚBLICOS	221.057	2.598.823		2.573.028		195.261
24.2 Retenção de impostos sobre rendimentos	96.227	1.058.688		1.049.872		87.411
24.2.1 Trabalho dependente	87.265	970.481		962.068		78.852
24.2.2 Trabalho independente	8.935	86.361		85.982		8.556
24.2.4 Prediais			603	603		0
24.2.5 Pensões			525	528		3
24.2.6 Sobretaxa extraordinária s/ rendimentos sujeitos a IRS	27		718	691		0
24.4 Restantes impostos	12	2.466		2.477		23
24.4.1 Imposto de selo	12	1.712		1.724		23
24.4.2 Imposto de selo outros			754	754		0
24.5 Contribuições para a Segurança Social	124.818	1.537.308		1.520.317		107.827
24.5.1 Caixa Geral de Aposentações	76.767	980.150		980.254		76.871
24.5.2 ADSE	14.904	194.799		179.895		0
24.5.3 Instituto Gestão Financeira Segurança Social	33.147	362.359		360.168		30.957
24.9 Outras Contribuições	0	361		361		0
24.9.3 Direcção Geral de Contribuições e Impostos		361		361		0
26 OUTROS DEVEDORES E CREDORES	2.427.949	742.165		445.760		2.131.544
26.1 Fornecedores de Imobilizado	1.454.648	388.027		77.600		1.144.221
26.1.2.1 Fornecedores de Imobilizado c/ cauções - individual	1.454.648	388.027		77.600		1.144.221
26.2 Pessoal	68	1.228		1.322		161
26.2.9 Outras operações com o pessoal	68	1.228		1.322		161
26.3 Sindicatos	1.480	16.360		16.167		1.287
26.3.1 Sindicatos Trabalhadores Administração Local	463	5.516		5.474		421
26.3.2 Sindicato Trabalhadores Administração Pública	848	8.840		8.678		685
26.3.3 Sindicato Engenheiros do Norte	12	145		145		12
26.3.4 Sindicato Técnicos Adm. Auxiliares Educação	5	58		58		5
26.3.5 Sindicato Trabalhadores Função Pública Norte	17	171		171		17
26.3.6 Sindicato Professores da Zona Norte	16	194		194		17
26.3.7 Sindicato Nacional dos Polícias Municipais	119	1.435		1.446		130
26.8 Devedores e credores diversos	971.752	336.550		350.672		985.874
26.8.8 Credores diversos de cauções até 31/12/2001	883.258	1.147				882.111
26.8.9 Credores diversos - outros	88.494	335.403		350.672		103.763
Totais	4.541.470	3.568.126		3.207.422		4.180.765

Un.: Euros

Da observação do exposto, verifica-se que no exercício de 2012 os fluxos financeiros de entradas em cofre e destinados a outras entidades fixaram-se em 3.568.126 €, enquanto os movimentos de saída perfizeram o montante de 3.207.422 €. Grande parte destes movimentos são de natureza fiscal destinados a ser entregues ao Estado, nomeadamente em matéria de retenção de impostos sobre rendimento e contribuições para a Segurança Social, assim, o tempo que permanecem nos cofres da autarquia é reduzido uma vez cumpridos os prazos de entrega legalmente impostos.

As cauções em dinheiro assumem uma maior relevância no total das operações não orçamentais, consequência dos saldos que transitaram de gerências anteriores.

Apesar da sua natureza não orçamental, estes fluxos de entrada e a saída de fundos, tal como nas operações de carácter orçamental, são sempre documentados, respetivamente por guia de recebimento e ordem de pagamento.

Contas de Ordem

As contas de ordem têm por finalidade contabilizar factos ou circunstâncias que não produzem modificações no património da autarquia, mas que representam possibilidades de futuras alterações ao mesmo, anotando-se, contudo, que apenas se faz referência à movimentação de garantias e cauções tituladas por papel, uma vez que as garantias prestadas em numerário, constam do mapa de operações não orçamentais anteriormente referido, por terem dado origem a registos na contabilidade patrimonial.

Tendo em conta a sua natureza, a informação foi organizada em três quadros distintos, o Quadro 11 para “Garantias e Cauções Rececionadas”, o Quadro 12 para “Garantias a Favor de Terceiros” e, por último, o Quadro 13 para “Recibos para Cobrança”.

Quadro 11

GARANTIAS E CAUÇÕES RECEPCIONADAS						
		Excluindo Cauções em Dinheiro				
Designação das contas		Saldo de gerência anterior	Movimento anual das garantias e cauções			Saldo para a gerência seguinte
		(A)	Prestadas (B)	Devolvidas (C)	Accionadas (D)	(E)=(A)+(B)-(C)-(D)
09.2	Garantias					
09.2.1	De empreitadas e fornecimentos	5.625.871	259.204	1.026.965	0	4.858.110
09.2.2	Para execução de obras	16.556.912	1.354.105	2.552.902		15.358.114
09.2.3	Outras Garantias	263.928				263.928
09.2.4	Garantias até 31.12.2001					0
09.2.5	Hipotecas	4.460.053	1.510.978	251.900		5.719.130
09.2.6.01	Seguros-Caução - empreitadas e fornecimentos	438.846	13.085	112.396		339.534
09.2.6.02	Seguros-Caução - execução de obras	608.416				608.416
	Total	27.954.025	3.137.371	3.944.163	0	27.147.233

Un.: Euros

Como se pode atestar, as garantias prestadas a favor da autarquia atingiram o montante de 3.137.371 €, enquanto as garantias devolvidas ascenderam aos 3.944.163 €, transitando para a gerência seguinte um saldo de 27.147.233 €, menor que o saldo transitado da gerência anterior.

A rubrica com maior relevância no quadro das garantias e cauções rececionadas é a de execução de obras, uma vez que foram prestadas no ano de 2012, 1.354.105 € em garantias, valor este muito inferior ao das garantias devolvidas, cujo montante atingiu os 2.552.902 €, fruto da devolução de garantias do próprio ano e de anos anteriores.

Quadro 12

GARANTIAS E CAUÇÕES A FAVOR DE TERCEIROS						
Designação das contas		Saldo de gerência anterior	Movimento anual das garantias e cauções			Saldo para a gerência seguinte
		(A)	Prestadas (B)	Devolvidas (C)	Accionadas (D)	(E)=(A)+(B)-(C)-(D)
09.4	Cauções a favor de terceiros					
09.4.1	Vasilhames	0				0
09.5	Garantias a favor de terceiros	5.437.928				
09.5.1	Empreitadas e fornecimentos	262.141				262.141
09.5.2	Hipoteca a favor de terceiros	5.175.787				5.175.787
	Total	5.437.928			Total	5.437.928

Un.: Euros

De acordo com o observado, conclui-se que durante o exercício de 2012 não foi prestada pela autarquia qualquer garantia ou caução a favor de terceiros, motivo que determina que o total das garantias prestadas tituladas em 5.437.928 €, decorre de compromissos assumidos em anteriores gerências, permanecendo, assim, inalterado o saldo para a gerência seguinte, que se apresenta da seguinte forma constituído:

- A hipoteca sobre o Fórum no montante de 5.175.787 € registada a favor do Ministério das Finanças em 2007, tendo em vista a suspensão do processo de execução fiscal existente, em consequência do município ter contestado a decisão da cobrança do IVA associada ao processo de antecipação das rendas habitacionais realizado em 2004 a favor de terceiros;
- Uma garantia prestada em 2007 pelo montante de 159.641 € a favor do IFADAP – Instituto de Financiamento e Apoio ao Desenvolvimento da Agricultura;
- Três garantias, prestadas pelo município em 2005 a favor da ARHNORTE, IP – Administração da Região Hidrográfica do Norte, IP, duas de 25.000 € e uma de 50.000 €;
- Uma garantia prestada em 2005 a favor do IEP – Instituto de Estradas de Portugal, no valor de 2.500 €

Quadro 13

RECIBOS PARA COBRANÇA						
Designação das contas	Saldo de gerência anterior	Movimento anual			Saldo para a gerência seguinte	
		Cobrança (A)	Anulação (B)	Emissão (C)	(D)=(A)-(B)+(C)	
09.3 Receita Virtual	1.568.217				1.568.217	
09.3.1 Receita Virtual de Anos Anteriores	1.568.217					0
09.3.2 Receita Virtual do Próprio Ano						
Total	1.568.217				Total	1.568.217

Un.: Euros

Conclusão análoga é estendível aos recibos para cobranças, uma vez que no ano de 2012 não existiu qualquer anulação, cobrança e emissão de documentos debitados ao tesoureiro, mantendo-se, desta forma, inalterado o saldo para a gerência seguinte que é exatamente igual ao saldo da gerência anterior.

2012

EXECUÇÃO ORÇAMENTAL DA RECEITA

maia
CÂMARA MUNICIPAL

ANÁLISE GLOBAL DA RECEITA

Quadro 14

	Estrutura Geral da Receita								
	2010		2011		2012		Peso	Variação 2011/2012	Taxa de Execução
	Execução	Variação 2009/2010	Execução	Variação 2010/2011	Previsão	Execução			
Receitas Correntes	59.187.335	-4,7%	57.431.770	-3,0%	58.136.185	57.254.287	93,1%	-0,3%	98,5%
Impostos Diretos	33.733.189	-6,5%	32.666.264	-3,2%	32.861.400	34.198.424	55,6%	4,7%	104,1%
Impostos Indiretos, Tx Multas e Out. Penalidades	5.424.056		4.539.629	-16,3%	5.968.200	4.163.668	6,8%	-8,3%	69,8%
Rendimentos de Propriedade	3.232.751	11,0%	3.036.135	-6,1%	2.512.800	2.473.829	4,0%	-18,5%	98,4%
Transferências Correntes	13.626.944	0,6%	13.551.564	-0,6%	13.072.285	13.216.760	21,5%	-2,5%	101,1%
Venda de Bens e Serviços Correntes	3.017.005	2,6%	3.472.772	15,1%	3.307.400	3.041.233	4,9%	-12,4%	92,0%
Outras Receitas Correntes	153.389	-41,0%	165.408	7,8%	414.100	160.374	0,3%	-3,0%	38,7%
Receitas de Capital	10.082.082	-38,2%	5.968.641	-40,8%	13.925.511	4.268.392	6,9%	-28,5%	30,7%
Venda de Bens de Investimento	1.119.138	1258,7%	148.613	-86,7%	8.622.286	19.731	0,0%	-86,7%	0,2%
Transferências de Capital	8.958.482	159,6%	5.670.823	-36,7%	5.200.625	3.839.375	6,2%	-32,3%	73,8%
Ativos Financeiros	4.463		6.104	36,8%	16.900	9.286	0,0%	52,1%	54,9%
Passivos Financeiros	0	-100,0%	0		0	0	0,0%		
Outras Receitas de Capital	0	-100,0%	143.100		85.700	400.000	0,7%	179,5%	466,7%
Outras Receitas	24.978	121,9%	970	-96,1%	10.900	3.413	0,0%	251,9%	31,3%
Total das Receitas	69.294.396	-11,6%	63.401.380	-8,5%	72.072.596	61.526.092	100,0%	-3,0%	85,4%
Integração do saldo da gerência	1.073.705		352.574			1.651.219			
Total	70.368.101		63.753.954			63.177.311			

Un. Euros

Na gerência em apreço, a receita cobrada bruta totalizou 61.526.092 €, apresentando um decréscimo de (-) 3% face a 2011, o que reflete uma diminuição efetiva no montante de (-) 1.875.288 €. Muito embora esta quebra na receita tenha sido menos acentuada do que nos dois últimos anos, permanece assim no triénio uma evolução negativa que espelha uma perda de receita cobrada de (-) 7.768.304 €.

Atendendo ao atual cenário macroeconómico de profunda recessão económica é esperável que esta tendência se agrave em futuras gerências.

O Quadro 14 evidencia que as receitas correntes são em 2012, como tem sido recorrente, as mais representativas da receita total com um peso de 93,1%, perfazendo um total de 57.254.287 €, onde sobressaem os impostos diretos com um peso de 56%, logo seguidos pelas transferências correntes com 21,5%. Neste âmbito também são de relevar os bons níveis de execução orçamental que perfazem 98,5%.

Em termos globais apesar do seu decréscimo de (-) 0,3% face a 2011, continuam com um excelente nível de contribuição no cômputo geral da receita, tendo o resultado negativo deste agrupamento, sido influenciado pela descida de algumas das suas componentes mais significativas: Transferências Correntes, Impostos Indiretos, Taxas, Multas e Outras Penalidades, Venda de Bens e Serviços Correntes e Rendimentos de Propriedade. Em contrapartida, os Impostos Diretos, a sua componente mais expressiva, contribuem com um aumento de (+) 4,7% permitindo atenuar uma redução mais acentuada naquela componente.

No que concerne às receitas de capital no montante de 4.268.392 € quase todo imputável ao agregado de transferências de capital, estas absorvem apenas 6,9% do total da receita cobrada, e caracterizam-se reiteradamente por baixas taxas execução orçamental que em 2012 apenas atingem 30,7%, para o que muito tem contribuído a grave recessão económica instalada.

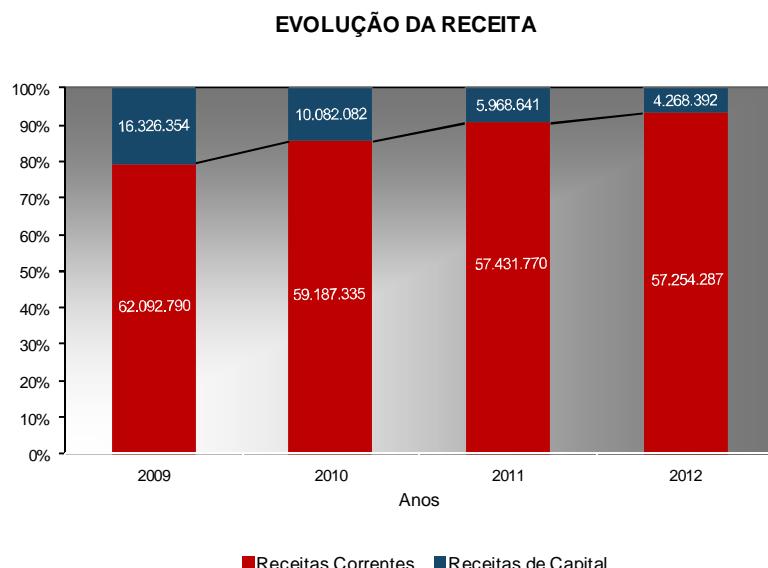
Esta componente espelha em relação a 2011 um decréscimo já mais acentuado, de (-) 28,5%, que ficou a dever-se maioritariamente às Transferências de Capital, momentaneamente às oriundas de fundos comunitários, e à Venda de Bens de Investimento.

Por sua vez, as Outras Receitas de Capital ao totalizarem 400.000 €, valor proveniente na íntegra do protocolo de acordo celebrado no âmbito da concretização da execução do troço da Via Periférica, entre a Rua do Cavaco e a Rua do Santo Condestável, permitiram evitar uma queda mais acentuada na globalidade das receitas de capital.

Relativamente às Outras Receitas Municipais, sem grande expressão, referem-se única e exclusivamente a reposições não abatidas nos pagamentos.

O Gráfico 7 ilustra a distribuição das receitas correntes e de capital ao longo do último quadriénio.

Gráfico 7



Seguidamente analisam-se, pormenorizadamente, os abaixo mencionados grupos de receita:

- Receitas Próprias
- Receita liquidada e não cobrada
- Transferências

RECEITAS PRÓPRIAS

Pretende-se neste capítulo, individualizar a receita que o município gera com o desenvolvimento das suas atribuições, daquela que é receita proveniente de transferências de entidades externas, sendo estas a administração central ou entidades bancárias. Analisa-se, criticamente, a arrecadação deste tipo de receita ao longo do triénio 2010-2012 definindo as que são receitas correntes e as que são receitas de capital.

Quadro 15

RECEITAS PRÓPRIAS										
	2010	2011	2012							
	Valor	Variação 2009/2010	Valor	Variação 2010/2011	Previsão	Execução	Variação 2011/2012	% Receitas Próprias	% Receitas Correntes	% Receitas Totais
Receitas Correntes										
Impostos Diretos	33.733.189	-6,5%	32.666.264	-3,2%	32.861.400	34.198.424	4,7%	77,6%	59,7%	55,6%
Impostos Indiretos, Tx Multas e out. Penalidades	5.424.056		4.539.628	-16,3%	5.968.200	4.163.668	-8,3%	9,4%	7,3%	6,8%
Rendimentos de Propriedade	3.232.751	11,0%	3.036.135	-6,1%	2.512.800	2.473.829	-18,5%	5,6%	4,3%	4,0%
Venda de Bens e Prestação de Serviços	3.017.005	2,6%	3.472.772	15,1%	3.307.400	3.041.233	-12,4%	6,9%	5,3%	4,9%
Outras Receitas Correntes	153.389	-41,0%	165.408	7,8%	414.100	160.374	-3,0%	0,4%	0,3%	0,3%
Total	45.560.391	-6,1%	43.880.207	-3,7%	45.063.900	44.037.527	0,4%	99,9%	76,9%	71,6%
Receitas Capital										
Venda de Bens de Investimento	1.119.138	1258,7%	148.613	-86,7%	8.622.286	19.731	-86,7%	0,0%	0,0%	0,0%
Ativos Financeiros	4.463		6.104	36,8%	16.900	9.286	52,1%	0,0%	0,0%	0,0%
Outras Receitas de Capital (*)		-100,0%	143.100	100,0%	85.700	0	-100,0%	0,0%	0,0%	0,0%
Total	1.123.600	240,4%	297.817	-73,5%	8.724.886	29.017	-90,3%	0,1%	0,1%	0,0%
Total das Receitas Próprias	46.683.991	-4,5%	44.178.024	-5,4%	53.788.786	44.066.544	-0,3%	100,0%	77,0%	71,6%
Total das Receitas Correntes	59.187.335	-4,7%	57.431.770	-3,0%	58.136.185	57.254.287	-0,3%		100,0%	93,1%
Total das Receitas	69.294.396	-11,6%	63.401.380	-8,5%	72.072.596	61.526.092	-3,0%			100,0%

Un:Euros

(*) excluído em 2012 o Protocolo de acordo celebrado no âmbito da concretização da execução do troço da Via Periférica, entre a Rua do Cavaco e a Rua do Santo Condestável, no valor de 400.000€

Os dados constantes do Quadro 15, permitem concluir que apesar de se manter a tendência de decrescimento das receitas próprias verificada em anteriores gerências, em 2012 a diminuição é muito menos acentuada, (-) 0,3%, do que nos dois últimos anos, face aos níveis da receita que foi cobrada no valor de 44.066.544 €. Acresce ainda que se inverte o posicionamento da componente de natureza corrente que aumenta ligeiramente, (+) 0,4 %, contrariamente ao registado em exercícios transatos.

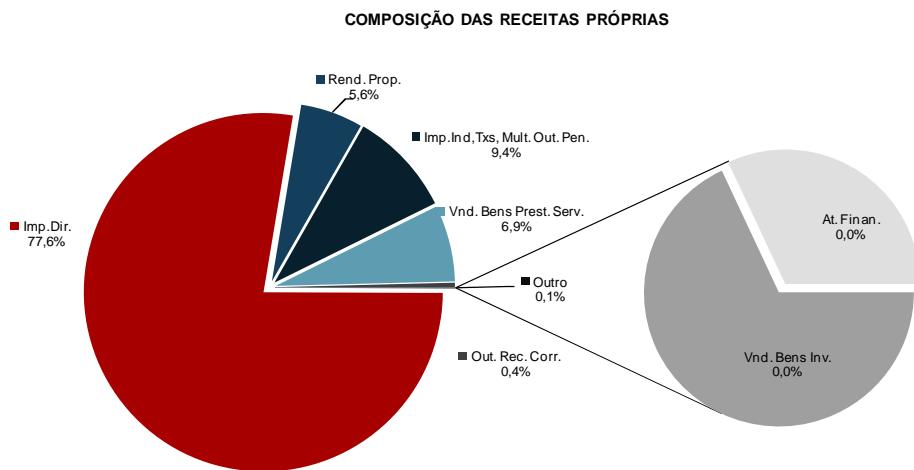
Nestes termos, numa perspetiva global corrente/capital e apesar da sua pouca expressividade no total das receitas próprias, é pois a redução da componente de capital, (-) 90,3%, que determina o resultado final obtido em 2012.

Todavia, considerando a composição das receitas próprias e a notória preponderância da componente de natureza corrente, o seu decréscimo, percentualmente idêntico ao das receitas correntes, é fortemente influenciado pelos mesmos motivos, sobretudo pelas variações negativas ocorridas nas rubricas de Rendimentos de Propriedade, Venda de Bens e Prestação de Serviços e Impostos Indiretos, Taxes Multas e Outras Penalidades, mas também pela variação positiva (+) 4,7% da componente dos Impostos Diretos que, conforme já foi referido atenuaram uma queda mais acentuada.

Apraz registar que o peso das receitas próprias na estrutura da receita municipal continua a ser preponderante, ao representar 77% das receitas correntes e 72% das receitas totais, que significa que na alcada da autonomia financeira que o município dispõe, este tem a capacidade de gerar receitas próprias,

que mais não são do que recursos financeiros localmente criados, sem influência por isso de organismos externos, excluindo-se assim as receitas a transferências e a empréstimos contraídos.

Gráfico 8



Dada a sua importância no cômputo geral da receita própria, os Impostos Diretos, os Impostos Indiretos e as Taxas Multas e Outras Penalidades assim como a Venda de Bens e Prestação de Serviços correntes, serão objeto de uma análise detalhada, após uma breve apreciação às componentes em falta cujo crescimento se apresenta negativo face ao ano transato.

A contribuir para aquele cenário, os Rendimentos de Propriedade apresentam uma execução de 2.473.829 € e pautaram-se por um peso relativo de 5,6%. A prestação negativa desta rubrica no ano em apreço, (-) 18,5%, prendeu-se essencialmente com o facto de no ano de 2011, a Administração Regional de Saúde do Norte ter efetuado o pagamento da 3.ª e última tranche relativa à constituição do direito de superfície sobre um prédio urbano sito à Av. Luís de Camões, no montante de 495.000 €

As Outras Receitas Correntes, embora com menor expressão, contribuíram com 160.374 € para o total das receitas cobradas brutas valor ligeiramente inferior ao obtido em 2011.

Pela rubrica Ativos Financeiros foram cobrados 9.286 € que respeitam única e exclusivamente a contratos celebrados no âmbito do programa MaiaFinicia.

Procede-se de seguida a uma análise mais detalhada das principais componentes de receita.

Impostos Diretos

Quadro 16

	IMPOSTOS DIRETOS			Peso	variação
	2010	2011	2012		
Impostos diretos					
Imposto Municipal s/ Imóveis	18.388.618	19.379.650	21.170.899	61,9%	9,2%
Imposto Único de Circulação	2.243.175	2.403.203	2.722.986	8,0%	13,3%
Imposto Municipal s/ Transmissões Onerosas de Imóveis	6.330.392	5.738.102	4.645.145	13,6%	-19,0%
Derrama	6.450.484	5.076.979	5.604.062	16,4%	10,4%
Contribuição Autárquica	100.039	41.660	17.972	0,1%	-56,9%
Imposto de Sisa	199.185	7.274	17.926	0,1%	146,4%
Imposto Municipal s/ Veículos	0	0	0	0,0%	
Impostos Diretos Diversos	0	0	0	0,0%	
Contribuição Especial	21.295	19.396	19.434	0,1%	0,2%
Total	33.733.189	32.666.264	34.198.424	100,0%	4,7%

Un:Euros

A receita tributária dos impostos diretos, por conta da qual em 2012 foi arrecadado o montante global de 34.198.424 €, reveste especial importância no total da receita municipal cobrada, sendo por si responsável por 55,6% do total da receita e 77,6% da receita própria cobrada. O acréscimo verificado de (+) 4,7% traduziu em termos absolutos um aumento de (+) 1.532.160 €. Tal comportamento contribui para atenuar a queda generalizada das receitas municipais e assim inverter o ciclo descendente deste tipo de receita, verificado entre 2007 e 2011.

De forma análoga a exercícios anteriores, as rubricas que mais contribuem para o aumento da receita fiscal, são: o Imposto Municipal s/ Imóveis (IMI), Derrama e o Imposto Municipal s/ Transmissões Onerosas de Imóveis (IMT).

Da apreciação do Quadro 16 é visível que o IMI é uma vez mais a componente mais representativa desta tipologia de receita, avocando cerca de 62% dos impostos diretos. Apresentou um aumento de 9,2%, e totalizou no exercício de 2012 o valor de 21.170.899 €, assumindo ser, sem qualquer margem para dúvida, o principal suporte da atividade municipal.

A derrama, responsável por 5.604.062 €, constitui a segunda componente mais importante dos impostos diretos, abarcando cerca de 16% dos mesmos. Apresenta uma evolução positiva face a 2011, (+) 10,4%, quando o esperável seria que o seu valor baixasse, atendendo à época de crise económico-financeira que o país atravessa.

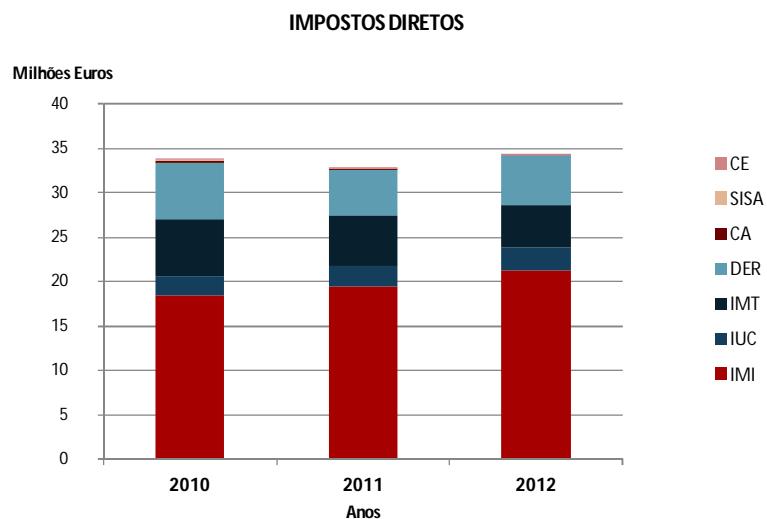
Neste contexto, o município lançou uma taxa de derrama para o ano de 2012, relativa ao rendimento gerado em 2011, na área geográfica do concelho, ao abrigo do disposto no artigo 14.º da Lei 2/2007 de 15 de janeiro, com as alterações subsequentes, de 1,5% para os sujeitos passivos com um volume de negócios superior a 150.000 € e uma taxa reduzida de 1% para os sujeitos passivos com um volume de negócios inferior a 150.000 €, na prossecução do empenho da autarquia em atrair mais investimento.

Por sua vez, o IMT, que em exercícios transatos ocupava a segunda posição em termos de relevância de receita arrecadada por conta de impostos diretos, em 2012 evidência um decréscimo de (-) 19%, e com tendência a agravar nos próximos exercícios, facto a que não será alheio a grave crise instalada no setor da construção e da imobiliária. Não obstante, por conta desta tipologia de imposto direto arrecadaram-se 4.645.145 €, correspondendo-lhe cerca 14% dos mesmos.

Já no que respeita ao IUC, foram arrecadados 2.722.986 €, permitindo ostentar uma variação positiva de cerca de (+) 13%.

As componentes remanescentes dos impostos diretos, que respeitam a impostos abolidos e contribuição especial assumem valores residuais que na sua globalidade concorreram com 55.333 €.

Gráfico 9



Impostos Indiretos e Taxas, Multas e Outras Penalidades

Quadro 17

	IMPOSTOS INDIRETOS ETAXAS MULTAS E OUTRAS PENALIDADES								
	Execução	2010	Variação 2009/2010	Execução	2011	Variação 2010/2011	Previsão	Execução	Peso
		2010			2011				
Mercados e Feiras	47.118	80,8%	31.609	-32,9%	41.700	29.134	0,7%	-7,8%	69,9%
Loteamentos e Obras	3.329.339	-21,3%	2.026.608	-39,1%	3.052.100	1.266.735	30,4%	-37,5%	41,5%
Ocupação da Via Pública	1.304.011	-6,9%	1.461.351	12,1%	1.984.000	1.894.333	45,5%	29,6%	95,5%
Publicidade	298.690	26,1%	371.785	24,5%	340.900	313.770	7,5%	-15,6%	92,0%
Outros	281.493	-4,9%	255.162	-9,4%	278.200	255.747	6,1%	0,2%	91,9%
Caça, uso e porte de arma	40	1230,0%	3	-92,4%	100	3	0,0%	0,0%	3,0%
Multas e Outras Penalidades	163.366	-7,3%	393.110	140,6%	271.200	403.945	9,7%	2,8%	148,9%
Total	5.424.056	-14,8%	4.539.629	-16,3%	5.968.200	4.163.668	100,0%	-8,3%	69,8%

Da apreciação do Quadro 17 resulta que a receita cobrada em 2012, através de impostos indiretos e taxas multas e outras penalidades, ascendeu 4.163.668 €, sendo a sua componente mais representativa a ocupação da via pública com 45,5%, sucedendo-a os loteamentos e obras com 30,4%, invertendo-se, assim, o posicionamento destas rubricas em relação a anos anteriores.

Por outro lado, continua a tendência de descida verificada ao longo do triénio, face à quebra de (-) 8,3% registada no ano em apreço, devido maioritariamente ao decréscimo das componentes de loteamentos e obras (-) 37,5% e da publicidade com (-) 15,6%, pese embora as variações positivas ocorridas nas rubricas de ocupação da via pública com (+) 29,6% e multas e outras penalidades com 2,8%.

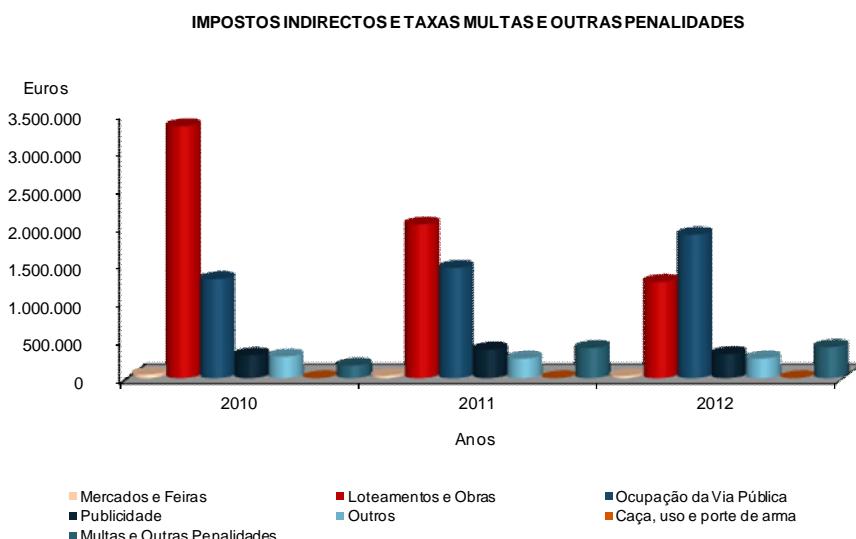
Dado que a ocupação da via pública assume uma importância primordial neste aglomerado de receita, importa anotar que por conta desta rubrica se arrecadaram 1.894.333 €, cuja responsabilidade cabe maioritariamente à Portgás – Sociedade de Produção e Distribuição de Gás, S.A. pelo pagamento da taxas de ocupação dos solos com tubos e condutas subterrâneos por parte da empresa que perfaz o total de 1.364.177 €, dos quais 853.384 € correspondem a processos dos anos 2004 a 2006 e que foram dirimidos pelo Tribunal.

Quanto aos loteamentos e obras regista-se que apesar da alteração do seu posicionamento continuam a ter grande preponderância neste agrupamento da receita, não obstante, no último triénio apresentaram decréscimos recorrentes que culminaram na perda de mais de 2.000.000 € de receita, facto que não pode ser dissociável da recessão económica que o país atravessa e que está a afetar substancialmente o setor da construção e imobiliária.

A vertente multas e outras penalidades cresceu (+) 2,8%, ou seja, 10.835 €. Este crescimento ficou a dever-se essencialmente à recuperação dos processos referidos anteriormente da firma Portgás, que pagou a título de juros de mora o montante de 198.279 €.

Apresenta-se um gráfico que espelha a distribuição deste tipo de receita.

Gráfico 10



Venda de bens e Prestações de serviços Correntes

Quadro 18

VENDA DE BENS E PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS CORRENTES									
	2010		2011		2012		Variação 2011/2012	Taxa de Execução	
	Execução	Variação 2009/2010	Execução	Variação 2010/2011	Previsão	Execução	Peso		
Venda de Bens	26.345	90,8%	15.708	-40,4%	23.900	12.075	0,4%	-23,1%	50,5%
Prestação Serviços Diversos									
S. Sociais, recr., cult. desportivos	2.430.051	10,5%	2.653.996	9,2%	2.471.000	2.635.452	86,7%	-0,7%	106,7%
Serv. Específicos autarq. locais	467.502	-17,3%	697.247	49,1%	651.000	293.782	9,7%	-57,9%	45,1%
Aluguer espaços e equip.	37.879	12,7%	37.456	-1,1%	38.800	38.382	1,3%	2,5%	98,9%
Vistorias e ensaios	37.642	64,8%	17.356	-53,9%	28.000	12.152	0,4%	-30,0%	43,4%
Outros	8	6,8%	8	5,5%	100	14	0,0%	60,3%	13,5%
Sub Total	2.999.427	5,8%	3.421.771	14,1%	3.212.800	2.991.857	98,4%	-12,6%	93,1%
Rendas e Alugueres									
Habitação e edifícios	17.578	-83,5%	50.966	189,9%	94.500	49.375	1,6%	-3,1%	52,2%
Outros- Rendas e alugueres	0		35	100,0%	100	0	0,0%		0,0%
Sub Total	17.578	-83,5%	51.000	190,1%	94.600	49.375	1,6%	-3,2%	52,2%
Total	3.017.005	2,6%	3.472.772	15,1%	3.307.400	3.041.233	100,0%	-12,4%	92,0%

Un/Euros

A receita total da Venda de Bens e Prestação de Serviços em 2012 fixou-se em 3.041.233 €, abaixo do executado no ano anterior em (-) 431.539 €.

Tal comportamento encontra-se substancialmente influenciado pelo decréscimo de (-) 57,9% ocorrido na componente de serviços específicos das autarquias locais, explicado por uma regularização ocorrida em 2011 no que se refere à imputação das remunerações de funcionários municipais, que se encontravam deslocados a exercer funções nas empresas municipais, que por si só perfazia 406.226 € Isolado que fosse o montante desta regularização obter-se-ia nesta rubrica de receita um pequeno aumento de 17.200 €.

Os Serviços Sociais, Recreativos, Culturais e Desportivos, compreendem duas vertentes muito importantes da atividade municipal que são o desporto e a educação. Pela utilização dos complexos desportivos foi arrecadada receita no montante de 1.494.126 €, e pela dos serviços de educação (CAF e SAF) e refeições escolares foi cobrada a importância de 1.138.083 €

Por conta da classificação económica de aluguer de espaços e equipamentos encontram-se refletidas as utilizações dos diversos de espaços como o aeródromo, as feiras e mercados e os stands da feira de artesanato. Em 2012, foram arrecadados por esta via 38.382 €, verificando-se um ligeiro acréscimo de 2,5% face ao ano anterior.

A importância proveniente de vistorias e ensaios é pouco significativa em termos de resultado final, pois absorve apenas 0,4% do total deste agregado analisado.

No que toca às Rendas e Alugueres, refere-se apenas que, o decréscimo de (-) 3,1% se deve única e exclusivamente ao não pagamento de rendas de habitação social. A maior fatia do montante cobrado corresponde a 45.000 € pagos pela empresa Maiambiente - Empresa Municipal Ambiente, E.M, pelas instalações do antigo matadouro municipal.

Em síntese, como se têm verificado ao longo das últimas gerências, a tendência da receita cobrada bruta é decrescente, não sendo de desprezar nas considerações a tecer acerca deste assunto a elevada carga fiscal com que o país se defronta, e a dificuldade cada vez maior dos contribuintes em pagar as suas obrigações, aliada ainda a uma diminuição das transferências da administração central para as autarquias locais, tornando cada vez mais difícil o desenvolvimento de uma atividade municipal.

RECEITAS LIQUIDADAS E NÃO COBRADAS

Quadro 19

	MAPA DE CONTROLO DARECEITA								
	Receitas por cobrar no início do período	Receitas Liquidadas	Liquidações Anuladas	Receitas Cobradas Brutas	Reembolsos/ Restituições Emitidos	Receita Cobrada Pagos	Receitas por cobrar no final	Variação 2011/2012	
						2011	2012		
Receitas Correntes									
Impostos Directos		34.201.417	2.993	34.198.424	313.488	313.488	33.884.936		
Impostos Indiretos, Tx Multas e Out. Penalidades	4.146.242	3.423.022	66.155	4.163.668	1.346	1.346	4.162.321	4.146.242	3.339.443
Rendimentos de Propriedade	805	2.473.855		2.473.829	19	19	2.473.810	805	831
Transferências Correntes		13.216.760		13.216.760	8.553	8.553	13.208.207		
Venda de Bens e Serviços Correntes	631.099	3.198.380	25.416	3.041.233	2.106	2.106	3.039.126	631.099	762.830
Outras Receitas Correntes	233.264	194.730	8.838	160.374			160.374	233.264	258.783
Receitas de Capital									
Vendas de Bens de Investimento	281.833	2.972		19.731			19.731	281.833	265.074
Transferências de Capital		3.839.375		3.839.375			3.839.375		
Activos Financeiros		9.286		9.286			9.286		
Outras Receitas de Capital	1.583.332	400.000	69.891	400.000			400.000	1.583.332	1.513.441
Outras Receitas	660.981	14.079	10.981	3.413			3.413	660.981	660.666
Total	7.537.556	60.973.876	184.274	61.526.092	325.513	325.513	61.200.579	7.537.556	6.801.067
Un:Euros									
-9,8%									

As receitas liquidadas e não cobradas, no final de 2012 ascendiam a 6.801.067 €, traduzindo um decréscimo de (-) 9,8% face a 2011, justificado maioritariamente pela diminuição ocorrida na rubrica de Impostos Indiretos, Taxas Multas e Outras Penalidades, em especial derivada da ocupação da via pública que isoladamente contribuiu com (-) 852.485 €, em resultado da recuperação dívida da Portgás. Daquele valor, 259.011 € encontrava-se dentro do prazo voluntário de pagamento e 3.354.590 € em execução fiscal.

Apesar da considerável diminuição anotada, a receita por cobrar continua a ter grande expressão, assumindo especial relevância, o valor dos Impostos Indiretos, Taxas Multas e Outras Penalidades por cobrar que totaliza 3.339.443 €, cerca de 49% do total da receita liquidada e não cobrada. Daquela importância, importa registar que 2.629.589 € estão alocados aos loteamentos e obras e 175.576 € à publicidade, estando a sua grande maioria em sede de execução fiscal.

Com alguma expressividade surge também a rubrica de outras receitas de capital com 1.513.441 €, cuja diferença para o ano de 2011, se deve única e exclusivamente a um reajustamento contabilístico entre rubricas, não traduzindo na sua génese uma variação. Relativamente à restante verba por cobrar, conforme tem sido bem explanado em relatórios anteriores, 1.320.309 € referem-se a reembolsos derivados de encargos assumidos com amortizações dos empreendimentos PER, geridos pela empresa Espaço Municipal.

A apresentar um incremento de 131.731 €, cerca de (+) 21%, aparece a venda de bens e serviços correntes, que contempla entre outros, os serviços de educação do CAF, SAF e das refeições escolares, que isoladamente são responsáveis pelo aumento da receita por cobrar em (+) 109.668 €, em consequência das dificuldades de implementação do novo aplicativo informático de Gestão de Ensino que originou alguns atrasos no envio da faturação, que apenas foi concretizado no final do mês de dezembro.

No que respeita às Vendas de Bens de Investimento, importa referir que a diferença existente relativamente ao ano 2011 se deve ao recebimento da 1.ª prestação da retoma das impressoras do município, no montante de 17.085 €.

Quanto às liquidações anuladas, destacam-se Outras Receitas de Capital e os Impostos Indiretos Taxas Multas e Outras penalidades.

As outras receitas de capital, embora se apresentem com a importância mais elevada em matéria de anulações, resumem-se, à anulação, por emissão de nova fatura, espelhando meros reajustamentos contabilísticos.

Relativamente às anulações por conta da rubrica de Impostos Indiretos, Taxas Multas e Outras Penalidades, verifica-se que a publicidade contribui com 56.318 €, dos quais apenas 5.871 € respeitam a verdadeiras anulações de receita, sendo o remanescente consequência de meras retificações das guias de receita, que por imperativo da aplicação informática exigem a anulação do documento original e emissão de novo documento, empolando assim o valor real das anulações.

No que respeita aos reembolsos e restituições, a maior representatividade cabe aos impostos diretos que totalizaram 313.488 € e são resultado de erros nas cobranças efetuadas pela Autoridade Tributária.

Resta mencionar que, a receita liquidada e não cobrada é uma área muito sensível na qual o município desenvolve elevados esforços no sentido da sua recuperação, nomeadamente a cobrança em sede de execução fiscal de processos aos quais cessaram todas as hipóteses de serem cobrados voluntariamente.

TRANSFERÊNCIAS

No núcleo de ação de uma autarquia, encontramos os elementos motivacionais da sua existência e por consequência da sua ação, como sejam, a população e o território que lhe cabe administrar e os bens e serviços públicos que lhe estão atribuídos produzir. A relação entre ambos é axiomática, ou seja, dentro das suas atribuições e competências cabe-lhe decidir quais as melhores opções a seguir, com vista a uma melhor resposta às necessidades da população.

A centralização *versus* descentralização dos poderes públicos, é um tema que vem suscitando aprofundados debates, no entanto, o núcleo central nesta questão é aquele que resulta do axioma mencionado anteriormente. Ao mesmo tempo observa-se que os municípios têm cada vez mais consciência da sua soberania enquanto consumidores de bens públicos, e esses municípios, no contexto de uma sociedade democrática, têm assumido, enquanto decisores sobre o papel da governação na sua área territorial, o *empowerment* que tal situação lhe confere, exigindo mais especialização na prestação do serviço público, ou seja, que a par da descentralização sejam encontradas formas de organização municipal capazes de se adaptar à envolvente e por consequência às suas necessidades.

Tem havido um reconhecimento geral, que o poder político centralizado é gerador de ineficiências ao nível das decisões de natureza política, quer seja pelas opções de investimento público prosseguidas, que em muitos dos casos não correspondem às verdadeiras necessidades públicas das comunidades locais, quer seja pela redistribuição da receita pública. O que está em causa é a aproximação da solução do problema à origem do mesmo, e que, da ação pública resultem serviços públicos de qualidade e cuja avaliação pelos municípios conclua nesse sentido, ou seja, serviços prestados com qualidade, eficiência, eficácia e economicidade.

Desta forma poderá dizer-se que a transferência de atribuições e competências para os municípios não está vazia de metas e objetivos, antes tem um grande desígnio que deve ser perseguido, ou seja, a produção de melhores serviços e bens públicos, necessariamente ajustados aos interesses locais, e que na medida do alcançável possam contribuir para o todo nacional, não de forma puramente quantitativa, mas essencialmente, de forma qualitativa.

Neste mesmo sentido veio a Lei 159/99 de 14 de setembro, estabelecer o quadro de transferência de atribuições e competências para as autarquias locais, bem como os princípios gerais sobre os quais assenta tal processo, destacando-se o da coesão nacional, da solidariedade inter-regional, da eficiência e eficácia da gestão com respeito pelos direitos dos administrados, da subsidiariedade entre níveis de administração, aproximando o poder dos cidadãos e o da coordenação de atuação em matéria de investimentos.

Na Lei das Finanças Locais vigente e na sequência do regime anterior, tenta-se integrar e ampliar do ponto de vista financeiro os princípios previstos pela Lei 159/99, sobressaindo:

- **O “princípio da coerência”, que reafirma e reforça a ideia da descentralização através das atribuições e competências, às quais deve corresponder em paralelo uma efectiva transferência financeira;**
- **A coordenação das finanças locais com as estaduais, a qual visa o desenvolvimento equilibrado de todo o país e ainda atingir os objectivos e as metas com as quais Portugal se comprometeu no seio da união Europeia;**
- **O equilíbrio financeiro vertical e horizontal entre autarquias do mesmo grau, referindo-se o primeiro à necessidade de adequar os recursos de cada nível de administração às atribuições e competências que lhe correspondem. Já o segundo, refere-se à necessidade de afectar a receita pública de forma a conseguir diminuir as desigualdades geradas por diferentes capacidades em matéria de arrecadação de receitas ou necessidade de realização de despesa.**

Da conjugação de ambas as leis resulta que as autarquias apesar de terem maior facilidade para detetar e resolver problemas das populações do seu território, não dispõem de meios financeiros suficientes para os solucionar, entendimento que a própria Lei das Finanças Locais perfilha, ao reforçar não só o princípio da descentralização mas também a necessidade de lhe estar associado uma efectiva transferência financeira.

Na ótica económica as receitas provenientes de transferências subdividem-se em correntes e de capital, podendo as primeiras ser definidas como aquelas que se destinam ao financiamento de despesas correntes ou sem uma afetação conhecida *a priori*, e para financiamento de despesas de investimento no

caso das segundas. Tais receitas, conforme se referiu anteriormente, encerram em si um determinado objetivo ou seja a produção de melhores serviços e bens públicos.

Também nesta matéria o município da Maia tem tentado que as suas opções estratégicas reflitam os interesses locais, mas que ao mesmo tempo possam contribuir para o desenvolvimento do país. Tais opções estratégicas refletem, dentro das atribuições e competências que lhe são conferidas pelos diplomas legais, necessidades identificadas que são alvo prioritário de resposta.

Contudo e no contexto das transferências da administração central para a local haverá que fazer a distinção entre fundos municipais e outras transferências, as primeiras são comumente designadas de “Participação dos Municípios nos Impostos do Estado (PIE) ” e é nesta aceção restrita que a atual Lei das Finanças Locais prioriza a sua abordagem, configurando estes fundos como propiciadores de eficiência e equidade.

Já as “outras transferências” visam da mesma forma reforçar a ideia de descentralização, proporcionando aos municípios no âmbito das suas atribuições e competências o necessário financiamento que permita a materialização da ideia de “descentralização”.

Todavia perante o contexto económico atual, desde 2010 que o total de fundos municipais a transferir pelo orçamento do estado tem vindo a diminuir, com fundamento na Lei de Enquadramento Orçamental, como forma de assegurar os princípios da estabilidade orçamental e da solidariedade recíproca.

Considerando o exposto, estrutura-se à análise deste agrupamento da receita, promovendo primeiro uma abordagem global às transferências obtidas, e só depois analisando de forma detalhada determinados grupos de transferências que pela sua tipologia interessa avaliar conjuntamente, designadamente fundos municipais, e os contratos programa e projetos cofinanciados.

No Quadro 20 sistematiza-se as transferências recebidas no último triénio que têm contribuído para a concretização do serviço público prestado, designadamente ao nível de cada subagrupamento económico.

Quadro 20

	TRANSFERÊNCIAS						
	2010		2011		2012		
	Execução	Variação	Execução	Variação	Execução	Peso	
Transferências Correntes							
Estado	13.626.944	13.551.564	-0,6%	70,5%	13.216.760	-2,5%	77,5%
Fundo de Equilíbrio Financeiro	13.384.775	13.355.788	-0,2%	69,5%	13.070.403	-2,1%	76,6%
Fundo Social Municipal	2.930.071	2.734.702	-6,7%	14,2%	2.333.070	-14,7%	13,7%
Participação Variável no IRS	1.951.718	1.821.583	-6,7%	9,5%	1.555.018	-14,6%	9,1%
Outros	6.138.745	5.945.799	-3,1%	30,9%	6.266.549	5,4%	36,7%
Outros	2.364.241	2.853.704	20,7%	14,8%	2.915.766	2,2%	17,1%
Comparticipação em projectos comunitários	170.147	167.096	-1,8%	0,9%	52.594	-68,5%	0,3%
Serviços e Fundos Autónomos	48.948	16.681	-65,9%	0,1%	57.102	242,3%	0,3%
Segurança Social	23.074	11.998	-48,0%	0,1%	35.661	197,2%	0,2%
Instituições S/Fins Lucrativos	0	0	S/Var.	0,0%	1.000	100,0%	0,0%
Transferências de Capital	8.958.482	5.670.823	-36,7%	29,5%	3.839.375	-32,3%	22,5%
Sociedades e Quase-Sociedades Não Financeiras	18.353	938.041	100,0%	4,9%	611.553	-34,8%	3,6%
Estado	1.953.381	1.959.740	0,3%	10,2%	1.557.147	-20,5%	9,1%
Fundo de Equilíbrio Financeiro	1.953.381	1.823.135	-6,7%	9,5%	1.555.380	-14,7%	9,1%
Cooperação técnica e financeira	0	136.605	S/Var.	0,7%	1.767	-98,7%	0,0%
Outros	0	0	S/Var.	0,0%	0	S/Var.	0,0%
Comparticipação em projectos comunitários	6.513.490	2.773.043	-57,4%	14,4%	1.670.675	-39,8%	9,8%
Serviços e Fundos Autónomos	473.258	0	-100,0%	0,0%	0	S/Var.	0,0%
Total	22.585.426	19.222.387	-14,9%	100,0%	17.056.136	-11,3%	100,0%

Un: Euros

Uma análise aos dados constantes do Quadro 20 permite concluir que no exercício de 2012 as transferências totalizaram 17.056.136 €, traduzindo uma variação negativa de (-) 11,3% ou seja, (-) 2.166.251 €, consubstanciando-se no último triénio em recorrentes perdas desta tipologia de receita, em especial no que concerne às transferências de capital, circunstância que não será alheia ao facto dos projetos financiados no âmbito do QREN se encontrarem quase todos integralmente financiados.

Em termos de evolução do ponto de vista global destas transferências, verifica-se que ao longo do triénio, no caso das correntes a cadência de redução não é tão significativa, já quanto às transferências de capital os decréscimos são sempre mais acentuados, face à variação espelhada entre 2011 e 2012, de (-) 2,5% nas correntes e de (-) 32,3% nas de capital.

É pois notório que entre 2010 e 2012 ocorreu uma considerável quebra de receita proveniente das transferências de (-) 5.529.291 €, imputável sobretudo às transferências de capital.

A variação destacada anteriormente, deriva do facto de nas receitas de capital existirem rubricas com potencial de entrada de maior volatilidade, como por exemplo as que provêm de projetos financiados no âmbito do QREN. Tomando em consideração que a maioria dos projetos para este quadro de apoio se encontra em estado de maturidade avançada, em termos de execução, o influxo de recursos associados segue a tendência inversa, ou seja, quanto maior o estado de maturidade da execução menor o influxo de recursos que lhe estará associado. Por outro lado também a rubrica “Fundo de Equilíbrio Financeiro” foi diminuída em (-) 14,7% em 2012 face ao ano de 2011, contribuindo também esta diminuição para o decréscimo global.

Ao nível das transferências correntes a variação é pouco significativa, sendo no entanto de realçar a trajetória descendente dos fundos (PIE), que assume relevância no contexto das transferências correntes e que decorre, da mesma forma que as de capital, da necessidade de consolidar as contas públicas.

Do ponto de vista da sua preponderância, as transferências correntes são aquelas que assumem sempre maior expressividade no total deste agregado da receita, sendo responsáveis na gerência em apreço por 77,5% do total transferido, refletindo um decréscimo de (-) 334.803 €, onde, como se referiu, os fundos municipais assumem especial destaque.

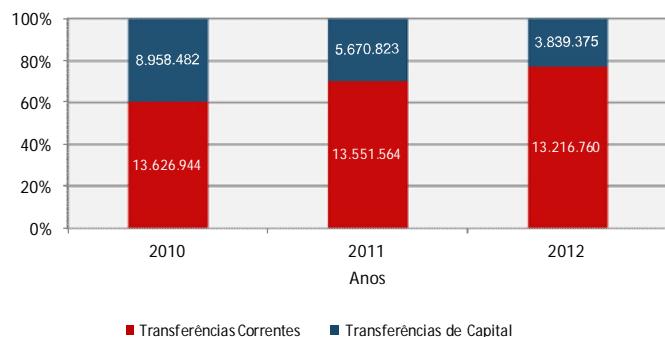
As transferências de capital apresentam uma natureza mais volátil, essencialmente porque são transferências em tudo ligadas à execução de projetos com participação comunitária no âmbito do QREN, e portanto, com características que as aproxima de receitas extraordinárias, ainda que não sejam contabilisticamente consideradas como tais.

A título de informação complementar, regista-se ainda que no contexto geral da receita as transferências absorvem cerca de 28% do total da receita municipal, valor ligeiramente inferior ao verificado nos anos 2010 (32%) e 2011 (30%). Esta diminuição do contributo das transferências no cômputo global das receitas encontra-se atenuada, uma vez que, simultaneamente se verificou uma quebra nas transferências, mas também uma quebra na receita total.

O Gráfico 11 permite visualizar a evolução em termos absolutos e relativos, cada uma das componentes económicas da rubrica de transferências.

Gráfico 11

EVOLUÇÃO DAS TRANSFERÊNCIAS CORRENTES E DE CAPITAL

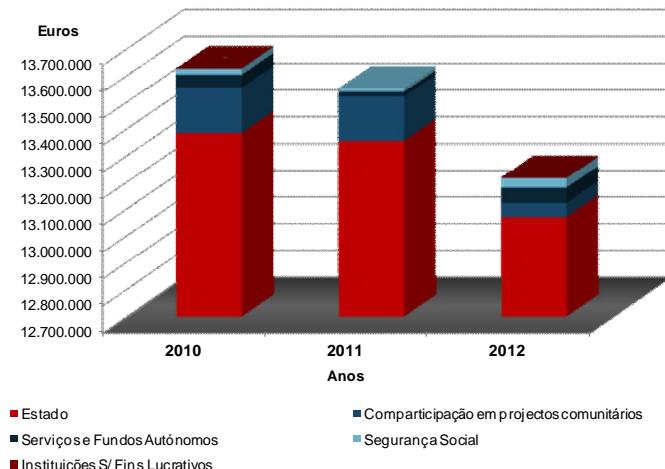


Numa análise à composição das transferências correntes, é perceptível que ao longo do triénio a rubrica transferências correntes do “Estado”, é aquela que tem maior expressividade no total das transferências correntes para o Município, assumido sempre valores que rondam os 99% do total das transferências correntes, ainda que em termos absolutos apresentem uma variação negativa de dimensão considerável, que ascende a (-) 314.372 € entre 2010 e 2012, onde claramente sobressaem os fundos municipais. Regista-se ainda que sua componente “Outros” ao absorver no exercício de 2012, cerca de 17% da globalidade das transferências agrega uma heterogeneidade de comparticipações, estando por isso sujeita a maior oscilação tendo em conta a natureza de cada uma das comparticipações.

As restantes rubricas “Comparticipação em projetos comunitários”, “Serviços e fundos autónomos” e “Segurança social”, assumem um valor residual cujo peso no seu conjunto em 2012 não chega a 1% do total das transferências.

Gráfico 12

EVOLUÇÃO DAS TRANSFERÊNCIAS CORRENTES



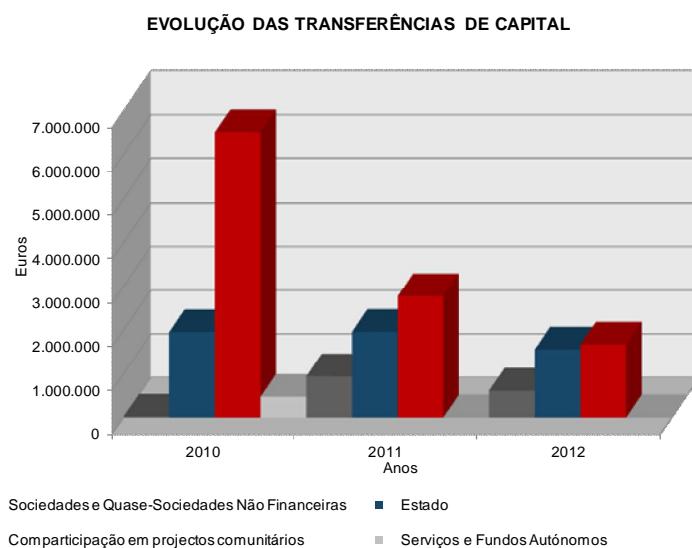
Já no âmbito duma apreciação às componentes que integram as transferências de capital, assumem maior predomínio o “Fundo de Equilíbrio Financeiro”, e a “Comparticipação em projetos financiados”, ambas a refletir significativas quebras de receita.

Por outro lado, a “Cooperação técnica e financeira” que também tem origem nas transferências do Estado apresenta maior variação em termos relativos, atingindo o valor de (-) 98,7%, mas que em termos absolutos corresponde a apenas (-) 134.837 €, não tendo contudo qualquer relevância no cômputo global das transferências face aos 1.767 € arrecadados.

Relativamente à rubrica “Sociedades e Quase-Sociedades não Financeiras” apresenta em 2012 uma execução de 611.553 € que comporta na sua grande maioria uma comparticipação financeira no valor de 500.000 €, no âmbito do Protocolo de Acordo com A BRISA Concessão rodoviária, S.A., para alargamento e beneficiação da A4-Auto estrada Porto/Amarante, sublanço de Águas Santas-Ermesinde e construção do nó da escola da Granja com deslocalização de acampamento de pessoas de etnia cigana. A diferença restante para este agrupamento económico é na quase totalidade imputada a comparticipações da empresa Metro do Porto, S.A., no âmbito de trabalhos de inserção urbana.

No que concerne à económica de “Serviços e fundos autónomos” verifica-se a inexistência de arrecadação de receita nos anos 2011 e 2012, devido à finalização em 2010 do financiamento associado aos empreendimentos P.E.R. por parte do Instituto da Habitação e Reabilitação Urbana. A partir de 2011 deixou de haver qualquer verba a receber para estes projetos.

Gráfico 13



Fundos Municipais

O Quadro 21, reflete bem esta tendência de diminuição dos fundos municipais anualmente transferidos pelo orçamento do estado, iniciada em 2010 e com a previsão para 2013 a manter o volume dos fundos transferidos em 2012.

Quadro 21

	TRANSFERÊNCIAS DO ESTADO						
	2010		2011		2012		2013
	Execução	Execução	Variação 2009/2010	Execução	Variação 2010/2011	Previsto OE	Variação 2011/2012
Transferências Correntes - Estado	11.020.534	10.502.084	-4,7%	10.154.637	-3,3%	10.932.327	7,7%
Fundo de Equilíbrio Financeiro	2.930.071	2.734.702	-6,7%	2.333.070	-14,7%	3.110.760	33,3%
Fundo Social Municipal	1.951.718	1.821.583	-6,7%	1.555.018	-14,6%	1.555.018	0,0%
Participação Variável no IRS	6.138.745	5.945.799	-3,1%	6.266.549	5,4%	6.266.549	0,0%
Transferências Capital - Estado	1.953.381	1.953.381	0,0%	1.555.380	-20,4%	777.690	-50,0%
Fundo de Equilíbrio Financeiro	1.953.381	1.953.381	0,0%	1.555.380	-20,4%	777.690	-50,0%
Total	12.973.915	12.455.465	-4,0%	11.710.017	-6,0%	11.710.017	0,0%

Un: Euros

Em 2012, o total das transferências provenientes do Orçamento de Estado cifrou-se a 11.710.017 €, mantendo-se igual o montante previsto para 2013, o que reflete bem a perda de receita que ocorreu entre 2010 e 2012 e que em termos absolutos consubstancia-se em (-) 1.263.898 €.

No contexto global do orçamento da autarquia, estas receitas têm grande relevância, correspondendo-lhe cerca de 19% do total da receita. Atente-se em particular ao Fundo Social Municipal cuja verba tem sido consignada à função “Educação”, e que, desde logo assume grande importância estratégica para o município. Entre 2010 e 2012, a redução do Fundo Social Municipal ascendeu a (-) 396.700. Em 2013 a previsão para esta rubrica mantém-se ao nível da execução de 2012, pelo que, não se perspetiva um agravamento das condições de financiamento, no que a estas rubricas diz respeito.

Por sua vez, o “Fundo de Equilíbrio Financeiro”, também sofreu uma redução assinalável atingindo entre 2011 e 2012 uma quebra de (-) 14,7%, ou seja (-) 597.001 €.

Quanto à “Participação Variável no IRS”, é de igual modo visível que é a única rubrica que neste período regista um acréscimo, de (+) 5,4% entre 2011 e 2012, sendo certo que para 2013 não se prevê qualquer aumento.

O Quadro 22 retrata o peso que estes fundos municipais têm na estrutura da receita do município, em particular no total das transferências, assumindo assim relevância para o normal desempenho das suas atribuições e competências.

Quadro 22

	FUNDOS MUNICIPAIS (PIE) NA ESTRUTURA DA RECEITA						
	2010	2011	2012	2010	2011	2012	2010
							Execução
Fundos Municipais (PIE) Correntes	11.020.534	10.502.084	10.154.637	48,79%	54,63%	59,54%	15,90%
Fundo de Equilíbrio Financeiro	2.930.071	2.734.702	2.333.070	12,97%	14,23%	13,68%	4,23%
Fundo Social Municipal	1951.718	1821.583	1555.018	8,64%	9,48%	9,12%	2,82%
Participação Variável no IRS	6.138.745	5.945.799	6.266.549	27,18%	30,93%	36,74%	8,86%
Fundos Municipais (PIE) Capital	1.953.381	1.823.135	1.555.380	8,65%	9,48%	9,12%	2,82%
Fundo de Equilíbrio Financeiro	1953.381	1823.135	1555.380	8,65%	9,48%	9,12%	2,82%
Total de Fundos (PIE)	12.973.915	12.325.219	11.710.017	57,44%	64,12%	68,66%	18,72%
Total de Transferências	22.585.426	19.222.387	17.056.135	-	-	-	-
Total de Receita	69.294.396	63.401.380	61.526.092	-	-	-	-

Un: Euros

O exposto permite aferir que a participação nos impostos do estado (PIE), como transferências que visam introduzir ao nível nacional objetivos de eficiência e equidade, diminuiu em termos absolutos entre 2010 e 2012. Já para 2013, a previsão é a da manutenção dos valores de 2012 como já foi atrás referido.

Por outro lado, verifica-se que estes fundos têm aumentado ligeiramente o seu peso no total da receita, sendo este aumento decorrente da diminuição da receita total, e não propriamente do aumento dos mesmos, conclusão a que se chegaria se fizéssemos uma leitura exclusivamente percentual.

É também visível que os fundos (PIE) são aqueles que têm maior expressão no contexto das transferências, representando em 2012 cerca de 69% do seu total, permanecendo o seu nível de influência tal como em 2010 e 2011, ainda que com percentuais diferentes.

Neste âmbito sobressai claramente a preponderância da “Participação Variável no IRS”.

Conclui-se, assim que a estrutura da receita se apresenta com alguma dependência das transferências em geral e dos fundos (PIE) em particular, sofrendo a atividade municipal perda de influência, sempre que tal receita venha a ser diminuída, nos termos já abordados anteriormente em matéria de eficiência e equidade.

Resumo das Transferências e Projectos Cofinanciados

Como análise final, inserem-se três mapas, os quadros 23 e 24 traduzem com particular relevância determinada orientação estratégica, um que nos permite avaliar a evolução das transferências para diversas atividades com particular incidência nas áreas da educação e social, bem como a evolução das transferências para projetos cofinanciados, diferenciando os de natureza corrente dos de capital e analisando a sua evolução entre 2010 e 2012, enquanto o quadro 25 permite-nos analisar a execução dos projetos financiados no âmbito do QREN, com ênfase para o grau de execução de cada um destes e montantes envolvidos.

Quadro 23

	TRANSFERÊNCIAS E COMPARTICIPAÇÕES					
	2010	2011	Variação 2010/2011	2012	Variação 2011/2012	Peso
Transferências Correntes	2.606.410	3.049.480	17,0%	3.062.123	0,4%	57,3%
Estado - Participação comunitária em projectos co-financiados	170.147	167.096	-1,8%	52.594	-68,5%	1,0%
Programa Operacional Potencial Humano - QREN - Qualificação dos Profissionais nas Administração Local	0	30.556	100,0%	0	100,0%	0,0%
CCDRN - Programa de Estágios Profissionais na Administração Local - 1ª Edição	0	0	S/Var	0	S/Var	0,0%
Programa Operacional Potencial Humano - QREN - Estágios Profissionais nas Administração Local - 2ª Edição	12.152	0	-100,0%	0	S/Var	0,0%
Programa Operacional Potencial Humano - QREN - Estágios Profissionais nas Administração Local - 3ª Edição	46.052	0	-100,0%	0	S/Var	0,0%
ON 2 - O Novo Norte - QREN - Campanha de Informação, Sensibilização Relativa à Qualidade do Ar	24.157	0	-100,0%	0	S/Var	0,0%
Fundo Europeu de Ajustamento à Globalização - QIM ONDA	87.786	46.854	-46,6%	0	-100,0%	0,0%
ON 2 - O Novo Norte - QREN - Sistema Integrado de Modernização Autárquica	0	89.686	100,0%	52.594	-414%	10%
Serviços e Fundos Autónomos	48.948	16.681	-65,9%	57.102	242,3%	1,1%
Instituto Emprego Formação Profissional - Apoio ao Desenvolvimento do Artesanato	4.300	0	-100,0%	9.400	100,0%	0,2%
Instituto Emprego Formação Profissional - Gabinetes de Inserção Profissional	44.648	16.681	-62,6%	45.627	173,5%	0,9%
Instituto Politécnico do Porto - Estágios Profissionais	0	0	S/Var	2.075	100,0%	0,0%
Segurança Social	23.074	11.998	-48,0%	35.661	197,2%	0,7%
Sistema de Solidariedade e Segurança Social - CPCJR	23.074	11.998	-48,0%	35.661	197,2%	0,7%
Instituições S/ Fins LLucrativos	0	0	S/Var	1.000	100,0%	0,0%
Fundação Calouste Gulbenkian	0	0	S/Var	1.000	100,0%	0,0%
Outros:	2.364.241	2.853.704	20,7%	2.915.766	2,2%	54,5%
D.R.E.N. - Transporte de Alunos com Deficiência	2.448	0	-100,0%	0	S/Var	0,0%
D.R.E.N. - Programa de Enriquecimento Curricular no 1º Ciclo Ensino Básico	107.7002	132.581	22,8%	134.338	-6,6%	24,6%
D.R.E.N. - Acordo de Cooperação no Pré-Escolar - Auxiliares de Ação Educativa	353.837	514.545	45,4%	447.533	-13,0%	8,4%
D.R.E.N. - Acordo de Cooperação no Pré-Escolar - Componente Social	705.055	587.108	-16,7%	885.804	50,9%	16,6%
D.R.E.N. - Generalização Reféncias Escolares a Alunos do 1º Ciclo	96.753	100.133	3,5%	138.222	38,0%	2,6%
Direcção Geral das Autarquias Locais - Transportes Escolares	98.338	100.501	2,2%	100.501	0,0%	1,9%
Ministério da Administração Interna - Recenseamento Eleitoral	2.808	1957	-30,3%	1368	-30,1%	0,0%
Ministério da Administração Interna - Comparticipação para Despesas com Actos Eleitorais	0	88.694	100,0%	0	-100,0%	0,0%
Direcção Geral das Autarquias - Funcionamento do Gabinete Técnico Florestal	28.000	0	-100,0%	28.000	100,0%	0,5%
D.R.E.N. - Compensação por Encargos com Ação Social Escolar do 1º Ciclo	0	138.186	S/Var	0	-100,0%	0,0%
Transferências de Capital	7.005.101	3.847.688	-45,1%	2.283.995	-40,6%	42,7%
Sociedades e Quase Sociedades não Financeiras	18.353	938.041	5011,2%	611.553	-34,8%	11,44%
Projecto Designado de "Bosque Autóctone - Hipematura Contíente"	18.353	0	-100,0%	0	S/Var	0,0%
Protocolo de Acordo no Âmbito da Empreitada de Alargamento da A4 - Sublanço Águas Santas-Ermesinde	0	938.041	S/Var	500.000	-46,7%	9,35%
Protocolo com a Metro do porto S.A. - Obras de Inserção Urbana	0	0	S/Var	110.553	100,0%	2,07%
Fundação Calouste Gulbenkian*	0	0		1000	100,0%	0,02%
Estado - Cooperação Técnica e Financeira	0	136.605	100,0%	1.767	-99,7%	0,03%
Programa de Expansão e Desenvolvimento do Pré-Escolar - Escola Básica do Barroso	0	66.605	S/Var	1.767	-98,7%	0,03%
Estado - Participação comunitária em projectos co-financiados	6.513.490	2.773.043	-57,4%	1.670.675	-39,8%	31,25%
Programa Operacional Potencial Humano - QREN - Plano Municipal de Acessibilidades	54.412	0	-100,0%	0	S/Var	0,00%
Programa Operacional Sociedade da Informação - QCA III - Eixo 2 - Medida 2.1-Espaço Internet da Maia	0	0	S/Var	0	S/Var	0,00%
ON 2 - O Novo Norte - QREN - Requalificação da Rede Escolar	6.459.079	1784.633	-72,4%	950.501	-46,7%	17,78%
PROEDOP - Op. Norte - QCA III - Eixo 1 - Medida 3.10 - Pavilhão de Guelfões	0	0	S/Var	0	S/Var	0,00%
POS_Conhecimento - Eixo 8 - Medida 8.1-Projecto Maia Digital	0	0	S/Var	0	S/Var	0,00%
ON 2 - O Novo Norte - QREN - Aquisição e Aperfeiçoamento de Biblioteca Itinerante	0	2.492	100,0%	45.802	1737,5%	0,86%
ON 2 - O Novo Norte - QREN - Sistema Integrado de Modernização Autárquica	0	714.093	100,0%	578.624	-10,0%	1,82%
ON 2 - O Novo Norte - QREN - Plano de Mobilidade Sustentável do Concelho da Maia	0	9.996	100,0%	83.540	735,7%	1,56%
ON 2 - O Novo Norte - QREN - Construção do Polidesportivo da Aldeia	0	66.500	100,0%	0	-100,0%	0,00%
ON 2 - O Novo Norte - QREN - Construção do Polidesportivo de Santa Cristina	0	56.614	100,0%	2.845	-95,0%	0,05%
ON 2 - O Novo Norte - QREN - Construção do Polidesportivo da Quinta da Comenda	0	45.524	100,0%	3.538	-92,2%	0,07%
ON 2 - O Novo Norte - QREN - Recuperação das Piscinas Descobertas da Quinta da Gruta	0	93.190	100,0%	5.824	-93,7%	0,11%
Serviços e Fundos Autónomos	473.258	0	-100,0%	0	S/Var	0,00%
Instituto da Habitação e da Reabilitação Urbana - Programa Especial de Reabilitação	459.008	0	-100,0%	0	S/Var	0,00%
Instituto Emprego Formação Profissional - Gabinetes de Inserção Profissional	14.250	0	-100,0%	0	S/Var	0,00%
	9.611.511	6.897.168	-28,24%	5.346.119	-22,49%	100,00%

Un: Euros

De forma semelhante ao que ocorreu no exercício económico anterior, em 2012 o maior volume de transferências correntes arrecadadas foi realizado por conta da rubrica "Outros", assumindo em valor absoluto o montante de 2.915.766 €, sendo as mesmas quase todas destinadas à cobertura de despesas correntes na área da educação.

O decréscimo consecutivo de cerca de (-) 22,5% das receitas consignadas totais advém essencialmente da comparticipação comunitária em projetos cofinanciados, sobretudo das rubricas que financiam despesas de capital, assumindo especial destaque os projetos associados:

- À “Requalificação da Rede Escolar” que ostentaram em 2012 uma evolução negativa que ascendeu a (-) 834.132 €, e apresentaram neste último ano uma execução de 950.501 €. A variação ocorrida conforme já se assinalou anteriormente, é consequência da fase de execução em que se encontram os diversos projetos e consequente influxo de receita associado. Desta forma, não é surpreendente esta quebra, sendo totalmente previsível, esperando-se para futuro que o mesmo, ou outro de natureza similar, possa de novo contribuir para níveis mais elevados de execução da receita e consequentemente da atividade autárquica, tomando em consideração o novo quadro de apoio que se avizinha;
- Ao “Sistema Integrado de Modernização Autárquica” que ascendeu em 2012 a 578.624 € e apresentou uma oscilação de (-) 135.469 €;
- À “Aquisição e Apetrechamento da Biblioteca Itinerante” com uma execução de 45.802 €

No que se refere à rubrica dos “Serviços e Fundos Autónomos”, destaca-se:

- A continuação da inexistência de fundos provenientes do Instituto da Habitação e Reabilitação Urbana, que até então entraram para financiar projetos no âmbito do Programa Especial de Realojamento. O pagamento efetuado em 2010 refere-se a saldos associados a alguns projetos, tendo ficado concluído o financiamento por parte deste instituto neste programa;
- O financiamento destinado aos Gabinetes de Inserção Profissional (GIP), de natureza corrente, que apresenta um acréscimo de 173%, como consequência da assinatura de novos protocolos que permitiram a continuidade dos mesmos.

A comparticipação da Segurança Social para o funcionamento da Comissão de Proteção de Crianças e Jovens em Riscos, apresenta em 2012 um acréscimo de 197%. No entanto tal acréscimo deriva de meros reajustamentos contabilísticos.

Devido à sua relevância no âmbito das transferências realizadas sob a designação “Outros”, consignadas à área da educação, interessa destacar que estas refletem as variações ocorridas no exercício económico e não as variações ocorridas no ano letivo, e é sobre este último que o financiamento anual incide, cruzando-se assim num mesmo ano económico financiamento associado a dois anos letivos distintos. Desta forma, analisando os fluxos financeiros ocorridos nas transferências para a área da educação e comparando as transferências por ano económico, observadas no quadro anterior com as transferências por ano letivo observadas no quadro seguinte, podem-se tirar algumas conclusões divergentes.

Quadro 24

TRANSFERÊNCIAS PARA A ÁREA DA EDUCAÇÃO POR ANO LECTIVO				Variação dos dois últimos anos letivos	
	Execução por ano letivo	2009/2010	2010/2011	2011/2012	
Outros:		2.501.181	2.699.222	2.516.497	-7%
D.R.E.N. - Transporte de Alunos com Deficiência		5.635	0	0	S/Var
D.R.E.N. - Programa de Enriquecimento Curricular no 1º Ciclo Ensino Básico		1.161.840	1.286.512	1.300.425	1%
D.R.E.N. - Acordo de Cooperação no Pré-Escolar - Auxiliares de Ação Educativa		391.238	416.007	505.904	22%
D.R.E.N. - Acordo de Cooperação no Pré-Escolar - Componente Social		689.324	796.069	542.333	-32%
D.R.E.N. - Generalização Refeições Escolares a Alunos do 1º Ciclo		154.806	100.133	67.334	-33%
Direcção Geral das Autarquias Locais - Transportes Escolares		98.338	100.501	100.501	S/Var

Un: Euros

Pela observação deste quadro e em comparação com as mesmas rubricas do quadro anterior, constata-se que ao nível do ano letivo:

- Para o “Programa de Enriquecimento Curricular”, as verbas transferidas têm mantido uma evolução crescente no triénio analisado, ao contrário do que resulta da execução orçamental que entre os exercícios económicos de 2011 e 2012 reflete um ligeiro decréscimo;
- No “Acordo de Cooperação no Pré-Escolar – Auxiliares de Ação Educativa” em sentido contrário às conclusões retiradas das transferências por ano económico, a tendência, sob este ponto de análise é crescente, apresentando inclusive um acréscimo significativo, fruto, de uma aposta clara na melhoria das condições de apoio educativo;
- No “Acordo de Cooperação no Pré-escolar – Componente Social” a perspetiva de análise por ano letivo apresenta uma evolução negativa. Tal comportamento é consequência do atraso do pagamento pela DREN, cuja dívida ascende a 323.862 €. Com a transferência efetiva desta verba, a Componente Social do ano letivo 2011/2012 inverterá a sua tendência e apresentará um ligeiro crescimento de cerca de 9%.
- Ao nível do “Programa de Generalização de Refeições Escolares” existe uma quebra, essencialmente derivada de ajustamentos na comparticipação por refeição;
- No que aos transportes escolares diz respeito, não são de assinalar alterações, nem qualquer divergência entre as perspetivas de análise;
- O Transporte de Alunos com deficiência depende da candidatura a apresentar pelos Agrupamentos Escolares, pelo que o controlo deste tipo de transferências está concentrado nestes agrupamentos;

O Quadro 25 identifica os projetos objeto de financiamento comunitário, os montantes arrecadados por cada projeto, a despesa associada a esta receita e um indicador que permite aferir a eficácia, ou desempenho em cada projeto, comparando a despesa que foi submetida para aprovação e o financiamento máximo previsto para o projeto, objeto de contratualização. Destaca-se neste último quadro e face ao indicador referido, o elevado aproveitamento dos fundos disponibilizados, sendo de referir que na sua grande maioria o aproveitamento final irá resultar num indicador de eficácia de 100% para cada um dos projetos. Existem alguns projetos em execução e portanto, estes, poderão ver este indicador melhorado.

Quadro 25

PROJETOS COMPARTICIPADOS POR FUNDOS COMUNITÁRIOS

Designação do Projecto	Projetos		Investimento Elegível	Comparticipação		Despesa Submetida	Recebimentos
	Tipologia	Referência		Previsto no Final do Projeto	Prevista no Final do Projeto		
Construção do Centro Escolar do Corim	ON 2 - O Novo Norte - Eixo Prioritário 3 - Qualificação e Valorização Ambiental e Territorial	Projeto - NORTE - 10-0144-FEDER-000228	932.291,47	792.447,75	85,00%	792.447,75	752.825,36
Construção do Centro Escolar da Gandra	ON 2 - O Novo Norte - Eixo Prioritário 3 - Qualificação e Valorização Ambiental e Territorial	Projeto - NORTE - 10-0144-FEDER-000221	2.397.382,22	2.037.774,89	85,00%	2.037.774,89	1.935.886,15
Construção do Centro Escolar da Guarda	ON 2 - O Novo Norte - Eixo Prioritário 3 - Qualificação e Valorização Ambiental e Territorial	Projeto - NORTE - 10-0144-FEDER-000224	911.305,68	774.609,83	85,00%	774.609,83	735.879,34
Ampliação e Beneficiação do EB1/JI Paço	ON 2 - O Novo Norte - Eixo Prioritário 3 - Qualificação e Valorização Ambiental e Territorial	Projeto - NORTE - 10-0144-FEDER-000057	306.945,33	260.903,53	85,00%	234.813,18	199.499,30
Ampliação e Beneficiação do EB1/JI Monte das Cruzes	ON 2 - O Novo Norte - Eixo Prioritário 3 - Qualificação e Valorização Ambiental e Territorial	Projeto - NORTE - 10-0144-FEDER-000044	286.879,64	243.847,69	85,00%	243.847,39	231.655,31
Ampliação e Beneficiação do EB1/JI Pedras Rubras	ON 2 - O Novo Norte - Eixo Prioritário 3 - Qualificação e Valorização Ambiental e Territorial	Projeto - NORTE - 10-0144-FEDER-000055	136.231,09	115.796,43	85,00%	115.796,43	110.006,61
Ampliação e Beneficiação do EB1/JI Crestins	ON 2 - O Novo Norte - Eixo Prioritário 3 - Qualificação e Valorização Ambiental e Territorial	Projeto - NORTE - 10-0144-FEDER-000041	105.000,00	89.250,00	85,00%	89.250,00	84.787,50
Construção do Centro Escolar de Monte Calvário	ON 2 - O Novo Norte - Eixo Prioritário 3 - Qualificação e Valorização Ambiental e Territorial	Projeto - NORTE - 10-0144-FEDER-000241	341.109,54	289.943,11	85,00%	289.943,10	275.445,95
Construção do Centro Escolar de Vermoim/Gueifães	ON 2 - O Novo Norte - Eixo Prioritário 3 - Qualificação e Valorização Ambiental e Territorial	Projeto - NORTE - 10-0144-FEDER-000222	2.497.356,94	2.122.753,40	85,00%	2.122.753,40	2.016.615,72
Construção do Centro Escolar D. Manuel	ON 2 - O Novo Norte - Eixo Prioritário 3 - Qualificação e Valorização Ambiental e Territorial	Projeto - NORTE - 10-0144-FEDER-000239	554.177,24	471.050,65	85,00%	471.050,65	447.498,12
Construção do Centro Escolar da Maia	ON 2 - O Novo Norte - Eixo Prioritário 3 - Qualificação e Valorização Ambiental e Territorial	Projeto - NORTE - 10-0144-FEDER-000035	1.953.679,88	1.660.627,90	85,00%	1.660.627,56	1.577.596,51
Ampliação e Beneficiação da EB1/JI Currais	ON 2 - O Novo Norte - Eixo Prioritário 3 - Qualificação e Valorização Ambiental e Territorial	Projeto - NORTE - 10-0144-FEDER-000058	166.666,67	141.666,67	85,00%	141.666,67	134.583,34
Ampliação e Beneficiação da EB1/JI Parada	ON 2 - O Novo Norte - Eixo Prioritário 3 - Qualificação e Valorização Ambiental e Territorial	Projeto - NORTE - 10-0144-FEDER-000056	250.000,00	212.500,00	85,00%	199.415,57	201.436,20
Construção do Centro Escolar da Giesta	ON 2 - O Novo Norte - Eixo Prioritário 3 - Qualificação e Valorização Ambiental e Territorial	Projeto - NORTE - 10-0144-FEDER-000229	769.017,22	653.664,64	85,00%	653.664,64	620.981,41
Ampliação EB/JI Arcos	ON 2 - O Novo Norte - Eixo Prioritário 3 - Qualificação e Valorização Ambiental e Territorial	Projeto - NORTE - 10-0144-FEDER-000326	550.000,00	467.500,00	85,00%	467.500,00	444.125,00
Aquisição e Apetrechamento da Biblioteca Itinerante	ON 2 - O Novo Norte - Eixo Prioritário 3 - Qualificação e Valorização Ambiental e Territorial	Projeto - NORTE - 03-0352-FEDER-000057	64.865,86	55.135,98	85,00%	48.294,76	52.379,18
Plano Municipal de Acessibilidades para Todos	Programa Operacional Potencial Humano - Ações de Investigação, Sensibilização e Promoção de Boas Práticas - Eixo 6 - Ação 6.5 - Cidadania, Inclusão e Desenvolvimento Social	Projeto 011592/2008/65	90.221,00	64.643,35	71,65%	64.643,35	64.643,35
Plano de Mobilidade Sustentável do Concelho da Maia	ON 2 - O Novo Norte - Eixo Prioritário 4 - Qualificação do Sistema Urbano - Mobilidade Territorial	PROJETO NORTE-10-0350-FEDER-000026	156.000,00	132.600,00	85,00%	84.967,80	93.535,98
Sistema Integrado de Modernização Autárquica	ON 2 - O Novo Norte - Eixo Prioritário 5 - Governação e Capacitação Institucional	PROJETO NORTE-07-0826-FEDER-000187	1.839.488,85	1.563.565,52	85,00%	1.314.061,53	1.434.997,31
Construção do Polidesportivo de Aldoia	ON 2 - O Novo Norte - Eixo Prioritário 3 - Qualificação e Valorização Ambiental e Territorial	Projecto NORTE - 10-0156-FEDER-000066	89.744,43	70.000,00	78,00%	70.000,00	66.500,00
Recuperação das Piscinas Descobertas da Quinta da Gruta	ON 2 - O Novo Norte - Eixo Prioritário 3 - Qualificação e Valorização Ambiental e Territorial	Projecto NORTE - 10-0156-FEDER-000128	122.618,16	104.225,44	85,00%	104.225,44	99.014,17
Construção do Polidesportivo da Quinta da Comenda	ON 2 - O Novo Norte - Eixo Prioritário 3 - Qualificação e Valorização Ambiental e Territorial	Projecto NORTE - 10-0156-FEDER-000084	74.491,69	63.317,94	85,00%	63.317,94	60.152,04
Construção do Polidesportivo de Santa Cristina	ON 2 - O Novo Norte - Eixo Prioritário 3 - Qualificação e Valorização Ambiental e Territorial	Projecto NORTE - 10-0156-FEDER-000070	59.899,80	50.914,83	85,00%	50.914,83	48.369,09
		Totais	14.655.372,71	12.438.739,54		12.095.586,71	11.688.412,94

Un. Euros

PASSIVOS FINANCEIROS

Considerando a existência de capítulo próprio em matéria de análise do endividamento municipal, neste item apenas se refere que no decurso do exercício de 2012 o município não recorreu à contratação de nenhum empréstimo bancário.

Uma vez que a matéria da autonomia financeira é uma questão de fundamental importância em qualquer organização, grandemente influenciada pelas sucessivas medidas de contenção orçamental existente, de igual modo se reporta para capítulo próprio um conjunto de indicadores de gestão que permitem avaliar a posição do município quanto a este âmbito.

2012

EXECUÇÃO ORÇAMENTAL DA DESPESA

maia
CÂMARA MUNICIPAL

ANÁLISE GLOBAL DA DESPESA

As autarquias têm cada vez mais importância no desenvolvimento social e económico das regiões, enfrentando atualmente graves dificuldades financeiras derivadas da redução das transferências provenientes do Orçamento do Estado e da diminuição das receitas próprias.

Deste modo, perante este contexto de fortes limitações financeiras, o Município tem procurado reforçar a racionalização e a contenção da despesa pública municipal, através de um controlo rigoroso dos gastos, quer ao nível das despesas com pessoal, aquisição de bens e serviços, transferências e subsídios atribuídos. Por conseguinte, as autarquias veem assim limitada a sua capacidade no que respeita à realização de certos investimentos, projetos ou programas, diante da difícil realidade socioeconómica que atravessam, assim como o país no seu todo e que se faz sentir no dia-a-dia.

No âmbito deste capítulo, procede-se a uma análise da despesa sob a perspetiva económica, identificando-se, por um lado, o destino privilegiado das despesas correntes ou de capital e por outro, a sua natureza, despesas com pessoal, aquisição de bens e serviços, transferências etc. Neste sentido, será efetuada uma avaliação da execução orçamental da despesa em termos de pagamento, assim como da despesa faturada transitada e nova.

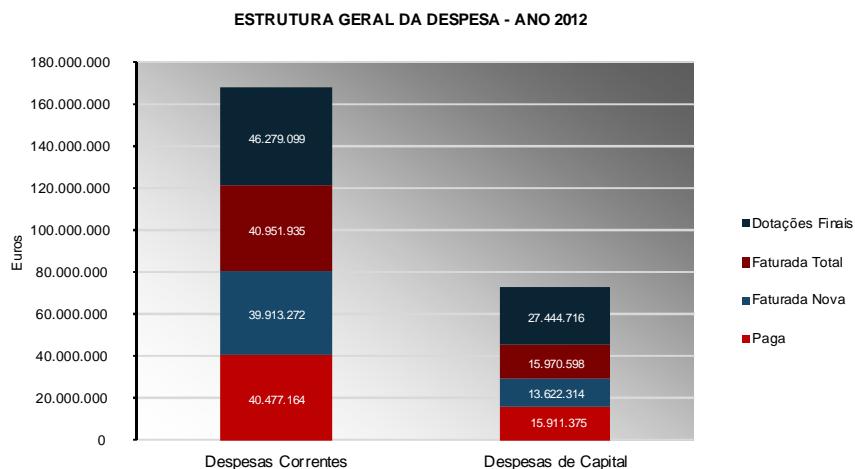
Quadro 26

ESTRUTURA GERAL DA DESPESA												
	2011			2012			Variação 2011/2012 Fact Nova	Despesa Paga		Taxa de Execução		
	Despesa Faturada			Despesa Faturada				Total	Peso	Desp Faturada	Desp Paga	
	Nova	Dotações Finais	Transitada	Nova	Total	Peso Faturada Nova		(f)	(f)	(e)/(b)	(f)/(e)	
	(a)	(b)	(c)	(d)	(e)=(c)+(d)							
Despesas Correntes	42.362.713	46.279.099	1.038.664	39.913.272	40.951.935	74,55%	-5,78%	40.477.164	71,78%	88,49%	98,84%	
Pessoal	19.316.459	19.561.541	55.934	17.576.159	17.632.093	32,83%	-9,01%	17.575.332	31,17%	90,14%	99,68%	
Aquisição de Bens e Serviços	14.202.518	18.759.818	954.140	15.210.247	16.164.387	28,41%	7,10%	15.832.493	28,08%	86,16%	97,95%	
Juros e Outros Encargos	1.751.285	1.592.050	0	1.415.641	1.415.641	2,64%	-19,17%	1.415.641	2,51%	88,92%	100,00%	
Transferências Correntes	2.884.416	3.264.187	27.104	2.971.526	2.998.630	5,55%	3,02%	2.988.677	5,30%	91,86%	99,67%	
Subsídios	2.266.202	2.335.373	0	2.135.273	2.135.273	3,99%	-5,78%	2.135.273	3,79%	91,43%	100,00%	
Outras Despesas Correntes	1.941.834	766.130	1.486	604.426	605.912	1,13%	-68,87%	529.748	0,94%	79,09%	87,43%	
Despesas de Capital	16.144.985	27.444.716	2.348.284	13.622.314	15.970.598	25,45%	-15,63%	15.911.375	28,22%	58,19%	99,63%	
Aquisição de Bens de Capital	5.541.511	16.114.464	1.007.128	4.469.346	5.476.474	8,35%	-19,35%	5.417.250	9,61%	33,98%	98,92%	
Transferências de Capital	2.712.018	3.852.574	1.341.156	1.684.061	3.025.217	3,15%	-37,90%	3.025.217	5,36%	78,52%	100,00%	
Activos Financeiros	253.676	8.528	0	0	0	0,00%	-100,00%	0	0,00%	0,00%		
Passivos Financeiros	7.462.375	7.469.050	0	7.468.908	7.468.908	13,95%	0,09%	7.468.908	13,25%	100,00%	100,00%	
Outras Despesas de Capital	175.406	100	0	0	0	0,00%	-100,00%	0	0,00%	0,00%		
Total Geral Despesas	58.507.697	73.723.815	3.386.948	53.535.586	56.922.534	100,00%	-8,50%	56.388.539	100,00%	77,21%	99,06%	

Un:Euros

(c) Faturada transitada atualizada tendo em conta movimentos de estorno que se efetuaram em 2012, que na sua génese respeitavam a faturação de anos anteriores.

Gráfico 14



No ano de 2012, a despesa global faturada atingiu o montante de 56.922.534 €, sendo de mencionar que 3.386.948 € respeitam a despesa transitada do exercício findo de 2011, valor que foi muito inferior à transitada de 2010.

Quanto à taxa de execução da despesa faturada, atingiu os 77,21%, demonstrando um maior rigor da previsão orçamental, principalmente em matéria das despesas correntes, cuja execução rondou os 88,49%, em contraposição com os 58,19% das despesas de capital.

Sobressai também nesta análise, a prevalência da faturação das despesas correntes, que representam mais de 70% do seu montante global.

Estabelecendo agora uma avaliação comparativa entre o ano de 2011 e 2012, e numa análise geral circunscrita à nova despesa faturada, alude-se ao decréscimo verificado de (-) 8,50%, que em termos absolutos se traduziu numa diminuição de (-) 4.972.111 €, visível quer ao nível das despesas de natureza corrente como de capital, para o que muito tem contribuído a política adotada pela autarquia de forte contenção na realização da despesa municipal.

Com efeito, conclui-se que, com exceção da componente de bens e serviços, e residualmente das transferências correntes e passivos, todas as demais rubricas de despesa diminuem, com especial incidência nas de natureza corrente, fruto da sua materialidade, que espelham uma redução de (-) 5,78% na nova despesa faturada, (-) 2.449.441 €. Neste âmbito releva a diminuição constatada principalmente nas rubricas de despesas com pessoal (-) 1.740.300 € e de outras despesas correntes (-) 1.337.408 €.

Todavia, quanto ao comportamento da aquisição de bens e serviços, importa assinalar que o acréscimo de (+) 7,1% resultou de um conjunto de fatores externos à autarquia, que fruto da sua natureza não são controláveis pelos serviços, designadamente o aumento dos “Encargos de Cobrança de Receita”, e do impacto fiscal decorrente do aumento do Iva em alguns bens e serviços essenciais ao funcionamento da organização como sejam a eletricidade e gás, de 6% para 23%, e da restauração que inclui as refeições escolares de 13% para 23%, bem como o próprio aumento do número destas refeições servidas nas escolas. Daqui resulta que também neste âmbito a ação do município tem sido profícua, uma vez que,

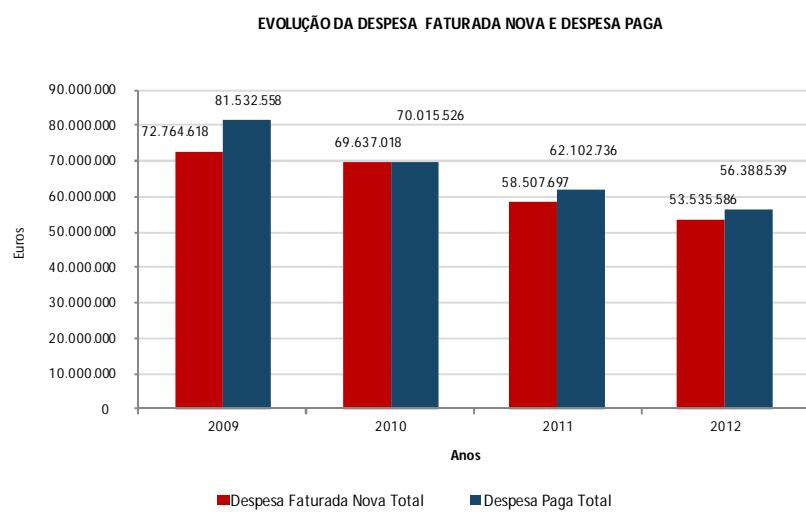
excluído que fossem apenas os aumentos derivados dos “Encargos de Cobrança de Receita”, e das Refeições Escolares, inverter-se-ia esta tendência, e a rubrica de bens e serviços apresentaria uma redução na ordem dos (-) 3%.

Relativamente às despesas de capital, o decréscimo de (-) 2.522.671 €, que em termos percentuais situou-se em (-) 15,63%, é percutível em quase todas as suas componentes, destacando-se o contributo da aquisição de bens de capital, com um decréscimo de (-) 1.072.165 €, e das transferências de capital com uma diminuição de (-) 1.027.957 €, em virtude de grande parte dos projetos em curso estarem em fase final de concretização, nomeadamente no que respeita à construção e beneficiação de edifícios escolares (parque escolar), beneficiação de ruas, viadutos e obras complementares, e do Edifício Sede da Junta de Freguesia de Águas Santas objeto de comparticipação.

Paralelamente em termos de despesa paga, esta situou-se em 56.388.539 €, traduzindo também uma boa taxa de execução de pagamento ao atingir 99,06%, sendo de realçar sob o ponto de vista financeiro, que o maior esforço de pagamento foi canalizado para as despesas de carácter corrente, ao atingirem (71,78%) do total geral da despesa paga, onde se relevam as rubricas de despesas com pessoal e aquisição de bens e serviços.

Ilustra-se no Gráfico 15 a evolução da despesa faturada nova e da despesa paga nos últimos anos.

Gráfico 15



Considerando a sua importância no contexto geral da estrutura da despesa, afigura-se necessário proceder a uma análise detalhada dos seus subgrupos, como sejam:

- Despesas de Funcionamento
- Transferências Correntes
- Investimento Global
- Análise da Dívida

DESPESAS DE FUNCIONAMENTO

As despesas de funcionamento são representativas do dispêndio necessário ao normal funcionamento da atividade de um município, sendo sem dúvida um importante índice da diligência da atividade autárquica, na medida em que representam o montante de encargos fixos e obrigatórios suportados pela edilidade, agrupando as despesas com “Pessoal”, as despesas com a “Aquisição de Bens e Serviços” e as “Outras Despesas Correntes”, cuja distribuição nos últimos dois anos está vertida no Quadro 27.

Quadro 27

	ESTRUTURA GERAL DAS DESPESAS DE FUNCIONAMENTO												
	2011						2012						
	Despesa Faturada			Peso na nova Despesa Faturada			Despesa Faturada			Peso na nova Despesa Faturada			Despesa Faturada Nova
	Transitada	Nova	Total	%Desp Func	%Desp corrente	%Desp Total	Transitada	Nova	Total	%Desp Func	%Desp corrente	%Desp Total	Tx Variação
	(a)	(b)	(c)=(a)+(b)				(d)	(e)	(f)=(d)+(e)				
Pessoal	113.058	19.316.459	19.429.517	54,47%	45,60%	33,02%	55.934	17.576.159	17.632.093	52,64%	44,04%	32,83%	-9,01%
Aquisição de Bens e Serviços	2.247.792	14.202.518	16.450.310	40,05%	33,53%	24,27%	954.140	15.210.247	16.164.387	45,55%	38,11%	28,41%	7,10%
Outras Despesas Correntes	21.376	1.941.834	1.963.210	5,48%	4,58%	3,32%	1.486	604.426	605.912	1,81%	1,51%	1,13%	-68,87%
Total Desp Funcionamento	2.382.225	35.460.811	37.843.036	100,00%	83,71%	60,61%	1.011.560	33.390.832	34.402.392	100,00%	83,66%	62,37%	-5,84%
Total Despesas Correntes	2.591.128	42.362.713	44.953.840		100,00%	72,41%	1.038.664	39.913.272	40.951.935		100,00%	74,55%	-5,78%
Total Geral Despesas	7.776.060	58.507.697	66.283.757			100,00%	3.386.948	53.535.586	56.922.534			100,00%	-8,50%

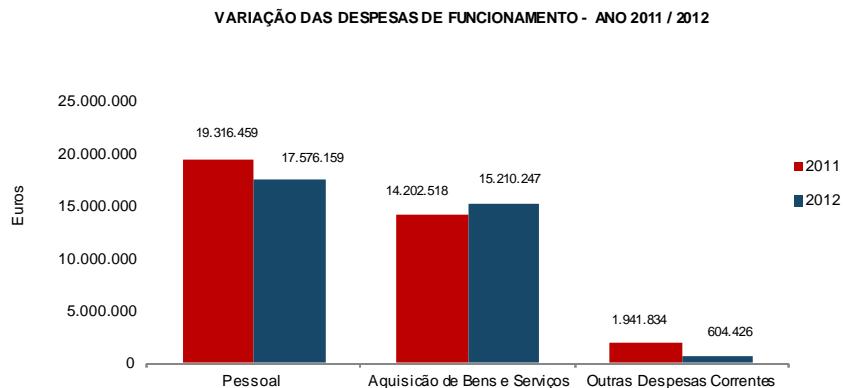
Un:Euros

(a) e (d)Faturada transitada atualizada tendo em conta movimentos de estoque que se efetuaram em 2011 e 2012, que na sua gênese respeitavam a faturação de anos anteriores.

No ano de 2012, as despesas de funcionamento no que respeita à nova despesa faturada, atingiram o montante de 33.390.832 €, verificando-se uma diminuição de (-) 5,84%, em relação ao ano anterior, em resultado da diminuição da rubrica de despesas com pessoal (-) 9,01%, para o que concorre o não pagamento do subsídio de férias e de Natal, como medida imposta em sede de LOE 2012 aos trabalhadores com remuneração base mensal superior a 1.100 € e de redução àqueles que auferem entre 600 € e 1.100 €, para além da redução de 29 efetivos, e da rubrica de outras despesas correntes com um decréscimo de (-) 68,87%, basicamente justificado pela diminuição da rubrica de restituições de impostos e taxas, contrariamente ao verificado com a rubrica de aquisição de bens e serviços que neste exercício económico registou um acréscimo de (+) 1.007.729 € em termos percentuais (+) 7,10%, pelos motivos atrás referidos.

Avaliando as despesas de funcionamento no seu computo geral, afere-se que a rubrica de despesas com pessoal como já é habitual, constitui a componente mais expressiva dos encargos de funcionamento representando aproximadamente 53%, no entanto neste exercício económico constata-se que, esta mesma rubrica e a de outras despesas correntes, viram o seu peso diminuir, em resultado da descida do seu valor, afirmando-se com uma tendência inversa a rubrica de aquisição de bens e serviços, cujo peso aumentou em 2012 ao atingir 45,55%.

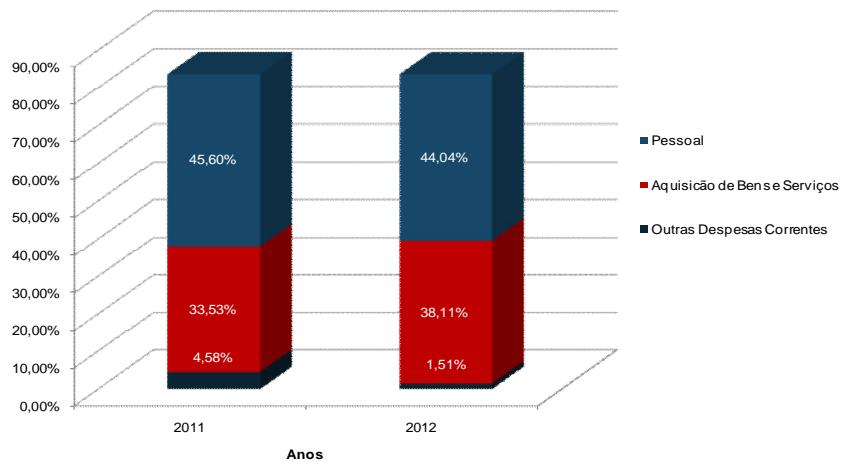
Gráfico 16



Atendendo às competências das autarquias locais e face ao seu estado de maturidade, como seria expectável as despesas de funcionamento espelham um volume bastante significativo de encargos obrigatórios do Município, tendo um peso muito expressivo, quer no total das despesas correntes, quer no conjunto geral da despesa ao representarem 83,66% e 62,37% respetivamente.

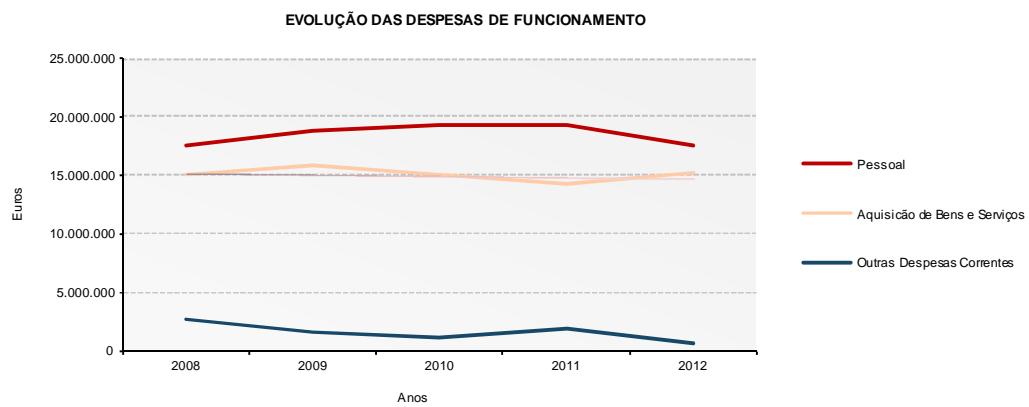
Gráfico 17

PESO DAS DESPESAS DE FUNCIONAMENTO NO TOTAL DA DESPESA CORRENTE



O Gráfico 18 é representativo da evolução das despesas de funcionamento no que respeita à nova despesa faturada, de onde se retira que, do ano de 2008 para 2009 estas aumentaram no seu cômputo geral, tendência que se inverteu no exercício de 2010 e que se manteve até ao presente ano de 2012, ao assistir-se a uma redução destas despesas de (-) 5,84%.

Gráfico 18



Dada a importância que as despesas de funcionamento têm, na medida em que traduzem um indicador da dinâmica da atuação da Autarquia, procede-se a uma avaliação mais detalhada das rubricas que as compõem como sendo as despesas com “Pessoal” e a “Aquisição de Bens e Serviços”.

Despesas com Pessoal

Na globalidade das despesas correntes da Autarquia, uma das rubricas de maior peso é a de despesas com pessoal, representando cerca de 53% das despesas de funcionamento, 44% das despesas correntes em cerca de 33% das despesas totais.

As despesas com pessoal englobam as remunerações certas e permanentes com os membros dos órgãos autárquicos, com o pessoal dos quadros, contratado a termo, em regime de tarefa ou avença e em qualquer outra situação. Compreende também outras despesas correlacionadas com o pessoal designadamente, deslocações e ajudas de custo, trabalho extraordinário e em regime de turnos, abono para faltas, subsídio de refeição, alimentação, alojamento e abonos diversos. Inclui ainda, outro tipo de prestações sociais diretas, designadamente, subsídio familiar a crianças e jovens, pensões, encargos sobre remunerações (ADSE e Seg. Social), seguros de acidentes no trabalho e doenças profissionais e despesas de saúde.

Dada a amplitude do conceito de despesas com pessoal exigido em sede do controlo, superiormente instituído às mesmas, a este montante acresce ainda as despesas com aquisição de serviços a particulares, informação que o Município tem o dever de reportar mensalmente à Direção Geral das Autarquias Locais, contudo perante a sua especificidade, tais valores serão objeto de tratamento autónomo no fim do presente capítulo, centrando-se numa primeira fase a análise no conceito formalmente mais restrito de despesas com pessoal.

No Quadro 28 apresenta-se a estrutura de encargos detalhada das despesas com pessoal da autarquia nos dois últimos exercícios.

Quadro 28

DESPESAS COM PESSOAL							
	2011			2012			Variação
	Despesa Faturada		Despesa Faturada		Peso	Valor	
	(a)	(b)	(c)	(d)=(b)+(c)		Tx Cresc	
Remunerações Certas e Permanentes							
Titulares de órgãos soberanos e membros órgãos autárquicos	2 156.222		182.476	182.476	1,04%	-33.147	-15,37%
Pessoal dos quadros - Regime contrato individual trabalho	8.330.927		9.197.968	9.197.968	52,33%	867.041	10,41%
TPO RCIT - Pessoal em funções	7.699.974		8.500.204	8.500.204	48,36%	800.231	10,39%
PQ RCIT - Alterações obrigatórias de posicionamento remuneratório	0		0	0	0,00%	0	
PQ RCIT - Alterações facultativas de posicionamento remuneratório	0		0	0	0,00%	0	
PQ RCIT - Recrutamento de Pessoal para novos postos de trabalho	630.953		697.764	697.764	3,97%	66.810	10,59%
Pessoal para além dos quadros	0		0	0	0,00%	0	
Pessoal contratado a termo	2.033.461		1.162.587	1.162.587	6,61%	-870.874	-42,83%
PCT - Pessoal em funções e)	1648.209		738.066	738.066	4,20%	-910.142	-55,22%
PCT - Alterações obrigatórias de posicionamento remuneratório	0		0	0	0,00%	0	
PCT - Alterações facultativas de posicionamento remuneratório	0		0	0	0,00%	0	
PCT - Recrutamento de Pessoal para novos postos de trabalho f)	385.252		424.521	424.521	2,42%	39.268	10,19%
Pessoal em regime de tarefa ou avença	984.144	1.788	805.030	806.817	4,58%	-79.114	-18,20%
Pessoal aguardando aposentação	9.382		11.184	11.184	0,06%	1.802	19,21%
Pessoal em qualquer outra situação	252.304		166.078	166.078	0,94%	-86.226	-34,18%
Gratificações	0		0	0	0,00%	0	
Representação	160.873		145.540	145.540	0,83%	-15.333	-9,53%
Suplementos e prémios	0		0	0	0,00%	0	
Subsídio de refeição	929.858		970.580	970.580	5,52%	40.722	4,38%
Subsídios de férias e de Natal	1.872.453		747.808	747.808	4,25%	-1.124.345	-60,06%
Remunerações por doença (pessoal quadro CGA)	460.649		409.635	409.635	2,33%	-51.015	-11,07%
Subtotal	15.249.374	1.788	13.798.885	13.800.673	78,51%	-1.450.489	-9,51%
Abonos Variáveis ou Eventuais							
Gratificações variáveis ou eventuais	0		0	0	0,00%	0	
Horas extraordinárias	105.793		41.266	41.266	0,23%	-64.527	-60,99%
Alimentação e alojamento	0		0	0	0,00%	0	
Ajudas de custo	3.313		1.439	1.439	0,01%	-1.874	-56,56%
Abono para faltas	3.106		3.092	3.092	0,02%	-15	-0,47%
Formação	0		0	0	0,00%	0	
Colaboração técnica e especializada	0		0	0	0,00%	0	
Subsídios e abonos de fixação, residência e alojamento	0		0	0	0,00%	0	
Subsídio de prevenção	0		0	0	0,00%	0	
Subsídio de trabalho nocturno	2.288		2.184	2.184	0,01%	-104	-4,55%
Subsídio de turno	345.157		339.338	339.338	1,93%	-5.819	-1,69%
Indemnizações por cessação de funções	13.692		18.707	18.707	0,11%	5.015	36,63%
Outros suplementos e prémios	35.790		39.143	39.143	0,22%	3.352	9,37%
Outros abonos em numerário ou espécie	0		0	0	0,00%	0	
Subtotal	509.141		445.169	445.169	2,53%	-63.972	-12,56%
Segurança Social							
Encargos com a saúde	805.738	54.146	744.304	798.450	4,23%	-61.435	-7,62%
Outros encargos com a saúde	238.731		213.318	213.318	1,21%	-25.412	-10,64%
Subsídio familiar a crianças e jovens	75.858		79.376	79.376	0,45%	3.519	4,64%
Outras prestações familiares	5.913		4.850	4.850	0,03%	-1.063	-17,98%
Contribuições para a segurança social	2.264.660		2.103.809	2.103.809	11,97%	-160.851	-7,10%
Segurança social do pessoal em RCTFP - Caixa Geral de Aposentações	1.490.313		1.365.080	1.365.080	7,77%	-125.233	-8,40%
Segurança social do pessoal em RCTFP - Segurança Social - Regime Geral	774.346		729.703	729.703	4,15%	-44.643	-5,77%
Outros	0		9.026	9.026	0,05%	9.026	
Acidentes em serviço e doenças profissionais	0		0	0	0,00%	0	
Outras Pensões	0		0	0	0,00%	0	
Seguros	106.003		134.910	134.910	0,77%	28.908	27,27%
Outras despesas de segurança social	61.043		51.537	51.537	0,29%	-9.505	-15,57%
Subtotal	3.557.945	54.146	3.332.105	3.386.252	18,96%	-225.839	-6,35%
TOTAL	19.316.459	55.934	17.576.159	17.632.093	100,00%	-1.740.300	-9,01%

Un:Euros

(b) Faturada transitada atualizada tendo em conta movimentos de estoque que se efetuaram em 2012 e que respeitavam a faturação de anos anteriores.

e) Deduziu-se na nova despesa faturada de 2011 desta rubrica , as despesas pagas entre Setembro e Dezembro com o recrutamento do pessoal afeto às AEC para o ano letivo 2011/2012, espelhada na execução orçamental, incluindo-as na rubrica de Pessoal Contratado a Termo - Recrutamento de Pessoal para Novos Postos.

f) Acresce na nova despesa faturada de 2011 desta rubrica , as despesas pagas entre Setembro e Dezembro, com o recrutamento do pessoal afeto às AEC para o ano letivo 2011/2012, que do ponto de vista de execução orçamental estão refletidas na rubrica de Pessoal Contratado a Termo - Pessoal em Funções.

Da análise dos dados afere-se que, no exercício de 2012 as despesas com pessoal tiveram um decréscimo de (-) 9,01% face ao ano anterior, assumindo o valor de 17.576.159 €, concorrendo para a explicação desta diminuição principalmente a redução da rubrica de remunerações certas e permanentes e em menor montante o decrescimento das despesas com a segurança social e os abonos variáveis ou eventuais.

As *Remunerações Certas e Permanentes* representam neste exercício económico 78,51% do total das despesas com pessoal, cabendo-lhes o valor de 13.798.885 € que evidencia um decréscimo de (-) 9,51% em relação ao ano anterior, (-) 1.450.489 €, justificado fundamentalmente pelo não pagamento do subsídio de férias e de Natal, como medida imposta em sede de LOE 2012 aos trabalhadores com remuneração base mensal superior a 1.100 € e de redução àqueles que auferem entre 600 € e 1.100 €, pela diminuição das rubricas de pessoal em regime de tarefa ou avença, (-) 179.114 €, e de pessoal em qualquer outra situação, (-) 86.226 €, e em menor montante pela redução das despesas com pessoal contratado a termo, atendendo a que esta última redução teve como contrapartida o aumento das despesas com pessoal dos quadros, justificado pela indispensabilidade de colmatar necessidades permanentes de serviço, que até à data não estavam a ser asseguradas por pessoal com aquele tipo de vínculo.

Com efeito, relativamente à rubrica de pessoal contratado a termo, apurou-se no ano de 2012 um decréscimo de (-) 870.874 €, sendo que parte destes postos de trabalho estiveram ocupados até ao final de 2011, por trabalhadores a termo resolutivo certo, ficando desocupados devido ao término dos contratos e impossibilidade de renovação dos mesmos, que em parte tiveram como contrapartida o aumento de (+) 867.041 € no pessoal dos quadros, atendendo à necessidade de colmatar carências permanentes ao nível de recursos humanos, até então não providas de forma definitiva.

Em matéria de novos postos de trabalho, nesta rubrica de pessoal contratado a termo, cujo valor ascende a 424.521 € verifica-se inclusive um acréscimo de (+) 39.268 € em relação ao ano de 2011. Regista-se que é ao abrigo desta rubrica que anualmente é recrutado o pessoal afeto às atividades de enriquecimento curricular e pessoal associado ao serviço de apoio à família (SAF), sendo que, este tipo de contratação, para além de ter uma natureza dinâmica indissociável do ano letivo escolar, do ponto de vista de execução orçamental, entre setembro e dezembro está integrado na rubrica de novos postos de trabalho, passando à situação de pessoal em funções, a partir de janeiro até junho do novo ano, pelo que o montante identificado como 424.521 € de recrutamento de pessoal contratado a termo para novos postos de trabalho, não reflete necessariamente o aumento de novos postos de trabalho na organização.

Quanto à componente de pessoal em qualquer outra situação, assinala-se que a diminuição espelhada de (-) 86.226 €, foi determinada pela necessidade de no início de 2012 proceder-se à alteração do enquadramento orçamental das despesas subjacentes à celebração de contratos de emprego – inserção (MCEI), até então aqui contabilizados, na rubrica 04.08.02 – Transferências correntes – Famílias – Outras, razão que explica na íntegra a variação registada, que caso não ocorresse implicaria um ligeiro agravamento desta componente.

Saliente-se o facto de que as remunerações pagas por doença dizem respeito ao pessoal dos quadros em funções vinculado à Caixa Geral de Aposentações (CGA), sendo por esse motivo despesas integralmente suportadas pelo Orçamento Municipal e não pela Segurança Social, como as demais, daí

que, integrando-as na rubrica de pessoal dos quadros – regime de contrato individual de trabalho, regista-se um impacto de (+) 9,28% contra os (+) 10,41% iniciais.

Analisando isoladamente o comportamento das remunerações por doença, constata-se em relação ao ano anterior uma variação negativa de (-) 51.015 €, cabendo-lhes o valor de 409.635 € neste exercício económico, o que evidencia uma diminuição dos custos decorrentes de ausências ao serviço quanto a pessoal do quadro vinculado à CGA de cerca de (-) 11,07%.

Em menos montante mas também sendo de considerar, temos uma redução na rubrica de titulares de órgãos de soberania e membros dos órgãos autárquicos de (-) 33.147 €, fruto da necessidade de proceder a ajustamentos das reduções remuneratórias já anteriormente previstas na Lei n.º 47/2010 de 7 de setembro.

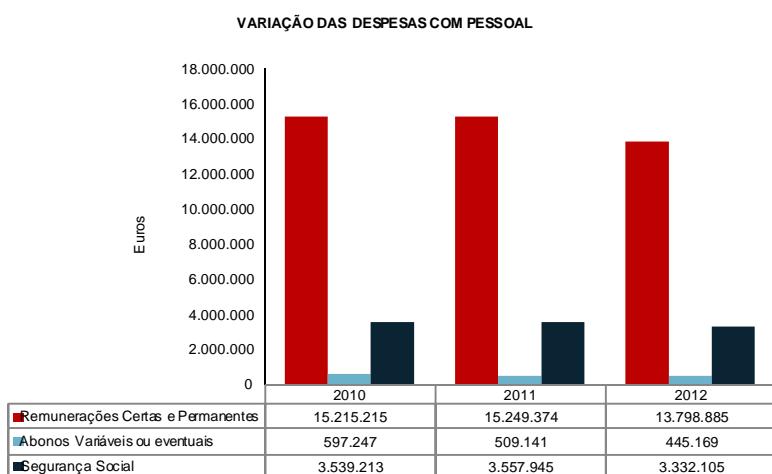
No agrupamento em análise, justifica-se uma breve referência ao aumento constatado na rubrica de subsídio de refeição (+) 40.722 €, fundamentado pelo pagamento de retroativos de subsídio de alimentação aos técnicos contratados, para as atividades de enriquecimento curricular, a trabalhar a tempo parcial.

Os *Abonos Variáveis ou Eventuais* representam 2,53% do total das despesas com pessoal, comportando o valor de 445.169 €, apresentando face ao ano transato uma redução de (-) 63.972 €, (-) 12,56%, podendo ser justificada essencialmente pela diminuição de (-) 60,99% na rubrica de horas extraordinárias que se traduziu em (-) 64.527 €.

A *Segurança Social* absorve 18,96% do total das despesas com pessoal, atingindo o montante de 3.332.105 €, evidenciando em relação ao ano anterior, um decréscimo de (-) 225.839 € (-) 6,35%, fundamentado principalmente pela diminuição das contribuições para a segurança social (-) 160.851 €, tendo em conta o não pagamento do subsídio de férias e de natal, as reduções remuneratórias impostas já desde o exercício económico de 2011 e a saída de trabalhadores por motivos de aposentação, bem como pelo decréscimo da rubrica de encargos com a saúde (-) 61.435 €.

O Gráfico 19 afigura a variação das rubricas despesas com pessoal nos três últimos anos.

Gráfico 19



Limitações às despesas com pessoal

Sobre esta matéria, fazendo apenas uma pequena retrospectiva do que tem acontecido até á data, começa-se por referir o Decreto-Lei n.º 116/84 de 6 de abril, com a nova redação dada pela Lei n.º 44/85 de 13 de setembro, onde eram fixados determinados limites legais às despesas com pessoal com contornos diferentes dos que existem atualmente. Presentemente são estabelecidas limitações à admissão de pessoal nas Autarquias Locais, impostas pelas Leis do Orçamento de Estado, incluindo as relativas a contratos de avença, tarefa e aquisição de serviços a pessoas singulares.

Atendendo ao que tem sido estabelecido neste âmbito nas sucessivas Leis do Orçamento de Estado, pode-se referir que:

- A Lei do Orçamento de Estado de 2010- Lei n.º 3-B/2010 de 28 de abril – estabeleceu, no seu artigo 23.º, limitações à admissão de pessoal, designadamente ao recrutamento de trabalhadores sem relação jurídica de emprego público por tempo indeterminado previamente estabelecida pelos órgãos e serviços abrangidos pelo âmbito de aplicação do objetivo definido no artigo 3.º da Lei n.º 12-A/2008, de 27 de fevereiro. Esta regra é, por força do estabelecido no n.º 2 desse mesmo preceito legal, aplicável às autarquias locais. Adicionalmente, no ano de 2010, as autarquias locais passaram a atender ao disposto no artigo 10º da Lei nº 12-A/2010 de 30 junho, onde determina o controlo do recrutamento de trabalhadores nas administrações regionais e autárquicas – diploma que aprovou medidas adicionais de consolidação orçamental que visavam reforçar e acelerar a redução de défice excessivo e o controlo do crescimento da dívida pública previstos no Programa de Estabilidade e Crescimento (PEC);
- No exercício económico de 2011, e de acordo com a Lei n.º 55-A/2010 de 31 de dezembro (Orçamento de Estado para 2011), foram contempladas um conjunto de disposições muito restritivas às despesas com pessoal dos trabalhadores do Sector Público, nomeadamente no que se refere à imposição de reduções remuneratórias, proibição de valorizações remuneratórias e proibição de abertura de procedimentos concursais no caso dos municípios que se encontrassem em situação de desequilíbrio financeiro estrutural ou de rutura financeira;
- Na Lei do Orçamento do Estado para 2012, Lei n.º 64-B/2011 de 30 de dezembro, mais uma vez foram consideradas um conjunto de disposições relativas a trabalhadores do Sector Público, tendo como objetivo a contenção da despesa presente no art.º 20, nomeadamente no que se refere à imposição de reduções remuneratórias e proibição de valorizações remuneratórias, já impostas anteriormente pela LOE de 2011. Ficou também aqui estabelecido, entre outras medidas, a suspensão do pagamento de subsídio de férias e de Natal ou equivalentes, constante no artigo 21.º, o controlo do recrutamento de trabalhadores nas autarquias locais previsto no artigo 46.º e a redução de cargos dirigentes e trabalhadores nas autarquias, imposta pelos artigos 47.º e 48.º.

Com o intuito de monitorizar estas restrições, as Autarquias, desde 1 de julho de 2010, estão obrigadas a remeter mensalmente informação à Direcção-Geral das Autarquias Locais (DGAL), através do Sistema Integrado de Informação da Administração Local (SIIAL), a informação prevista no n.º 5 do artigo 50.º da Lei n.º 2/2007, de 15 de janeiro. Anote-se que o Decreto – Lei n.º 29-A/2011 de 1 de março de 2011 (Execução Orçamento Estado para 2011), vem também fazer referência no seu artigo 64.º, da

obrigatoriedade de prestação de informação por parte dos Municípios à Direcção-Geral das Autarquias Locais, bem como o Decreto – Lei n.º 32/2012 de 13 de fevereiro de 2012 (Execução Orçamento Estado para 2012), que menciona também no seu artigo 69.º, a referida obrigatoriedade, estabelecendo no ponto 3 desse mesmo artigo, que as Autarquias Locais prestam, através do SIAL, a informação relativa a pessoal ao serviço e despesas com pessoal, necessária à verificação do disposto nos artigos 46.º, 47.º e 48.º da Lei n.º 64-B/2011, de 30 de dezembro, nos termos definidos pela DGAL.

Tais restrições, como é natural, acabaram por condicionar a evolução das despesas com pessoal, designadamente em matéria de despesas com remunerações certas e permanentes.

Estrutura Orgânica

Fruto da sua importância importa visualizar a execução e o peso do agrupamento despesas com pessoal por capítulo orgânico no período em referência.

Quadro 29

DESPESAS COM PESSOAL								
2012								
	Despesa Faturada				Despesa Faturada Nova %	Despesa Paga	Taxa de Execução	
	Dotações Finais (a)	Transitada (b)	Nova (c)	Total (d)=(b)+(c)			Desp Faturada (d)/(a)	Desp Paga (e)/(d)
Classes Inativas	11.200	0	11.184	11.184	0,06%	11.184	99,86%	100,00%
Órgãos de Autarquia	16.195.886	0	14.101.47	14.101.47	8,02%	14.101.47	87,07%	100,00%
Assembleia Municipal	32.000	0	28.492	28.492	0,16%	28.492	89,04%	100,00%
Dept.º Administração Geral	619.450	0	543.169	543.169	3,09%	543.169	87,69%	100,00%
Dept.º Finanças e Património	656.070	0	595.767	595.767	3,39%	595.767	90,81%	100,00%
Dept.º Gestão Recursos Humanos	455.760	0	390.444	390.444	2,22%	390.444	85,67%	100,00%
Dept.º Gestão Urbana	950.699	0	900.894	900.894	5,13%	900.894	94,76%	100,00%
Dept.º Ambiente e Planeamento Territorial	1700.533	0	1568.857	1568.857	8,93%	1568.857	92,26%	100,00%
Dept.º Construção e Estruturas Municipais	608.653	0	567.940	567.940	3,23%	567.940	93,31%	100,00%
Dept.º Serv. Conserv. Manut. Estruturas Municipais	1476.669	0	1365.804	1365.804	7,77%	1365.804	92,49%	100,00%
Dept.º Qualidade Auditória Interna e Sist. Informação	398.917	0	353.861	353.861	2,01%	353.861	88,71%	100,00%
Dept.º Comunicação Imagem e Relações Institucionais	106.465	0	133.817	133.817	0,76%	133.817	80,39%	100,00%
Dept.º Trânsito Transportes	803.978	0	752.740	752.740	4,28%	752.740	93,63%	100,00%
Dept.º Educação, Ação Social e Juventude	4.946.649	0	4.461.909	4.461.909	25,39%	4.461.909	90,20%	100,00%
Dept.º Cultura e Turismo	948.723	0	845.948	845.948	4,81%	845.948	89,17%	100,00%
Dept.º de Desporto	2.740.539	1.788	2.487.928	2.489.716	14,16%	2.489.426	90,85%	99,99%
Dept.º Jurídico e Contencioso	458.850	0	412.955	412.955	2,35%	412.955	90,00%	100,00%
Sub Total (1)	18.594.741	1.788	16.831.855	16.833.643	95,77%	16.833.353	90,53%	100,00%
Encargos com a saúde (2)	966.800	54.146	744.304	798.450	4,23%	741.979	82,59%	92,93%
TOTAL (1)+(2)	19.561.541	55.934	17.576.159	17.632.093	100,00%	17.575.332	90,14%	99,68%

Un.Euros

(b) Faturada transitada atualizada tendo em conta movimentos de estorno que se efetuaram em 2012 e que respeitavam a faturação de anos anteriores

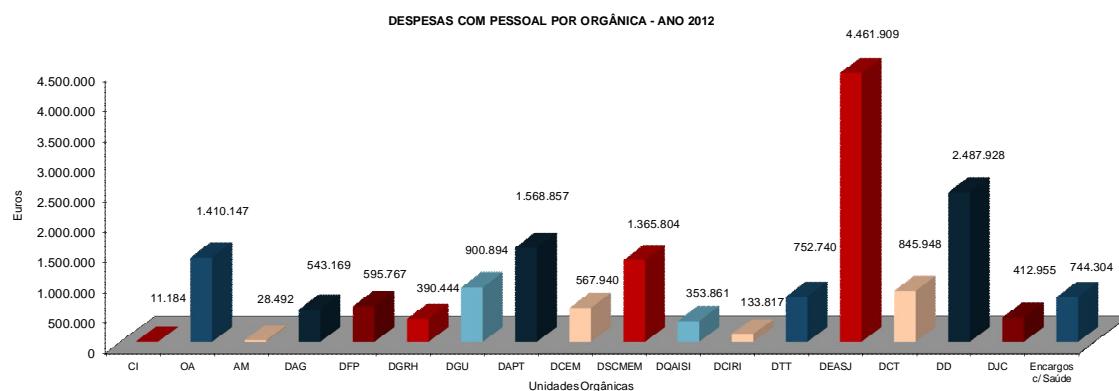
Do exposto resulta que, permanece a tendência de anteriores gerências e a maior representatividade das despesas com pessoal está associada ao, Departamento de Educação, Ação Social e Juventude com (25,39%), seguida do Departamento de Desporto (14,16%) e do Departamento do Ambiente e Planeamento Territorial (8,93%).

Anote-se que os valores acima referenciados incluem os encargos decorrentes dos funcionários municipais que se encontram a desempenhar funções na Empresa Municipal Maiambiente, no montante

global de 114.560 €, dos quais 105.094 € respeitam às remunerações do pessoal destacado e 9.466 € às comparticipações da ADSE do pessoal requisitado, cujos quantitativos são debitados àquela empresa. Todavia tal facto, não altera significativamente o peso das orgânicas que são influenciadas por estes destacamentos designadamente, o Departamento do Ambiente e Planeamento Territorial e o Departamento de Trânsito e Transportes.

Considerando o rigor das regras previsionais existentes no âmbito da orçamentação das despesas com pessoal e o seu grau de previsibilidade elevado, como seria de esperar, anotam-se as elevadas taxas de execução das despesas realizadas, quase todas acima dos 90%, assim como da despesa paga cujos níveis de execução atingem os 100% em todas as orgânicas, exceto na orgânica do Departamento de Desporto e na rubrica de encargos de saúde por pagar à ADSE, em consequência do processo de tramitação dos documentos associado à receção e conferência das faturas.

Gráfico 20



Aquisição de Serviços a Particulares

Por força da abrangência do conceito de despesas com pessoal, anteriormente analisado, a esta informação acresce ainda as despesas com a aquisição de serviços a particulares, sendo que, por conta desta rubrica são contabilizadas as aquisições de serviços que são faturadas aos contribuintes em nome individual, nomeadamente serviços de vistorias, limpeza, reparações, formação, deslocações e estadas, transportes, portagens.

Esta informação, por imperativo legal é enviada mensalmente pelo Município para a Direção Geral da Autarquias Locais (DGAL) via SIAL, para efeitos de controlo das despesas com pessoal.

Quadro 30

	AQUISIÇÃO DE SERVIÇOS A PARTICULARS					TAXA VARIACÃO 2011/2012
	Ano 2008	Ano 2009	Ano 2010	Ano 2011	Ano 2012	
Despesa Paga						
Despesas com Aquisição de Serviços a Particulares	275.370	153.366	133.021	53.507	39.348	-26,46%
Un: Euros						

Da análise do Quadro 30 constata-se que, as despesas com a aquisição de serviços a particulares no ano de 2012 assumiram o montante de 39.348 €, verificando-se uma tendência decrescente desta rubrica desde o ano de 2008 até ao presente exercício económico, apresentando uma redução de (-) 26,46%.

Despesas com Aquisição de Bens e Serviços

A aquisição de bens e serviços compreende os bens de consumo, bem como todas as despesas com a aquisição de serviços a terceiros, face á estrutura apresentada por este agrupamento, primeiro é realizada uma apreciação geral, para posteriormente efetuar-se uma análise mais detalhada de cada uma das suas componentes.

Quadro 31

ESTRUTURA GERAL DA AQUISIÇÃO DE BENS E SERVIÇOS												
	2011			2012			Taxa de Execução					
	Despesa Faturada		Despesa Faturada	Despesa Paga		Desp. Paga	Desp. Faturada	Peso na nova Despesa Faturada		Despesa Faturada Nova		
	Nova	Dotações Finais		Transitada	Nova			(e)/(b)	(e)/(b)	%Desp Func	%Desp corrente	%Desp Total
	(a)	(b)	(c)	(d)	(e)=(c)+(d)	(f)	(f)/(e)					Tx Variação
Aquisição de Bens	2.261.791	3.320.707	149.916	2.698.532	2.848.448	2.818.668	98,95%	85,78%	8,08%	6,76%	5,04%	19,31%
Aquisição de Serviços	11.940.727	15.439.111	804.224	12.511.715	13.315.940	13.013.825	97,73%	86,25%	37,47%	31,35%	23,37%	4,78%
TOTAL AQUIS.BENS E SERVIÇOS	14.202.518	18.759.818	954.140	15.210.247	16.164.387	15.832.493	97,95%	86,16%	45,55%	38,11%	28,41%	7,10%
TOTAL DESP FUNCIONAMENTO	35.460.811	39.087.489	1.011.560	33.390.832	34.402.392	33.937.573	98,65%	88,01%	100,00%	83,66%	62,37%	-5,84%
TOTAL DESPESAS CORRENTES	42.362.713	46.279.099	1.038.664	39.913.272	40.951.935	40.477.164	98,84%	88,49%		100,00%	74,55%	-5,78%
TOTAL GERAL DESPESAS	58.507.697	73.723.815	3.386.948	53.535.586	56.922.534	56.388.539	99,06%	77,21%			100,00%	-8,50%

UnEuros

(c) Faturada transitada atualizada tendo em conta movimentos de estorno que se efetuaram em 2012, que na sua génese respeitavam a faturação de anos anteriores.

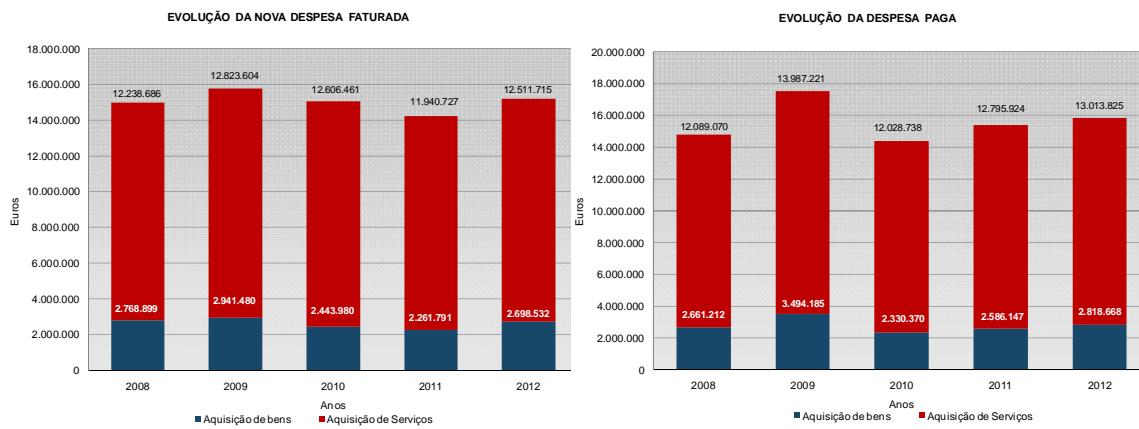
No ano de 2012 a nova despesa faturada pela rubrica de Aquisição de Bens e Serviços totalizou o montante de 15.210.247 €, assumindo um acréscimo de despesa de (+) 7,10%, (+) 1.007.729 € em relação ao ano de 2011 e uma taxa de execução da despesa realizada de 86,16% e de pagamentos de 97,95%.

Conforme se depreende da informação contida no Quadro 31, a aquisição de bens e serviços representa 45,55% das despesas de funcionamento e 38,11% do total das despesas correntes, destacando-se a rubrica dos serviços com a maior predominância na totalidade das despesas de funcionamento, ao exibir um peso de 37,47%, contra os 8,08% da rubrica de bens.

A evolução da despesa nova faturada e despesa paga das rubricas de aquisição de bens e serviços ao longo do último quinquénio, está patenteada no Gráfico 21, constatando-se que a nova despesa faturada neste agrupamento de despesa apresenta um crescimento positivo do ano de 2008 para 2009, diminuindo a partir do ano de 2010 e consecutivamente em 2011, tendência que se inverteu neste exercício económico, ao assumir um acréscimo de (+) 7,10%, ocorrendo o mesmo com a despesa paga ao atingir um aumento de (+) 2,93%, relativamente ao ano transato.

Tal aumento, como já foi referido, não pode ser descontextualizado, quer do incremento dos encargos de cobrança de receita, quer do impacto fiscal decorrente do acréscimo da base de incidência do Iva, em vários bens e serviços, indispensáveis ao funcionamento da própria Instituição, circunstância de todo incontrolável pela organização.

Gráfico 21



Posteriormente, apresenta-se uma apreciação individualizada da rubrica de bens e da rubrica dos serviços por classificação económica e orgânica.

Aquisição de Bens

Este agrupamento comprehende as despesas com a aquisição de bens de consumo (duráveis ou não) a que não possa reconhecer-se a natureza de despesas de capital, abrangendo designadamente as matérias-primas e subsidiárias, combustíveis e lubrificantes, alimentação - refeições confeccionadas, material de escritório, limpeza e higiene, prémios condecorações e ofertas, material de educação cultura e recreio.

Quadro 32

AQUISIÇÃO DE BENS										
	2011			2012			Despesa Paga	Taxa de Cresc.	% no Total Aq Bens	Tx Execução
	Despesa Faturada	Transitada	Nova	Total	Despesa Faturada	Transitada	Nova	Total		
	(a)	(b)	(c)=(a)+(b)		(d)	(e)	(f)=(d)+(e)	(g)	[(e)-(b)]/(b)	(e)/Total (e)
Aquisição de Bens										
Materias primas e subsidiárias	70.248	246.249	316.498		42.376	246.12	288.488	279.985	-0,06%	9,12%
Combustíveis e lubrificantes	28.940	361.385	390.325		988	325.473	326.460	325.319	-9,94%	12,06%
Munições, explosivos e artifícios	0	830	830		0	0	0	0	-100,00%	0,00%
Limpeza e higiene	7.461	45.133	52.594		7.003	23.697	30.700	30.700	-47,50%	0,88%
Alimentação - refeições confeccionadas	187.173	1.135.378	1.322.551		0	1619.435	1619.435	1619.435	42,63%	60,01%
Alimentação - géneros para confeccionar	0	3.371	3.371		73	2.181	2.254	2.254	-35,30%	0,08%
Vestuário e artigos pessoais	9.083	40.891	49.973		6.633	23.094	29.727	29.727	-43,52%	0,86%
Material de escritório	19.043	51.537	70.580		7.633	60.722	68.355	68.355	17,82%	2,25%
Produtos químicos e farmacêuticos	3.038	30.888	33.925		1355	41035	42.390	42.390	32,85%	15,2%
Produtos vendidos nas farmácias	0	0	0		0	0	0	0	0,00%	
Material de consumo clínico	24	1.487	1511		0	4.114	4.114	4.114	76,75%	0,15%
Material de transporte	6.691	30.512	37.203		811	36.075	36.886	36.840	18,23%	13,4%
Material de consumo hoteleiro	3.931	3.242	7.173		0	2.367	2.367	2.367	-27,00%	0,09%
Outro material peças	1.615	6.494	8.110		1.837	9.391	11.228	9.381	44,61%	0,35%
Prémios condecorações e ofertas	55.436	111.044	166.479		57.792	95.176	152.968	152.968	-14,29%	3,53%
Mercadorias para venda	0	0	0		0	2.343	2.343	2.343	0,09%	100,00%
Ferramentas e utensílios	1.282	9.900	11.182		1.149	7.288	8.437	8.216	-26,38%	0,27%
Livros e documentação técnica	147	551	698		0	328	328	328	-40,48%	0,01%
Artigos honoríficos e de decoração	0	0	0		0	0	0	0	0,00%	
Material de educação cultura e recreio	32.830	33.175	66.005		7.263	91.469	98.732	87.580	75,72%	3,39%
Outros bens	47.338	149.724	197.062		15.003	108.232	123.235	116.366	-27,71%	4,01%
Total Aquisição de Bens	474.281	2.261.791	2.736.071		149.916	2.698.532	2.848.448	2.818.668	19,3 1%	100,00%
Un:Euros										

(a) e (d) Faturada transitada atualizada tendo em conta movimentos de estorno que se efetuaram em 2011 e 2012 e que respeitavam a faturação de anos anteriores.

Considerando os valores apresentados, regista-se que neste exercício económico o valor da nova despesa faturada na aquisição de bens importou em 2.698.532 €, e a despesa paga foi de 2.818.668 €, revelando um crescimento da nova despesa de (+) 19,31%, a que corresponde uma variação de (+) 436.741 € face ao ano anterior, sendo também de evidenciar o excelente nível de execução de pagamento de 98,95%.

Pela análise do Quadro 32 pode-se observar que apesar do acréscimo constatado no computo geral da aquisição de bens, a tendência na quase generalidade das suas rubricas é a do decréscimo da despesa, sendo o comportamento da rubrica de "Alimentação- Refeições confeccionadas" que induz o resultado final para uma variação positiva, sobretudo derivado do fornecimento de refeições nas Escolas do Ensino Básico e Pré-Escolar da rede pública do Concelho, que face à sua natureza não é controlável pelos serviços, e que por força do aumento do IVA de 13% para 23%, aparece agravado neste período em análise, a que acresce, igualmente, o facto de nos últimos anos ter vindo a aumentar o número de refeições diariamente servidas nas escolas devido a um maior número de alunos abrangido.

Assinala-se que esta componente é aquela que apresenta um maior contributo para o acréscimo de despesa, ao atingir uma variação de 484.057 €, acabando por ser o valor determinante no crescimento deste agrupamento, sendo que o decréscimo dos demais grupos é inteiramente absorvido pelo impacto desta rubrica, fruto da sua materialidade no conjunto da despesa com a aquisição de bens.

Anote-se também, que a contribuir para o cenário de despesa crescente emerge ainda a rubrica de "Material de Educação, Cultura e Recreio", com um acréscimo de (+) 58.294 €, que comporta a aquisição de material didático para as atividades de enriquecimento curricular, aquisição de material de escritório diverso para a componente de apoio á família (CAF) e serviço de apoio á família (SAF), aquisição do manual digital, aquisição de manuais de inglês no âmbito do ensino curricular, aquisição de diverso material de apoio às férias desportivas municipais e aquisição de material desportivo para jogos desportivos da Maia.

Como já foi referido neste agrupamento, a generalidade das restantes rubricas refletem variações negativas, destacando-se pelo seu peso o decréscimo da faturação dos "Outros Bens" (-) 27,71%, "Combustíveis e Lubrificantes" (-) 9,94%, "Limpeza e Higiene" (-) 47,50%, "Vestuário e Artigos Pessoais" (-) 43,52%, ao contrário da tendência global de crescimento, atuando assim como balanceador dessa tendência e suavizando o efeito global de crescimento.

Em termos de preponderância destas rubricas, para além do peso das refeições que, ao assumirem 1.619.435 € por si só representam 60% do total da nova despesa faturada, destacam-se os combustíveis e lubrificantes com um peso de 12%, logo seguido das matérias-primas e subsidiárias responsáveis por 9,12% deste item.

Por fim, regista-se apenas que, por força da redução na maioria das demais tipologias de aquisição de bens, excluído que fosse o aumento das refeições escolares, inverter-se-ia esta tendência, e a rubrica de bens apresentaria uma redução na ordem dos (-) 2%.

Aquisição de Serviços por Económica

Este agrupamento respeita a despesas com a aquisição de serviços a terceiros por parte da autarquia, acolhendo, designadamente, as despesas relativas aos encargos das instalações, iluminação pública, vigilância e segurança, transportes e comunicações, locação de bens, representação municipal, seguros, estudos pareceres e projetos, consultadoria, outros trabalhos especializados e encargos de cobrança de receitas.

Inclui igualmente as despesas com publicidade e os salários de pessoal que, sendo recrutado accidentalmente para trabalhos esporádicos ou sazonais, sem qualquer expectativa de continuidade, não reúne os requisitos para ser considerado pessoal do quadro ou pessoal em qualquer outra situação.

Nesta rubrica são ainda inscritos os pagamentos de emolumentos pelo visto das contas de gerência e contratos e os encargos resultantes de inscrição de funcionários em cursos de especialização e aperfeiçoamento.

Quadro 33

AQUISIÇÃO DE SERVIÇOS POR ECONÓMICA											
	2011			2012			Despesa Paga	Taxa de Cresc.	% Total Aq Serviços	Tx Execução	
	Despesa Faturada	Despesa Faturada	Despesa Paga	Taxa de Cresc.	% Total Aq Serviços	Tx Execução					
	Transitada	Nova	Total	Transitada	Nova	Total					
	(a)	(b)	(c)=(a)+(b)	(d)	(e)	(f)=(d)+(e)	(g)	[(e)-(b)]/(b)	(e)/Total (e)	(g)/(f)	
Aquisição de Serviços											
Encargos de instalações	433.889	2.331.719	2.765.608	124.908	2.538.222	2.663.131	2.466.608	8,86%	20,29%	92,62%	
Limpeza e higiene	21420	159.889	181.309	4.129	149.423	153.552	152.729	-6,55%	1,19%	99,46%	
Conservação de bens	130.887	256.935	387.822	42.569	285.549	328.18	312.821	11,14%	2,28%	95,34%	
Locação de edifícios	0	0	0	0	0	0	0	0,00%			
Locação material informática	0	0	0	0	0	0	0	0,00%			
Locação de outros bens	193.185	421.25	64.310	93.229	418.820	512.049	512.049	-0,55%	3,35%	100,00%	
Comunicações	17.131	290.986	308.117	8.143	268.218	276.361	273.340	-7,82%	2,14%	98,9%	
Transportes	53.878	513.184	567.063	82.458	451.589	534.047	507.518	-12,00%	3,61%	95,03%	
Representação dos serviços	12.085	27.429	39.515	6.710	18.738	25.448	25.448	-31,69%	0,15%	100,00%	
Seguros	1.190	66.751	67.941	0	135.853	135.853	135.853	103,52%	109%	100,00%	
Deslocações e estadas	0	26.814	26.814	0	18.049	18.049	17.915	-32,69%	0,14%	99,26%	
Estudos, pareceres, projectos	65.321	325.925	391.246	24.249	266.101	290.349	286.518	-18,36%	2,13%	98,68%	
Formação	0	7.213	7.213	1200	7.803	9.003	9.003	8,19%	0,06%	100,00%	
Seminários, exposições e similares	18.455	17.460	35.915	750	21.792	22.542	22.089	24,81%	0,17%	97,99%	
Publicidade	27.954	166.701	214.656	369	57.766	58.135	56.655	-69,06%	0,46%	97,46%	
Vigilância e segurança	162.115	649.669	817.184	4.520	684.076	688.596	686.617	5,30%	5,47%	99,7%	
Assistência técnica	57.118	201.063	258.161	10.269	353.513	363.782	356.743	75,82%	2,83%	98,07%	
Outros trabalhos especializados	540.828	3.148.159	3.688.987	381.024	2.498.725	2.879.750	2.836.049	-20,63%	19,97%	98,48%	
Utilização de infra-estruturas	0	0	0	0	0	0	0	0,00%			
Serviços de saúde	0	1.120	1.120	0	1.000	1.000	1.000	-10,71%	0,01%	100,00%	
Outros serviços especializados	0	0	0	0	0	0	0	0,00%			
Encargos de cobrança de receitas	0	659.771	659.771	0	1.678.529	1.678.529	1.678.529	54,41%	13,42%	100,00%	
Iluminação pública	0	2.150.980	2.150.980	0	2.357.824	2.357.824	2.357.824	9,62%	18,84%	100,00%	
Outros serviços	38.055	497.833	535.888	19.698	300.126	319.824	318.518	-39,71%	2,40%	99,59%	
Total Aquisição Serviços	1.773.511	11.940.727	13.714.238	804.224	12.511.715	13.315.940	13.013.825	4,78%	100,00%	97,73%	

Un:Euros

(a) e (d) Faturada transitada tendo em conta movimentos de estoque que se efetuaram em 2011 e 2012 e que respeitavam a faturação de anos anteriores

Em matéria de aquisição de serviços, cujo valor total da nova faturação perfaz na gerência em apreço 12.511.715 €, apesar da tendência geral de decréscimo em grande parte das suas rubricas, também se verifica, face ao período homólogo, um acréscimo de (+) 4,78%, fortemente influenciado pelo aumento de (+) 1.018.758 € dos “Encargos de cobrança de receita”, (+) 154,4%, dos quais 969.988 € tem origem na retenção de 5% da receita tributária do IMI, para efeitos de cobertura dos encargos relacionados com a avaliação geral dos prédios urbanos, prevista no orçamento de estado para 2012 e materializada pela Portaria 106/2012 de 18 de abril.

Suprimido que fosse o aumento ditado por este imperativo legal, inverte-se-ia a orientação de crescimento da rubrica mãe de aquisição de serviços que registaria uma diminuição na ordem dos (-) 3%.

Nas demais rubricas com tendências crescentes, grandemente explicadas por razões nem sempre controláveis pelos serviços, não obstante a política de forte contenção na realização da despesa municipal adotada pela autarquia, assumem especial destaque o fornecimento dos seguintes serviços:

- “Iluminação Pública”, com um acréscimo de (+) 206.844 €, (+) 9,62%, justificado quer pelo aumento da taxa aplicável de IVA de 6% para 23%, quer pela atualização da tarifa em (+) 4%, apesar da redução considerável de consumo de energia elétrica;
- “Encargos de Instalações” com um incremento de (+) 206.503 €, (+) 8,86%, incitado pelo aumento da taxa de IVA de 6% para 23%, o que necessariamente implica de forma direta um acréscimo de (+) 17% na faturação de alguns serviços imprescindíveis ao normal funcionamento da instituição, como sejam, os consumos correntes da eletricidade e gás;
- “Assistência Técnica”, com um aumento de (+) 152.450 €, (+) 75,82%, concorrendo para esta variação crescente, a aquisição do licenciamento de software e respetiva assistência pós-venda;
- “Seguros”, com uma subida de (+) 69.102 €, sendo que cerca de 1/3 deste valor, em bom rigor respeita ao exercício de 2013 e encontra-se devidamente refletido na conta de acréscimos de custos, mas cuja execução orçamental afetou o exercício de 2012.

Em contracírculo, a amortecer o impacto do acréscimo verificado neste agrupamento, destaca-se a diminuição da faturação da rubrica dos “Outros Trabalhos Especializados” (-) 649.434 €, logo seguida dos “Outros Serviços” com (-) 197.707 € e da “Publicidade” com uma diminuição de (-) 128.936 €

Em termos da nova despesa faturada afere-se que, as rubricas com maior peso no total da aquisição de serviços são:

- os “Encargos de Instalações”, cuja nova despesa faturada atingiu o montante de 2.538.222 € e um peso de 20,29%;
- os “Outros Trabalhos Especializados” assumindo o valor de 2.498.725 € e um peso de 19,97%, estando aqui interpostas atividades que se destacam como o tratamento de resíduos sólidos urbanos pela Lipor, bem como os serviços de manutenção, conservação e beneficiação de espaços ajardinados espalhados pelo concelho;
- a “Iluminação Pública” com o valor de 2.357.824 € e revelando um peso de 18,84% no total da aquisição de serviços;
- os “Encargos de Cobrança de Receita”, que em termos absolutos atingiu a quantia de 1.678.529 € e um peso de 13,42%.

Relativamente à despesa paga no valor global de 13.013.825 €, regista-se ainda o excelente nível de execução na ordem dos 98%.

Aquisição de Serviços por Orgânica

Quadro 34

AQUISIÇÃO DE SERVIÇOS POR ORGÂNICA										
	2012						Taxa de Execução			
	Despesa Faturada									
	Dotações Finais	Transitada	Nova	Total	%	Desp Paga	%	Desp Faturada	Desp Paga	
	(a)	(b)	(c)	(d)=(b)+(c)	(c)/Total(c)	(e)	(e)/Total(e)	(d)/(a)	(e)/(d)	
Orgãos de Autarquia	6.467.937	180.751	5.817.559	5.998.310	46,50%	5.943.543	45,67%	92,74%	99,09%	
Assembleia Municipal	25.950	0	23.477	23.477	0,19%	23.477	0,18%	90,47%	100,00%	
Deptº Administração Geral	9.350	1.744	2.126	3.870	0,02%	3.870	0,03%	41,40%	100,00%	
Deptº Finanças e Património	60.600	9.410	34.532	43.942	0,28%	43.942	0,34%	72,51%	100,00%	
Deptº Gestão Recursos Humanos	22.840	1.200	7.671	8.871	0,06%	8.871	0,07%	38,84%	100,00%	
Deptº Gestão Urbana	2.380	0	1.332	1.332	0,01%	1.332	0,01%	55,96%	100,00%	
Deptº Ambiente e Planeamento Territorial	3.319.551	338.888	2.716.405	3.055.293	21,71%	3.013.988	23,16%	92,04%	98,65%	
Deptº Construção e Estruturas Municipais	122.755	769	68.268	69.037	0,55%	67.192	0,52%	56,24%	97,33%	
Deptº Serv.Conserv.Manut.Estruturas Municipais	823.988	65.886	329.957	395.842	2,64%	375.507	2,89%	48,04%	94,86%	
Deptº Qualidade, Auditoria Interna e Sist.Informação	309.330	5.730	208.928	214.658	1,67%	214.658	1,65%	69,39%	100,00%	
Deptº Comunicação Imagem e Relações Institucionais	145.980	369	59.997	60.366	0,48%	58.433	0,45%	41,35%	96,80%	
Deptº Trânsito Transportes	567.131	22.297	503.869	526.166	4,03%	517.075	3,97%	92,78%	98,27%	
Deptº Educação Ação Social e Juventude	1.496.538	112.955	1.118.254	1.231.209	8,94%	1.156.170	8,88%	82,27%	93,91%	
Deptº Cultura e Turismo	387.500	5.750	250.568	256.318	2,00%	245.333	1,89%	66,15%	95,71%	
Deptº de Desporto	1.605.501	56.632	1.327.018	1.383.650	10,61%	1.296.835	9,97%	86,18%	93,73%	
Deptº Jurídico e Contencioso	71.780	1.845	41.753	43.598	0,33%	43.598	0,34%	60,74%	100,00%	
TOTAL	15.439.111	804.224	12.511.715	13.315.940	100,00%	13.013.825	100,00%	86,25%	97,73%	

Un.Euros

(b) Faturada transitada atualizada tendo em conta movimentos de estorno que se efetuaram em 2012 e que respeitavam a faturação de anos anteriores

E termos de aquisição de serviços por orgânica e atendendo a que grande parte das despesas comuns da organização, como sejam os encargos de instalações (consumo de eletricidade, gás e água), estão associadas aos Órgãos da Autarquia, verifica-se que em termos de nova despesa faturada, é esta unidade orgânica que realiza maior volume de despesa ao ser responsável por cerca de 46,50% do total da aquisição de serviços, seguindo-se o Departamento de Ambiente e Planeamento Territorial e o Departamento de Desporto, com um peso de 21,71% e 10,61% respetivamente.

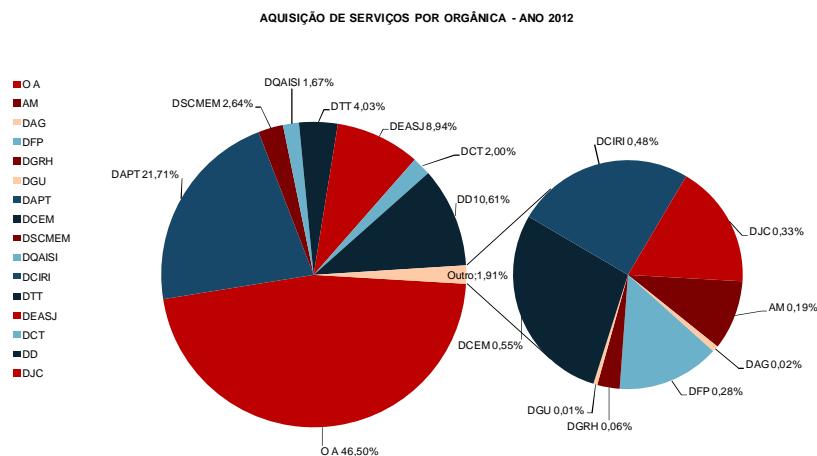
Pese embora o supra mencionado, depurando os referidos valores da aquisição de serviços incorporados nos Órgãos de Autarquia, a nova despesa faturada neste domínio reposicionaria o peso desta unidade orgânica para 26,21%.

Logo seguido dos Órgãos de Autarquia, em termos de nova despesa faturada, constata-se que é a orgânica do Departamento de Ambiente e Planeamento Territorial que realiza maior volume de despesa na aquisição de serviços, o que na gerência em apreço totalizou 2.716.405 €. Para tal, muito contribuem as despesas inerentes ao tratamento de resíduos sólidos cobrados pela Lapor (1.954.089,12 €) que em abono da verdade, dada a sua natureza, estariam melhor refletidas na Empresa Municipal Maiambiente, face ao seu objeto social.

Por último, anotam-se as elevadas taxas de execução das despesas realizadas e pagas nas diferentes unidades orgânicas, que rondam globalmente os 87% e 98%.

A distribuição do peso deste tipo de despesa pelas diferentes unidades orgânicas está representada no Gráfico 22.

Gráfico 22



TRANSFERÊNCIAS CORRENTES

Ao abrigo das suas competências, que se reportam em vários domínios que vão desde a educação, ação social, tempos livres e desporto, património, cultura e ciência, o Município atribui ao longo do ano de 2012, determinados subsídios a organismos e entidades com vista ao financiamento das suas despesas correntes. Estes apoios financeiros concedidos deverão ser vistos como uma importante fonte de despesa autárquica, responsáveis em 2012 por cerca de 10% do total da nova despesa realizada, revelando o acentuado intervencionismo do Município no processo de desenvolvimento urbano com o objetivo de propiciar condições de incremento aos sectores cultural, desportivo, educacional e de ação social.

Por outro lado, de forma a garantir a transparência e objetividade, o processo de atribuição destes apoios tem sido objeto de enquadramento normativo interno, através de legislação específica de suporte.

O classificador económico desagrega as transferências efetuadas pelos Municípios em três rubricas: *Transferências Correntes, Transferências de Capital e Subsídios*.

No agrupamento das *Transferências Correntes* são contabilizadas as importâncias a entregar a quaisquer organismos ou entidades para financiar despesas correntes, sem que tal implique, por parte das unidades recebedoras, qualquer contraprestação direta para com a autarquia local. Nesta rubrica estão assim registados os fluxos que se destinam a apoiar o funcionamento de diversas instituições particulares com interesse municipal, assim como: transferências para Instituições Sem Fins Lucrativos, destacando-se os apoios concedidos no âmbito das atividades desportivas, culturais, humanitárias, sociais e de ação social escolar, transferências para a Administração Local – Freguesias, que se designam a apoiar o funcionamento das suas atividades, transferências para a Administração Central – Serviços e Fundos Autónomos, transferências para Sociedades e Quase Sociedades não Financeiras, transferências para as a

famílias, que passa pela concessão de apoios sociais e económicos a pessoas portadoras de deficiências, atribuição de bolsas de estudo, apoios a atletas na área desportiva e outras transferências.

Relativamente à rubrica dos *Subsídios*, tendo embora a natureza de transferências correntes, revestem-se contudo de características especiais que, sob o aspeto económico, recomendam uma classificação diversa daquelas. Entende-se como Subsídios os fluxos financeiros não reembolsáveis transferidos para as empresas públicas municipais, intermunicipais ou empresas participadas, e que se designam no auxílio das correspondentes despesas de funcionamento.

Finalmente em *Transferências de Capital* são registadas todas as transferências que tenham como objetivo o financiamento de despesas de capital das entidades beneficiárias, incluindo as empresas municipais, cuja análise será desenvolvida posteriormente.

O Quadro 35 e o Gráfico 23 espelham o montante e a natureza das transferências correntes e subsídios atribuídos.

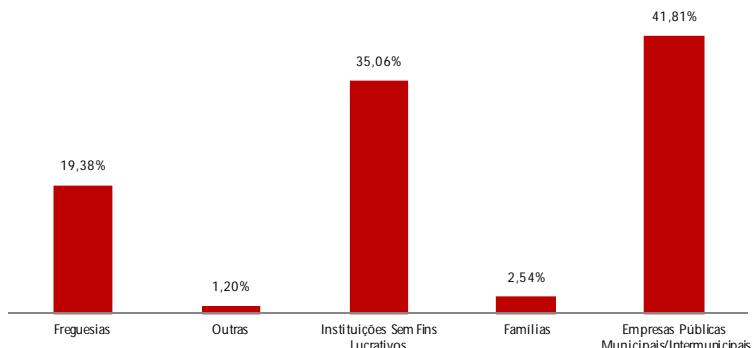
Quadro 35

TRANSFERÊNCIAS CORRENTES E SUBSÍDIOS																
	2011				2012				Desp Paga	Peso na nova Desp Faturada	Taxa Variação %	Taxa de Execução				
	Despesa Faturada			Dotações Finais	Despesa Faturada											
	Transitada	Nova	Total		Transitada	Nova	Total									
	(a)	(b)	(c)=(a)+(b)	(d)	(e)	(f)	(g)=(e)+(f)	(h)	(f)	(f)/Total(f)	[(f)-(b)]/(b)	(h)/(g)	(g)/(d)			
Transferências Correntes																
Soc. e quase sociedades não financeiras																
Públicas	0	0	0	50	0	0	0	0	0	0,00%			0,00%			
Privadas	0	2.500	2.500	2.500	0	0	0	0	0	0,00%	-100,00%		0,00%			
Administração Central																
Serviços e Fundos Autónomos	0	7.380	7.380	50	0	0	0	0	0	0,00%	-100,00%		0,00%			
Administração Local																
Municípios	0	0	0	50	0	0	0	0	0	0,00%			0,00%			
Freguesias	2.521	989.991	992.512	1.002.250	1.521	989.718	991.239	991.239	19,38%	-0,03%	100,00%		98,90%			
Serviços Autónomos da Adm.Local	0	0	0	100	0	0	0	0	0	0,00%			0,00%			
Associações de Municípios	0	0	0	50	0	0	0	0	0	0,00%			0,00%			
Assembleia Distritais	0	0	0	3.400	0	0	0	0	0	0,00%			0,00%			
Outras	0	61.493	61.493	61.500	0	61.493	61.493	61.493	1,20%	0,00%	100,00%		99,99%			
Instituições sem Fins Lucrativos	206.381	1.783.311	1.989.692	1.932.231	25.582	1.790.387	1.815.970	1.806.017	35,06%	0,40%	99,45%		93,98%			
Famílias	0	39.741	39.741	262.006	0	129.928	129.928	129.928	2,54%	226,94%	100,00%		49,59%			
Subtotal	208.902	2.884.416	3.093.318	3.264.187	27.104	2.971.526	2.998.630	2.988.677	58,19%	3,02%	99,67%		91,86%			
Subsídios																
Soc. e quase sociedades não financeiras																
Empresas Públicas Municipais/Intermunicipais	0	2.266.202	2.266.202	2.335.323	0	2.135.273	2.135.273	2.135.273	41,81%	-5,78%	100,00%		91,43%			
Outras	0	0	0	50	0	0	0	0	0,00%				0,00%			
Subtotal	0	2.266.202	2.266.202	2.335.373	0	2.135.273	2.135.273	2.135.273	41,81%	-5,78%	100,00%		91,43%			
TOTAL	208.902	5.150.618	5.359.520	5.599.560	27.104	5.106.799	5.133.903	5.123.950	100,00%	-0,85%	99,81%		91,68%			

Un:Euros
(a) e (e) Faturada transitada atualizada tendo em conta movimentos de estorno que se efetuaram em 2011 e 2012 e que respeitavam a faturação de anos anteriores

Gráfico 23

DISTRIBUIÇÃO TRANSFERÊNCIAS CORRENTES E SUBSÍDIOS - ANO 2012



No ano em análise a autarquia transferiu para as diversas entidades o montante de 5.106.799 €, valor muito próximo do ano transato, face à diminuição residual globalmente registada de (-) 0,85%, apesar de se distribuir de forma diferenciada pelos seus pares, consubstanciando-se num acréscimo na área das transferências correntes de (+) 3,02%, que em termos absolutos se traduziu num aumento de (+) 87.110 €, e numa diminuição de (-) 5,78%, na rubrica dos subsídios atribuídos às empresas públicas municipais que perfaz (-) 130.929 €.

Note-se porém que o aumento registado de (+) 87.110 na componente de transferências correntes, é praticamente todo ele imputável à rubrica das famílias, e foi determinado pela necessidade de no início de 2012, proceder-se à alteração do enquadramento orçamental das despesas subjacentes à celebração de contratos de emprego – inserção (MCEI), até então contabilizados como despesas com pessoal em qualquer outra situação, para a rubrica 04.08.02 – Transferências correntes – Famílias – Outras, razão que explica na íntegra a variação anotada, e que é responsável pelo aumento de (+) 3,02% verificado na rubrica mãe. Excluído que fosse este aumento, inverter-se-ia esta tendência, e a rubrica das transferências correntes apresentaria uma redução na ordem dos (-) 1,15%.

No contexto global deste agrupamento de despesa, o maior peso vai para os subsídios concedidos às empresas públicas municipais, que ao totalizarem 2.135.273 €, assumem cerca de 42% do total deste agregado, seguindo-se os apoios atribuídos às Instituições Sem Fins Lucrativos com 35,06% e um valor de 1.790.387 € e as verbas transferidas para as Juntas de Freguesia com 19,38% e um montante de 989.718 €.

No âmbito dos Subsídios, importa registar que o montante atribuído no exercício económico à empresa municipal Maiambiente foi aprovado em 1.700.000 €, acabando no entanto por ser reduzido em (-) 900.000 €.

Face à obrigatoriedade legal de reposição do desequilíbrio de contas prevista no regime jurídico do setor empresarial local, regista-se ainda, que por força dos resultados financeiros apresentados pela Empresa TECMAIA - Parque de Ciência e Tecnologia da Maia, S.A no final da gerência de 2011, foi-lhe transferido um subsídio no montante de 677.839 €, para efeitos do seu reequilíbrio de contas, valor este proporcional à sua participação no capital social (51%).

Paralelamente salienta-se também, as elevadas taxas de execução apuradas ao nível da despesa paga, que atingiram os 99,81%.

Tendo em vista uma análise mais detalhada desta matéria, apresenta-se o Quadro 36 com a exposição da distribuição dos Subsídios e Transferências Correntes atribuídos.

Quadro 36

DISTRIBUIÇÃO TRANSFERÊNCIAS CORRENTES E SUBSÍDIOS	
Ano 2012	
TRANSFERÊNCIAS CORRENTES	2.988.677
ADMINISTRAÇÃO LOCAL - FREGUESIAS	
Transferências Correntes - Despesas Correntes e de Funcionamento	910.792
Contrato -Programa relativo à Empreitada de "Construção do Edifício -Sede da Junta de Freguesia de Águas Santas para Sede da Autarquia e para os outros serviços de utilização comum, em regime de coparticipação com a Câmara Municipal- Construção do centro cívico - Aprovação de pagamento de indemnização no âmbito da empreitada, conforme deliberação de câmara de 20/12/2012.	79.584
Protocolo de colaboração entre o Município e as Juntas do Concelho - Sistema de aquisição de senhas de refeição das cantinas das escolas do 1ºCEB .	863
ADMINISTRAÇÃO LOCAL - OUTRAS	
Pagamento de coparticipação à Área Metropolitana do Porto - Quota de 2012 - Deliberação de Câmara de 2012/02/02.	61.493
INSTITUIÇÕES SEM FINS LUCRATIVOS	
Associações Desportivas / Clubes e Grupos Desportivos	1206.930
Associações Culturais, Recreativas e Dramáticas / Grupos Culturais e Recreativos / Bandas de Música / Associações de Moradores / Fábricas da Igreja Paroquial	177.079
Associações Humanitárias dos Bombeiros / Cruz Vermelha Portuguesa (Núcleo da Maia)	167.323
Educação - Agrupamentos de Escolas	186.651
Associações de Carácter Social	66.034
Subsídios atribuídos à Junta de Freguesia de Santa Maria de Avioso para coparticipar nas festas dos santos populares e santos padroeiros	1250
Subsídio atribuído à Junta de Freguesia de Nogueira para as associações recreativas e culturais, bandas de música, grupos de teatro e demais instituições de índole recreativo e cultural do concelho da Maia para o ano de 2012.	750
FAMÍLIAS	
Actividades no âmbito do Protocolo de Cooperação entre a Maia e Água Grande - São Tomé e Príncipe - Atribuição de bolsas de estudo a jovens São-Tomenses, que estão a frequentar o Instituto Superior da Maia - ISMAI.	7.200
Subsídio concedido para a época desportiva 2012/2013, aprovado na reunião de Câmara de 2012/12/06.	296
Renovação da atribuição de subsídio a um município portador de deficiência intelectual - estágio no horto municipal da Quinta da Gruta.	2.220
Valor pago aos MCEI (pessoal requisitado ao centro de emprego), para exercer funções na Autarquia e nas Escolas do Concelho.	120.212
SUBSÍDIOS	2.135.273
SOCIEDADES E QUASE SOCIEDADES NÃO FINANCEIRAS - EMPRESAS PÚBLICAS MUNICIPAIS	
Maambique - Empresa Municipal do Ambiente, E.E.M. - Atribuição de subsídio à exploração para o corrente ano de 2012 à Entidade Empresarial Municipal "Maambique- Empresa Municipal do Ambiente- E.E.M", conforme deliberação de câmara de 2012/01/19.	800.000
Academia das Artes da Maia - Produções Culturais E.E.M.	
Planeamento das transferências do subsídio à exploração para o ano 2012 a atribuir à Academia das Artes da Maia, Produções culturais - E.E.M., nos termos do contrato de Gestão, conforme deliberação de câmara de 2012/01/19.	618.000
Fixação do subsídio à exploração para o biênio 2011/2012 a atribuir à Academia das Artes da Maia, produções culturais - E.E.M., aprovado em reunião de câmara de 16/06/2011, celebrado em 30/06/2011 visado pelo Tribunal de Contas em 2011/11/10, nos termos do contrato de gestão celebrado em 14 de Maio de 2009.	39.434
Tecmaia - Parque de Ciência e Tecnologia da Maia, S.A. -Transferência para o equilíbrio das contas - artigo 40.º da Lei 50/2012 de 31 de Agosto - Transferência financeira para reequilíbrio das contas da Tecmaia 2011, conforme deliberação de 2012/10/18.	677.839
TOTAL	5.123.950

Un:Euros

INVESTIMENTO GLOBAL

A tipologia do investimento realizado é um reflexo das políticas e prioridades estratégicas delineadas para o município, sendo uma componente da despesa primordial para o seu desenvolvimento.

Contudo, estando atualmente o nosso país num programa de ajustamento financeiro (EU/FMI) até 2014, são várias as condicionantes que limitam e restringem um reforço desta componente, levando a que todos os investimento equacionados tenham de ser rigorosamente avaliados de uma forma racional e ponderada, face a um cenário em que os recursos financeiros são cada vez mais escassos.

Para além dos limites ao endividamento já estabelecidos por anteriores legislações, verificou-se com o início do programa de ajustamento financeiro do país, uma pressão sobre os municípios portugueses com vista à redução dos seus passivos, (O.E. 2012) determinando que uma parte dos recursos financeiros dos

municípios fosse direcionado para a prossecução desses objetivos, em prejuízo da realização de novo investimento.

Para além do Investimento Direto, o Investimento Global do Município engloba as Transferências de Capital, bem como os Ativos Financeiros, sobre os quais se fará uma análise evolutiva dos últimos anos e posteriormente uma análise mais detalhada sobre cada um dos seus componentes.

No Quadro 37 apresenta-se a evolução do investimento global no último quadriénio, realçando o peso de cada uma das suas componentes, no total das despesas faturadas do próprio exercício.

Quadro 37

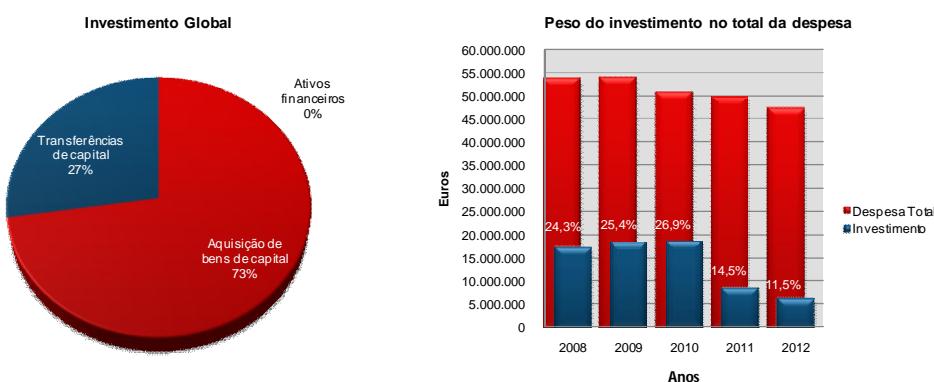
INVESTIMENTO GLOBAL												
	2009		2010		2011		2012		% Investimento global	% despesas capital	% despesa total	Taxa de variação %
	Fat Transitada	Fat Nova	Fat Transitada	Fat Nova	Fat Transitada	Fat Nova	Fat Transitada	Fat Nova				
Aquisição de bens de capital	12.139.150	15.556.564	5.844.940	17.043.659	4.243.491	5.541.511	1.007.128	4.469.346	72,6%	32,8%	8,3%	-19,3%
Transferências de capital	2.210.884	2.880.167	1.367.679	1.642.748	941.441	2.712.018	1.341.156	1.684.061	27,4%	12,4%	3,1%	-37,9%
Ativos Financeiros	0	16.462	0	43.801	0	25.676	0	0	0,0%	0,0%	0,0%	-100,0%
Total	14.350.034	18.453.193	7.212.618	18.730.209	5.184.932	8.507.204	2.348.284	6.153.407	100,0%	45,2%	11,5%	-27,7%
Faturada Total	32.803.227		25.942.827		13.692.136		8.501.691					
Un.Euro												
									Despesas de Capital (fat. nova)	13.622.314	100,0%	25,4%
									Despesas Totais (fat. nova)	53.535.586	100,0%	

Nota: Faturada Transitada atualizada tendo em conta os movimentos de estorno efectuados no ano de 2010, 2011 e 2012, que na sua gênese respeitam a faturação de anos anteriores

Da observação do exposto, conclui-se que no ano de 2012 em resultado do valor investido de 6.153.407 €, que representa 11,5% do total da despesa, há uma diminuição de (-) 27,7% no montante do investimento global face a 2011.

Para esta redução contribuiu a diminuição de (-) 19,3%, na aquisição de bens de capital, e a redução de (-) 37,9% nas transferências de capital, dado que, nesta gerência no que concerne aos ativos financeiros, não foi realizado qualquer investimento.

Gráfico 24



Investimento Direto

O Investimento Direto engloba os montantes despendidos na aquisição ou produção de bens duráveis e/ou melhorias e modificações que visam aumentarem o período de duração desses bens.

O Quadro 38 demonstra de uma forma mais detalhada a composição do Investimento Direto, realizado pelo município nas suas diversas áreas de intervenção comparativamente a 2011.

Quadro 38

	INVESTIMENTO DIRETO							Taxa de variação %
	2011		2012		% no Total PPI	Pago	Taxa de Execução	
	Fat. Nova (a)	Dotações Finais (b)	Fat Transitada (c)	Fat. Nova (d)	(e)	[(c)+(d)]/(b)	(e)/(c)+(d)]	(d)/(a)
Terrenos e Recursos Naturais	438.050	1.005.081	0	870.871	19,5%	870.871	86,6%	100,0%
Habitação	112.426	582.308	112.426	315.801	7,1%	428.227	73,5%	100,0%
Construção	112.426	576.565	112.426	315.801	7,1%	428.227	74,3%	100,0%
Aquisição	0	5.743	0	0	0,0%	0	0,0%	
Reparação e Beneficiação	0	0	0	0	0,0%	0	0,0%	
Edifícios	1.289.502	3.835.721	10.951	681.246	15,2%	692.196	18,0%	100,0%
Instalações de serviços	23.370	30.500	0	0	0,0%	0	0,0%	-100,0%
Instalações desport. e recreat.	249.218	359.535	0	319.538	7,1%	319.538	88,9%	100,0%
Escolas	909.408	1.663.905	10.951	324.818	7,3%	335.769	20,2%	100,0%
Outros	107.507	1.781.781	0	36.889	0,8%	36.889	2,1%	100,0%
Construções Diversas	3.013.303	9.044.598	713.652	1.984.979	44,4%	2.644.053	29,8%	98,0%
Dominio Privado	519.057	857.251	101.749	496.024	11,1%	589.655	69,7%	98,6%
Dominio. Público	2.494.246	8.187.347	611.903	1.488.954	33,3%	2.054.398	25,7%	97,8%
Material de Transporte	58.827	179.700	53.702	3.388	0,1%	57.090	31,8%	100,0%
Maq. e Equipamento	272.130	611.788	93.528	263.030	5,9%	352.008	58,3%	98,7%
Equipamento Informático	58.188	185.766	2.147	93.933	2,1%	91.530	51,7%	95,3%
Software Informático	135.272	173.993	72.604	18.358	0,4%	90.962	52,3%	100,0%
Equipamento Administrativo	7.204	20.000	0	4.983	0,1%	4.983	24,9%	100,0%
Equipamento Básico	68.714	218.137	18.155	139.265	3,1%	157.420	72,2%	100,0%
Ferramentas e Utensílios	2.752	13.893	622	6.492	0,1%	7.114	51,2%	100,0%
Outros	357.272	802.211	22.869	350.031	7,8%	372.805	46,5%	100,0%
Artigos e Objectos Valor	16.990	2.500	0	2.460	0,1%	2.460	98,4%	100,0%
Investimentos Incorporeos	49.580	351.511	0	163.083	3,6%	163.083	46,4%	100,0%
Outros Investimentos	290.702	422.200	22.869	184.488	4,1%	207.262	49,1%	100,0%
Locação Financeira	0	0	0	0	0,0%	0		
Bens Património Histórico-Cultural	0	25.000	0	0	0,0%	0	0,0%	
Outros Bens Domínio Público	0	1.000	0	0	0,0%	0	0,0%	
Total	5.541.511	16.061.408	1.007.128	4.469.346	100,0%	4.989.023	34,1%	91,1%

Un. Euros

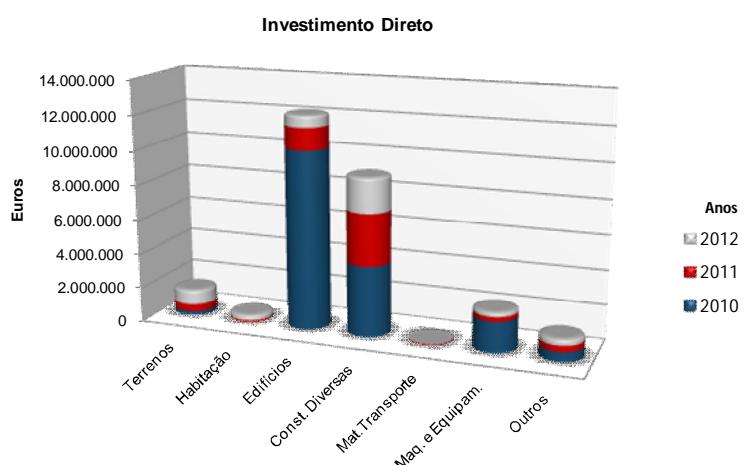
a)

Notas:

(a) Faturada Transitada actualizada tendo em conta movimentos de estorno que se efectuaram em 2012, que na sua génese respeitavam a faturação de anos anteriores

No âmbito do investimento direto, no ano de 2012 registou-se um decréscimo de (-) 19,3% face ao ano transato, fruto do valor investido de 4.469.346 €. Note-se porém que esta variação não foi generalizada por todas as rubricas, veja-se por exemplo, o aumento verificado nos montantes direcionados para a rubrica de *Terrenos e Recursos Naturais* (+) 98,8%, de forma mais expressiva, e em menor monta na *Habitação* (+) 180,9%.

Gráfico 25



Em contrapartida e a muito contribuir para a descida do total do Investimento Direto, realça-se as diminuições verificadas nas rubricas *Edifícios* (-) 47,2% e *Construções Diversas* (-) 34,1%, em virtude de grande parte dos projetos em curso estarem em fase final de concretização, nomeadamente no que respeita à construção e beneficiação de edifícios escolares (parque escolar), e diminuição dos montantes destinados às intervenções de carácter urgente em razão de intempéries ou outras situações fortuitas.

Em termos de despesa paga, cujo valor global ascende aos 4.989.023 €, realça-se a elevada taxa de execução que ultrapassou os 90%, o que possibilitou melhorar substancialmente os níveis de faturação transitada para 2013.

De modo a permitir uma análise mais pormenorizada do Investimento Direto do Município, apresenta-se de seguida uma análise individual de cada uma das rubricas que o compõem, evidenciando os projetos que mais contribuíram para o seu valor.

Terrenos

À semelhança do ano transato esta rubrica registou um aumento significativo do seu valor, cerca de 98,8%, fixando-se em 870.871 €. A contribuir para este aumento sobressai o montante despendido com a aquisição do terreno destinado ao realojamento das famílias de etnia cigana, na sequência de um protocolo celebrado com a BRISA, S.A., com vista à construção de habitação social no âmbito do alargamento e beneficiação da A4, na freguesia de Aguas Santas, que totalizou 490.000 €. Este montante por si só representou 56% do total do investimento realizado.

Nesta rubrica destaca-se ainda:

- Protocolo de acordo de cedências de parcelas de terreno, tendo em vista a construção do *Centro Escolar de Gueifães* e a execução do *Parque Urbano dos Maninhos* - 63.376 €
- Compra de uma parcela de terreno sita na rua General Humberto Delgado, na freguesia de Pedrouços para a construção da rotunda rodoviária na confluência da rua General Humberto Delgado e travessa Nova da Giesta - 62.797 €

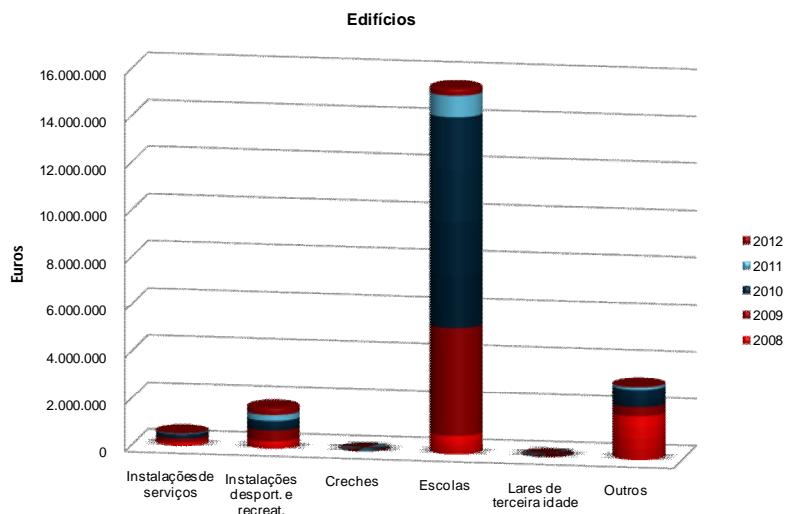
Habitação

O montante aplicado na rubrica da “*Habitação*” fixou-se em 315.801 €, um valor que representa quase o triplo do reembolsado no ano anterior, e que em grande parte se encontra justificado pelo investimento realizado com a construção de edifícios para a instalação das famílias de etnia cigana de Moreira da Maia iniciado em 2011, mas ainda em fase de execução em 2012, que totalizou 284.837 €.

Edifícios

O investimento realizado nesta rubrica representou apenas 15,2%, do total do investimento direto, deixando de ter a relevância de anos anteriores. Contudo, foi a rubrica com maior significado nos últimos 5 anos, totalizando um valor de 21.044.872 €, essencialmente efetuado no parque escolar do município conforme demonstra o Gráfico 26.

Gráfico 26



Apesar da perda de relevância desta rubrica destacam-se os seguintes investimentos efetuados que se descriminação segundo a suas finalidades.

No que concerne às Instalações Desportivas e Recreativas, no valor total de 319.538 €, contrariamente à orientação da rubrica mãe, registou-se uma subida de 28,2%, integralmente imputável aos seguintes projetos:

- Aquisição de edifícios de carácter sociocultural ou desportivos destinados a apoiar os empreendimentos levados ou a levar a efeito no âmbito do Programa Especial de Realojamento (PER) – 179.308 €;
- Conservação de instalações desportivas, essencialmente efetuadas com a reabilitação do campo de jogos do Inter de Milheirós, do campo de treinos de Pedrouços e com o campo de treino do complexo desportivo de Pedrouços -140.229 €;

Relativamente ao investimento em edifícios escolares, apesar da sua diminuição pelos motivos já referenciados, relevam-se os seguintes projetos:

- Construção do Centro Escolar da Gandra - EB1 e J.I, na Freguesia de Águas Santas -75.471 €;
- Recuperação, adaptação e ampliação de edifícios escolares existentes, (EB1/JI de Currais, na freguesia de Vermoim e EB1/JI da Guarda) - 69.064 €;
- Beneficiação de áreas exteriores de Edifícios do EB1 (Monte Calvário – Nogueira, Corim - Águas Santas) - 58.190 €;
- Construção do Centro Escolar de Folgosa - EB1 e J.I. -, Núcleo da Igreja, na Freguesia de Folgosa - 35.475 €;
- Construção do novo Centro Escolar de Mandim - EB1 e J.I. -, na Freguesia da Barca. 34.692 €;
- Beneficiação da Escola do EB1 do Barroso, na Freguesia de Nogueira -24.231 €;

O restante investimento efetuado e inserido na rubrica Outros Edifícios prendeu-se com intervenções de beneficiação e de conservação da Torre Lidor, nomeadamente com a instalação e fornecimento de infraestruturas elétricas (postos de transformação) – 35.195 €.

Construções Diversas

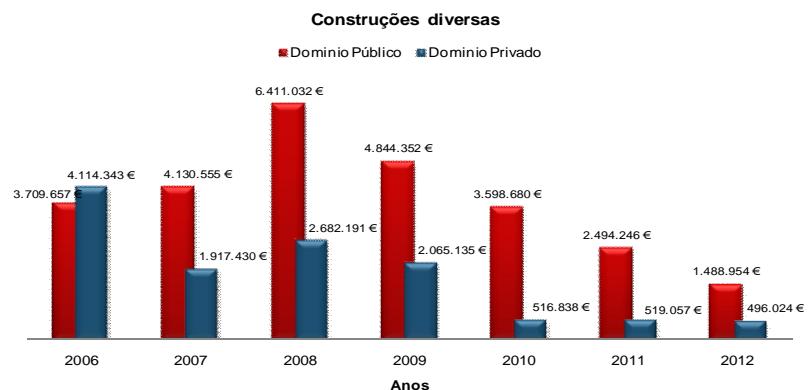
Com a diminuição dos montantes investidos na rubrica “Edifícios”, verifica-se que a componente com maior peso no Investimento Global nos últimos anos passou a ser a de Construções Diversas, que no exercício de 2012 ao assumir 1.984.979 €, representa cerca de 44,4% do total do Investimento Global.

Neste agregado da despesa estão incluídas construções quer de domínio público quer de domínio privado, com maior preponderância das primeiras que representam 75,01% do total agregado, atendendo ao valor investido de 1.488.954 €. Esse predomínio em parte é justificado pelo facto de nesta rubrica estarem incluídas estruturas, como estradas, arruamentos e viadutos, que implicam anualmente constantes intervenções ao nível de conservação e manutenção.

No que concerne às *Construções Diversas- Domínio Privado*, verifica-se que nos últimos anos o montante do investimento tem-se mantido estável, fixando-se em 2012, nos 496.024 €, o que representa uma diminuição de (-) 4,4% em relação ao ano transato.

O Gráfico 27 ilustra bem que a diminuição desta rubrica deve-se essencialmente à redução na componente de Construções *Diversas-Domínio Público*, não obstante a sua reiterada preponderância.

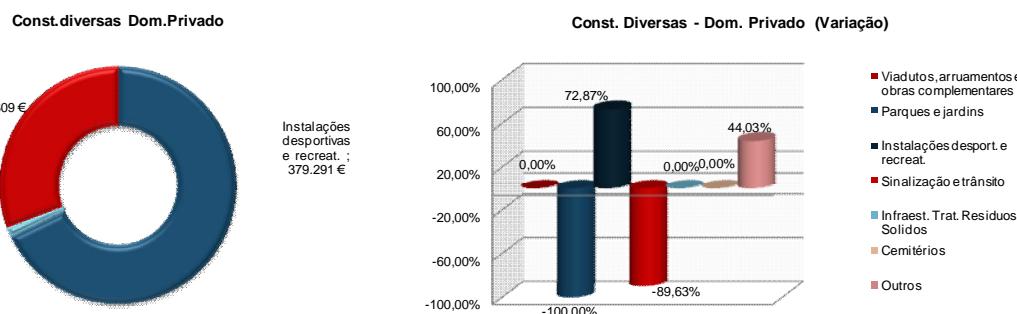
Gráfico 27



Pelo facto de a rubrica *Construções Diversas*, incidir sobre várias áreas de atuação do município apresenta-se de seguida uma análise mais detalhada da mesma.

Construções Diversas para integrar no Domínio Privado da Autarquia

Gráfico 28



Neste grupo assinala-se o acréscimo verificado nas instalações desportivas e recreativas, o qual se deve essencialmente à faturação relativa construção do Complexo Desportivo de Nogueira, incluindo a aquisição de terrenos, as terraplenagens, a construção da bancada e seu aproveitamento interior, a construção do recinto de jogo, a construção e infraestruturação dos necessários acessos, e incluindo ainda a elaboração dos necessários projetos com 195.715 €. Apenas este projeto representou 60% do montante faturado neste agregado.

No âmbito das instalações desportivas surge ainda:

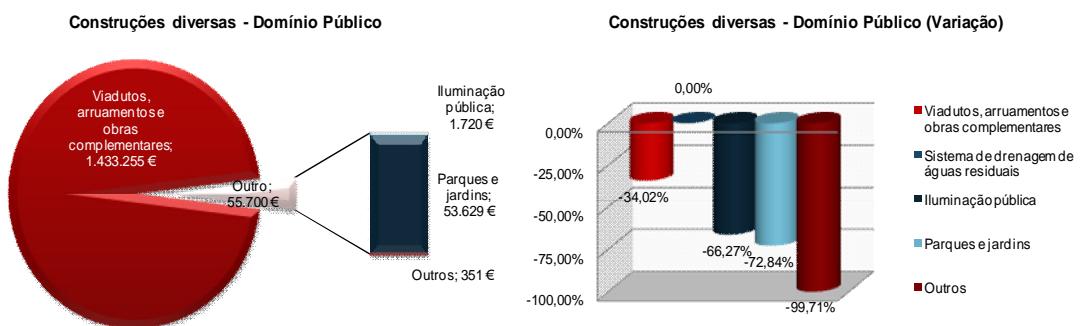
- Construção do Complexo Desportivo de Pedras Rubras, na Freguesia de Vila Nova da Telha, incluindo a aquisição de terrenos, as terraplenagens, a construção da bancada e o seu aproveitamento interior, a construção do recinto de jogo, a construção e infraestruturação dos necessários projetos - 68.074 €;
- Construção do Complexo Desportivo do Castelo da Maia, na Freguesia de Gemunde, incluindo o completamento da bancada e as respetivas instalações no interior da mesma, a sua cobertura, o arrelvamento do recinto de jogo, a construção de uma pista reta para a prática de atletismo, a iluminação do recinto e incluindo ainda a elaboração dos eventualmente necessários projectos- 26.740 €

Importa, também anotar o aumento de (+) 44,03%, no agregado designado por Outros, essencialmente devido aos investimentos efetuados no Aeródromo de Vilar de Luz – 141.592 €.

Em sentido contrário verificou-se uma redução significativa no investimento realizado nos agregados *Parques e Jardins* e *Sinalização e Trânsito*.

Construções Diversas para integrar em Bens Domínio Público

Gráfico 29



No âmbito do domínio público os investimentos ascenderam a 1.488.954 €, uma diminuição de (-) 40,3% face ao ano transato. Esta diminuição foi essencialmente devido à redução verificada no agregado com maior peso, *Viadutos Arruamentos e Obras Complementares*, pese embora se tenham registado as maiores reduções percentuais nos agregados *Iluminação Pública* e *Outros*, mas cujo peso é muito inferior.

A rubrica “*Viadutos, Arruamentos e Obras Complementares*” totalizou 1.433.255 €, cujas principais intervenções efetuaram-se nos seguintes projetos:

- Via Periférica Sudeste da Cidade, entre a Rua de São Romão, em Vermoim, à Rua do Santo Condestável, à Rua de D. Sílvia Teixeira, à Rua do Cavaco, à Rua de D. Manuel II - E.N. 107 - e a articulação com o nó de acesso ao I.C. 24, incluindo a elaboração do respetivo projeto e a aquisição dos necessários terrenos, na Freguesia de Vermoim - 844.673 €;
- Repavimentação e beneficiação de vias em várias zonas do Concelho - 272.217 €;
- Intervenções de carácter urgente em razão de intempéries ou outras situações fortuitas - 151.677 €;
- Trabalhos urbanísticos em diversas áreas do Concelho, com vista à sua recuperação urbana - 54.199 €;
- Recuperação e beneficiação de arruamentos diversos em várias zonas do Concelho, com especial incidência na construção de passeios e seu lancilamento - 47.499 €

O total da nova faturação registada na área de *parques e jardins*, com um valor de 52.114 €, cingiu-se unicamente à remoção de raizeiros, recomposição de caldeiras de árvores e reconstrução de passeios em diversos locais do concelho.

Nas restantes rubricas deste agregado, *Iluminação Pública e Outras*, o valor dos investimentos efetuados tiveram uma caráter residual, totalizando apenas 2.070 €.

Material de Transporte

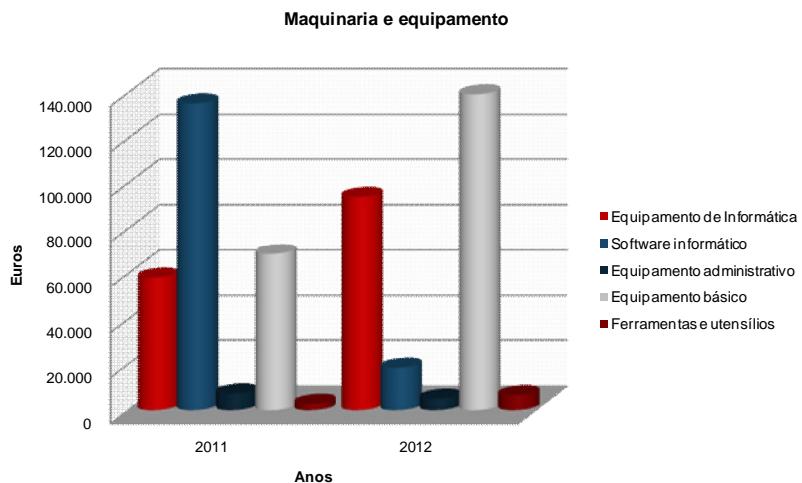
Na classificação económica *Material de Transporte*, não se verificou a existência de investimentos a considerar, à exceção de duas grandes reparações em viaturas no montante de 3.388 €.

Maquinaria e Equipamento

Enquadram-se neste agregado, toda a aquisição e grandes reparações de máquinas e ferramentas necessárias para prossecução das competências e objetivos do município. Para a sua melhor análise desagregou-se a mesma nas sub-rubricas *Hardware*, *Software*, *Equipamento Básico*, *Administrativo* e *Ferramentas e Utensílios*.

O investimento efetuado neste agregado em 2012 registou uma quebra de (-) 3,3%, fixando-se nos 263.030 €, destacando-se ao nível das suas componentes algumas variações significativas, a saber designadamente, ao nível do equipamento informático e equipamento básico.

Gráfico 30



Equipamento informático

A despesa realizada com a aquisição de equipamento informático e software acendeu a 112.291 € no ano de 2012, uma diminuição de (-) 42% face a 2011. Apesar de ser ter verificado um aumento na componente de *hardware*, a redução acentuada na componente software absorveu esse efeito.

Esta variação é justificada pelo facto de em 2011 se ter adquirido a atualização do software Autodesk–Divisão de Cartografia e solução de preservação de documentos no âmbito do projeto SIMA.

Relativamente ao hardware, o aumento deve-se essencialmente à aquisição do sistema de registo e controlo de assiduidade/acessos MIFARE – equipamentos tendentes à implementação da solução de controlo de acessos e de assiduidade do município da Maia, no valor de 78.966 €

Equipamento básico

O investimento verificado em equipamento básico no exercício registou um aumento de (+) 102,7%, face a 2011, fixando-se nos 139.265 €. A rubrica *equipamento básico* engloba todos os instrumentos, máquinas, instalações e outros bens, necessários ao município nas suas mais diversas áreas de atuação como a educação, o desporto, a biblioteca, a sinalização e trânsito e outros serviços municipais, para a realização a extração, transformação e elaboração dos produtos ou a prestação de serviços.

Este aumento resulta fundamentalmente da aquisição de diversos equipamentos para instalações desportivas no valor de 83.229 € e da aquisição de 8 estruturas Modulares para as escolas EB1 do Gestalinho, Monte Calvário, no montante de 47.539 €

Equipamento administrativo

A aquisição de equipamento administrativo para os diversos serviços municipais, não enquadrável nas restantes rubricas, manteve-se em valores pouco significativos, nos 4.983 €

Ferramentas e utensílios

A rubrica *Ferramentas e utensílios* manteve a sua pouca expressividade apesar de um aumento em relação ao ano transato, fixando-se nos 6.492 €. Esse aumento deve-se essencialmente à aquisição de equipamento para o setor dos jardins.

Outros investimentos

A despesa realizada, e não enquadrada nas rubricas anteriores atingiu um valor de 184.488 €, dos quais se destacam os seguintes investimentos:

- Instalação de sistema de ventilação e condicionamento de ar no Auditório Municipal na "Venepor". – 78.047 €;
- Aquisição de mobiliário e equipamento para os diversos Serviços Municipais. – 42.039 €;
- Aquisição de sinais de trânsito, de orientação e de outros materiais de equipamento afins, com o objetivo de regular, de orientar e de disciplinar o trânsito e, bem assim, de o informar. – 11.731 €;
- Aquisição de placas topográficas – 11.370 €

Investimentos incorpóreos

Nos investimentos classificados como Investimentos Incorpóreos, registou-se em 2012 um aumento significativo face ao montante investido de 163.083 €

Este aumento significativo deveu-se essencialmente ao projeto de Elaboração do Plano Municipal de Mobilidade Sustentável, projeto cofinanciado pelo FEDER, que com um valor total de faturação nova de 128.523 €, representou 78,8% da rubrica.

O restante investimento de 34.560 € refere-se aos projetos de arquitetura e especialidades da Igreja Nossa Senhora da Natividade - Pedrouços e elaboração do projeto da construção do centro cívico de Águas Santas.

Artigos e Objetos de valor

A despesa realizada com a de artigos e objetos de valor resumiu-se ao valor de 2.460 €, relativo à aquisição de pinturas a óleo subordinada ao tema "Retratos de Grandes Maiatos" com vista a homenagear grandes vultos do concelho da Maia.

Transferências de Capital

As Transferências de Capital referem-se a importâncias a entregar a quaisquer organismos ou entidades para financiar despesas de capital das entidades recebedoras, sem que tal implique qualquer contrapartida direta para a autarquia. Dentro das entidades beneficiárias, incluem-se as freguesias, as instituições sem fins lucrativos e as empresas municipais e intermunicipais entre outras.

Para uma análise da evolução e distribuição das Transferências de Capital apresenta-se o Quadro 39 que apresenta as mesmas desagregadas pelas diversas tipologias de entidades recebedoras.

Quadro 39

	TRANSFERÊNCIAS DE CAPITAL									
	2011		2012		% Total Transf	Pago	Tx Execução	Tx de Variação %		
	Fat Transitada	Fat Nova	Dotações finais	Fat Transitada	Fat Nova					
Sociedades e quase-sociedades não financeiras										
Empresas Públicas Municipais/Intermunicipais	116.703	683.721	901.000	112.242	676.318	40,2%	788.560	87,5%	100,0%	-1,1%
Outras			50	0	0			0,0%		
Privadas			50.050	0	50.000	3,0%	50.000	99,9%		
Administração Central										
Serviços e Fundos Autónomos			50	0	0	0,0%		0,0%		
Administração Local										
Municípios			286.835	0	0	0,0%		0,0%		
Freguesias	729.521	1.903.624	2.158.994	1.228.914	607.550	36,1%	1.836.464	85,1%	100,0%	-68,1%
Serviços e Fundos Autónomos			50	0	0			0,0%		
Outras			50	0	0	0,0%		0,0%		
Instituições sem fins Lucrativos										
Famílias	95.218	125.123	450.845	0	350.193	20,8%	350.193	77,7%	100,0%	179,9%
Resto do Mundo			4.550					0,0%		
Total	941.442	2.712.468	3.852.574	1.341.156	1.684.061	100,0%	3.025.217	78,5%	100,0%	-37,9%
Faturada Total		3.653.910			3.025.217					

Un.: Euros

Nota: Faturada Transitada atulizada tendo em conta os movimentos de estoiro efectuados no ano de 2011 e 2012, que na sua gênese respeitam a faturação de anos anteriores

Em 2012 o valor indexado à nova faturação englobado nas *Transferências de Capital* atingiu um valor de 1.684.061 €, o que espelha uma redução de (-) 37,9%, largamente influenciada pela diminuição de (-) 68,1%, das transferências para as Freguesias, que assim, deixou ser a rubrica com maior peso no total das *Transferências de Capital*, 36,1%. Esta redução é justificada pelo facto de no ano transato ter ocorrido a maior parte da faturação relativa à comparticipação para a Construção do Edifício-Sede da Junta de Freguesia de Águas Santas.

Para uma melhor análise das transferências promovidas para as freguesias, descrevem-se os projetos que contribuíram para o valor verificado de 607.550 €

- Construção do Edifício-Sede da Junta de Freguesia de Águas Santas, para sede da Autarquia e para outros serviços de utilização comum, em regime de comparticipação com a Junta de Freguesia referida - 372.838 €;
- Comparticipação no equipamento e outros trabalhos do Parque Zoológico da Maia, da iniciativa da respetiva junta de freguesia, celebração de contrato de concessão de benefício público para a atribuição de uma comparticipação financeira - 150.000 €;
- Construção do Edifício-Sede da Junta de Freguesia de Gueifães, em regime de comparticipação com a Junta de Freguesia referida – 59.101 €

-
- Comparticipação na Obra de ampliação do Cemitério Paroquial da Freguesia de Gueifães (Obra a levar a cabo pela respetiva Junta de Freguesia) - 11.717 €

No âmbito das transferências inseridas na rubrica *Sociedades e quase-sociedades não financeiras*, que engloba as *Empresas Públicas Municipais/Intermunicipais, Privadas e Outras*, o montante transferido teve um aumento de (+) 6,2%, fundamentalmente explicado pelo apoio à construção do Edifício-Sede da AEM - Associação Empresarial da Maia, com um valor de 50.000 €.

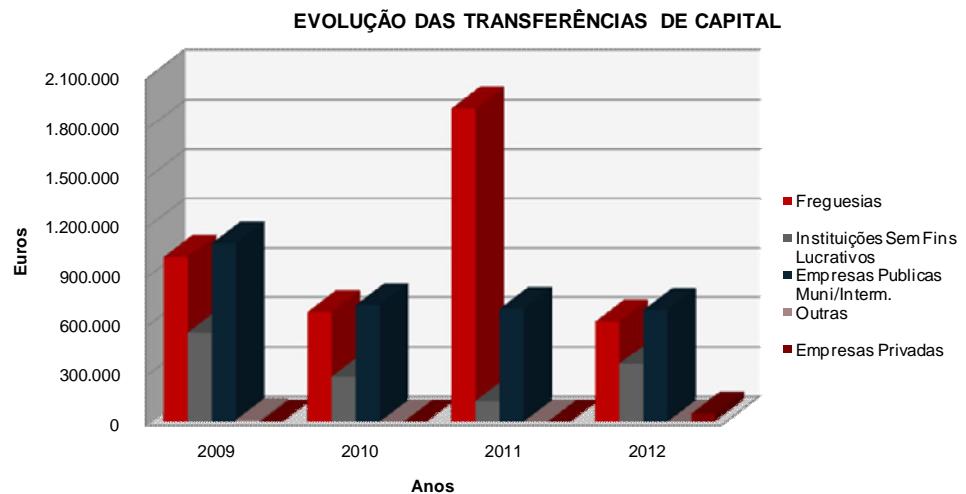
O restante valor desta rubrica e que representa a sua maior parte, reporta-se às transferências para as *Empresas Públicas Municipais/Intermunicipais*, nomeadamente a LIPOR - Serviço Intermunicipalizado de Tratamento de Lixos da Região do Porto, que registou uma diminuição de (-) 1,1%, fixando-se nos 676.316 €.

No que concerne aos apoios concedidos às *Instituições Sem Fins Lucrativos*, registou-se um aumento considerável, dado que os valores envolvidos mais do que duplicaram em relação ao ano anterior, ao fixarem-se nos 350.193 €. No cômputo geral destes apoios concedidos destacam-se os seguintes projetos:

- Apoio à Associação de Solidariedade Social "O Amanhã da Criança" na obra de adaptação e transformação de suas instalações com vista a albergar um Berçário e Creche - 100.000 €;
- Apoio à construção de um Lar Residencial a ser levado a efeito pela APPACDM, na Freguesia de Vila Nova da Telha – 100.000 €;
- Apoio às obras de ampliação do Centro Social de Milheirós que estão a ser levadas a efeito, no lugar de Alvura, pela Santa Casa da Misericórdia da Maia - 50.000 €;
- Apoio à reconversão do ATL em Creche-Infantário do Centro Social de Águas Santas - 42.163 €;
- Comparticipação na aquisição de viaturas ou outro equipamento com vista ao apetrechamento da Associação Humanitária dos Bombeiros Voluntários de Moreira - Maia e da Associação Humanitária de Pedrouços - 27.375 €;
- Apoios financeiros a conceder a diversas Associações e Coletividades do Concelho, com vista ao melhoramento ou ampliação das suas instalações, ao equipamento ou reequipamento das mesmas e à construção das suas instalações. (Comparticipação de obras que serão levadas a cabo pelas respetivas Associações) - 12.427 €;
- Apoio à construção do Edifício-Sede e Centro de Acolhimento de Jovens - Construção que será levada a efeito pela "ASMAN- Associação de Solidariedade Social da Mouta -Azenha Nova" - 11.727 €

Para uma melhor análise apresenta-se de seguida o Gráfico 31 que é demonstrativo da evolução e distribuição das *Transferências de Capital* nos últimos 4 anos.

Gráfico 31



Ativos Financeiros

No ano de 2012, não foram efetuados quaisquer investimentos enquadráveis neste tipo de transferências.

GRANDES OPÇÕES DO PLANO

As Atividades mais relevantes (PAM) e o plano Plurianual de Investimentos (PPI), constituem as Grandes Opções do Plano, documento que reflete as principais áreas de intervenção do município, distribuídas sob o ponto de vista funcional e demonstrativas do destino da distribuição de uma grande parte dos seus recursos financeiros.

O montante global das GOPS em 2012 representou 67,26%, do total da despesa nova faturada no ano.

O Quadro 40 demonstra a distribuição por classificação funcional da faturação registada em 2012, bem como da sua variação em relação a 2011.

Quadro 40

Classificação Funcional	GOPS									
	2011		2012		% Total GOPs	Pago (f)	Tx Execução [(d)+(e)]/[(c)]	Tx de Variação % [(f)/(d)+(e)]		
	Fat Transitada (a)	Fat Nova (b)	Dotações finais (c)	Fat Transitada (d)	Fat Nova (e)					
Funções Gerais:	2.316.495	3.952.923	10.148.971	1.358.446	6.016.558	16,7%	7.159.167	72,7%	97,1%	52,2%
Serviços Gerais de Administração Pública	1.715.313	3.724.351	8.204.982	1.352.697	5.817.616	16,2%	6.954.477	87,4%	97,0%	56,2%
Segurança e Ordens Públicas	601.183	228.573	1.943.989	579	198.942	0,6%	204.691	10,5%	100,0%	-13,0%
Funções Sociais:	2.797.089	16.660.335	25.320.019	1.192.499	15.293.220	42,5%	16.393.438	65,1%	99,4%	-8,2%
Educação	814.191	6.540.169	8.230.319	104.769	6.359.407	17,7%	6.426.985	78,5%	99,4%	-2,8%
Saúde	0	15.195	14.995	0	295	0,0%	295	2,0%	100,0%	-98,1%
Segurança e Ação Sociais	115.629	664.285	1.297.324	62.158	809.736	2,2%	869.949	67,2%	99,8%	21,9%
Habitação e Serviços Coletivos	1.264.309	6.448.092	12.255.464	878.680	5.206.775	14,5%	6.043.390	49,7%	99,3%	-19,3%
Serviços Culturais, Recreativos e Religiosos	602.960	2.992.594	3.521.917	146.892	2.917.006	8,1%	3.052.818	87,0%	99,6%	-2,5%
Funções Económicas:	1.177.820	2.045.598	7.403.971	343.092	4.831.419	13,4%	5.128.083	69,9%	99,1%	136,2%
Agricultura, Pecuária, Silvicultura, Caça e Pesca	0	0	0	0	0	0,0%	0	0	0,0%	0
Indústria e energia	99.553	142.057	2.642.477	31.307	2.367.598	6,6%	2.398.905	90,8%	100,0%	1566,7%
Transportes e Comunicações	1.064.466	1.525.206	3.660.752	311.785	1.611.571	4,5%	1.876.928	52,5%	97,6%	5,7%
Comércio e Turismo	13.801	133.210	372.902	0	124.411	0,3%	124.411	33,4%	100,0%	-6,6%
Outras Funções Económicas	0	245.125	727.839	0	727.839	2,0%	727.839	100,0%	100,0%	196,9%
Outras Funções:	1.000	10.364.258	9.930.171	0	9.870.231	27,4%	9.870.231	99,4%	100,0%	-4,8%
Operações da Dívida Autárquica	0	9.012.085	8.801.000	0	8.792.183	24,4%	8.792.183	99,9%	100,0%	-2,4%
Transferências entre Administrações	1.000	989.991	920.000	0	910.792	2,5%	910.792	99,0%	100,0%	-8,0%
Outras não especificadas	0	362.182	209.171	0	167.256	0,5%	167.256	80,0%	100,0%	-53,8%
TOTAL	6.292.404	33.023.114	52.803.132	2.894.037	36.011.428	100,0%	38.550.919	73,7%	99,1%	9,0%
Facturada Total	39.315.518		38.905.465							-1,0%

Note: Faturada Transitada atualizada tendo em conta os movimentos de estorno efectuados no ano de 2011 e 2012, que na sua gênese respeitam a faturação de anos anteriores

No cômputo geral da nova despesa associada às Grandes Opções do Plano, no valor total de 36.011.428 €, assumem neste exercício económico especial relevância as *Funções Sociais* que representam 42,5% da despesa realizada, sobretudo na área de educação e da habitação e serviços coletivos, logo seguida pelas *Outras Funções* que absorvem cerca de 27,4% das GOP'S, devido à influência das operações da dívida autárquica. Posteriormente aparecem as *Funções Gerais* com o peso de 16,7%, e por último as *Funções Económicas* a absorverem cerca de 13,4%, permanecendo assim a tendência verificada em anteriores exercícios.

Quanto às funções gerais, que espelham maior representatividade que na anterior gerência, que rondava cerca de 12%, assinala-se que este aumento, foi influenciado pelo facto de terem sido incluídas nas GOP's, as despesas inerentes ao funcionamento das suas instalações, tais como, eletricidade, água, gás, telecomunicações e combustíveis rodoviários, serviços de assistência técnica de manutenção e inspeção, bem como com a iluminação pública, razão que explica na íntegra a variação registada.

À semelhança do que se verificou no ano transato e em consonância com a diminuição verificada na despesa total, o valor da nova despesa associada às Grandes Opções do Plano teve um decréscimo de (-) 1,0%.

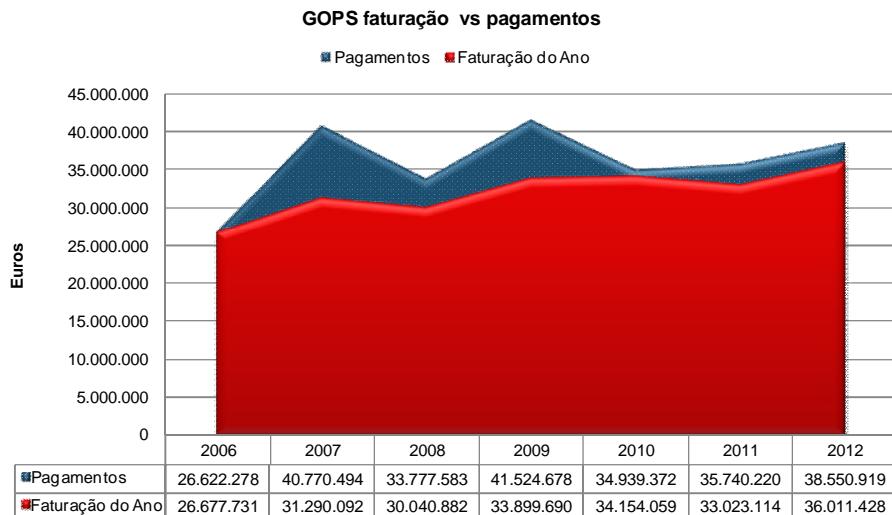
Contudo este decréscimo foi em muito atenuado pelas razões atrás expostas, designadamente pelo facto de em 2012, as despesas inerentes ao funcionamento das instalações, terem passado a ser integradas nas grandes opções. A demonstrar este efeito, estão os aumentos verificados, nas subfunções *Serviços Gerais de Administração Pública* (Funções gerais) e *Industria e energia* (Funções económicas).

No que respeita às restantes funções e subfunções regista-se uma descida generalizada exceto nas subrubricas, *Segurança e Ações Sociais* e *Outras Funções Económicas* que registaram um aumento de 21,9% e 196,9%.

Em matéria de pagamentos releva-se um aumento de cerca de (+) 7%, em resultado do valor apurado em 38.550.919 €. Tal volume possibilitou atingir uma taxa de execução de 99,1%, permitindo uma recuperação da fatura transitada na ordem dos 2.539.491 €.

Deste modo na sequência do que é desejável o valor da fatura transitada para 2013, representa cerca de 1% do total da fatura transitada em 2012, representando apenas 354.546 €, pelo que permanece a tendência de redução da dívida transitada evidenciada há vários anos.

Gráfico 32



De modo a permitir analisar a evolução de cada uma das funções e sub-funções que as compõem, apresenta-se de seguida uma descrição dos projetos e ações que mais se evidenciaram dentro de cada uma função em termos de realização de nova despesa de investimento e de atividades mais relevantes.

O Quadro 41 reflete os valores apurados em cada rubrica funcional que compõem as Grandes Opções do Plano repartidas pelo PPI e PAM, autonomizando a fatura transitada da nova faturada, bem como a execução em matéria de pagamentos por cada classificação funcional.

Quadro 41

Classificação Funcional	GRANDES OPÇÕES DO PLANO												% Total GOPs	% Pago/Fat
	PPI			PAM			GOPs							
	Fat Transitada	Fat Nova	TOTAL	PAGO	Fat Transitada	Fat Nova	TOTAL	PAGO	Fat Transitada	Fat Nova	TOTAL	PAGO		
1. Funções Gerais:	79.298	216.619	295.917	291.366	1.279.148	5.799.939	7.079.086	6.867.801	1.358.446	6.016.558	7.375.004	7.159.167	16,7%	97,1%
1.1. Serviços Gerais de Administração Pública	79.298	211.207	290.505	285.954	1.273.398	5.606.410	6.879.808	6.668.523	1.352.697	5.817.616	7.170.313	6.954.477	16,2%	97,0%
1.1.1. Administração Geral	79.298	211.207	290.505	285.954	1.273.398	5.606.410	6.879.808	6.668.523	1.352.697	5.817.616	7.170.313	6.954.477	16,2%	97,0%
1.2. Segurança e Ordens Públicas	0	5.412	5.412	5.412	5.749	193.529	199.278	199.278	5.749	198.942	204.691	204.691	0,6%	100,0%
1.2.1. Proteção Civil e Luta Contra Incêndios	0	368	368	368	5.749	193.529	199.278	199.278	5.749	193.897	199.646	199.646	0,5%	100,0%
1.2.2. Polícia Municipal	0	5.044	5.044	5.044	0	0	0	0	0	5.044	5.044	5.044	0,0%	100,0%
2. Funções Sociais	584.738	2.464.126	3.048.863	3.040.620	607.761	12.829.094	13.436.855	13.352.818	1.192.499	15.293.220	16.485.719	16.393.438	42,5%	99,4%
2.1. Educação	13.630	378.632	392.262	392.262	91.140	5.980.775	6.071.915	6.034.723	104.769	6.359.407	6.464.177	6.426.985	17,7%	99,4%
2.1.1. Ensino não Superior	13.630	378.632	392.262	392.262	91.140	4.364.559	4.455.699	4.418.508	104.769	4.743.191	4.847.961	4.810.770	13,2%	99,2%
2.1.2. Serviços Auxiliares de Ensino	0	0	0	0	0	1.616.216	1.616.216	1.616.216	0	1.616.216	1.616.216	1.616.216	4,5%	100,0%
2.2. Saúde	0	0	0	0	0	295	295	295	0	295	295	295	0,0%	100,0%
2.2.1. Serviços Individuais de saúde	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0,0%	100,0%
2.2.2. Saúde Pública	0	0	0	0	0	295	295	295	0	295	295	295	0,0%	100,0%
2.3. Segurança e Ação Sociais	0	0	0	0	62.158	809.736	871.894	869.949	62.158	809.736	871.894	869.949	2,2%	99,8%
2.3.2. Ação Social	0	0	0	0	62.158	809.736	871.894	869.949	62.158	809.736	871.894	869.949	2,2%	99,8%
2.4. Habitação e Serviços Colectivos	437.493	1.433.053	1.870.547	1.862.303	441.186	3.773.722	4.214.908	4.181.087	878.680	5.206.775	6.085.455	6.043.390	14,5%	99,3%
2.4.1. Habitação	112.426	985.109	1.097.536	1.097.536	0	0	0	0	112.426	985.109	1.097.536	1.097.536	2,7%	100,0%
2.4.2. Ordenamento do Território	150.811	321.980	472.791	464.548	4.797	7.872	12.669	12.669	155.608	329.852	485.460	477.217	0,9%	98,3%
2.4.5. Resíduos Sólidos	0	0	0	0	276.830	2.477.259	2.754.098	2.754.089	276.830	2.477.259	2.754.089	2.754.089	6,9%	100,0%
2.4.6. Proteção do Meio Ambiente e Conserv. da Natureza	174.256	125.964	300.220	300.220	159.560	1.288.590	1.448.150	1.414.329	333.816	1.414.554	1.748.370	1.714.549	3,9%	98,1%
2.5. Serviços Culturais, Recreativos e Religiosos	133.614	652.440	786.055	786.055	13.277	2.264.566	2.277.843	2.266.764	146.892	2.917.006	3.063.898	3.052.818	8,1%	99,6%
2.5.1. Cultura	53.702	80.546	134.248	134.248	2.318	709.126	711.444	710.607	56.020	789.672	845.692	844.855	2,2%	99,9%
2.5.2. Desporto, Recreio e Lazer	79.913	568.137	648.050	648.050	10.959	1.546.087	1.557.045	1.546.802	90.871	2.114.224	2.205.095	2.194.852	5,9%	99,5%
2.5.4. Juventude	0	3.757	3.757	3.757	0	2.154	2.154	2.154	0	5.911	5.911	5.911	0,0%	100,0%
2.5.5. Relações Internacionais	0	0	0	0	0	7.200	7.200	7.200	0	7.200	7.200	7.200	0,0%	100,0%
3. Funções Económicas:	343.092	1.621.345	1.964.438	1.918.009	0	3.210.074	3.210.074	3.210.074	343.092	4.831.419	5.174.512	5.128.083	13,4%	99,1%
3.1. Agricultura, Pecuária, Silvicultura, Caça e Pesca	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0,0%	0,0%
3.1.2. Zonas Rurais	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0,0%	0,0%
3.2. Indústria e energia	31.307	9.774	41.081	41.081	0	2.357.824	2.357.824	2.357.824	31.307	2.367.598	2.398.905	2.398.905	6,6%	100,0%
3.2.1. Iluminação	0	5.622	5.622	5.622	0	2.357.824	2.357.824	2.357.824	0	2.363.446	2.363.446	2.363.446	6,6%	100,0%
3.2.2. Infraestruturas eléctricas	0	351	351	351	0	0	0	0	0	351	351	351	0,0%	100,0%
3.2.3. Racionalização Energética	31.307	3.802	35.109	35.109	0	0	0	0	31.307	3.802	35.109	35.109	0,0%	100,0%
3.3. Transportes e Comunicações	311.785	1.611.571	1.923.357	1.876.928	0	0	0	0	311.785	1.611.571	1.923.357	1.876.928	4,5%	97,6%
3.3.1. Transportes rodoviários	311.785	1.469.615	1.781.400	1.743.185	0	0	0	0	311.785	1.469.615	1.781.400	1.743.185	4,1%	97,9%
3.3.2. Transportes aéreos	0	141.956	141.956	133.743	0	0	0	0	0	141.956	141.956	133.743	0,4%	94,2%
3.4. Comércio e Turismo	0	0	0	0	0	124.411	124.411	124.411	0	124.411	124.411	124.411	0,3%	100,0%
3.4.1. Mercados e Feiras	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0,0%	100,0%
3.4.2. Turismo	0	0	0	0	0	124.411	124.411	124.411	0	124.411	124.411	124.411	0,3%	100,0%
3.5. Outras Funções Económicas	0	0	0	0	0	727.839	727.839	727.839	0	727.839	727.839	727.839	2,0%	100,0%
3.5.2. Defesa do Consumidor	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0,0%	100,0%
3.5.3. Novas Tecnologias	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0,0%	100,0%
3.5.4. Ativos Financeiros	0	0	0	0	0	677.839	677.839	677.839	0	677.839	677.839	677.839	1,9%	100,0%
3.5.5. Atividades Económicas	0	0	0	0	0	50.000	50.000	50.000	0	50.000	50.000	50.000	0,1%	100,0%
4. Outras Funções:	0	167.256	167.256	167.256	0	9.702.975	9.702.975	9.702.975	0	9.870.231	9.870.231	9.870.231	27,4%	100,0%
4.1. Serviço da dívida autárquica	0	0	0	0	0	8.792.183	8.792.183	8.792.183	0	8.792.183	8.792.183	8.792.183	24,4%	
4.2. Transferências entre administrações	0	0	0	0	0	910.792	910.792	910.792	0	910.792	910.792	910.792	2,5%	100,0%
4.3. Diversas não especificadas	0	167.256	167.256	167.256	0	0	0	0	0	167.256	167.256	167.256	0,5%	100,0%
4.3.1. Aquisição de propriedades	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0,0%	100,0%
4.3.2. Propriedades diversas	0	167.256	167.256	167.256	0	0	0	0	0	167.256	167.256	167.256	0,5%	100,0%
	1.007.128	4.469.346	5.476.474	5.417.250	1.886.909	31.542.082	33.428.991	33.133.669	2.894.037	36.011.428	38.905.465	38.550.919	100,0%	99,1%

Un:Euros

(a)

(a)

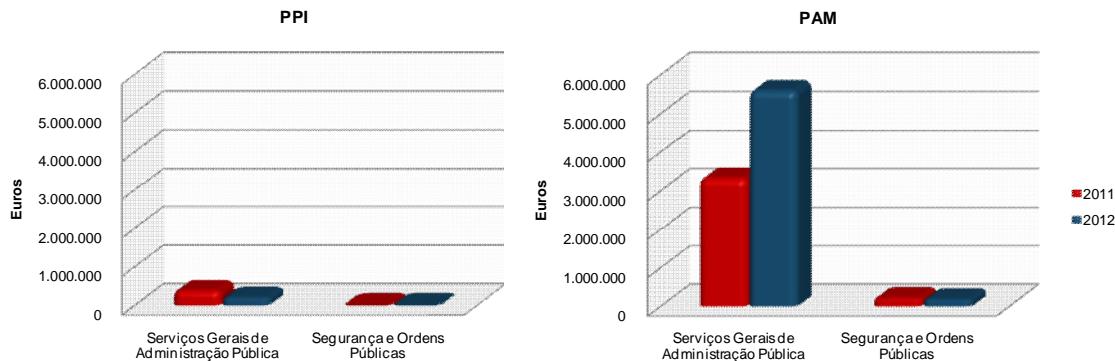
(a)

Notas:

(a) Faturada Transitada actualizada tendo em conta movimentos de estorno que se efectuaram em 2012, que na sua génese respeitam a faturação de anos anteriores

Funções Gerais

Gráfico 33



A função denominada *Funções Gerais* comprehende as actividades de âmbito geral da autarquia desagregando-se na sub-funções *Serviços Gerais de Administração Pública* e *Segurança e Ordens Públicas*.

O total da despesa englobada nas Funções Gerais atingiu em 2012 um valor de 6.016.558 €. Conforme mencionado anteriormente, neste ano económico, passaram a estar incluídas nas GOPS, algumas despesas de carácter permanente e que se inserem nesta função tais como, consumo de energia eléctrica, aquisição de combustíveis rodoviários, consumo de gás natural e GPL, aquisição de serviços de telecomunicações, consumo de água e serviços de assistência técnica, manutenção e inspecção, passando esta função a representar 16,7% das GOPS.

À semelhança de anos anteriores e tendo em conta as características desta função continua a verificar-se a preponderância da *Função dos Serviços Gerais da Administração Pública* em contraste com a da *Segurança e Ordens Públicas*.

O total de investimento realizado e associado às Funções Gerais totalizaram 216.619 €, particularmente destinado à aquisição de mobiliário e equipamento para os diversos serviços municipais, equipamento informático (hardware e software) e intervenções de conservação e manutenção da Torre do Lidor. A descrição destes projetos de investimentos foi já retratada no capítulo anterior destinado ao investimento direto.

As atividades mais relevantes em 2012 totalizaram 5.799.939 €, enquadráveis nesta função discriminam-se as seguintes:

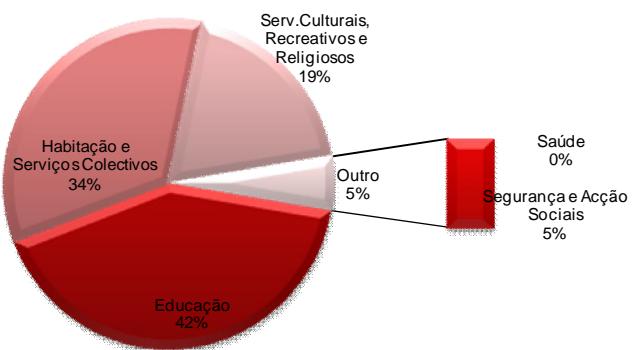
- Consumo de energia elétrica - 1.640.082 €;
- Comparticipação na recuperação e construção e reequipamento de Edifícios-Sedes de Juntas de Freguesia através de contratos programa – 511.523 €, destinados às juntas de freguesia de Águas Santas e Gueifães;
- Contratualização de serviços de vigilância e segurança – 723.632 €;
- Consumo de gás natural e GPL - 503.895 €;
- Consumo de água - 484.560 €;

- Contratualização de seguros - 264.177 €;
- Aquisição de combustíveis rodoviários – 248.935 €;
- Aquisição de serviços de telecomunicações – 247.814 €;
- Apoios financeiros concedidos à atividade da Associação Humanitária dos Bombeiros Voluntários de Moreira-Maia e da Associação Humanitária de Pedrouços – 188.375 €;
- Contrato de prestação de serviços de locação operacional para equipamentos de cópia e impressão – 184.741 €;
- Contrato de aluguer operacional de viaturas – 173.210 €;
- Contratos de manutenção e licenças de programas informáticos-138.804 €;
- Contratualização de serviços de limpeza – 135.099 €

Funções Sociais

Gráfico 34

Funções Sociais

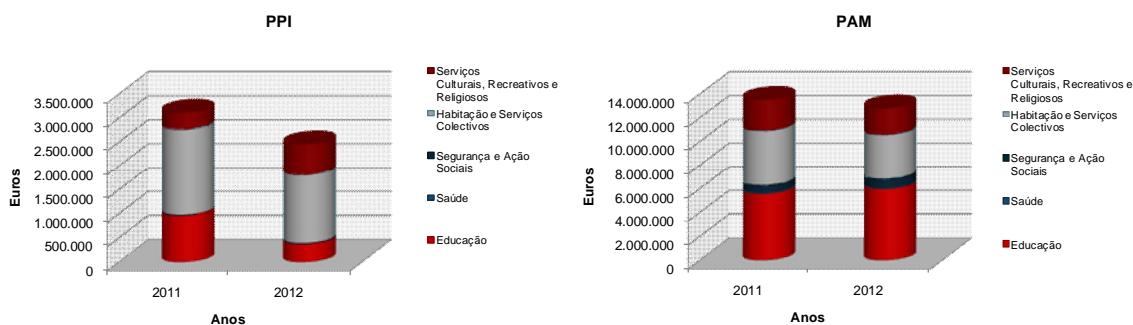


Estão integradas nas *Funções Sociais* as despesas ou investimentos relacionadas com vista à satisfação das necessidades básicas da população. Estas abrangem áreas como a educação, a saúde, a segurança e acção social, a habitação, o ordenamento do território, o saneamento básico, resíduos sólidos e os serviços recreativos, culturais, religiosos e cívicos.

O total da despesa englobada nas *Funções Sociais* registou em 2012 o valor de 15.293.220 €, (-) 8,2% do que foi registado em 2011, sendo que o seu peso no computo geral das GOPS também reduziu, posicionando-se nos 42,5%, todavia como já foi referido, muito por força da inclusão de algumas despesas de funcionamentos das instalações nas GOPS, que influenciam uma análise comparativa.

Verifica-se ainda que nesta função continuam a ser os montantes dispendidos na área da *Educação e Habitação e Serviços Colectivos* que têm maior expressão representando 75,65% da mesma.

Gráfico 35



A Sub-função *Educação* continua a ser a que tem com maior expressão nesta função, englobando as despesas relacionadas com o ensino pré-escolar, básico (EB1), artístico, os transportes escolares, e os serviços auxiliares de ensino. Em 2012 registou no lado das atividades mais relevantes pouca oscilação face ao valor obtido de 5.980.775 €, que se acentua em termos de PPI, atendendo ao valor consagrado de 378.632. € Em matéria de investimentos os projetos envolvidos encontram-se discriminados na análise ao investimentos direto na rubrica *Edifícios*.

As despesas associadas às atividades mais relevantes reportam-se essencialmente a quantias com fornecimento de serviços essenciais ao funcionamento dos diversos agrupamentos escolares, motivo pelo qual o seu montante mantém-se próximo do ano transato, destacam-se as seguintes atividades:

- Programa de expansão e desenvolvimento da Educação Pré-Escolar – 1.945.268 €
- Programa de enriquecimento curricular – 1.532.829 €;
- Fornecimento de refeições aos alunos do EB1 e do ensino Pré-escolar – 1.616.215 €
- Serviço de transportes escolares – 373.552 €
- Serviço de apoio à família – 297.442 €

A sub-função *Habitação e Serviços Coletivos* com um peso de 14.5% no total das GOPS, registou um valor de nova despesa faturada de 5.206.775 €, o que reflete uma redução de perto de 1 milhão de euros face ao ano transato, imputável essencialmente às atividades mais relevantes, sobretudo devido à redução do subsídio exploração à Maiambiente, E.M, fixado em menos (-) 500.000 €, e pela diminuição do valor pago em matéria de manutenção de diversos espaços ajardinados espalhados pelo Concelho que atingiu (-) 291.404 €, em resultado do término dos existentes.

Em relação ao plano plurianual de investimentos (PPI), a diminuição foi menos expressiva tendo o valor de 1.433.053 €, sido destinado essencialmente à aquisição de diversos terrenos (640.000 €) e aquisição de edifícios (464.144 €). Estes projetos encontram-se discriminados no capítulo anterior destinado ao Investimento Global nas rubricas *Terrenos e Recursos Naturais* e *Edifícios*.

Para além das atividades mais relevantes e projetos já mencionados, relevam-se ainda os seguintes:

- O Tratamento de Resíduos Sólidos pela LIPOR – 1.677.259 €
- Comparticipação do Equipamento e em outros trabalhos do Parque Zoológico da Maia, iniciativa da respetiva Junta de Freguesia – 150.000 €

Na área da *Segurança e Ação Social*, e num período conturbado como o atual em que os apoios sociais revestem uma grande importância, verificou-se em 2012 uma aumento desta sub-rubrica fixando-se nos 809.736 €. Este aumento foi essencialmente constituído por apoios concedidos sob a forma de transferências para algumas instituições com vista a construções e/ou melhoramentos das suas instalações.

Destacam-se nesta área os seguintes valores atribuídos:

- Gabinetes de Atendimento Integrado Local – GAIL - 118.646 €;
- Apoio à construção de um Lar Residencial a ser levado a efeito pela APPACDM, na Freguesia de Vila Nova da Telha - 100.000 €;
- Apoio à Associação de Solidariedade Social "O Amanhã da Criança" na obra de adaptação/transformação de suas instalações com vista a albergar um Berçário e Creche - 100.000 €;
- Apoio à realização das Festas em Honra da Nossa Senhora do Bom Despacho - 95.000 €;
- Projeto de Intervenção Comunitária "Novos Laços" - 64.152 €;
- Apoios financeiros concedidos a Instituições Sem Fins Lucrativos que prossigam fins sociais – 62.323 €;
- Apoio às obras de ampliação do Centro Social de Milheirós que estão a ser levadas a efeito, no lugar de Alvura, pela Santa Casa da Misericórdia da Maia - 50.000 €;
- Atribuição de Cabaz de Natal a Famílias carenciadas – 49.925 €;
- Apoio à reconversão do ATL em Creche-Infantário do Centro Social de Águas Santas – 42.164 €;
- Apoio à atividade do Centro Cultural e Desportivo dos Trabalhadores da Câmara e Serviços Municipalizados da Maia – 31.051 €.

Os apoios e eventos realizados, que se encontram vertidos na subfunção *Serviços Culturais, Recreativos e Religiosos*, permanecem em 2012 com alguma relevância ao representarem 8,1% das GOPS, sendo o seu valor de 2.917.586 € similar ao fixado em 2011, mas distribuído de forma diferenciada entre rubricas, aumentando na imputável ao PPI em detrimento do PAM.

Nesta subfunção destaca-se a vertente *Desporto, Recreio e Lazer* que mantém a sua predominância com 1.546.087 € na sua maioria indexada ao PAM, uma vez que o investimento executado ao abrigo do PPI totalizou 568.137 €, e foi destinado essencialmente a construção e/ou beneficiação de instalações desportivas que se encontram descritas no capítulo destinado ao *Investimento Direto*. Para além desses investimentos relevam-se ainda:

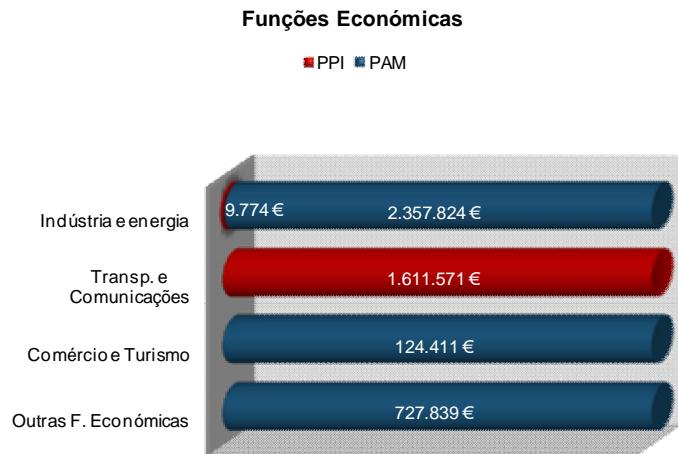
- Aquisição e reparação de equipamento gímnico para o complexo de ginástica - 53.335 €;
- Aquisição de equipamentos diversos para instalações desportivas – colocação de projetores para torres de iluminação do recinto de jogo do estádio de Pedras Rubras - 16.411 €;

Já quanto às atividades mais relevantes, destacam-se os seguintes eventos e apoios:

- Apoios a Associações e Coletividades com vista ao financiamento de suas atividades – 1.085.173 €
- Comparticipação à Academia das Artes, E.M., no âmbito do Contrato Programa celebrado, no montante de 657.434 €, tendo em vista o desenvolvimento de diversas atividades de carácter cultural, sendo que 39.434 € são respeitantes ao ano económico anterior;
- Férias Desportivas Municipais – 138.665 €
- Encargos com as inscrições de Jovens Praticantes de Associações e Coletividades da Maia - Protocolo com as Associações Distritais – 139.122 €
- Realização da "Taça Internacional Maia Jovem", em Ténis – 60.445 €
- Liga Municipal de Futsal. – 41.605 €
- Clube Maia Sénior – 41.934 €;
- Jogos Desportivos da Maia – 20.603 €
-

Funções Económicas

Gráfico 36



O total da despesa englobada nas Funções Económicas com um valor de 4.831.419 €, representa 13,4% das GOPS, sendo que à semelhança do verificado nas Funções Gerais, é sobretudo a inclusão dos montantes relativos ao consumo da energia elétrica associada à iluminação pública, que justificam o aumento do peso desta função, para além do incremento associado às *Outras Funções Económicas*, motivado pela inclusão dos valores transferidos para a Tecmaia - Parque de Ciência e Tecnologia da Maia, S.A. para reposição do equilíbrio das suas contas com um valor de 677.839 €.

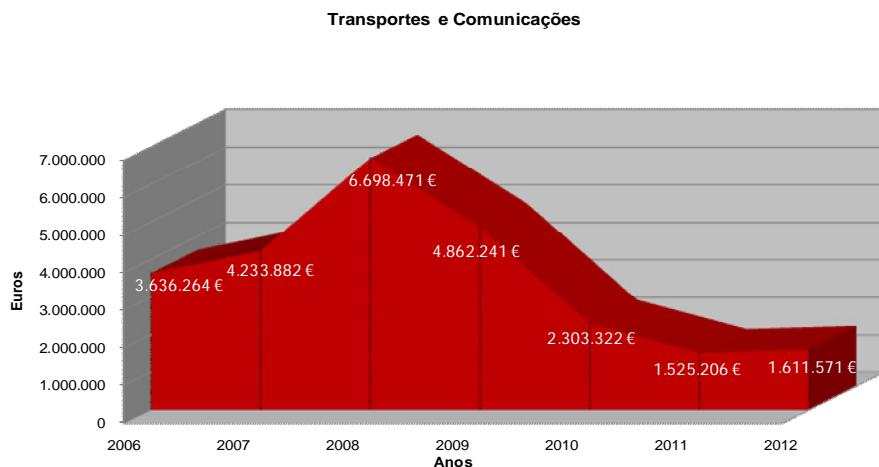
Com efeito, só o consumo de energia elétrica nas redes de iluminação pública, com 2.357.824 €, incluído na rubrica de indústria e energia, representou quase 50% do valor desta função.

Na componente de *Outras Funções Económicas*, para além do montante já mencionado a título de subsídio para reposição do equilíbrio de contas das empresas que integram o Sector Empresarial Local, há que destacar o valor de 50.000 €, para apoio à construção do edifício-sede da AEM - Associação Empresarial da Maia.

A subfunção *Transportes e Comunicações* engloba os viadutos, construção e conservação de arroamentos, vias, caminhos e sinalização e, ainda, a construção, beneficiação e conservação de parques de estacionamento e terminais, bem como a conservação de aeródromos municipais, pistas de aterragem e hangares.

O novo investimento realizado em 2012 totalizou o valor de 1.611.571 €, pelo que reflete uma subida de (+) 5% face a 2011, como se ilustra no gráfico 14, que espelha a evolução desta rubrica durante os últimos anos.

Gráfico 37



Estes investimentos tiveram como principal destino a construção, recuperação, beneficiação de viadutos, arroamentos e obras complementares, drenagem de águas pluviais, pavimentação e repavimentação, em vários locais do Concelho (1.437.937 €).

A semaforização e aquisição de diversa sinalização rodoviária bem como a sua conservação e manutenção totalizaram 31.642 €

O restante investimento realizado nesse âmbito destinou-se a melhoramentos efetuados no aeródromo Vilar de Luz.

A Função *Comércio e Turismo* totalizou o montante de 124.411 € destinado essencialmente a dois eventos realizados e inseridos nas atividades mais relevantes:

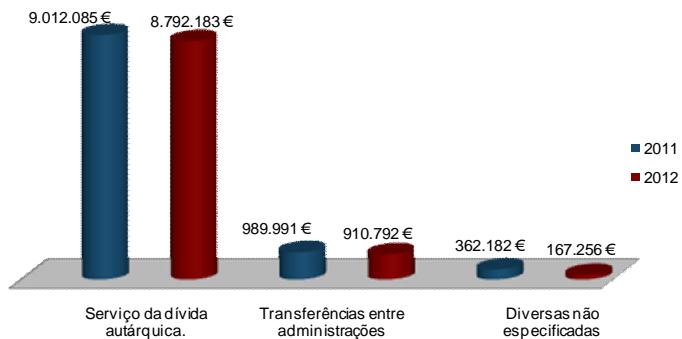
- Programa de “Turismo Sénior” – 85.594 €
- Feira de Artesanato – 36.367 €

Para além destes eventos, e apesar da sua pouca materialidade, releva-se ainda pela sua importância a nível turístico a reformulação que está a ser realizada ao Maia Welcome Center ao nível de Infraestrutura Tecnológica de Apoio à Rede de Lojas Interativas de Turismo.

Outras Funções

Gráfico 38

Outras Funções



Esta componente funcional que em 2011 passou a incluir o Serviço de Dívida Autárquica totalizou em 2012 um valor 9.870.231 €, representando uma diminuição de cerca de (-) 4.7%, influenciada pela redução do valor de serviço da dívida autárquica em (-) 219.902 € e da *Aquisição de edifícios, propriedades ou outras construções em cumprimento de "Taxas Municipais de Urbanização" ou "Compensações por não cedências" em operações urbanísticas ou de construção*, no valor de (-) 194.926 €

2012

ANÁLISE DA DÍVIDA DO MUNICÍPIO

maia
CÂMARA MUNICIPAL

ENQUADRAMENTO

Este capítulo aplicado à matéria do endividamento municipal encontra-se organizado em duas partes, complementares apesar de diferenciadas entre si, endividamento “*Stricto Sensu*” versus “*Lato Sensu*”

- **Endividamento - *Stricto Sensu***

A primeira parte é orientada para uma apreciação circunscrita à evolução do endividamento do município considerado isoladamente, unicamente *per si*, em conformidade com os dados constantes nas peças contabilísticas anexas ao presente documento, como tem sido prática corrente dos últimos anos, estando excluída das influências do sector empresarial local, das associações dos municípios e de igual modo dos serviços municipalizados.

Neste âmbito, num primeiro momento é feita uma abordagem generalizada à evolução desta dívida global, e só depois se segue uma avaliação individualizada de cada uma das suas componentes, ao nível de curto e médio e de longo prazo, sempre centrada nos valores das operações orçamentais retratados na contabilidade patrimonial.

- **Endividamento - *Lato Sensu***

Esta segunda parte é dedicada ao apuramento do endividamento líquido municipal compatível com o Sistema Europeu de Contas Nacionais e Regionais (SEC95), incorporando no município os efeitos do endividamento das entidades que constituem o sector empresarial local (SEL), em caso de incumprimento das regras de equilíbrio de contas previstas no seu regime jurídico, os serviços municipalizados e as associações de municípios, na proporção da sua participação, bem como dos limites específicos para a celebração de empréstimos de curto, médio e longo prazo. Por último avalia-se a posição do município face a esses limites.

No decurso desta análise ao endividamento, e independentemente da estrutura apresentada no balanço para efeitos de classificação em curto prazo e médio e longo prazo, considerou-se como dívida de médio e longo prazo, aquela cuja contratação ocorreu para um horizonte temporal superior a um ano.

ENDIVIDAMENTO – STRICTO SENSU

A análise constante no presente capítulo atende à informação das operações de natureza orçamental contida no balanço, excluída dos adiantamentos, por se entender que os respetivos valores, ao estarem indexados a atos definitivos futuros não configuram no período em referência efetivas obrigações.

Sobre o presente assunto regista-se ainda que na gerência em apreço, em resultado da necessidade de consolidação orçamental das finanças públicas e por força das profundas alterações legislativas impostas pela Lei do Orçamento de Estado para 2012, Lei n.º 64-B/2011, de 30 de dezembro, e respetivas normas de execução orçamental, bem como pela entrada em vigor da Lei nº 8/2012, de 21 de fevereiro, designada por Lei dos Compromissos e dos Pagamentos em Atraso (LCPA), o controlo da dívida de curto prazo e dos respetivos atrasos de pagamento passam a assumir particular relevância no contexto global da gestão da dívida.

Efetivamente, a LOE para 2012, para além de continuar a impor limites de endividamento líquido e de médio e longo prazo cada vez mais restritivos, introduz também obrigações em termos de redução dos pagamentos em atraso com mais de 90 dias, imposição que decorre do disposto no artigo 65.º, que se cita:

«(...) 3 — Até ao final do ano de 2012, e sem prejuízo do disposto nos números anteriores, as entidades incluídas no subsector da administração local reduzem no mínimo 10 % dos pagamentos em atraso com mais de 90 dias registados no Sistema Integrado de Informação da Administração Local (SIIAL) em setembro de 2011.

4 — À redução prevista no número anterior acresce a redução equivalente a um sétimo da despesa efetuada com remunerações certas e permanentes no ano de 2011, deduzidos dos valores correspondentes aos subsídios de férias e de Natal suportados em 2012 cujo pagamento seja devido nos termos do artigo 21.º da presente lei, a qual deverá ser obrigatoriamente afeta, por esta ordem, à:

- a) Redução dos pagamentos em atraso com mais de 90 dias registados no SIIAL, em setembro de 2011;
- b) Redução do valor médio dos encargos assumidos e não pagos (EANP) registados no SIIAL em setembro de 2011;
- c) Redução do endividamento de médio e longo prazos.

5 — Sem prejuízo do disposto nos números anteriores, até final do mês de junho de 2012 os municípios reduzem no mínimo 5 % de pagamentos em atraso com mais de 90 dias registados no SIIAL entre junho e dezembro de 2011.

6 — No caso de incumprimento das reduções previstas nos n.ºs 3, 4 e 5 do presente artigo, há lugar a uma redução das transferências do Orçamento do Estado no montante equivalente ao valor da redução respetivamente em falta.»

Acresce ainda que a execução orçamental não pode conduzir, em qualquer momento, a um aumento dos pagamentos em atraso.

Assim, do citado enquadramento legal decorre que o município da Maia na gerência de 2012 estava obrigado, a não aumentar mensalmente o montante dos pagamentos em atraso e, bem assim, a reduzir a Dívida de Curto Prazo, em (-) 95.828 € até ao fim do primeiro semestre e (-) 163.153 € até ao final do exercício.

Note-se porém, como demonstram os dados constantes do respetivo capítulo, que o município da Maia cumpriu integral e pontualmente todas as reduções a que estava obrigado.

DÍVIDA GLOBAL

No Quadro 42 retrata-se de forma sumária o desenvolvimento da dívida global do município durante o último quinquénio, diferenciando-a apenas quanto às componentes de curto e de médio e longo prazo.

Quadro 42

EVOLUÇÃO DA DÍVIDA TOTAL					
	2008	2009	2010	2011	2012
Divida de Médio e Longo Prazo	62.187.638	67.909.742	60.241.496	52.567.656	44.887.283
Divida de Curto Prazo	26.638.183	17.619.615	16.685.700	13.180.487	9.603.273
Divida Total	88.825.821	85.529.358	76.927.197	65.748.143	54.490.556
Taxa de crescimento da dívida	-12,1%	-3,7%	-10,1%	-14,5%	-17,1%
Médio e longo prazo	-8,8%	9,2%	-11,3%	-12,7%	-14,6%
Curto prazo	-18,9%	-33,9%	-5,3%	-21,0%	-27,1%

Un: Euros

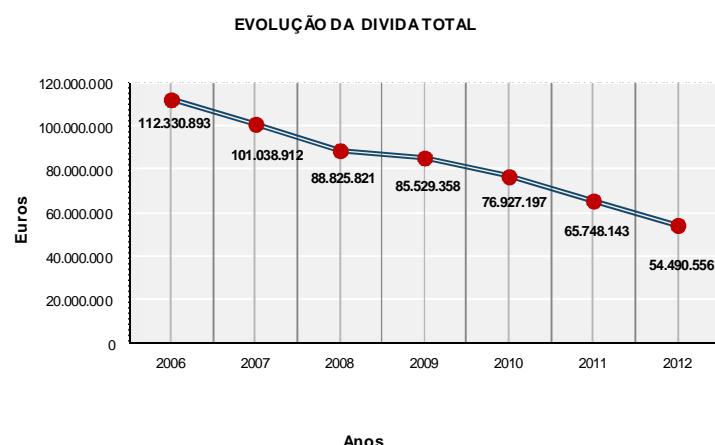
VARIAÇÃO DA DÍVIDA TOTAL			
	2011 - 2012	2008 - 2012	2006 - 2012
Divida de Médio e Longo Prazo	-7.680.373	-17.300.355	-27.245.243
Divida de Curto Prazo	-3.577.214	-17.034.910	-30.595.094
Divida Total	-11.257.587	-34.335.265	-57.840.337
Taxa de crescimento da dívida	-17,1%	-38,7%	-51,5%
Médio e longo prazo	-14,6%	-27,8%	-37,8%
Curto prazo	-27,1%	-63,9%	-76,1%

Un: Euros

Observando a dívida do município em 2012, no total de 54.490.556 €, bem como os níveis das suas componentes de curto e de médio e longo prazo, a mesmo releva uma redução de cerca de (-) 17%, em relação ao ano anterior, continuando a refletir o enorme esforço realizado pelo município no sentido da consolidação do *deficit* público municipal.

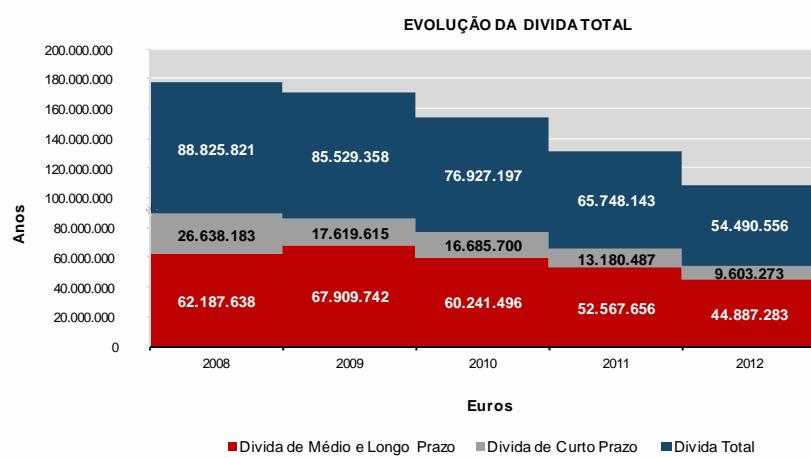
De facto, em contexto de crise económica, de austeridade, e de significativa quebra de receita, o total da dívida municipal entre 2006 e 2012, sofreu uma redução na ordem dos 52% (de 112.330.893 € para 54.490.556 €) o que denota que, em devido tempo, o município soube adequar o seu orçamento à realidade que se antevia, designadamente promovendo um grande esforço de contenção e de racionalização das suas despesas.

Gráfico 39



Com efeito, afigura-se que os resultados obtidos no exercício de 2012 comprovam que continua a tendência de redução do endividamento municipal encetada desde 2006. Para tal desiderato são notórios os contributos dos dois capítulos da dívida, a de médio e longo prazo que face a 2011 reduz (-) 14,6%, de 52.567.656 € para 44.887.283 €, e do endividamento de curto prazo que decresce (-) 27%, de 13.180.487 € para 9.603.273 €

Gráfico 40



DÍVIDA DE MÉDIO E LONGO PRAZO

Atendendo ao enquadramento legal existente, no âmbito desta análise estrutura-se a informação da dívida de médio e longo prazo, distinguindo-se os empréstimos consoante concorram ou não para efeitos do cálculo do limite do endividamento líquido e do de médio e longo prazo, nos termos previstos na lei.

Quadro 43

ESTRUTURA DA DÍVIDA DE MÉDIO E LONGO PRAZO					
	2008	2009	2010	2011	2012
Empréstimos de Médio e Longo Prazo	60.443.050	66.376.618	58.919.838	51.457.464	43.988.556
Empréstimos que relevam para a capacidade de endividamento	38.021.442	45.012.098	38.704.490	32.396.882	26.089.274
Empréstimo Bancário de M.L.P com o BTA no montante de 29.927.873,82	22.054.677	19.269.150	16.483.623	13.698.097	10.912.570
Empréstimo Bancário de M.L.P com BPI no montante de 20.000.000	15.966.765	13.950.147	11.933.530	9.916.912	7.900.295
Empréstimo Bancário de M.L.P ao abrigo do PREDE - 12.545.533		11.792.801	10.287.337	8.781.873	7.276.409
Banco Santander Totta		6.774.588	5.269.124	3.763.660	2.258.196
Estado		5.018.213	5.018.213	5.018.213	5.018.213
Empréstimos que não relevam para a capacidade de endividamento	22.421.608	21.364.520	20.215.348	19.060.581	17.899.282
Empréstimo Bancário de M.L.P com o BBVA - Complemento PER - no montante de 7.169.214,75	6.740.937	6.462.700	6.179.270	5.890.383	5.595.764
Empréstimo Bancário ao abrigo linha de crédito bonificado - PER 1 - com a CGD - no montante de 7.481.968,46€	4.483.371	4.241.906	3.974.635	3.707.701	3.439.863
Empréstimo Bancário ao abrigo linha de crédito bonificado - PER 2 - com a CGD - até 21.007.737,85	11.197.300	10.659.914	10.061.443	9.462.497	8.863.654
Outras Dívidas de Médio e Longo Prazo	1.744.589	1.533.123	1.321.658	1.110.193	898.727
Fornecedores de Imobilizado de Médio e Longo Prazo	1.744.589	1.533.123	1.321.658	1.110.193	898.727
Total da dívida de médio e longo prazo	62.187.639	67.909.741	60.241.496	52.567.656	44.887.283
Taxa de crescimento	-8,8%	9,2%	-11,3%	-12,7%	-14,6%

Un: Euros

Promovendo uma análise global à evolução destes passivos no quinquénio, pode-se afirmar que também tem sido profícua a ação desenvolvida pelo município em matéria de controlo de endividamento autárquico de médio e longo prazo, independentemente da sua natureza, como demonstram os dados presentes no Quadro 43.

Em ambas as tipologias de empréstimos, consoante concorram ou não para efeitos do cálculo do limite do endividamento líquido e do de médio e longo prazo, mantém-se a redução percetível desde 2008, apenas interrompida em 2009 por força do empréstimo contratado ao abrigo do Programa de Regularização Extraordinária de Dívidas do Estado (PREDE), sendo visível que, ano após ano, os níveis dessa redução aumentam, bem como, o maior peso recai sobre os empréstimos que concorrem para o cálculo do limite de endividamento.

Assim, no presente exercício económico regista-se em relação ao ano de 2011 um decréscimo deste passivo na ordem de (-) 15%, (52.567.656 € para 44.887.283 €), quebra mais acentuada do que em gerências transatas, resultado da continuidade do serviço de dívida dos empréstimos contratados em anos anteriores, que a cada ano que passa se vê mais abreviado associada ao fato de, mais uma vez, não ter sido contratualizado mais nenhum empréstimo bancário de médio e longo prazo.

Em face do serviço de dívida existente, como era previsível, a maior descida foi justificada pelas amortizações realizadas por conta dos empréstimos que relevam para a capacidade de endividamento, primeiramente pelo empréstimo bancário contratado com o BTA, no montante de 29.927.873,82 €, que

originou uma redução de 2.785.527 €, logo seguida pelo empréstimo bancário adjudicado ao BPI, no valor de 20.000.000 €, que determinou na gerência em apreço um corte adicional na dívida de 2.016.618 €, e em última linha pelo empréstimo designado de PREDE, no total de 12.545.533 €, que levou também a uma redução de (-) 1.505.463 € na dívida de médio e longo prazo decorrente na íntegra da amortização da parte correspondente ao empréstimo contraído com a instituição de crédito Banco Santander Totta, uma vez que a parcela correspondente ao financiamento do Estado permanece em período de diferimento.

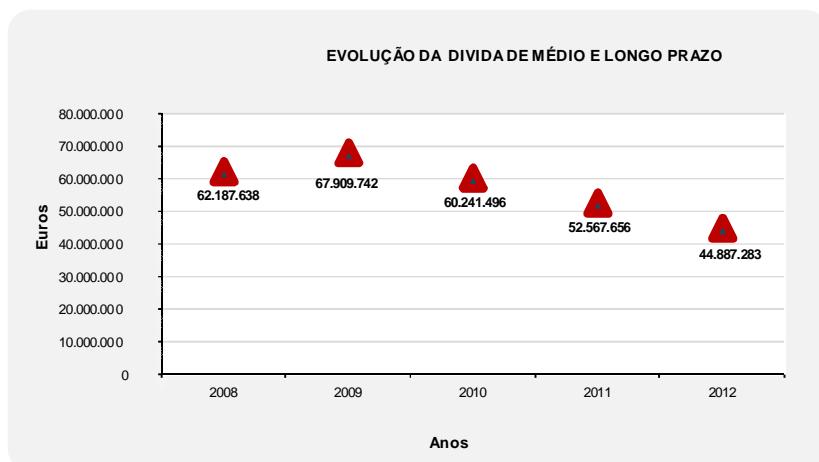
Quanto ao financiamento do estado, e tal como foi já relatado anos transatos, acrescenta-se que até 2013 o empréstimo tem carência de capital e a taxa de juro é de 0%, e que findo esse período iniciam-se as amortizações, em prestações semestrais, e a contagem de juros, à taxa Euribor a seis meses. Esta taxa poderá ainda ser deduzida em 0,2% sempre que superado o objetivo de prazos de pagamento. Todavia, apesar do indiscutível esforço realizado pelo município no sentido da diminuição da dívida, e da reiterada redução verificada nos prazos médio de pagamento, em face dos resultados obtidos não foi ainda possível beneficiar desta prerrogativa.

Em termos de empréstimos que relevam para efeitos de cálculo de capacidade de endividamento, todos eles consignados à construção de habitação social, fruto das necessidades identificadas no Programa Especial de Realojamento (PER), a maior fatia de amortizações está associado aos empréstimos realizados com a CGD ao abrigo dos quais se abateu à dívida 866.680 €, e por último aos empréstimos denominados de complemento PER, atualmente contratados com o Banco Bilbao Viscaya em consequência da operação de “Reestruturação do serviço de dívida de médio e longo prazo” levada a cabo em 2007, cujo valor total amortizado foi de 294.619 €.

Por último, emerge a rubrica de outras dívidas de médio e longo prazo, atualmente no valor de 898.727 €, que decorre integralmente da responsabilidade assumida pelo município em consequência de sentença homologatória proferida no âmbito do processo de aquisição do Pavilhão Gimnodesportivo de S. Pedro Fins, construído na esfera do Programa Especial de Realojamento, e tem sido responsável por uma redução anual de 211.465 € no endividamento de médio e longo prazo.

O Gráfico 41 espelha bem a cadência da evolução deste agregado da dívida.

Gráfico 41



Em matéria de limites à contração de empréstimos de médio e longo prazo, o necessário enquadramento legal do município é reportado no capítulo subsequente.

Serviço de Dívida

Em função da relevância da dívida de médio e longo prazo no contexto do endividamento municipal importa avaliar o peso dos encargos daí decorrentes, designadamente quanto a juros e amortizações, e ao seu peso no total da despesa e receita municipal, o que justifica uma análise detalhada da evolução do serviço da dívida autárquica, numa ótica orçamental.

Quadro 44

EVOLUÇÃO DO SERVIÇO DE DÍVIDA DE MÉDIO E LONGO PRAZO					
	2008	2009	2010	2011	2012
Empréstimos que relevam para a capacidade de endividamento (1)	6.854.266	7.282.879	7.758.500	7.542.077	7.322.947
Amortizações	4.802.144	5.554.876	6.307.608	6.307.608	6.307.608
Juros	2.052.122	1.728.003	1.450.892	1.234.469	1.015.338
Empréstimos que não relevam para a capacidade de endividamento (2)	1.652.255	1.575.090	1.471.700	1.470.008	1.469.237
Amortizações	1.008.108	1.057.087	1.149.173	1.154.766	1.161.299
Juros	644.147	518.003	322.527	315.242	307.938
Outras Dividas de Médio e Longo Prazo (3)	303.465	260.515	223.316	226.765	224.251
Amortizações	211.465	211.465	211.465	211.465	211.465
Juros	92.000	49.050	11.851	15.299	12.786
Total do Serviço de Dívida de Médio e Longo Prazo (1+2+3)	8.809.986	9.118.484	9.453.516	9.238.850	9.016.434
Amortizações	6.021.717	6.823.428	7.668.246	7.673.840	7.680.373
Juros	2.788.269	2.295.056	1.785.270	1.565.010	1.336.062
Taxa de Crescimento do Serviço de Dívida de Médio e Longo Prazo	-3,7%	3,5%	3,7%	-2,3%	-2,4%
Amortizações	-0,3%	13,3%	12,4%	0,1%	0,1%
Juros	-10,3%	-17,7%	-22,2%	-12,3%	-14,6%
Juros / Receita Total Cobrada	3,6%	2,9%	2,6%	2,5%	2,2%
Juros / Despesa Total Paga	3,8%	2,8%	2,5%	2,5%	2,4%
Juros / Despesa de Capital Paga	10,4%	7,2%	6,5%	8,5%	8,4%
Serviço Dívida / Receita Total Cobrada	11,5%	11,6%	13,6%	14,6%	14,7%
Serviço Dívida / Despesa Total Paga	12,0%	11,2%	13,5%	14,9%	16,0%

Un: Euros

Desenvolvendo uma apreciação genérica à evolução do serviço de dívida municipal no período de 2008 a 2012, conclui-se que também neste âmbito são visíveis os resultados da ação desenvolvida pelo município no âmbito do controlo do seu passivo de médio e longo prazo, como espelham os dados constantes no Quadro 44.

Se até ao final de 2010, sobressai o acréscimo dos encargos decorrentes do serviço de dívida, sobretudo devido à componente das amortizações de capitais associadas aos dois empréstimos bancários de maior monta, o Empréstimo Bancário de M.L.P com o Banco Santander Totta no montante de 29.927.873,82 € e o Empréstimo Bancário de M.L.P com o Banco Português de Investimento no montante de 20.000.000 €, concluídos que foram os respetivos períodos de deferimento, a partir de 2011 inverte-se tal tendência, em

resultado da significativa diminuição dos juros, face à redução do capital em dívida da generalidade dos empréstimos contratualizados, uma vez que as amortizações dos empréstimos PER aumentaram cerca de (+) 0,1%.

O agravamento registado entre 2008 e 2010 prende-se sobremaneira com as amortizações de capital, decorrentes da contratação do empréstimo bancário de médio e longo prazo, ao abrigo do Programa de Regularização Extraordinária de Dívidas do Estado (PREDE), no montante de 12.545.533 €, uma vez que a parte do financiamento correspondente à instituição de crédito não contemplava qualquer período de diferimento, havendo lugar a amortizações desde logo no exercício de 2009.

Todavia, no âmbito deste financiamento ao abrigo do PREDE, a parte concedida pelo Estado, no valor de 5.018.213 €, nos primeiros 5 anos - primeira metade do seu prazo - tem carência de capital e a taxa de juro é 0%, não determinado assim, ainda, qualquer impacto no serviço de dívida municipal.

No Gráfico 42 é visível esta cadência.

Gráfico 42



Em termos de preponderância do serviço de dívida para as diferentes componentes do orçamento municipal, ao longo destes anos verificam-se dois comportamentos distintos. Se por um lado, o peso dos juros em ambas as componentes da receita e despesa municipais tem vindo sempre a reduzir, orientação inversa apresenta o peso do serviço de dívida no total dessas variáveis, porquanto a partir de 2009 o seu peso aumenta, agravando-se progressivamente até 2012 ao representar cerca de 15% do total da receita cobrada e 16% da despesa paga.

Pese embora no exercício de 2012, o volume total do serviço de dívida tenha diminuído, atendendo à materialidade do montante das amortizações realizadas conjuntamente com a redução dos níveis de receita cobrada e despesa paga, o seu peso no orçamento municipal aumenta, o que impõe um significativo esforço em matéria de gestão de disponibilidades, não obstante o município ter vindo sempre a cumprir, de forma pontual e rigorosa, estas suas obrigações.

No Quadro 45 apresenta-se uma descrição pormenorizada do Serviço de Dívida de Médio e Longo Prazo durante a gerência em análise, e simultaneamente a respetiva previsão para o próximo exercício de 2013.

Quadro 45

Descrição do Serviço de Dívida de Médio e Longo Prazo						
	Realizado em 2012			Previsto em 2013		
	Amort	Juros	Total	Amort	Juros	Total
Empréstimos MLP que relevam p/ capacidade de endividamento						
Empréstimo Bancário de M.L.P com o Banco Santander Totta, de 29.927.873,82 €	2.785.527	535.804	3.321.330	2.785.527	415.243	3.200.769
Empréstimo Bancário de M.L.P com Banco Português de Investimento, de 20.000.000,00 €	2.016.618	380.393	2.397.011	2.016.618	298.024	2.314.642
Empréstimo de MLP com o Banco Santander Totta, de 7.527.320,43 € PREDE	1.505.464	99.142	1.604.606	1.505.464	49.433	1.554.897
Sub Total	6.307.608	1.015.338	7.322.947	6.307.608	762.700	7.070.308
Empréstimos MLP que não relevam p/ capacidade de endividamento						
Empréstimo Bancário de M.L.P com o BBVA - Complemento PER - de 7.169.214,75 €	294.619	233.605	528.224	300.642	221.100	521.741
Empréstimo Bancário ao abrigo linha de crédito bonificado (PER 1) com a CGD - até 7.481.968,46 €	267.838	20.175	288.013	273.109	10.407	283.517
Empréstimo Bancário ao abrigo linha de crédito bonificado (PER 2) com a CGD - até 21.077.411,44 €	598.842	54.158	653.000	612.568	28.503	641.071
Sub Total	1.161.299	307.938	1.469.237	1.186.319	260.011	1.446.329
Outras Dívidas de Médio e Longo Prazo						
Fornecedores de Imobilizado de MLP	211.465	12.786	224.251	211.465	6.131	217.596
Sub Total	211.465	12.786	224.251	211.465	6.131	217.596
TOTAL	7.680.373	1.336.062	9.016.434	7.705.392	1.028.842	8.734.234

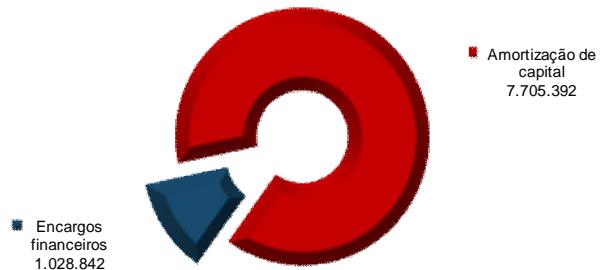
Un: Euros

Em consonância com a própria estrutura da dívida, no computo geral das despesas realizadas com o serviço de dívida, em 2012 predominam pela sua materialidade as amortizações ao totalizarem 7.680.373 €, onde se destacam as associadas aos empréstimos que relevam para efeitos do cálculo da capacidade de endividamento, o que representa cerca de 85% do total de 9.016.434 €, perspetivando-se um ligeiro aumento do seu peso no próximo exercício de 2013.

Em observância ao que se encontra contratualmente estabelecido, e dado que ainda não foram integralmente saldadas nenhuma das dívidas de médio e longo prazo existentes, para o ano financeiro de 2013 estima-se um ligeiro aumento das amortizações, totalmente imputáveis aos empréstimos bancários associados ao PER, que são excluídos para efeitos de capacidade de endividamento, e, contrariamente uma redução do montante de juros a liquidar em toda a tipologia de empréstimos, consequência natural do abatimento do capital em dívida dos empréstimos contratados.

Gráfico 43

Previsão da Composição do Serviço de Dívida
Ano 2013



Composição da Dívida de Médio e Longo Prazo no Fim da Gerência

Atendendo à expressividade dos níveis de endividamento de médio e longo prazo, reporta-se no Quadro 46 de forma detalhada a tipologia dos empréstimos existentes e respetivos valores do capital em dívida, diferenciando-os em função da sua relevância para o cálculo da capacidade de endividamento e do seu grau de exigibilidade.

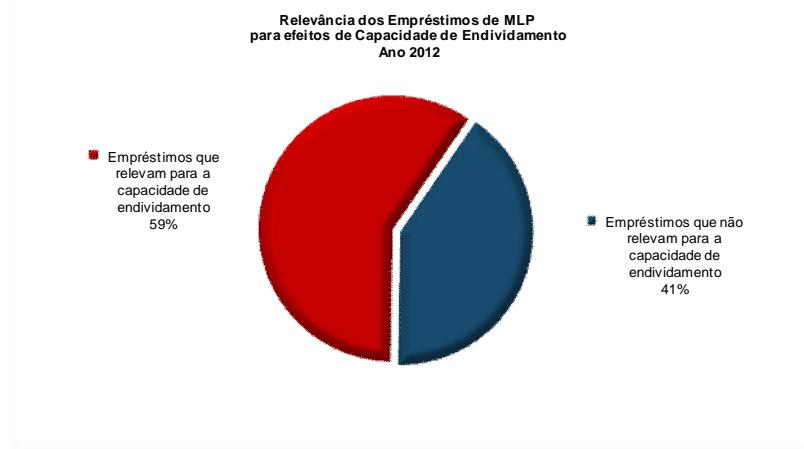
Quadro 46

COMPOSIÇÃO DA DÍVIDA DE MÉDIO E LONGO PRAZO POR GRAU DE EXIGIBILIDADE		
	2012	
	Valor	Peso
EXIGIVEL A MÉDIO E LONGO PRAZO	37.181.891	82,83%
Empréstimos Bancários de MLP	36.494.629	81,30%
Empréstimos que relevam para a capacidade de endividamento	19.781.666	44,07%
Empréstimo Bancário de M.L.P com o BTA no montante de 29.927.873,82	8.127.044	18,11%
Empréstimo Bancário de M.L.P com BPI no montante de 20.000.000	5.883.677	13,11%
Empréstimo Bancário de M.L.P ao abrigo do PREDE - 12.545.533	5.770.945	12,86%
Banco Santander Totta	752.732	1,68%
Estado	5.018.213	11,18%
Empréstimos que não relevam para a capacidade de endividamento	16.712.963	37,23%
Empréstimo Bancário de M.L.P com o BBVA - Complemento PER - no montante de 7.169.214,75	5.295.123	11,80%
Empréstimo Bancário ao abrigo linha de crédito bonificado - PER 1 - com a CGD - no montante de 7.481.968,46€	3.166.754	7,05%
Empréstimo Bancário ao abrigo linha de crédito bonificado - PER 2 - com a CGD - até 21.007.737,65	8.251.086	18,38%
Outras Dívidas de Médio e Longo Prazo	687.262	1,53%
Fornecedores de Imobilizado de Médio e Longo Prazo	687.262	1,53%
EXIGIVEL A CURTO PRAZO	7.705.392	17,17%
Empréstimos de Médio e Longo Prazo	7.493.927	16,69%
Empréstimos que relevam para a capacidade de endividamento	6.307.608	14,05%
Empréstimo Bancário de M.L.P com o BTA no montante de 29.927.873,82	2.785.527	6,21%
Empréstimo Bancário de M.L.P com BPI no montante de 20.000.000	2.016.618	4,49%
Empréstimo Bancário de M.L.P ao abrigo do PREDE - 12.545.533	1.505.464	3,35%
Banco Santander Totta	1.505.464	3,35%
Estado	0	0,00%
Empréstimos que não relevam para a capacidade de endividamento	1.186.319	2,64%
Empréstimo Bancário de M.L.P com o BBVA - Complemento PER - no montante de 7.169.214,75	300.642	0,67%
Empréstimo Bancário ao abrigo linha de crédito bonificado - PER 1 - com a CGD - no montante de 7.481.968,46€	273.109	0,61%
Empréstimo Bancário ao abrigo linha de crédito bonificado - PER 2 - com a CGD - até 21.007.737,65	612.568	1,36%
Outras Dívidas de Médio e Longo Prazo	211.465	0,47%
Fornecedores de Imobilizado de Médio e Longo Prazo	211.465	0,47%
TOTAL DA DÍVIDA DE MÉDIO E LONGO PRAZO	44.887.283	100,00%

Un: Euros

À semelhança de anteriores gerências, e apesar da diminuição significativa do capital em dívida dos empréstimos que relevam para efeitos do cálculo do limite do endividamento líquido, e a consequente redução do seu peso, permanece a sua preponderância ao consumirem 59% do cômputo geral contratualizado. Os restantes 41% reportam-se aos empréstimos que foram consignados à construção da habitação social e encontram-se na sua grande maioria indexados à linha de crédito bonificado ao abrigo do Programa Especial de Realojamento.

Gráfico 44



Previsão da Dívida de Médio e Longo Prazo no Fim do Ano de 2012

Complementarmente, a título de informação adicional, insere-se ainda o Quadro 47 ilustrativo do posicionamento deste agrupamento da dívida no fim do exercício de 2013.

Quadro 47

PREVISÃO DA ESTRUTURA DA DÍVIDA DE MÉDIO E LONGO PRAZO		
31-12-2013		
	Valor	Peso
Empréstimos de Médio e Longo Prazo	36.494.629	98%
Empréstimos que relevam para a capacidade de endividamento	19.781.666	53%
Empréstimo Bancário de M.L.P com o BTA no montante de 29.927.873,82	8.127.044	22%
Empréstimo Bancário de M.L.P com BPI no montante de 20.000.000	5.883.677	16%
Empréstimo Bancário de M.L.P ao abrigo do PREDE - 12.545.533	5.770.945	16%
Banco Santander Totta	752.732	2%
Estado	5.018.213	13%
Empréstimos que não relevam para a capacidade de endividamento	16.712.963	45%
Emprestimo Bancário de M.L.P com o BBVA - Complemento PER - no montante de 7.169.214,75	5.295.123	14%
Emprestimo Bancário ao abrigo linha de crédito bonificado - PER 1 - com a C G D - no montante de 7.481.968,46€	3.166.754	9%
Emprestimo Bancário ao abrigo linha de crédito bonificado - PER 2 - com a C G D - até 21.007.737,65	8.251.086	22%
Outras Dívidas de Médio e Longo Prazo	687.262	2%
Fornecedores de Imobilizado de Médio e Longo Prazo	687.262	2%
TOTAL DA DÍVIDA DE MÉDIO E LONGO PRAZO	37.181.891	100%

Un: Euros

DÍVIDA DE CURTO PRAZO

O agrupamento do endividamento de curto prazo inclui as dívidas aos fornecedores c/c e de imobilizado, aos credores de transferências para as autarquias locais e por investimentos financeiros, ao Estado e a Outros Credores.

Quadro 48

EVOLUÇÃO DA DÍVIDA DE CURTO PRAZO						
	2008	2009	2010	2011	2012	
					Valor	Peso
Fornecedores c/c	3.735.283	1.787.016	2.500.544	1.257.001	420.347	4,4%
Fornecedores imobilizado	16.421.032	10.394.811	9.469.913	6.567.481	673.670	7,0%
Outros credores	6.481.868	5.437.788	4.715.244	5.356.005	8.509.256	88,6%
Estado	14.195	0	12.684	0	0	0,0%
Credores de transferências das autarquias	5.848.082	4.937.938	4.406.201	4.678.269	3.467.979	36,1%
Credores por Investimentos Financeiros	0	0	15.125	99.760	99.760	1,0%
Credores Diversos	619.591	499.850	281.233	577.977	4.941.518	51,5%
Total da Dívida de Curto Prazo	26.638.183	17.619.615	16.685.700	13.180.487	9.603.273	100,0%
Taxa de Crescimento da Dívida de Curto Prazo	-18,9%	-33,9%	-5,3%	-21,0%	-27,1%	
Fornecedores c/c	-6,4%	-52,2%	39,9%	-49,7%	-66,6%	
Fornecedores imobilizado	-22,6%	-36,7%	-8,9%	-30,6%	-89,7%	
Outros credores	-14,9%	-16,1%	-13,3%	13,6%	58,9%	

Un: Euros

VARIAÇÃO DA DÍVIDA CURTO PRAZO			
	2011 - 2012	2008 - 2012	2006 - 2012
Fornecedores c/c	-836.654	-3.314.936	-4.125.475
Fornecedores imobilizado	-5.893.811	-15.747.362	-31.964.707
Outros credores	3.153.251	2.027.388	5.495.088
Estado	0	-14.195	-10.570
Credores de transferências das autarquias	-12.10.290	-2.380.103	1019.174
Credores por Investimentos Financeiros	0	99.760	-62.590
Credores Diversos	4.363.540	4.321.927	4.549.074
Total da Dívida de Curto Prazo	-3.577.214	-17.034.910	-30.595.095
Taxa de Crescimento da Dívida de Curto Prazo	-27,1%	-63,9%	-76,1%
Fornecedores c/c	-66,6%	-88,7%	-90,8%
Fornecedores imobilizado	-89,7%	-95,9%	-97,9%
Outros credores	58,9%	31,3%	182,3%

Un: Euros

Da apreciação geral à evolução da dívida de curto prazo no período de 2006 a 2012 resulta evidente a estratégia do município em matéria de controlo desta componente do endividamento, que se tem pautado por demarcado sucesso, independentemente da natureza das suas rubricas.

Em regra, quer quanto a fornecedores - conta corrente e imobilizado -, quer a outros credores, mantém-se a tendência de diminuição dos níveis da dívida de curto prazo encetada desde 2006, sendo de assinalar

que os níveis de redução têm vindo a aumentar anualmente, atingido que foi o seu máximo na gerência de 2009.

No exercício económico em avaliação regista-se, face ao ano de 2011, um decréscimo significativo do endividamento de curto prazo, na ordem de (-) 27%, de 13.180.487 € para 9.603.273 €

Em termos de contributo de cada uma das suas componentes, e antes de qualquer análise detalhada ao seu comportamento, importa desde logo assinalar que no final da gerência de 2012 se alterou a conta de terceiros associada a um débito relacionado com um processo litigioso que se encontra a ser dirimido em tribunal, referente ao Parque Urbano de Avioso. Assim, e com vista a conformação do registo contabilístico com as características do processo em causa, a dívida que se encontrava registada em fornecedores de imobilizado foi transferida para outros credores.

Com efeito, não estando até esta data reunidos os pressupostos que determinam a exigibilidade daquele valor, designadamente o trânsito em julgado do processo, o posicionamento do débito em “Fornecedores de Imobilizado” não se coadunava com a realidade e o rigor da informação contabilística referente ao prazo médio de pagamento, deturpando-a sobremaneira, circunstância esta corrigida com a transição para “Outros Credores”.

O referido reposicionamento do débito não teve qualquer impacto no total da dívida de curto prazo, prejudicando apenas e tão só a comparabilidade entre exercícios económicos ao nível das contas de terceiros envolvidas na operação de transferência – fornecedores de imobilizado e outros credores -, porém em benefício do rigor contabilístico da informação ora reportada.

Pelas razões expostas, o acréscimo de (+) 3.153.251 € registado na componente de “Outros credores”, é explicado na íntegra por esse reposicionamento, influindo ainda o mesmo de forma significativa na redução da dívida de “Fornecedores de Imobilizado”, não tendo, reitera-se, qualquer influência no cômputo geral da dívida do Município.

Deste modo, a inexistência de tal reajustamento implicaria que, apesar de permanecer a diminuição da dívida de fornecedores de imobilizado, esta não seria tão expressiva, e paralelamente seria invertida a orientação da dívida de outros credores, que diminuiria.

Já quanto à rubrica de fornecedores conta corrente, nada obsta a que se estabeleça tal análise comparativa, registando-se em relação ao ano anterior a expressiva redução de (-) 66%, de 1.257.001 € para 420.347 €, o que, mais uma vez, denota o excelente desempenho neste âmbito.

Pelos motivos antes expostos, fica igualmente desvirtuada uma análise comparativa em termos de preponderância de cada uma das rubricas no cômputo geral da dívida de curto prazo, assumindo-se a rubrica de outros credores como a mais relevante na gerência de 2012, com um peso de 88,6%, em função da materialidade do seu montante.

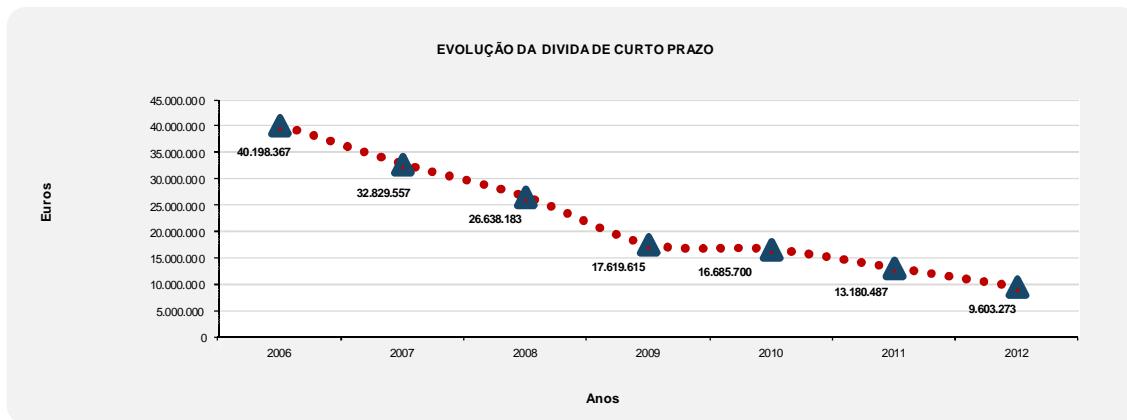
Em relação ao valor contabilizado em Credores por Investimentos Financeiros, permanece a dívida de 99.760 € existente no ano transato, referente à subscrição de capital ainda não realizado, por via da participação do Município da Maia na Fundação do Desporto.

Relativamente à rubrica de credores de transferências das autarquias, como já foi mencionado em relatos anteriores, anota-se que o maior valor diz respeito a uma dívida de 3.171.289 € de participações para investimento à LIPOR, a qual está a ser dirimida em sede de compromisso arbitral com a invocação que

também são devidas taxas de construção ao município na sequência do licenciamento da estação de tratamento de resíduos Sólidos (LIPOR II) e do aterro sanitário de apoio àquela estação.

Em jeito de conclusão, afirma-se com manifesta satisfação, e os números comprovam-no, que o peso da dívida de curto prazo na estrutura do endividamento municipal tem vindo a diminuir de forma acentuada, como espelha de modo inequívoco o Gráfico 45, com o contributo da generalidade das suas componentes.

Gráfico 45



Atenta a atual conjuntura macroeconómica e o expressivo impacto da quebra da receita ao nível da gestão de disponibilidades, que se processa num contexto cada vez mais problemático, regista-se, em relação a investimento realizado pelo município no âmbito de projetos cofinanciados que implicou a disponibilização de capitais para a aquisição de bens de equipamento e construção, isto é, montantes já integralmente pagos pelo Município, que o Estado apresenta uma dívida de 542.782,78 € para com a Autarquia a título de subsídios de investimento, proveniente de financiamento FEDER ao abrigo do Quadro de Referência Estratégico Nacional, designadamente candidaturas de projetos de requalificação da rede escolar do ensino pré-escolar e ensino básico.

À data de fecho de contas, mantém-se ainda como cobrança em atraso por parte do Estado, a condicionar o comportamento do passivo de curto prazo, cerca de 644.238 €, referentes ao Acordo de Cooperação Pré Escolar - Componente Social, dos quais 323.862 € respeitam ao ano letivo 2011/2012, ou seja, dívida da DREN com uma antiguidade que ultrapassa os 6 meses, cujo valor se destina a cobrir despesas correntes de funcionamento do ensino pré-escolar, que pela sua natureza têm de ser pagas pelo município em devido tempo, e que prejudicam o igual cumprimento em outras áreas.

Por último, uma breve e valorizada referência ao facto de o município se posicionar fora das entidades com pagamentos em atraso, sem necessidade de ter recorrido ao Programa de Apoio à Economia Local, bem como, à evolução dos prazos médios de pagamento praticados pelo município, cujos resultados vertidos no Quadro 49, permitem assinalar a melhoria significativa neste âmbito, o que leva a concluir que também quanto a este item tem sido proveitosa a ação do município no sentido de melhorar as suas práticas.

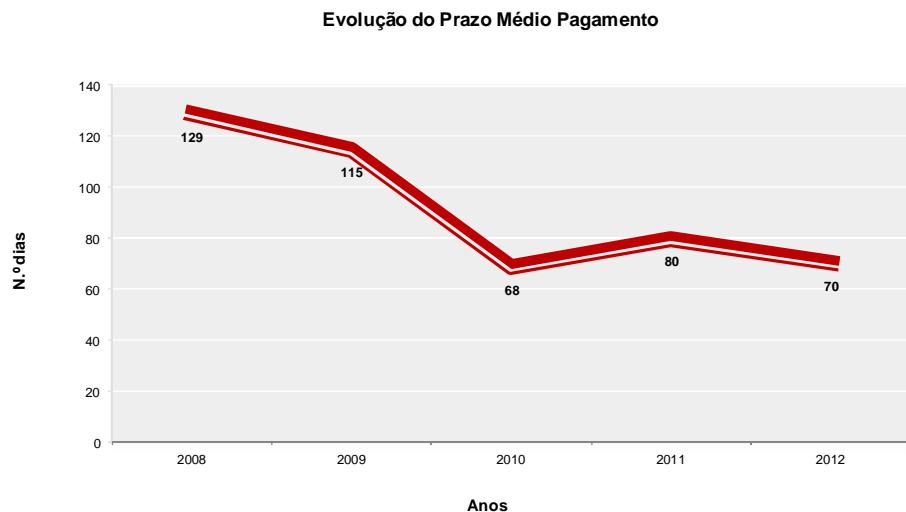
Quadro 49

PRAZO MÉDIO DE PAGAMENTO					
	2008	2009	2010	2011	2012
$PMP = \frac{\sum_{t=3}^t DF}{\sum_{t=3}^t A} \times 365$	129	115	68	80	70

(*) Cálculo de acordo com a Resolução do Conselho de Ministros n.º 34/2008, excluindo Fornecedores de Imobilizado de M LP

Relativamente ao prazo médio de pagamento apurado para 2012, de 70 dias, e considerando que o repositionamento do débito a que acima se aludiu só ocorreu no último trimestre, assinala-se que caso o mesmo tivesse ocorrido logo no início do exercício, o referido prazo fixar-se-ia em 35 dias, resultado este que reflete com rigor a atual cadência de pagamento do Município, facto que também nos apraz registar.

Gráfico 46



ENDIVIDAMENTO – LATO SENSU

No capítulo que se ocupa a Lei das Finanças, em matéria de endividamento autárquico relevam-se um conjunto de medidas conducentes ao controlo do endividamento municipal, nomeadamente a existência de um conceito de endividamento municipal que incorpora no município os efeitos do endividamento das entidades que constituem o sector empresarial local (SEL), em caso de incumprimento das regras de equilíbrio de contas previstas no regime jurídico legalmente aplicável, os serviços municipalizados e as associações de municípios, na proporção da sua participação, bem como a imposição de dois limites ao endividamento municipal.

Por um lado, impondo um limite de endividamento de líquido, correspondente ao stock de 125% de um conjunto de recursos próprios (receitas provenientes dos impostos municipais, das participações do município no FEF e da participação no IRS, da derrama e das participações do sector empresarial local), e por outro lado, em simultâneo, limitando a contração de empréstimos a 100% do valor daqueles recursos.

Paralelamente, com o objetivo de assegurar a coordenação efetiva entre as finanças do Estado e as finanças das Autarquias Locais, prevê ainda o n.º 3 do seu artigo 5.º que a Lei do Orçamento de Estado pode definir limites máximos ao endividamento municipal diferentes.

Impõe-se, assim, no âmbito da apreciação formalizada, contextualizar os efeitos decorrentes das sucessivas alterações ao conceito do endividamento municipal previsto na Lei das Finanças Locais, que têm vindo a ser contempladas em sede das sucessivas Leis de Orçamento do Estado (LOE), pois só deste modo é possível proceder a uma análise comparativa que se pretenda séria e consistente, pelo que se reitera a necessidade de se proceder com grande prudência a qualquer avaliação comparativa.

Permanece, deste modo, para a gerência em apreço, a alteração dos limites previstos na Lei das Finanças Locais, face à imposição da LOE para 2012 (Lei n.º 64-B/2011, de 30 de dezembro), que define limites ao endividamento diferentes daqueles que resultariam da aplicação isolada do conceito previsto naquele diploma legal, determinando mais uma vez valores muito inferiores aos limites que este impunha, ao estipular no seu artigo 66.º que:

“1 — O valor do endividamento líquido de cada município em 31 de dezembro de 2012, calculado nos termos da Lei n.º 2/2007, de 15 de janeiro, alterada pelas Leis n.ºs 22 -A/2007, de 29 de junho, 67 - A/2007, de 31 de dezembro, e 3 -B/2010, de 28 de abril, não pode ser superior ao observado em 31 de dezembro do ano anterior.

2 — No ano de 2012, e sem prejuízo do disposto no n.º 7 do presente artigo e no artigo 39.º, n.ºs 1 a 5 e 7, da Lei n.º 2/2007, de 15 de Janeiro, alterada pelas Leis n.ºs 22 -A/2007, de 29 de junho, 67 - /2007, de 31 de dezembro, e 3 -B/2010, de 28 de abril, a celebração de novos contratos de empréstimo de médio e longo prazos é limitada ao valor resultante do rateio do montante global das amortizações efetuadas pelos municípios no ano de 2010 proporcional à capacidade de endividamento disponível para cada município.

3 — O valor global das amortizações efetuadas no ano de 2010 é corrigido, até 30 de junho, pelo valor das amortizações efetuadas no ano de 2011.

4 — O rateio referido nos n.ºs 2 e 3 é prioritariamente utilizado pelos municípios em empréstimos de médio e longo prazos para investimentos no âmbito do QREN ou da reabilitação urbana.

5 — Pode excecionar-se do disposto nos n.ºs 1 e 2 a celebração de contratos de empréstimo, a autorizar por despacho do membro do Governo responsável pela área das finanças, em situações excepcionais devidamente fundamentadas e tendo em conta a situação económica e financeira do País, designadamente no âmbito do QREN e da reabilitação urbana e incluindo o empréstimo quadro do Banco Europeu de Investimento (BEI).

6 — Os municípios transmitem obrigatoriamente à DGAL, até ao dia 15 do mês seguinte ao final de cada trimestre, informação sobre os novos contratos de empréstimo de médio e longo prazos celebrados, os montantes utilizados no cumprimento de contratos de crédito bancário e os montantes das amortizações efetuadas no trimestre anterior.

7 — O valor disponível para rateio nos termos dos n.os 1 e 2 do presente artigo é reduzido em 150 milhões de euros para, em acumulação com as reduções previstas no artigo anterior, assegurar a diminuição do endividamento líquido dos municípios.”

Neste domínio acresce ainda que, em sede da atividade empresarial local, em 31 de agosto de 2012 foi aprovado o novo regime jurídico da atividade empresarial local e das participações locais, a Lei n.º 50/2012, revogando-se as Leis n.ºs 53-F/2006, de 29 de dezembro, e 55/2011, de 15 de novembro, que determina expressivas alterações no âmbito do enquadramento legal das entidades constituídas e participadas por capitais municipais.

Ou seja, o regime jurídico do setor empresarial autárquico e suas subsequentes modificações têm vindo a impor e a reforçar a ideia que em regra as entidades constituídas e participadas pelo município relevem para efeitos de endividamento municipal, cumpridos que sejam determinados requisitos.

Por isso mesmo, alterações neste normativo legal podem, como aconteceu neste caso, ter influência no apuramento dos valores do endividamento municipal, uma vez que, se outrora determinadas entidades não eram relevantes para esse efeito, o novo imperativo legal parece indicar que sejam incluídas no perímetro das entidades a considerar no apuramento deste conceito de endividamento.

Pelas razões expostas, reforça-se, mais uma vez, a necessidade de se assegurar enorme prudência em qualquer análise comparativa.

LIMITES LEGAIS DE ENDIVIDAMENTO MUNICIPAL

Tendo em conta o relatado, considera-se uma apreciação ao endividamento municipal durante o exercício de 2012, inserindo-se para esse efeito um mapa ilustrativo do cálculo dos três limites de endividamento fixados na Lei das Finanças Locais, a que acrescem os limites de endividamento introduzidos em sede da LOE 2012 para a gerência em análise, ainda mais restritivos: Endividamento Líquido e o decorrente da Celebração de Novos Empréstimos de Médio e Longo Prazo.

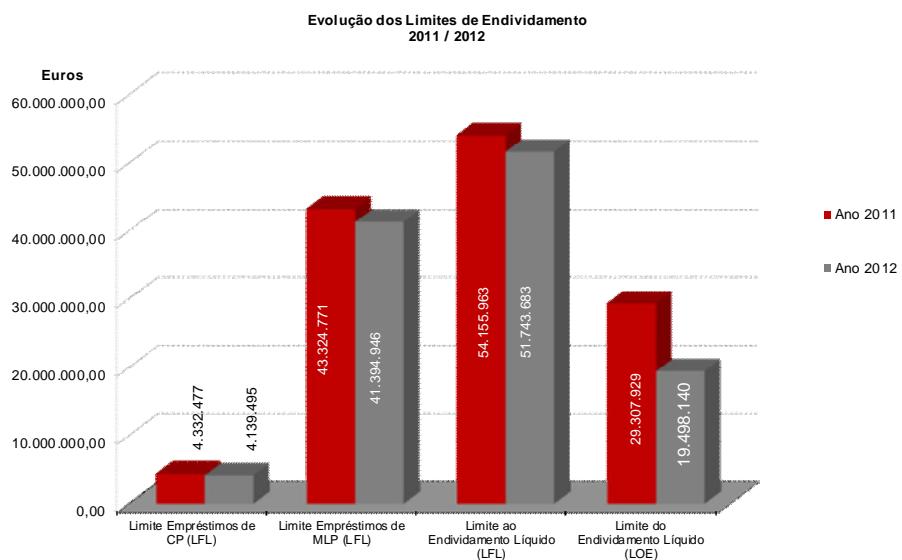
Quadro 50

CÁLCULO DOS LIMITES DE ENDIVIDAMENTO MUNICIPAL		
ANO 2012		
Designação	Montante (Euros)	Observações
Receitas a considerar para efeitos de cálculo dos limites do endividamento		
(1) IMI 2011	19.105.995	
(2) IMT 2011	4.610.306	
(3) IUC 2011	2.398.317	Receitas Cobradas Líquidas constantes no Mapa de Controlo Orçamental da Receita de 2011
(4) CA 2011	4113	
(5) SISA 2011	7.238	
(6) Derrama 2011	5.076.979	
(7) SEL 2011	0	
(8) FEF+RS OE 2012	10.154.999	
(9) Total de receitas a considerar	41.394.946	(9)=somaatório de (1) a (8)
(10) Limite aos Empréstimos de Curto Prazo	4.139.495	(10)=10%x(9)
(11) Limite aos Empréstimos de Médio e Longo Prazo	41.394.946	(11)=100% x (9)
(12) Limite ao Endividamento Líquido (LFL)	51.743.683	(12)=125%x(9)
(13) n.º 1 do Artigo 66.º LOE2012 - LIMITE ENDIVIDAMENTO LÍQUIDO	19.498.140	(Referência a 31 de Dezembro de 2011)
n.º 2 do Artigo 66.º LOE2012 - "a celebração de novos contratos de empréstimos de MLP é limitada ao valor resultante do rateio do (14) montante global das amortizações efetuadas pelos municípios no ano de 2010 proporcional à capacidade de endividamento disponível para cada município".		
	3.799.860	Publicitado pela DGAL

Un: Euros

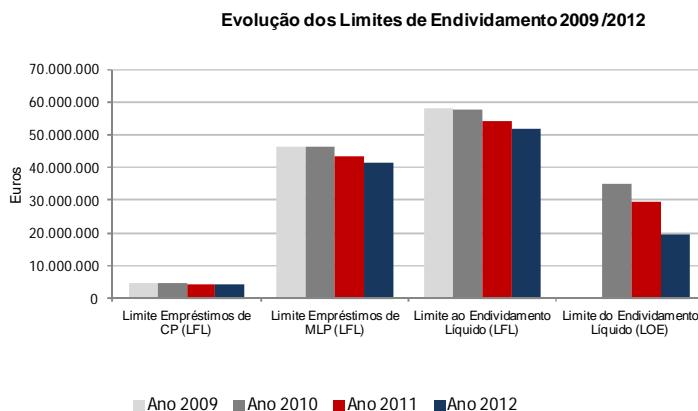
Os limites máximos acima identificados nos pontos (10), (11) e (12) foram calculados com base nas receitas discriminadas nos termos do disposto na Lei das Finanças Locais (LFL), atendendo à norma interpretativa da Direção Geral das Autarquias Locais, sendo evidente e notória a redução significativa do limite de endividamento líquido para a gerência em análise em consequência das alterações introduzidas pela LOE 2012, que o posiciona em menos de metade daquele que decorre da versão originária da LFL.

Gráfico 47



O Gráfico 48 ilustra muito bem as implicações decorrentes da tendência fortemente restritiva imposta pela LOE em termos da evolução dos limites ao endividamento líquido, sendo notória a diferença na sua cadência comparando com a que resultaria da génese da Lei das Finanças Locais.

Gráfico 48



ENTIDADES RELEVANTES PARA OS LIMITES LEGAIS

Em observância ao disposto na Lei da Finanças Locais, e consolidado que se encontra o conceito do endividamento líquido municipal que incorpora no município os efeitos do endividamento das entidades que constituem o sector empresarial local (SEL), em caso de incumprimento das regras de equilíbrio de contas previstas no seu regime jurídico (atualmente a Lei n.º 50/2012, de 31 de agosto de 2012 que revogou as Leis n.º 53-F/2006, de 29 de dezembro, e 55/2011, de 15 de novembro), os serviços

municipalizados e as associações de municípios, na proporção da sua participação, interessa desde logo identificar as entidades relevantes para os limites legais estabelecidos.

Note-se porém que, face à alteração do regime jurídico da atividade empresarial, instituído pela citada Lei n.º 50/2012, de 31 de agosto, que estabelece o regime jurídico da atividade empresarial local e das participações locais, persistem dúvidas quanto à sua aplicabilidade, em termos de contributo para o endividamento municipal, às associações (excluindo as de municípios), cooperativas, fundações ou quaisquer outras entidades de natureza privada ou cooperativa, participadas pelo município.

Com efeito, esta lei aplica-se:

- À atividade empresarial local, onde se incluem os serviços municipalizados ou intermunicipalizados e as empresas locais, (Capítulo II e III);
- Às sociedades comerciais com participação social detida pelos municípios, associações de municípios e áreas metropolitanas (Capítulo IV);
- Às associações, cooperativas, fundações ou quaisquer outras entidades de natureza privada ou cooperativa participadas pelos municípios, pelas associações de municípios e pelas áreas metropolitanas (Capítulo V).

Por sua vez, a Lei das Finanças Locais (LFL), estabelece o conceito de endividamento líquido municipal incluindo no seu cálculo (n.º 2 artigo 36º LFL):

- O endividamento líquido e os empréstimos das associações de municípios, proporcional à participação do município no seu capital social;
- O endividamento líquido e os empréstimos das entidades que integram o setor empresarial local e das entidades a que se refere o n.º 4 do artigo 31º do Regime Jurídico do Setor Empresarial Local (RJSEL), proporcional à participação do município no seu capital social em caso de incumprimento das regras de equilíbrio de contas previstas no RJSEL;
- As entidades previstas no referido n.º 4 do artigo 31º do RJSEL (revogado) são as sociedades comerciais nas quais o município detém direta ou indiretamente uma participação social, à exceção das empresas que nos termos do artigo 6.º do Decreto-Lei 558/99, de 17 de dezembro, alterado pelo Decreto-Lei n.º 300/2007 de 23 de agosto, não estão integradas no setor empresarial local;
- Estabelece o artigo 6.º do Decreto-Lei n.º 558/99 de 17 de dezembro, com as alterações introduzidas pelo Decreto-Lei n.º 300/2007 de 23 de agosto que uma empresa participada por diversas entidades públicas integra-se no sector empresarial da entidade que, no conjunto das participações do sector público, seja titular da maior participação relativa.

No contexto da LFL, verifica-se assim que as associações (excluindo as de municípios), cooperativas, fundações ou quaisquer outras entidades de natureza privada ou cooperativa participadas pelo município não se encontram contempladas para efeitos de cálculo de endividamento municipal.

Todavia, por força da entrada em vigor do novo regime jurídico da atividade empresarial e das participações locais, e considerando o disposto no n.º 3 do seu artigo 56.º que remete, com as devidas adaptações, para os artigos 53.º a 55.º, que por sua vez, no n.º 4 do artigo 55º, remete para o artigo 41.º, bem como o disposto na Lei das Finanças Locais, sobrevêm dúvidas sobre se devem ou não ser incluídas no cálculo do endividamento municipal as associações, cooperativas, fundações ou quaisquer outras

entidades de natureza privada ou cooperativa participadas pelo município. Dúvidas essas que foram oportunamente participadas à DGAL pelo Município da Maia, sem que tenha sido obtido qualquer pronunciamento técnico sobre o assunto.

Na ausência de resposta por parte da DGAL ao pedido de esclarecimentos solicitado pelo Município, e em conformidade com os princípios contabilísticos aplicáveis, incluem-se no perímetro das entidades que relevam para efeitos do apuramento do endividamento as referidas participações, o que não obsta que sendo perfilhado entendimento contrário se proceda ao respetivo reajustamento.

Pese embora a decisão, não foi possível avaliar o contributo da generalidade daquelas entidades participadas, dada a ausência de reporte de informação, não obstante os reiterados pedidos formulados pelo Município nesse sentido. No entanto, note-se que a fundação em que o município detém influência dominante - Fundação do Conservatório de Música -, reportou a necessária informação.

Em tal conformidade, regista-se que o cumprimento da regra do equilíbrio pode ser aferida numa ótica anual ou plurianual, sendo necessário neste último caso a apresentação de um plano previsional à Inspeção Geral de Finanças, o que não se verificou relativamente a qualquer das entidades participadas pelo município, anotando-se que no caso de ser cumprida tal regra o contributo para o endividamento municipal das entidades participadas que constituem o sector empresarial local (SEL) é nulo.

Insere-se quadro discriminador das entidades participadas pelo Município da Maia, parcelas detidas e resultados do último exercício.

Quadro 51

Entidades Societárias Participadas							
2012							
Designação	Sede	Valor	%	Parcela Detida (1)	Resultados do Último Exercício		
				Capitais Próprios	Resultado Líquido	Exerc.	Obs
Empresa Metropolitana de Estacionamento da Maia, E.E.M.	Praça do Doutor José Vieira de Carvalho Torre Municipal, 14.º Piso 4474-006 Maia	124.699,47	100%	286.664	32.184	2012	-
Academia das Artes da Maia - Produções Culturais, E.E.M.	Fórum da Maia Núcleo Central do Concelho - Rue Engenheiro Duarte Pacheco 4474-006 Maia	49.879,78	100%	101961	175.126	2012	-
Conservatório de Música da Maia CMM SULda (3)	Fórum da Maia Núcleo Central do Concelho - Rue Engenheiro Duarte Pacheco 4474-006 Maia	5.000,00	100%	-100.043	-310	2012	-
Maiambiente - Empresa Municipal do Ambiente, E.E.M.	Rua 5 de Outubro, 359 Milheiros 4475-302 Maia	1496.393,69	100%	2.792.898	57.836	2012	-
Espaço Municipal - Renovação Urbana Gestão do Património, E.E.M.	Rua Dr.º Carlos Felgueiras, 1814470-157 Maia	12.811337,98	100%	8.015.621	220.355	2012	-
Águas do Douro e Paiva, S.A. (4)	Rua de Vilar, n.º 235 - 5.º Apartado 55145 4050-626 Porto	566.805,00	2,71%	30.812.470	2.404.636	2012	-
Águas do Noroeste, S.A. (4)	Lugar de Gaido, Barcelos, 4755-045 Areias de Vilar	1380.000,00	2,17%	53.176.875	457.296	2012	-
Macmai - Matadouro Agrícola e Comercial da Maia, Ld.º (6)	Rua 5 de Outubro 4475-302 Milheiros Maia	149.639,36	100%	-181807	-8.714	2009	Entidade que se encontra em processo de insolvência
Município - Empresa de Cartografia e Sistemas de Informação, E.M., S.A.	Av. Prof. Dr.º Cavaco Silva, Edifício Ciência II, n.º 11, 3.º B, Taguspark 2740-120 Porto Salvo	50.199,00	4,64%	3.750.351	41347	2012	-
Net - Novas Empresas e Tecnologias, S.A.	Rua de Salazar, 842 4149-002 Porto	2.500,00	0,22%	905.495	-48.064	2012	-
Tecmaia - Parque de Ciência e Tecnologia da Maia, S.A.	Rua Eng.º Frederico Ulrich, 2650 4470-605 Moreira da Maia	2.799.390,00	5%	1699.520	-1728.506	2012	-
Portgás - Sociedade de Produção e Distribuição de Gás, S.A. (4) (5)	Rua Linhas de Torres, 41 4350-214 Porto	18.98196	0,24%	154.736.000	32.387.000	2012	-
Primus - Promoção e Desenvolvimento Regional, EMT, S.A.	Avenida dos Aliados, n.º 236 - 4º Esq. 4000-065 Porto	499,00	0,06%	216.674	1725	2012	-
Metro do Porto, S.A. (2) (4)	Av. Fernão de Magalhães, 1862 - 7.º 4350-158 Porto	5,00	0,0001%	-1738.559.397	-491.356.516	2012	-
Hospital do Líder, S.A.	Sede Santa Casa Misericórdia Maia, Avenida Visconde Barreiros s/n	5.000,00	10%	50.000	-	2009	-

Un.: Euros

(1) Valor de Aquisição da Parcela detida.

(2) Relativamente a estas entidades foi informado que as contas de 2012 não se encontravam ainda aprovadas à data da elaboração do presente documento, sendo que os valores indicados têm carácter provisório.

(3) O Conservatório de Música da Maia é 100% detido pela Academia das Artes, detendo assim o Município de forma indireta uma participação de 100% do mesmo.

(4) Empresas que nos termos da legislação em vigor presentemente não estão integradas no Sector Empresarial Local.

(5) A informação tendo sido reportada em unidade de milhar, foi convertida em euros pelo Município.

(6) Apesar da sociedade se encontrar num processo de insolvência, em que foi declarada fortuita, o que significa que se entendeu que não há responsabilidade na produção do evento que deu origem ao seu estado insolvente, permanece registada patrimonialmente na classe 4, uma vez que não está integralmente concluído o seu processo judicial de insolvência e a sua consequente extinção, que legitima tal atualização em termos de registo comercial.

OUTRAS PARTICIPAÇÕES (Capítulo V Lei 50/2012 de 31 Agosto)	
ANO DE 2012	
Identificação	Forma jurídica
Associação Nacional de Municípios	Associação de direito privado
Maialnova - Associação para o Desenvolvimento do Concelho da Maia	Associação de direito privado sem fins lucrativos
Associação "AdePorto" - Agência de Energia do Porto	Associação de direito privado sem fins lucrativos
Associação do Parque de Ciência e Tecnologia do Porto	Associação sem fins lucrativos com utilidade pública
Fundação do Conservatório de Música da Maia	Fundação direito privado sem fins lucrativos
Fundação da Juventude	Fundação direito privado sem fins lucrativos e de utilidade pública
Fundação do Desporto	Fundação direito privado sem fins lucrativos e de utilidade pública

Na globalidade das entidades participadas pelo município supra identificadas, para além dos Serviços Municipalizados de Água e Saneamento, da Lípor e da Área Metropolitana, de acordo com este conceito, no final do exercício eram suscetíveis de relevar para efeitos de limites do endividamento do município, mais dezanove entidades:

- Doze empresas de natureza empresarial;
- Outras entidades (sete), em que o município detém “Outras participações” nos termos previstos da Lei n.º 50/2012, de 31 de agosto.

Simultaneamente, importa registar que nesta gerência é suscetível de relevar para efeitos dos limites de endividamento mais uma entidade de natureza empresarial do que no ano anterior, a Portgás, anteriormente caracterizada como não fazendo parte integrante do Setor Empresarial do Estado. Esta alteração decorre, assim, não por força da alteração da estrutura das participações financeiras do município, mas apenas e tão só da alteração da estrutura acionista da Portgás, em resultado da operação de privatização da EDP, que determina que ela terá de ser considerada para efeitos desta análise.

Porquanto o endividamento das entidades de natureza empresarial participadas, bem como as outras entidades em que o município detém “Outras Participações”, apenas relevam para efeitos dos respetivos limites caso não apresentem resultados anuais equilibrados, cujo enquadramento legal define como sendo o caso dos resultados líquidos antes de impostos se apresentarem negativos, da apreciação das suas contas anuais, e aplicando a dita regra do equilíbrio anual, conclui-se que violam esta regra as entidades a seguir mencionadas

Quadro 52

ENTIDADES QUE VIOLAM A REGRA DE EQUILÍBIO ANUAL	
ANO DE 2012	
Identificação	%
Natureza Empresarial	
Conservatório de Música	100%
Tecmaia (51%)	51,00%
Net	0,23%
Hospital Lidorador	10,00%
Outras Participações em Entidades *	
Fundação de Conservatório de Música da Maia	100,00%

Un: %

* Quanto às demais entidades desta natureza regista-se que não foi possível avaliar o cumprimento desta regra por ausência de reporte de informação

Em relação à empresa Macmai, considerando o teor do acórdão proferido em 23/06/2009 pelo Tribunal de Contas, e o facto de a sociedade se encontrar num processo de insolvência, em que foi declarada fortuita, o que significa que se entendeu que não há responsabilidade na produção do evento que deu origem ao seu estado insolvente, assinala-se que esta entidade não concorreu para efeitos de cálculo de endividamento líquido, a contrario da gerência anterior, não obstante não cumprir a regra do equilíbrio anual. No entanto, permanece registada patrimonialmente a sua participação, uma vez que não está integralmente concluído o processo judicial de insolvência e a sua consequente extinção, de forma a legitimar tal atualização em termos de registo comercial.

Refere-se ainda que na sequência do desequilíbrio de contas apresentado no final do exercício de 2011 pela empresa TECMAIA, durante a gerência de 2012 o município procedeu à reposição do seu equilíbrio, nos termos previstos no Regime Jurídico do Sector Empresarial Local, através de duas transferências financeiras no valor total de 677.839 €, na proporção da participação de 51% no capital social dessa entidade.

Na sequência da aprovação do novo regime jurídico da atividade empresarial local e das participações locais, a Lei n.º 50/2012, de 31 de agosto, e por se enquadrar no seu artigo 62.º, foi obrigatoriamente encetado o processo de dissolução da empresa municipal Academia das Artes, a par da internalização dos serviços que constituíam o seu objeto contratual, com aprovação dos órgãos executivo e deliberativo em 10 e 26 de dezembro respetivamente.

LIMITE À CONTRATAÇÃO DE EMPRÉSTIMOS

Limite dos Empréstimos de Curto Prazo

Atendendo ao enquadramento vertido na Lei das Finanças Locais (Lei n.º 2/2007, de 15 de janeiro), os municípios podem recorrer a empréstimos de curto prazo apenas para ocorrer a dificuldades momentâneas de tesouraria, até um montante máximo determinado nos termos do n.º 1 do seu artigo 39.º, devendo ser amortizadas num prazo máximo de um ano após a sua contratação, sob pena de serem considerados para efeitos do cálculo dos limites dos empréstimos de médio e longo.

A importância máxima atrás referida para o exercício de 2012, cujo cálculo se encontra espelhado no Quadro 50, fixou-se em 4.139.495 €. Mais se regista que o município na gerência em apreço não recorreu à contratação de nenhum empréstimo desta natureza e que, em conjunto com as restantes entidades relevantes, no final do ano cumpria o limite legal de endividamento de empréstimos de curto prazo.

Em relação à quantia de empréstimos desta natureza que não foi amortizada até ao final do exercício, retrata-se no Quadro 53, como se justifica, a contribuição das seguintes entidades de natureza empresarial participadas pelo município, para efeitos do cálculo do endividamento bancário de médio e longo prazo, não havendo nada a relevar quanto às outras entidades.

Quadro 53

ENTIDADES DE NATUREZA EMPRESARIAL QUE VIOLAM A REGRAS DE EQUILÍBRIO ANUAL		ANO DE 2012
Empréstimos de Curto Prazo não amortizados até 31 Dezembro		Valor Imputável
Identificação		
Conservatório de Música		0
Tecmaia (51%)		15.936
Net		442
Un: Euros		

Limite dos Empréstimos de Médio e Longo Prazo

Para a concretização das suas múltiplas necessidades de investimento, ou ainda para proceder ao saneamento ou reequilíbrio financeiro das suas contas, a Lei das Finanças Locais contempla igualmente a possibilidade dos municípios recorrerem a empréstimos bancários de médio e longo, até um determinado limite.

Acudindo à estrutura de receitas que releva para efeitos de cálculo deste limite, que se encontra espelhado no Quadro 50, denominador comum de qualquer um dos limites, fruto da imposição dos 125% daquele valor, foi definido como limite municipal do crédito bancário de MLP para o exercício de 2012 a quantia de 41.394.946 €.

Todavia, em função das alterações introduzidas pela LOE para 2012, nomeadamente no n.º 2 do seu artigo 66.º, para o ano em apreço a “*celebração de novos contratos de empréstimos de MLP é limitada ao valor resultante do rateio do montante global das amortizações efetuadas pelos municípios no ano de 2010 proporcional à capacidade de endividamento disponível para cada município*”, sem prejuízo do disposto no artigo 39.º da Lei das Finanças Locais, com as sucessivas alterações introduzidas em sede de LOE.

Em resultado do valor do rateio, e uma vez que o município já dispunha de capacidade de endividamento de médio e longo prazo, foi-lhe comunicado como limite desta natureza o montante 3.799.860 €, desde que fosse assegurado o cumprimento do limite de endividamento líquido, face ao disposto no n.º 1 do artigo 66.º da LOE.

Assim, tal possibilidade de contratualização era *per si* muito restritiva, dado que esta operação de crédito só poderia ocorrer se não originasse um aumento do endividamento líquido do município, cujo limite para o exercício de 2012 se mantinha em 19.498.140 €, valor idêntico ao apurado em 31/12/2011.

Para efeitos do cálculo do endividamento bancário de médio e longo prazo, uma vez que são de considerar todos os montantes contraídos, incluindo aberturas de crédito e os dos empréstimos obrigacionistas, se for caso disso, bem como os dos empréstimos e de aberturas de crédito de curto prazo no montante não amortizado até 31 de dezembro do ano em causa (n.º 4 do artigo 39.º da LFL), estão aqui contemplados os mencionados no ponto anterior.

No domínio do regime excecionado, e em concordância com a metodologia adotada pela Direção Geral das Autarquias Locais, foram excluídos os seguintes débitos:

- Quanto ao município, o montante em dívida dos empréstimos contratados no âmbito do Programa Especial de Realojamento, no valor dos 17.899.282 €;
- Quanto à LIPOR, todos os empréstimos de médio e longo prazo contraídos por se destinarem ao financiamento de projetos cofinanciados excecionados na parte proporcional à participação da autarquia, no valor de 9.274.017 €

Posto isto, em resultado da apreciação das contas de todas as entidades participadas pelo município, e aplicando a regra do equilíbrio anual, insere-se o Quadro 54, ilustrativo da contribuição individual para o nível do endividamento bancário de MLP de cada uma das entidades que apresentam desequilíbrio de contas, bem como as respetivas contribuições dos Serviços Municipalizados e Associações de Municípios, que no presente exercícios são nulas, não havendo também nada a relevar quanto às outras entidades.

Quadro 54

SITUAÇÃO DO MUNICÍPIO FACE AO LIMITE DE EMPRÉSTIMOS DE MÉDIO E LONGO PRAZO	
ANO 2012	
Identificação	Capital em Dívida a 31/12/2012
Empréstimos de MLP que relevam para o limite (1)	34.402.452
CÂMARA MUNICIPAL	
Empréstimo Bancário de M.L.P com o BTA no montante de 29.927.873,82 €	10.912.570
Empréstimo Bancário de M.L.P com BPI no montante de 20.000.000 €	7.900.295
Empréstimo Bancário de M.L.P ao abrigo do PREDE - 12.545.533	7.276.409
Banco Santander Totta	2.258.196
Estado	5.018.213
SMAS	0
SECTOR EMPRESARIAL LOCAL - Empresas Municipais	
Conservatório de Música da Maia	0
Tecmaia	8.313.178
SECTOR EMPRESARIAL LOCAL - Sociedades Comerciais	
Net	0
Hospital Lidor	0
ASSOCIAÇÕES DE MUNICÍPIOS	
LIPOR	0
AMP	0
OUTRAS PARTICIPAÇÕES EM ENTIDADES	
Fundação de Conservatório de Música	0
Empréstimos de Curto Prazo não amortizados até 30 de dezembro de 2012 que relevam para o limite dos Empréstimos de MLP (2)	116.378
CÂMARA MUNICIPAL	0
SMAS	0
SECTOR EMPRESARIAL LOCAL - Empresas Municipais	
Conservatório de Música da Maia	0
Tecmaia	115.936
SECTOR EMPRESARIAL LOCAL - Sociedades Comerciais	
Net	442
Hospital Lidor	0
ASSOCIAÇÕES DE MUNICÍPIOS	
LIPOR	0
AMP	0
OUTRAS PARTICIPAÇÕES EM ENTIDADES	
Fundação de Conservatório de Música	0
TOTAL DE EMPRÉSTIMOS DE MLP QUE RELEVAM PARA O LIMITE A 31/12/2012 (3)=(1)+(2)	34.518.830
LIMITE LEGAL DOS EMPRÉSTIMOS DE MLP À DATA DE 01/01/2012 (4)	41.394.946
CAPACIDADE LIQUIDA DE CONTRAIR EMPRÉSTIMOS DE MLP = (4)-(3)	-6.876.116
Taxa de utilização do limite de empréstimos de MLP	83%
Un: Euros	
Valor de rateio	3.799.860

Em matéria de endividamento de médio e longo prazo, no final do exercício de 2012 o município posiciona-se abaixo do limite legal imposto em (-) 6.876.116 €, o que representa uma taxa de utilização de cerca de 83% da sua capacidade de endividamento.

Posto isto, para um limite de endividamento de médio e longo prazo de 41.394.946 € o município apresenta um endividamento de 34.518.830 €, permanecendo mais uma vez abaixo dos limites legalmente impostos, apesar do contributo negativo do sector empresarial local e das fortes restrições impostas pela LOE, consolidando assim a inversão da tendência registada em 2011.

Mantendo-se a influência de anteriores gerências, o maior impacto para a redução do endividamento de médio e longo prazo decorre das amortizações realizadas por conta dos empréstimos bancários contratualizados pela Câmara Municipal da Maia, sendo pouco expressivos os demais contributos provenientes das empresas TECMAIA e da NET.

Do agrupamento das sociedades de natureza empresarial com impacto no endividamento municipal, permanece como mais preponderante a influência da TECMAIA, ao contribuir para o endividamento bancário de médio e longo prazo do município com um montante de 8.429.114 €

Os gráficos seguintes são ilustrativos do comportamento do município neste domínio.

Gráfico 49

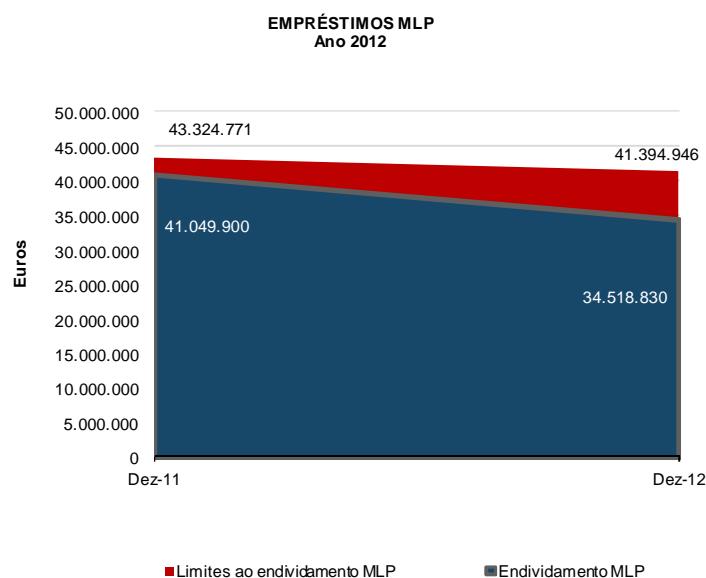


Gráfico 50

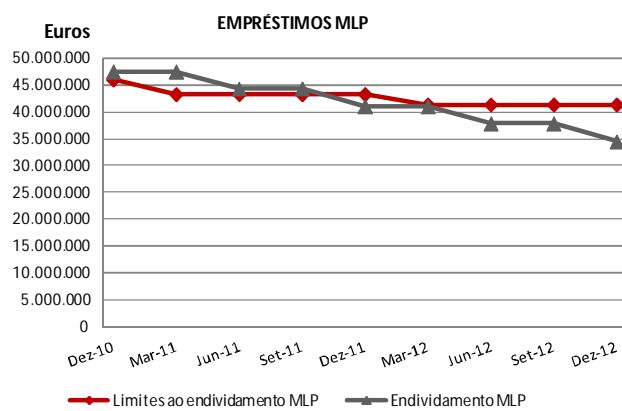
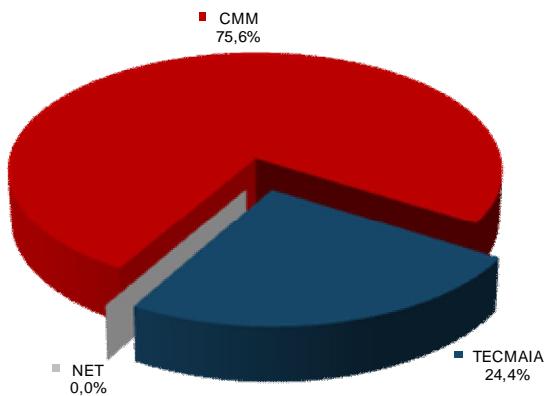


Gráfico 51

ENDIVIDAMENTO BANCÁRIO DE MLP



LIMITE AO ENDIVIDAMENTO LÍQUIDO MUNICIPAL

Neste domínio, a análise formalizada atende à informação contida no balanço e engloba as operações orçamentais e não orçamentais, ao contrário da avaliação desenvolvida no capítulo da dívida de curto prazo, considerando que o conceito de endividamento líquido municipal legalmente definido é compatível com o Sistema Europeu de Contas Regionais e Locais de 1995 (SEC). Pretende-se assim determinar a diferença entre a soma dos passivos, qualquer que seja a sua forma, incluindo nomeadamente os empréstimos contraídos, os contratos de locação financeira e as dívidas a fornecedores, e a soma dos ativos, nomeadamente o saldo de caixa, os depósitos em instituições financeiras, as aplicações de tesouraria, os créditos sobre terceiros e os investimentos financeiros.

Tendo em vista o indispensável enquadramento do município sobre esta matéria, reproduz-se no Quadro 55 a contribuição para o endividamento líquido de cada uma das entidades de natureza empresarial participadas pelo município, em resultado da apreciação das suas contas e por aplicação da dita regra do equilíbrio anual, a que acrescem as contribuições dos Serviços Municipalizados e das Associações de Municípios, bem como das Outras Entidades, onde apenas se inclui a Fundação do Conservatório de Música, pelas razões anteriormente explicadas.

Quadro 55

CONTRIBUIÇÃO PARA O ENDIVIDAMENTO LÍQUIDO	
ANO 2012	
Identificação	Impacto
Entidades de Natureza Empresarial que violam a regra de equilíbrio (1)	10.270.343
Conservatório de Música	100.043
Tecmaia (51%)	10.048.509
Net	0
Hospital Lidor	121.791
Serviços Municipalizados (2)	-7.602.161
Lipor (3)	1.198.550
Grande Área Metropolitana (4)	-474.908
Outras Participações	
Fundação do Conservatório de Música (5)	8.315
Câmara Municipal (6)	4.607.236
Créditos sobre o SEL que não viola a regra do equilíbrio (7)	2.669.739
TOTAL DO ENDIVIDAMENTO LÍQUIDO = (1) a (7)	10.677.115
LIMITE LEGAL DO ENDIVIDAMENTO LÍQUIDO - APURAMENTO 31/12/2011	19.498.140
POSICIONAMENTO FACE AO LIMITE	-8.821.025

Un: Euros

Reitera-se a informação constante em relatos anteriores quanto ao posicionamento da Net, nomeadamente que, apesar de evidenciar contas desequilibradas, apresenta mais ativos financeiros do que passivos financeiros relevantes para o endividamento líquido, o que determina um endividamento líquido negativo, que todavia, por força das disposições legais constantes da LOE, não converge para o apuramento do endividamento líquido municipal. Tal disposição não é contudo aplicável em matéria de empréstimos de médio e longo prazo.

Em termos de influência no endividamento municipal, das sociedades de natureza empresarial que violam a regra de equilíbrio de contas, continua a sobressair, pela sua materialidade, a contribuição negativa da empresa TECMAIA, em 10.048.509 €, apesar de reduzida face ao ano anterior.

Com a mesma tendência, a participar negativamente para este grau de endividamento, sobressai ainda a LIPOR com 1.198.550 €, quantia que também é ligeiramente inferior à da gerência transata.

Com comportamento inverso, ou seja, a contribuir positivamente para este limite, surgem os Serviços Municipalizados e a Grande Área Metropolitana do Porto (GAMP), com 7.602.161 € e 474.908 €, respetivamente, refletindo uma melhoria no seu posicionamento do endividamento líquido.

No âmbito do regime excecionado quanto ao endividamento líquido municipal, foi excluído o valor de 19.636.376 € em dívida à EDP, espelhado no balanço dos SMAS.

Atento o disposto no n.º 3 do artigo 36 da LFL, alude-se também ao impacto dos créditos do município sobre as entidades participadas, onde se destacam os existentes sobre a Lipor, a Espaço Municipal e a Portgás, assim como eventuais desacertos resultantes da circularização das contas correntes, valores meramente residuais.

Acolhendo o exposto, e promovendo uma análise global à informação sistematizada no quadro introduzido na parte final deste capítulo (Quadro 56), conclui-se que de acordo com a aplicação das regras existentes e apesar do impacto negativo do sector empresarial local e das fortes limitações impostas pela LOE, o Município da Maia no final da gerência de 2012 posicionou-se abaixo do limite de endividamento líquido legalmente imposto, em (-) 8.821.025 €, como bem ilustra o Quadro 55.

Com efeito, para um limite de endividamento líquido de 19.498.140 €, o Município da Maia apresenta um endividamento de 10.677.115 €, permanecendo mais uma vez abaixo dos limites legalmente impostos, como tem sido recorrente nos últimos anos.

Gráfico 52

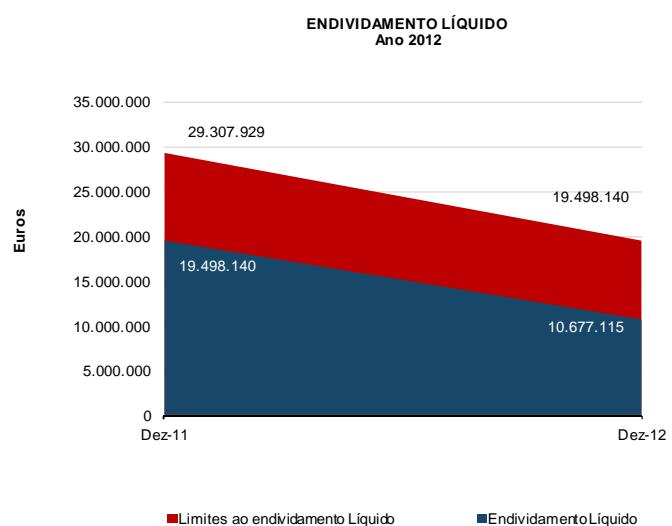
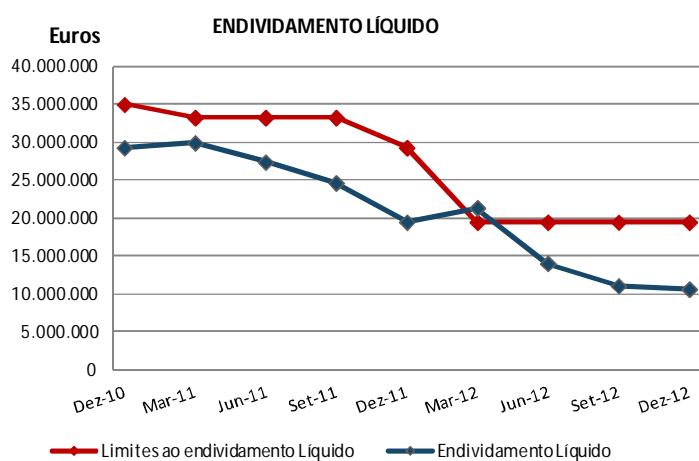
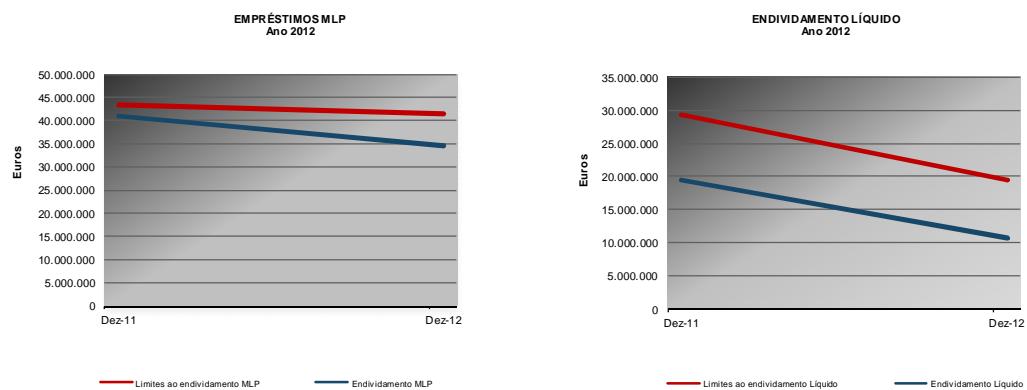


Gráfico 53



Por último, insere-se um mapa resumo representativo do posicionamento do município em matéria de endividamento no final do exercício de 2012, onde se sistematiza a informação relativa ao endividamento líquido e ao endividamento do médio e longo prazo de todas as entidades relevantes para os limites legais, bem como a respetiva ilustração gráfica desse posicionamento.

Gráfico 54



Em síntese, os resultados obtidos permitem concluir que também neste âmbito permanece a tendência de redução dos níveis de endividamento municipal, líquido e de médio e longo prazo, comprovando-se que a ação do município tem sido inequivocamente profícua em termos de consolidação do seu *deficit* público.

Quadro 56

SITUAÇÃO DO MUNICÍPIO FACE AOS LIMITES DO ENDIVIDAMENTO MUNICIPAL																		
ANO 2012																		
SECTOR EMPRESARIAL LOCAL																		
	CMM	SMAS	EM EM - ESTACIONA	ACADEMIA ARTES	CONSERVATÓRIO DE MÚSICA	MAIAMBIENTE	ESPAÇO MUNICIPAL	TECMALIA, SA	MUNICPIA	NET	PRIMUS	PORTGÁS	HOSPITAL LIDADOR ***	LIPOR	GAMP	FUNDAÇÃO CONS. MUSICA	TOTAL	
Total do endividamento																		
(1) Endividamento Líquido*	74.668.887	27.839.647	0		100.043	0	0	11.103.373	0	0	0	0	12.1792	16.61635	-474.908	8.315	129.978.783	
(2) Empréstimos de MLP *	43.988.556	0	0	0	0	0	0	8.429.114	0	442	0	0	0	9.274.017	0	0	61.692.129	
Excepções ao endividamento **	70.061.651	35.441.807	0	-224.508	0	-40.474	-2.286.415	10.054.864	0	0	0	-118.343	1	15.413.084	0	0	119.301.668	
(3) Subsídios ao Investimento	52.162.369	16.805.431	0	0	0	0	0	1053.462	0		0	0	1	9.097.066	0	0	78.183.328	
(4) Desacertos Creditos s/ SEL/Creditos S/CMM	0	0	0	-224.508	0	-40.474	-2.286.415	1402	0	0	0	-118.343	0	-2.957.998	0	0	-5.626.336	
(5) Dívidas à EDP	0	19.636.376	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	19.636.376	
(6) Empréstimos de MLP*excepionados	17.899.282	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	9.274.017	0	0	27.173.299	
Endividamento a considerar																		
(7) Endividamento Líquido = (1)-(3)-(4)-(5)	4.607.236	-7.602.161	0	224.508	100.043	40.474	2.286.415	10.048.509	0	0	0	118.343	121.791	1.198.550	-474.908	8.315	10.677.115	
(8) Empréstimos de MLP = (2)-(6)	26.089.274	0	0	0	0	0	0	8.429.114	0	442	0	0	0	0	0	0	34.518.830	
Verificação do cumprimento dos limites a 2012/12/31																	0	
Limites																		
(9) Limite do Endividamento Líquido - Art.º 66º LOE2012														19.498.139,91			19.498.140	
(10) Empréstimos de MLP														100,00%			41.394.946,28	
Montante em excesso																		
Endividamento Líquido = (7)-(9)																	-8.821.025	
Taxa de utilização de EL																	55%	
Empréstimos de MLP = (8)-(10)																	-6.876.116	
Taxa de utilização de EMLP																	83%	
Empréstimos de MLP excluindo PREDE																	27.242.421	
Taxa de utilização de EMLP excluindo PREDE																	66%	
Endividamento à data de 31/12/2011																		
Endividamento Líquido																	19.498.140	
Taxa de utilização de EL																	67%	
Empréstimos de MLP																	41.049.900	
Taxa de utilização de EMLP																	95%	
Empréstimos de MLP excluindo PREDE																	32.268.027	
Taxa de utilização de EMLP excluindo PREDE																	74%	
Variação do Endividamento entre 2011 e 2012																		
Endividamento Líquido																	Taxa	
Empréstimos de MLP																	Valor	
																	-45,24%	
																	-8.821.025	
																	-15,9%	
																	-6.531.070	
Un: Euros																		
*A parte dos SMAS refere-se exclusivamente à dívida à EDP																		
** Consideradas para efeitos de cálculo dos limites do endividamento, isto é, deduzindo as contas 27.45 a 27.49 e 23 excepcionada.																		
*** Os dados referentes ao Hospital Lidor são os constantes do reporte provisório apresentado em 31/12/2009.																		

2
0
1
2

ANÁLISE ECONÓMICO - FINANCEIRA

maia
CÂMARA MUNICIPAL



2
0
1
2

BALANÇO

maia
CÂMARA MUNICIPAL

O Balanço congrega um conjunto de bens, direitos e obrigações da autarquia, servindo também como um instrumento à comparação da posição económico-financeira dos exercícios económicos de 2011 e 2012, estando aqui evidenciados os valores líquidos.

Quadro 57

ESTRUTURA E EVOLUÇÃO PATRIMONIAL DA AUTARQUIA - Balanço Sintético						
Descrição	2011		2012		Variação	
	Valor	%	Valor	%	Valor	%
Activo Líquido	450.852.531	100,00%	441.311.549	100,00%	-9.540.982	-2,12%
Imobilizado	436.921.816	96,91%	423.191.278	95,89%	-13.730.538	-3,14%
Circulante						
Existências	512.743	0,11%	450.338	0,10%	-62.404	-12,17%
Dívidas de Terceiros - Curto Prazo	5.116.766	1,13%	5.353.565	1,21%	236.799	4,63%
Disponibilidades	6.192.689	1,37%	10.969.538	2,49%	4.776.849	77,14%
Acréscimos e Diferimentos	2.108.517	0,47%	1.346.831	0,31%	-761.687	-36,12%
Passivo	139.106.641	100,00%	130.215.923	100,00%	-8.890.718	-6,39%
Provisões para riscos e encargos	3.178.457	2,28%	3.396.660	2,61%	218.203	6,87%
Dívidas a Terceiros						
Médio e Longo Prazo	44.890.462	32,27%	37.181.891	28,55%	-7.708.571	-17,17%
Curto Prazo	25.428.351	18,28%	21.518.630	16,53%	-3.909.721	-15,38%
Acréscimos e Diferimentos	65.609.371	47,16%	68.118.741	52,31%	2.509.370	3,82%
Fundos Próprios	311.745.890	100,00%	311.095.627	100,00%	-650.263	-0,21%
Património	300.932.890	96,53%	302.859.042	97,35%	1926.151	0,64%
Ajustamentos Partes Capital em Empresas	-14.964	0,00%	-2.612.617	-0,84%	-2.597.653	17359,42%
Reservas	17.521.965	5,62%	17.924.137	5,76%	402.172	2,30%
Resultados Transitados	-2.705.855	-0,87%	-6.694.002	-2,15%	-3.988.147	147,39%
Resultado Líquido do Exercício	-3.988.147	-1,28%	-380.934	-0,12%	3.607.213	-90,45%

Un.: Euros

Da análise ao Balanço do Município à data de 31 de dezembro de 2012 verifica-se que o Ativo Líquido Total compreendeu o montante de 441.311.549 €, com correspondência em termos brutos a um valor de 633.692.505 €, variando em relação ao transato ano em (-) 9.540.982 €, especialmente devido ao comportamento da componente de imobilizado.

Já o Passivo e os Fundos Próprios atingiram no final de 2012 os montantes de 130.215.923 € e 311.095.627 €, respetivamente, decrescendo ambos em relação a 2011, porém com relevante impacto no passivo, e dentro deste nas dívidas a terceiros.

Remete-se de seguida para uma apreciação individualizada das principais rubricas de cada um dos membros do balanço.

ATIVO

Imobilizado

Observada a estrutura do Ativo Líquido verifica-se que permanece a expressão financeira do Imobilizado, com uma representatividade de 95,89%, inferior à do ano anterior em (-) 3,14 %, a que equivale o valor de (-) 13.730.538 €. Esta variação comporta oscilações negativas em todas as rubricas do imobilizado, desatendendo-se no entanto à diminuição das imobilizações incorpóreas, pelo pouco significado que têm no ativo líquido imobilizado.

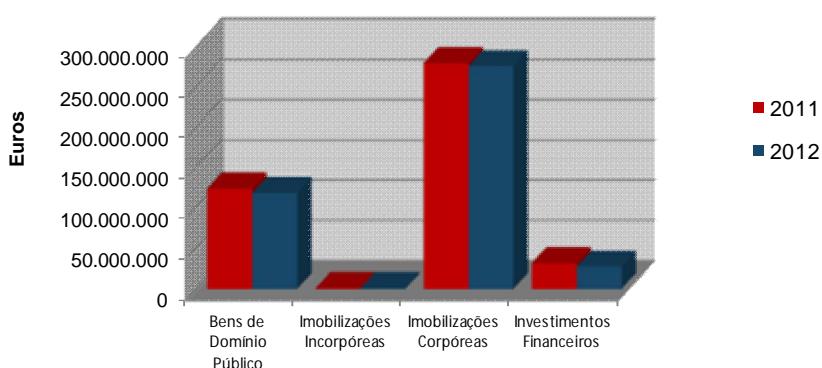
Quadro 58

ATIVO LÍQUIDO IMOBILIZADO - Variação 2011/2012							
Rubricas	2011	%	2012	%	Variação %	Variação Absoluta	
Bens de Domínio Público	124.086.567	28,40%	118.371.555	27,97%	-4,61%	-5.715.012	
Imobilizações Incorpóreas	1.008.049	0,23%	993.719	0,23%	-1,42%	-14.330	
Imobilizações Corpóreas	280.064.495	64,10%	276.479.576	65,33%	-1,28%	-3.584.919	
Investimentos Financeiros	31.762.705	7,27%	27.346.428	6,46%	-13,90%	-4.416.277	
TOTAL	436.921.816		423.191.278		-3,14%	-13.730.538	

Un.: Euros

Gráfico 55

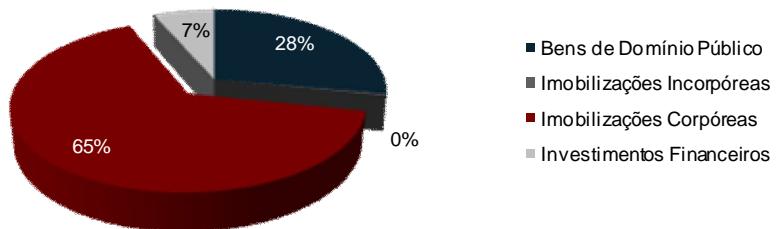
Ativo Líquido Imobilizado - Variação 2011/2012



Das rubricas que constituem o Imobilizado, os bens corpóreos imperam, desde logo, pela sua materialidade, absorvendo 65,33 %, aos que se seguem os bens de domínio público com 27,97 %, tal como se verifica no Gráfico 56.

Gráfico 56

Estrutura do Activo Líquido do Imobilizado 2012



Os decréscimos verificados no imobilizado corpóreo e no de domínio público justificam-se pela forte influência das amortizações anuais, incluindo a materialização de alguns investimentos que se encontravam em curso, bem como pela estagnação no investimento originado por políticas de contenção de despesa face à crise económica existente.

Na esfera do domínio público, a transferência de valores para imobilizado firme continua a ter uma maior incidência nas construções ou beneficiações de vias municipais e, apesar da variação negativa de (-) 4,61%, assinala-se o investimento no ano de 2012 no valor de 844.673 €, referente a intervenções na Via Periférica Sudeste da Cidade.

É ainda nos bens do domínio público que a interferência das amortizações se repercute com maior grandeza, sendo determinante no abatimento de (-) 5.715.012 €, independentemente do investimento realizado.

As Imobilizações Corpóreas, que no exercício em análise manifestaram um decréscimo de (-) 3.584.919 €, influenciado pela passagem para imobilizado firme de diversos investimentos, designadamente beneficiações em diversas escolas municipais, voltam a ter na componente de Edifícios a sua maior contribuição, cerca de 72% do valor total do ativo líquido.

Finalmente, os Investimentos Financeiros, que apresentam em 2012 um decréscimo de (-) 4.416.277 € em relação ao ano anterior. Para este diferencial concorreu especialmente a variação ocorrida nos capitais próprios da empresa Espaço Municipal - Renovação Urbana e Gestão do Património, E.E.M., na sequência de ajustamentos contabilísticos efetuados a elementos do ativo imobilizado associados à operação urbanística de loteamento conjunto de iniciativa municipal – Câmara Municipal e Espaço Municipal, E.E.M.

No que respeita aos Investimentos Financeiros, salienta-se que até 2011 o registo contabilístico das partes de capital que o Município da Maia detém em empresas participadas sempre foi efetuado pelo método do custo de aquisição. Sempre que, proporcionalmente à parcela detida, se verificou variação dos capitais próprios que originou diminuição do custo de aquisição, esse diferencial foi refletido através de provisões para investimentos financeiros. Ou seja, o ativo líquido refletia a desvalorização dos respetivos investimentos.

Em 2012, e relativamente às empresas detidas maioritariamente pelo Município da Maia, incluindo os Fundos de Investimento de Imobiliário, foi pela primeira vez adotado o Método da Equivalência Patrimonial para refletir o valor ajustado dos investimentos financeiros face às variações ocorridas nos capitais próprios das participadas, conforme identificação no Quadro 59.

Quadro 59

INVESTIMENTOS FINANCEIROS			
	% Detida	Custo de Aquisição	Valor Ajustado
Partes de capital			
Empresa Municipal de Estacionamento	100%	124.699	286.664
Academia de Artes da Maia	100%	49.880	101.961
Empresa Municipal de Ambiente	100%	1.496.394	2.792.898
Espaço Municipal - Ren. Urbana e Gestão Patrimonio	100%	12.811.338	8.015.621
MACM AI	100%	149.639	0
TECMIA - Parque de Ciência e Tecnologia da Maia	5%	2.799.390	866.755
Outras Aplicações Financeiras			
Fundo de Investimento Imobiliário "MAIA IMO"	100%	6.000.000	5.015.840
Fundo de Investimento Imobiliário "MAIA GOLF"	100%	5.500.000	3.393.537
Fundo de Investimento Imobiliário "PRAÇA MAIOR"	100%	5.000.000	4.498.861
		33.931.340	24.972.137

Un.: Euros

Circulante

O ativo circulante, com um montante de 16.773.441 €, o que representa 3,8% do total do ativo líquido, é constituído pelas existências, pelas dívidas de terceiros e pelas disponibilidades, continuando os dois dos últimos referidos grupos a manifestar maior expressividade ao absorver 97,3% do valor total do ativo circulante.

Com exceção das existências, cujo valor no final de 2012 diminuiu face ao ano anterior, quer as dívidas de terceiros quer as disponibilidades apresentam aumentos, de 4,63% e de 77,14%, respetivamente. Pela sua natureza e importância, justifica-se uma apreciação detalhada das dívidas de terceiros, cuja decomposição se demonstra no Quadro 60.

Quadro 60

	DÍVIDAS DE TERCEROS						Variação 2011/2012
	Ativo Bruto	Provisões	Ativo Líquido	Ativo Bruto	Provisões	Ativo Líquido	
Empréstimos Concedidos	81.255	0	81.255	71.969	0	71.969	-11,43%
Clientes/Contrib e Utentes c/c	640.468	0	640.468	417.587	0	417.587	-34,80%
Clientes/Contrib./Utentes/Deved. Diversos - Cobrança Duvidosa	9.149.048	7.166.651	1.982.397	8.623.096	7.132.560	1.490.535	-24,81%
Clientes/Contrib./Utentes - Cobrança Duvidosa	6.343.519	5.202.446	1.141.073	5.893.029	5.504.841	388.188	-65,98%
Outros Devedores - Cobrança Duvidosa	2.805.529	1.964.205	841.324	2.730.067	1.627.719	1.102.347	31,03%
Estado	4.866	0	4.866	2.555	0	2.555	-47,49%
Outros Devedores	2.407.780	0	2.407.780	3.370.919	0	3.370.919	40,00%
Dev. de Transferências para as A. L.	486.225	0	486.225	1.437.020	0	1.437.020	195,55%
Devedores Diversos - Outros	1.921.555	0	1.921.555	1.933.898	0	1.933.898	0,64%
TOTAL	12.283.417	7.166.651	5.116.766	12.486.126	7.132.560	5.353.565	4,63%

Uef. Eul/08

Analisando o quadro 4 sobressai desde logo o valor das Dívidas de Clientes, Contribuintes e Utentes, com destaque para o valor das mesmas que se encontram em cobrança duvidosa, com uma diminuição de (-) 65,98% do valor líquido.

A quebra verificada nas Dívidas de Clientes, Contribuintes e Utentes c/c, de (-) 34,8%, foi originada pela reclassificação de dívida em cobrança duvidosa, pelo não pagamento durante o ano de 2012 de créditos do Município no âmbito de processos urbanísticos, realçando-se pela sua materialidade o montante de 377.395 € devido pelo contribuinte “O Feliz Imobiliária, S.A.”.

Já a redução de (-) 65,98% do valor líquido dos Clientes, Contribuintes e Utentes de Cobrança Duvidosa teve a sua principal origem no pagamento de 855.072 € efetuado pela empresa “Portgás – Sociedade de Produção de Gás, S.A.”, pela emissão de licenças de ocupação do domínio público. A dívida não se encontrava provisionada uma vez que os desfechos das impugnações judiciais apresentadas pela citada empresa sobre esta matéria têm sido favoráveis ao Município.

Outra das rubricas com significativo peso no total das dívidas de terceiros diz respeito aos Outros Devedores, sendo-lhe imputável um valor global líquido de 3.370.919 €, distribuído por Devedores de Transferências para as Autarquias Locais e Devedores Diversos – Outros.

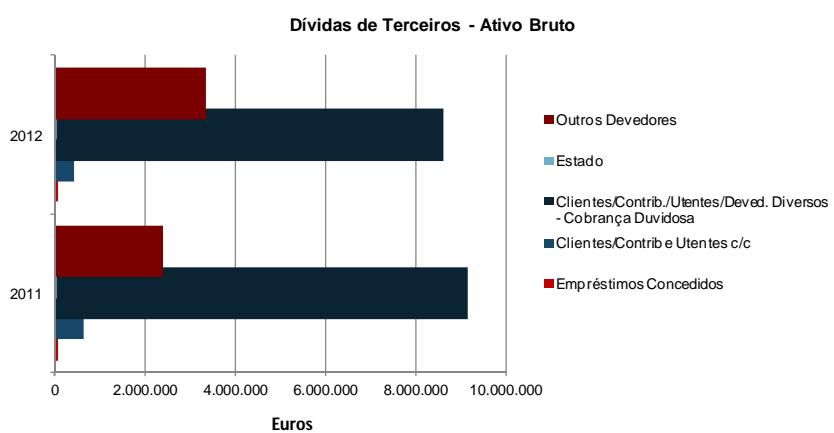
No exercício económico em análise, a variação de 963.139,00 € registada na rubrica de Outros Devedores teve a sua principal origem nos Devedores de Transferências para as Autarquias Locais, pelo facto ter sido alterada a metodologia de contabilização dos Subsídios Correntes destinados à componente social escolar.

Assim, a partir de 2012, os valores devidos ao Município da Maia pela Administração Central, a título de comparticipação para as despesas correntes no âmbito da componente social escolar, passaram a ser contabilizados como dívida de terceiros, e não como acréscimos de proveitos. Esta alteração gerou um acréscimo de 644.238 € dos créditos do Município a título de transferências para as Autarquias Locais.

O aumento verificado na rubrica de Devedores de Transferências para as Autarquias Locais foi também originado pela comparticipação de investimento obtida pelo Município na sequência da celebração de um Protocolo com a BRISA – Concessão Rodoviária, S.A., com vista à realização da ligação do Viaduto da Granja à rede viária local, à construção da habitação para realojamento da comunidade de etnia cigana ali existente, e à construção da nova escola EB1/JI da Pícua. Do valor de 750.000,00 € da comparticipação prevista para o ano 2012, ficou em dívida no final do ano o montante de 250.000 €.

Para melhor se compreender as variações ocorridas nas dívidas de terceiros, acrescenta-se à análise anteriormente efetuada a seguinte representação gráfica.

Gráfico 57



Por último, note-se o valor das disponibilidades no montante de 10.969.538 €, das quais 234.279 € referem-se a valores em Caixa e 10.735.259 € derivam de depósitos em Instituições de Crédito, estes com um incremento superior a 73% em relação ao ano de 2011.

Acréscimos e Diferimentos Ativos

Do cumprimento do princípio da especialização dos exercícios resulta a inclusão nas demonstrações financeiras, no ativo do balanço, das rubricas de Acréscimos de Proveitos e de Custos Diferidos, cuja disposição se apresenta.

Quadro 61

ACRÉSCIMOS E DIFERIMENTOS ATIVOS	
Acréscimos de Proveitos	1.293.465
Juros a Receber	4.778
Impostos e Taxas	609.332
Subsídios Correntes	97.905
Instalações Desportivas	27.326
Mercados e Feiras	33
Outros Acréscimos de Proveitos	554.090
Custos Diferidos	53.366
Prémios de Seguros	50.188
Rendas Antecipadas	517
Outros Custos Diferidos	2.661
TOTAL	1.346.831

Un.: Eur os

O reconhecimento de custos e proveitos de natureza ativa situou-se, no ano de 2012, em 1.346.831 €, pertencendo a Acréscimos de Proveitos o valor de 1.293.465 € e a Custos Diferidos o de 53.366 €.

Nos Acréscimos de Proveitos, a componente de Impostos e Taxas continua a ser a mais influente, com um total de 609.332 €, dos quais se diferenciam 213.250 € referentes a I.U.C. – Imposto Único de Circulação, 188.789 € de I.M.T – Imposto Municipal s/ Transmissões Onerosas e 150.225 € de I.M.I. – Imposto Municipal s/ Imóveis, cuja cobrança foi efetuada pela Administração Central no ano de 2012, tendo o respetivo processamento da receita ocorrido no início de 2013.

Salienta-se que a cobrança de receita por conta de Impostos e Taxas tem vindo a decrescer significativamente. O acréscimo de proveito reconhecido no final de 2012 reflete uma redução na ordem dos 48%, face a igual registo efetuado em dezembro do ano 2011, que totalizou 1.159.917 €.

A título de Subsídios Correntes, apenas são reconhecidos 97.905 €, valor este bem inferior aos contabilizados em exercícios económicos anteriores, o que se deveu, como já se referiu, à alteração da metodologia de contabilização das comparticipações da administração central para as despesas correntes no âmbito da componente social escolar, tendo estes valores passado a figurar como dívidas de terceiros.

Excepcionalmente, a rubrica de Outros Acréscimos de Proveitos apresenta em 2012 o valor significativo de 554.090 €, para o que contribuiu grandemente o reconhecimento da receita proveniente da área municipal da educação e ação social escolar, no montante de 479.838 €, cuja cobrança se viu retardada na sequência da implementação do processo de desmaterialização da faturação referente às refeições escolares e às atividades de apoio à família, com efeitos a partir do ano letivo 2012/2013.

Neste âmbito importa de facto assinalar a importância do projeto implementado, que tem como principais valências a eliminação da carga administrativa relacionada com o tratamento mensal de cerca de 4.500 documentos mensais, a disponibilização de multicanais de pagamento (Multibanco, Payshop, CTT, débito direto) e o controlo da receita cobrada na área da educação, assegurando em simultâneo a integração com a aplicação da Medidata, possibilitando desta forma a centralização da informação financeira para efeitos contabilísticos.

Resumidamente, o projeto traduz-se na externalização dos serviços de produção documental e de gestão de cobranças mediante a celebração de contrato com os CTT, a quem incumbe a responsabilidade de

remeter a correspondência para os destinatários, disponibilizar os diversos meios de pagamento, operacionalizar o pagamento com crédito na conta definida pelo Município, e ainda a constituição de repositório documental, para consulta e controlo.

PASSIVO

É reportada para capítulo próprio do presente Relatório de Gestão uma análise mais detalhada da dívida do Município da Maia, pelo que todas as considerações aí contidas se aplicam direta ou indiretamente aos comentários a esta rubrica, registando-se contudo que as importâncias aqui referidas no quadro das dívidas a terceiros incluem quer as operações orçamentais, quer as não orçamentais, sendo a estas últimas imputáveis as eventuais diferenças verificadas em relação aos valores constantes naquele capítulo.

O Passivo total ascendeu, no final do ano 2012, a 130.215.923 €, registando uma diminuição no montante de 8.890.718 €, (-) 6,39% relativamente ao ano transato, com contributos individuais distintos, ao nível das rubricas que integra, as provisões, as dívidas a terceiros e os acréscimos e diferimentos.

Confirma-se em 2012 a tendência redutiva do passivo do Município, concluindo-se que são as dívidas a terceiros, tanto as de médio e longo prazo com (-) 17,17%, como as de curto prazo com (-) 15,38%, que influem decididamente nessa variação, já que as provisões e os acréscimos e diferimentos registam aumentos face ao no anterior.

O aumento verificado nas provisões para riscos e encargos, de 218.203 €, é devido ao reforço do montante já provisionado para processos judiciais em curso, enquanto nos acréscimos e diferimentos a oscilação de 2.509.370 € tem origem no reconhecimento de outros proveitos deferidos, cuja explicação se insere em item específico do presente capítulo.

Dívidas a Terceiros

Da análise ao Quadro 62 verifica-se que as Dívidas a Terceiros totalizaram a importância de 58.700.521 €, tendo sofrido uma diminuição no valor 11.618.292 €, (-) 16,52%, em relação a 2011.

Quadro 62

DÍVIDAS A TERCEIROS - Operações Orçamentais e não Orçamentais			
	2011	2012	Variação
Divida de Médio e Longo Prazo	52.567.656	44.887.283	- 14,61%
Divida de Curto Prazo	17.751.157	13.813.238	- 22,18%
Total	70.318.813	58.700.521	- 16,52%

Un:Euros

As que têm a natureza de médio e longo prazo (inclui o exigível a curto prazo) apresentam uma diminuição de (-) 7.680.373 €, originada, essencialmente, pelas amortizações dos empréstimos contratualizados em anos anteriores, aliando-se o facto de não o Município não ter contraído nenhum financiamento bancário no ano em apreciação.

Igualmente com declive negativo, apresentam-se as Dívidas de Curto Prazo, com uma redução de (-) 3.937.919 €, com reflexos mais notórios no passivo associado aos Fornecedores de Imobilizado, refletindo os objetivos da autarquia em reduzir os prazos de pagamento perante os seus fornecedores.

Quadro 63

DÍVIDAS A TERCEIROS DE CURTO PRAZO			
Operações Orçamentais	2011	2012	Variação
Curto Prazo	13.209.687	9.632.473	-27,08%
Fornecedor c/c (incluindo facturas em receção e conferência)	1.257.001	420.347	-66,56%
Fornecedor imobilizado c/c (incluindo facturas em receção e conferência)	6.567.481	673.670	-89,74%
Adiantamento de clientes, contribuintes e utentes	29.200	29.200	0,00%
Estado e Outros Entes Públicos	0	0	-
Outros Credores	5.356.005	8.509.256	58,87%
Sub-Total	13.209.687	9.632.473	-27,08%
Operações Não Orçamentais	2011	2012	Variação
Curto Prazo	4.541.470	4.180.765	-7,94%
Clientes e Utentes c/ Cauções	1.892.465	1.853.960	-2,03%
Fornecedores de Imobilizado c/ Cauções	1.454.648	1.144.221	-21,34%
Estado e Outros Entes Públicos	221.057	195.261	-11,67%
Outros Credores	973.300	987.322	1,44%
Sub-Total	4.541.470	4.180.765	-7,94%
TOTAL	17.751.157	13.813.238	-22,18%

Un:Euros

Comparativamente ao ano anterior, no que respeita às operações orçamentais de curto prazo, verifica-se um decréscimo de (-) 27,08%, influenciado positivamente pelas rubricas de fornecedores conta corrente e, muito especialmente, de fornecedores de imobilizado.

Primeiramente, há que destacar a transição da dívida de 4.658.570,68 € registada no âmbito do processo litigioso referente ao Parque Urbano de Avioso, de “Fornecedores de Imobilizado” para “Outros Credores”, que justifica as enormes oscilações verificadas em ambas as rubricas de terceiros, negativa e positiva, respetivamente, não tendo contudo qualquer influência no cômputo geral da dívida do Município.

Com efeito, não estando até esta data reunidos os pressupostos que determinam a exigibilidade daquele valor, designadamente o trânsito em julgado do processo, o posicionamento do débito em “Fornecedores de Imobilizado” não se coadunava com a realidade e o rigor da informação contabilística referente ao prazo médio de pagamento, deturpando-a sobremaneira, circunstância esta corrigida com a transição para “Outros Credores”.

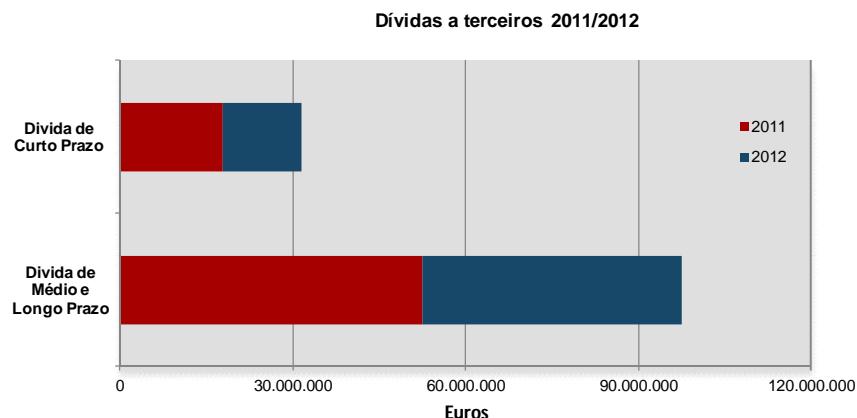
Fica assim prejudicada a comparabilidade das referidas rubricas relativamente a anteriores exercícios económicos, em benefício do rigor contabilístico da informação ora reportada, não tendo contudo qualquer impacto na comparabilidade do total da dívida.

Quanto aos valores constantes em Operações Não Orçamentais, apenas se regista que as mesmas dizem respeito a operações de tesouraria e cauções em dinheiro, que mais não são do que cobranças que os serviços autárquicos realizam para terceiros, funcionando como operações de entradas e saídas de fundos à margem do orçamento, que só são objeto de movimentação contabilística de cariz patrimonial.

A diminuição do passivo e o controlo do endividamento autárquico tem sido um dos principais objetivos prosseguidos pelo Município, cuja concretização se tem vindo a fixar em parâmetros bastante satisfatórios nos últimos exercícios económicos, o que uma vez mais sucedeu no ano que findou.

Como foi referido no início deste capítulo, reporta-se para capítulo próprio do presente Relatório de Gestão uma análise de pormenor à dívida do Município da Maia, cuja representação gráfica se resume seguidamente.

Gráfico 58



Acréscimos e Diferimentos Passivos

O cumprimento do princípio da especialização dos exercícios determina o reconhecimento, do lado do passivo, de acréscimos de custos e de proveitos diferidos, cuja composição em 2012 se pode verificar no Quadro 64.

Quadro 64

ACRÉSCIMOS E DIFERIMENTOS PASSIVOS	
Acréscimos de Custos	2.366.113
Remunerações a Liquidar em 2013	1.870.410
Juros a Liquidar	134.386
Outros Acréscimos de Custos	361.317
Proveitos Diferidos	65.752.628
Rendas:	13.590.259
Processo de antecipação de rendas	12.295.583
Outras rendas	7.676
Direito de Superfície	1.287.000
Subsídios para Investimentos	49.097.399
Outros Proveitos Diferidos	3.064.970
TOTAL	68.118.741

Un: Euros

Do valor de 2.366.113 € contabilizado em Acréscimos de Custos, a parcela predominante respeita a remunerações a pagar em 2013 a título de férias e subsídios de férias, cujo custo é imputável ao ano de 2011, em conformidade com as regras contempladas na Lei do Orçamento do Estado.

Nos Juros a Liquidar, no valor de 134.386 €, incluem-se os juros dos empréstimos contraídos pelo Município da Maia, enquanto em Outros Acréscimo de Custos foram reconhecidos os custos inerentes a comunicações, eletricidade, gás e consumo de água, no total de 361.317 €

Os Proveitos Diferidos, que respeitam a valores arrecadados em 2012 cujo proveito deve ser imputado ao exercício ou exercícios seguintes, totalizam 65.752.628 €. Este valor aumentou em 2.746.371 € face ao contabilizado em 2011, em resultado do reconhecimento em Outros Proveitos Diferidos de valores referentes a áreas cedidas ao Município da Maia, a título de doação/compensação, no âmbito de futuras operações urbanísticas, de acordo com o regime jurídico da urbanização e edificação. Até 2011, estes valores foram contabilizados em Credores Diversos, influindo desde logo no total da dívida do Município. No entanto, tratando-se de proveitos cujo registo contabilístico está dependente de uma futura operação urbanística de iniciativa do particular, o registo como dívida não se quadrava com a realidade dos factos, justificando por isso a alteração do método de contabilização.

Como habitualmente, integram os Proveitos Diferidos os valores das Rendas e dos Subsídios para Investimentos.

Dentro dos primeiros, distingue-se o processo de cessão de créditos das rendas habitacionais de contratos de arrendamento e promessa de compra e venda, promovido pela empresa Espaço Municipal, E.E.M., cujo valor oportunamente transferido para o Município é anualmente imputado a proveitos na proporção das rendas futuras a arrecadar, referentes ao imobilizado património da Autarquia e que é alvo de amortização.

Quanto aos segundos, Subsídios para Investimentos, têm origem nas comparticipações a obter no âmbito de projetos cofinanciados, designadamente através de fundos comunitários, e apresentam-se como a parte dominante dos proveitos diferidos ao abranger 74,67% do seu valor total.

Particulariza-se em 2012 o reforço das taxas de financiamento associadas à construção e ampliação de centros escolares e do projeto SIMA - Sistema Integrado de Modernização, de que resultou um incremento de 1.359.239 €, bem como a inclusão de dois novos projetos financiados externamente, cuja comparticipação global atingiu os 1.150.000 €, assim repartida:

- 750.000 € provenientes da comparticipação da BRISA – Concessão Rodoviária, S.A., com vista à realização da ligação do Viaduto da Granja à rede viária local, à construção da habitação para realojamento da comunidade de etnia cigana ali existente, e à construção da nova escola EB1/JI da Pícuia;
- 400.000 € com origem na comparticipação do Continente Hipermercados, S.A., para execução do troço da via periférica, entre a Rua do Cavaco e a Rua do Santo Condestável.

FUNDOS PRÓPRIOS

Os Fundos Próprios municipais, com um saldo de 311.095.627 €, diminuíram cerca de 650.263 € relativamente ao final do 2011.

Esta oscilação deve-se essencialmente à variação negativa em (-) 2.597.653 € da rubrica de Ajustamentos de partes de capital em empresas, por via da adoção do MEP - Método de Equivalência Patrimonial na contabilização dos Investimentos Financeiros em empresas detidas maioritariamente pelo Município da Maia, contrapondo com o aumento em 1.926.151 € na rubrica de Património, mais especificamente nas Correções ao Balanço Inicial, devida a regularizações efetuadas no decurso de 2012.

2012

DEMONSTRAÇÃO DE RESULTADOS

maia
CÂMARA MUNICIPAL

No Quadro 65 apresentam-se os Resultados do Município, analisando-se os factos mais relevantes que originaram o Resultado Líquido do Exercício.

Quadro 65

DEMONSTRAÇÃO DE RESULTADOS			
	2011	2012	Variação
CUSTOS E PERDAS			
Custo das Mercadorias Vendidas e das Matérias Consumidas	938.439	865.434	-7,78%
Fornecimento e Serviços Externos	13.627.370	13.929.612	2,22%
Custos com Pessoal	18.868.211	17.648.240	-6,47%
Transferências e Subsídios Correntes Concedidos e Prestações Sociais	5.221.515	4.994.387	-4,35%
Amortizações do Exercício	16.034.985	16.055.120	0,13%
Provisões do Exercício	2.501.455	505.201	-79,80%
Outros Custos e Perdas Operacionais	145.925	44.541	-69,48%
(A)	57.337.899	54.042.536	-5,75%
Custos e Perdas Financeiras	4.092.851	3.362.271	-17,85%
(C)	61.430.749	57.404.807	-6,55%
Custos e Perdas Extraordinárias	5.875.955	4.522.771	-23,03%
(E)	67.306.704	61.927.578	-7,99%
Resultado Líquido do Exercício	-3.988.147	-380.934	-90,45%
	63.318.557	61.546.644	-2,80%
PROVEITOS E GANHOS			
Vendas e Prestação de Serviços	5.347.414	5.898.028	10,30%
Impostos e Taxas	35.743.674	36.746.489	2,81%
Proveitos Suplementares	24.091	37.936	57,47%
Transferências e Subsídios Obtidos	15.708.876	14.777.892	-5,93%
Outros Proveitos e Ganhos Operacionais	12.037	35.274	193,05%
(B)	56.836.092	57.495.619	1,16%
Proveitos e Ganhos Financeiros	496.906	306.990	-38,22%
(D)	57.332.998	57.802.609	0,82%
Proveitos e Ganhos Extraordinários	5.985.559	3.744.034	-37,45%
(F)	63.318.557	61.546.644	-2,80%
RESUMO			
Resultados Operacionais antes de Amortizações e Provisões	18.034.633	20.013.405	
Resultados Operacionais após Amortizações e Provisões: (B-A)	-501.807	3.453.084	
Resultados Financeiros: (D-B)-(C-A)	-3.595.945	-3.055.281	
Resultados Correntes: (D-C)	-4.097.751	397.803	
Resultados Líquido do Exercício:	-3.988.147	-380.934	

Un.:Euros

Os proveitos globais gerados foram de 61.546.644 € enquanto os custos totais totalizaram 61.927.578 €, gerando um Resultado Líquido do exercício de (-) 380.934 €.

A ótica de custos e proveitos por natureza facilita a exposição sistemática daqueles valores em Resultados Operacionais, Resultados Financeiros e Resultados Extraordinários.

Os Resultados Operacionais após amortizações e provisões aumentaram de (-) 501.807 para 3.453.084 € relativamente a 2011, por força da conjugação da subida dos proveitos com a descida dos custos operacionais, comprovando-se uma vez mais que a componente operacional da atividade do Município é determinante na formação do Resultado Líquido.

Registe-se que em 2011 o resultado operacional foi grandemente afetado pelo excepcional volume de amortizações e provisões efetuadas, derivando as primeiras da transferência para imobilizado firme dos centros escolares construídos e de infraestruturas viárias, e as segundas do reforço das provisões para riscos e encargos. Em 2012 não se verificou nenhuma circunstância de exceção a esse nível. Todavia, as amortizações concorrem decisivamente para o posicionamento do resultado líquido do exercício.

Dada a boa performance dos Resultados Operacionais do Município, a par do contributo menos negativo dos Resultados Financeiros, foram os Resultados Extraordinários que acabaram por extrapolar o Resultado Líquido do Exercício para valores negativos.

Com exceção dos Fornecimentos e Serviços Externos e das Amortizações do Exercício, todas as rubricas que concorrem para os custos operacionais registaram diminuições.

As quebras mais significativas dos custos operacionais verificaram-se nas Provisões do Exercício, concretamente nas provisões para processos judiciais em curso, com um impacto de (-) 1.860.254 €, registando igualmente as Provisões para Cobrança Duvidosa uma diminuição de (-) 136.000 €.

Redução também significativa ocorreu nos Custos com Pessoal, cujo decréscimo de 1.219.971 € proveio de forma mais significativa:

- da suspensão do pagamento dos subsídios de férias e de natal imposta pela Lei do Orçamento do Estado aos funcionários cuja remuneração base mensal seja superior a 1.100 €;
- da redução das remunerações por doença;
- da redução da despesa decorrente da contratação de prestações de serviços em regime de tarefa e avença;
- da reclassificação em Transferências Correntes da despesa decorrente da celebração de contratos de emprego-inserção ao abrigo do Centro de Emprego e Formação Profissional, cujo foi outrora contabilizado como despesas com pessoa;
- da diminuição dos encargos com trabalho extraordinário.

No que respeita a Fornecimentos e Serviços Externos nota-se, com pesar, que não obstante o glorioso esforço na contenção da despesa, comprovado pela descida da grande maioria dos custos desta natureza, verifica-se um ligeiro aumento do valor global em 302.242 € (2,22%), cujos motivos não são controláveis pelo Município, designadamente:

- o impacto fiscal do aumento do I.V.A de 6% para 23, nas componentes mais relevantes das despesas de funcionamento, a eletricidade (319.305 €) e o gás (86.553 €);
- o valor de 961.207 € debitado ao Município pela administração central a título de financiamento da avaliação geral de prédios urbanos, de acordo com o artigo 2.º, da Portaria n.º 106/2012 de 18 de abril.

Expurgando dos Fornecimentos e Serviços Externos as variações acima referidas, e no pressuposto de que os custos com eletricidade se mantinham ao mesmo nível de 2011, circunstância manifestamente improvável considerando as medidas de corte intercalado das luminárias que foram implementadas em 2012, mesmo assim ter-se-ia atingido uma redução na ordem dos 8%.

As amortizações do exercício mantêm um significante peso no total dos custos operacionais, encontrando-se o seu valor praticamente ao mesmo nível do registado no transato ano, com um escasso aumento de 20.135 €.

Focalizada a análise nos Proveitos Operacionais, constata-se que o seu valor em 2012 se fixou em 57.495.619 €, revelando um majoração de 1,16% relativamente ao ano anterior.

Os Impostos e Taxas, que se apresentam como a principal componente das receitas do Município da Maia, obtiveram um incremento de 1.002.815 €, originado pelo aumento do Imposto Municipal sobre Imóveis no valor de 1.637.550 €, do Imposto Único de Circulação em 290.627 € e da Derrama no montante de 569.398 €, contrapondo com o decréscimo de (-) 1.213.573 € do Imposto Municipal Transmissão Onerosas Imóveis.

As rubricas de Vendas e Prestações de Serviços alcançaram 5.898.028 €, correspondendo-lhe um aumento de 550.614 € em relação ao ano anterior, determinado, essencialmente, pelas componentes das Senhas de Refeições Escolares e dos Serviços de Ação Social (CAF - Componente de Apoio à Família, Pré Escolar e SAF - Serviço de Apoio à Família 1º Ciclo), equivalendo, respetivamente, crescimentos de 298.311 € e 251.267 €.

Surgem ainda como agrupamento relevante dos Proveitos Operacionais as Transferências e Subsídios Obtidos, que denotam em 2012 uma diminuição de 930.984 €, justificada pela acentuada quebra das transferências correntes que baixaram 599.136 € relativamente a 2011, com principal procedência nas diminuições das transferências oriundas do Fundo de Equilíbrio Financeiro Corrente em (-) 401.632 € e do Fundo Social Municipal em (-) 266.565 €. Também nas transferências de capital houve uma quebra de (-) 267.755 €, refletida por inteiro no Fundo de Equilíbrio Financeiro de Capital.

Os Proveitos Suplementares e os Outros Proveitos e Ganhos Operacionais, rubricas residuais, apresentam oscilações positivas nos valores de 13.845 € e de 23.237 €, respetivamente, sendo os primeiros originados pela venda de sucata, ou seja, pela recolha e desmantelamento de viaturas em fim de vida, e os segundos, essencialmente originados pela inscrição na formação dos professores de inglês das atividades de enriquecimento curricular.

Os Resultados Financeiros apurados em 2012, no valor de (-) 3.055.281 €, contribuíram, tal como os resultados Operacionais, para a redução do Resultado Líquido, apresentando-se no entanto menos negativos em cerca de 15% face ao ano anterior.

Os Proveitos e Ganhos Financeiros apresentaram uma variação negativa de (-) 189.916 €, resultado da descida generalizada das rubricas que integra, designadamente o rendimento de imóveis com (-) 86.000 €, os juros de depósitos bancários com (-) 38.517 €, e as bonificação de juros referentes aos empréstimos PER - Plano Especial de Realojamento com (-) 31.755 €.

Os Custos Financeiros, com um montante total de 3.362.271 €, retrocederam (-) 730.580 € em relação aos apurados em 2011, tendo para isso contribuído de forma relevante a aplicação, em 2012, do Método da Equivalência Patrimonial para contabilização dos investimentos financeiros das entidades participadas a 100% pelo Município, que implicou, por um lado, o registo de um custo de 1.818.667 € como Perdas em Entidades Participadas, e, por outro lado, uma redução nas Provisões para Aplicações Financeiras de 2.106.827 €.

Deste balanceamento negativo e positivo, respetivamente, resultou uma redução de custos de (-) 288.160 €, que adicionada às reduções, de (-) 276.175 € de juros suportados em empréstimos contraídos pelo Município, e de (-) 111.451 € de juros de mora, fundamentam cerca de 93% do total da variação dos Custos Financeiros em 2012.

Apenas uma breve abordagem aos Resultados Extraordinários que, com referência ano 2011 em que se apresentavam positivos em 109.605 €, em 2012 são negativos em (-) 778.736 €.

Os Custos Extraordinários atingiram o montante de 4.522.771 €, inferiores em (-) 1.353.184 € aos inscritos em 2011. Como variações mais relevantes em 2012 assinala-se a diminuição das Transferências para as Freguesias, em (-) 1.306.731 € e das Correções Relativas a Exercícios anteriores, em (-) 788.617 €. Inversamente, os custos que registaram aumentos mais significativos respeitam a transferências para outros municípios (286.745 €), designadamente para o Município de Matosinhos, a título de cooperação técnica na empreitada de obras públicas para a construção de passeios e pavimentos nas Ruas de Catassol e Santana, e a transferência para entidades particulares (264.298 €).

Do lado dos Proveitos Extraordinários, em que a variação face ao ano anterior foi de (-) 2.241.525 € merece especial referência as oscilações de (-) 1.412.501 € na rubrica de Reduções de Amortizações e Provisões, e de (-) 632.329 € de Correções Relativas a Exercícios Anteriores.

Em síntese, conclui-se que, excetuando os resultados extraordinários, todos as outras componentes de resultados contribuíram positivamente para a melhoria dos Resultados Líquidos em 2012.

O detalhe da apreciação dos Resultados Financeiros e dos Resultados Extraordinários consta das Notas ao Balanço e à Demonstração de Resultados, em pontos próprios.

Finaliza-se com a inserção do Gráfico 59 para os Custos e Perdas e do Gráfico 60 para os Proveitos e Ganhos, que permitem aferir de uma forma mais imediata as variações ocorridas entre 2011 e 2012.

Gráfico 59

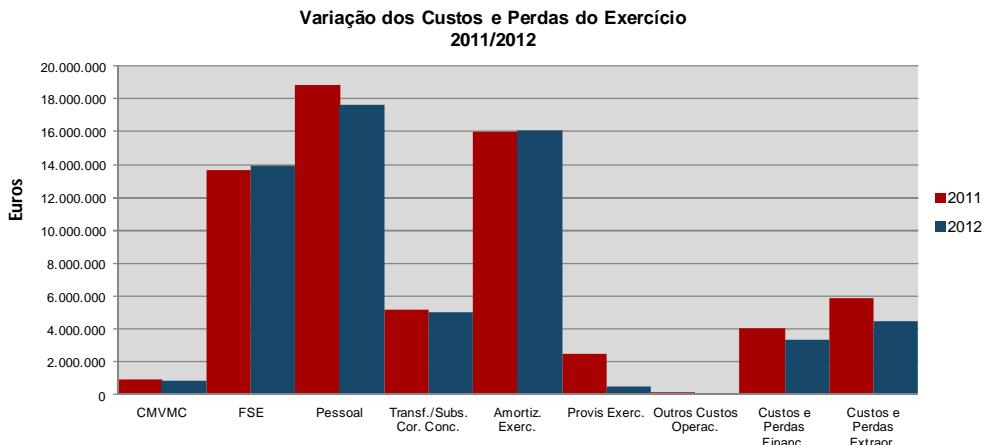
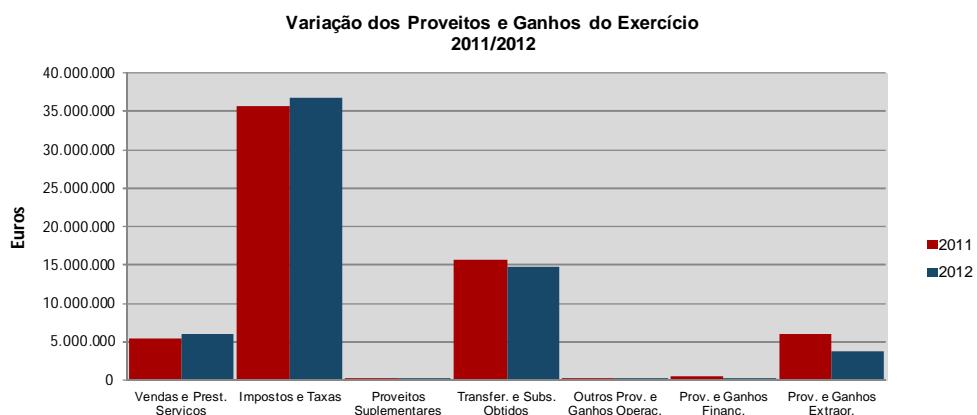


Gráfico 60



2
0
1
2

**PROPOSTA DE APLICAÇÃO DOS
RESULTADOS LÍQUIDOS**

maia
CÂMARA MUNICIPAL

De conformidade com o preceituado no ponto 2.7.3 do POCAL – Plano Oficial de Contabilidade das Autarquias Locais, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 54-A/99, de 24 de fevereiro, a aplicação do resultado líquido do exercício é aprovada pelo órgão deliberativo mediante proposta fundamentada do órgão executivo.

Em tal conformidade, registando-se em 2012 um resultado líquido negativo no montante de (-) 380.934 €, deverá o mesmo ser transferido para a conta 59 – Resultados Transitados.

2
0
1
2

INDICADORES DE GESTÃO

maia
CÂMARA MUNICIPAL

INDICADORES ORÇAMENTAIS

INDICADORES ORÇAMENTAIS

INDICADORES			2010		2011		2012		VARIAÇÃO 2010/2011	VARIAÇÃO 2011/2012	OBSERVAÇÕES
COBERTURA GLOBAL DAS RECEITAS E DESPESAS	1	Cobertura das Despesas	Receita Total	69 294 396		63 401 380		61 526 092		3,15%	6,88%
			Despesa Total	70 015 526	98,97%	62 102 736	102,09%	56 388 539	109,11%		
	2	Cobertura da Despesa Corrente	Receita Corrente	59 187 335		57 431 770		57 254 287		141,45%	-5,73%
			Despesa Corrente	42 516 376	139,21%	43 763 710	131,23%	40 477 164			7,79%
	3	Cobertura da Despesa de Capital	Receita de Capital	10 082 082		5 968 641		4 268 392		26,83%	-11,23%
			Despesa de Capital	27 499 150	36,66%	18 339 026	32,55%	15 911 375			-17,58%
	4	Cobertura da Despesa por Empréstimos	Passivos Financeiros (Receita)	0,00		0,00		0,00		0,00%	S/Var.
			Despesa Total	70 015 526		62 102 736		56 388 539			S/Var.
	5	Cobertura da Despesa por Transferências do O.E.	Fundos Municipais	12 973 915		12 325 219		11 710 017		20,77%	7,10%
			Despesa Total	70 015 526	18,53%	62 102 736	19,85%	56 388 539			4,64%
	6	Cobertura da Despesa por Receitas Cobradas pelo Município	Receita Cobrada Localmente	12 946 339		11 505 655		10 258 834		18,19%	0,20%
			Despesa Total	70 015 526	18,49%	62 102 736	18,53%	56 388 539			-1,80%
	7	Cobertura da Despesa Líquida de Amortização de Empréstimos por Receitas Cobradas e Transferidas	(Receita Total - Passivo Financeiro)	69 294 396		63 401 380		61 526 092		125,77%	4,76%
			(Despesa Total - Amortizações de Empréstimos)	62 558 745	110,77%	54 640 361	116,03%	48 919 631			8,39%
ESTRUTURA DA RECEITA	8	Grau de Dependência Receita Total da Receita Própria	Receita Própria	46 683 991		44 178 024		44 466 544		72,27%	3,43%
			Receita Total	69 294 396	67,37%	63 401 380	69,68%	61 526 092			3,72%
	9	Grau de Dependência Receita Total da Receita Corrente	Receita Corrente	59 187 335		57 431 770		57 254 287		93,06%	6,05%
			Receita Total	69 294 396	85,41%	63 401 380	90,58%	61 526 092			2,73%
	10	Grau de Dependência Receita Total da Receita Cobrada Localmente	Receita Cobrada Localmente	12 946 339		11 505 655		10 258 834		16,67%	-2,87%
			Receita Total	69 294 396	18,68%	63 401 380	18,15%	61 526 092			-8,12%
	11	Grau de Dependência Receita Total de Impostos Directos	Impostos Directos	33 733 189		32 666 264		34 198 424		55,58%	5,84%
			Receita Total	69 294 396	48,68%	63 401 380	51,52%	61 526 092			7,88%
	12	Grau de Dependência da Receita Total de Fundos Municipais	Fundos Municipais	12 973 915		12 325 219		11 710 017		19,03%	3,83%
			Receita Total	69 294 396	18,72%	63 401 380	19,44%	61 526 092			-2,10%
	13	Independência da Receita Total - Passivos Financeiros	Passivos Financeiros	0,00		0,00		0,00		0,00%	S/Var.
			Receita Total	69 294 396		63 401 380		61 526 092			S/Var.
	14	Grau de Dependência da Receita Total de Bens e Serviços Correntes e de Investimento	Venda de Bens e Serviços Correntes e de Investimento	4 136 143		3 621 385		3 060 964		4,98%	-4,31%
			Receita Total	69 294 396	5,97%	63 401 380	5,71%	61 526 092			-12,90%
	15	Grau de Dependência da Receita Corrente de Impostos, Taxas, Multas e Outras Penalidades	Impostos, Taxas, Multas e Outras Penalidades	39 157 246		37 205 893		38 362 092		67,00%	-2,08%
			Receita Corrente	59 187 335	66,16%	57 431 770	64,78%	57 254 287			3,43%

INDICADORES ORÇAMENTAIS

INDICADORES				2010		2011		2012		VARIAÇÃO	VARIAÇÃO	OBSERVAÇÕES
				2010/2011	2011/2012			2010/2011	2011/2012			
16	ESTRUTURA DA RECEITA	Grau de Dependência da Receita Corrente de Transferências Correntes	Transferências Correntes	13 626 944		13 551 564		13 216 760		2,49%	-2,17%	
17			Receitas Correntes	59 187 335	23,02%	57 431 770	23,60%	57 254 287	23,08%			
18		Grau de Execução da Receita Corrente	Receitas Correntes Executadas	59 187 335	91,74%	57 431 770	93,59%	57 254 287	98,48%	2,02%	5,23%	
19			Receitas Correntes Orçadas	64 519 223		61 366 560		58 136 185				
20		Evolução da Receita Corrente	Receita Total Corrente ano n	59 187 335	95,32%	57 431 770	97,03%	57 254 287	99,69%	1,80%	2,74%	
21			Receita Total Corrente ano n-1	62 092 790		59 187 335		57 431 770				
22		Evolução da Receita - Impostos, Taxas, Multas e Outras Penalidades	(Impostos, Taxas, Multas e Outras Penalidades ano n)	39 157 246	92,28%	37 205 893	95,02%	38 362 092		103,11%	2,96%	8,52%
23			(Impostos, Taxas, Multas e Outras Penalidades ano n-1)	42 432 489		39 157 246		37 205 893				
24		Estrutura da Despesa - Capital/Total	Despesa de Capital	27 499 150	39,28%	18 339 026	29,53%	15 911 375	28,22%	-24,81%	-4,45%	
25			Despesa Total	70 015 526		62 102 736		56 388 539				
26	ESTRUTURA DA DESPESA	Estutura da Despesa - Investimentos/Total	Investimentos	14 901 544	21,28%	4 625 590	7,45%	3 198 120	5,67%	-65,00%	-23,85%	
27			Despesa Total	70 015 526		62 102 736		56 388 539				
28		Estrutura da Despesa - Aquisição Bens Capital/Total	Aquisição de bens de capital (PPI)	17 983 810	25,69%	8 163 924	13,15%	5 417 250	9,61%	-48,82%	-26,92%	
29			Despesa Total	70 015 526		62 102 736		56 388 539				
30		Independência da Despesa - Transferências Capital/Total	Transferências de Capital (Despesa)	2 014 758	2,88%	2 283 645	3,68%	3 025 217	5,36%	27,79%	45,90%	
31			Despesa Total	70 015 526		62 102 736		56 388 539				
32		Estrutura da Despesa - Pessoal/Total	Pessoal	19 295 370	27,56%	19 373 082	31,20%	17 575 332	31,17%	13,20%	-0,09%	
33			Despesa Total	70 015 526		62 102 736		56 388 539				
34		Estrutura da Despesa - Remunerações Certas e Permanentes/Total	Remunerações Certas e Permanentes	15 215 215	21,73%	15 247 086	24,55%	13 800 382	24,47%	12,98%	-0,32%	
35			Despesa Total	70 015 526		62 102 736		56 388 539				
36		Estrutura da Despesa - Bens e Serviços Correntes/Total	Aquisição de bens e serviços correntes	14 359 108	20,51%	15 382 071	24,77%	15 832 493	28,08%	20,77%	13,36%	
37			Despesa Total	70 015 526		62 102 736		56 388 539				
38		Estrutura da Despesa - Serviço da Dívida/Total	Serviço da Dívida	9 230 200	13,18%	9 012 085	14,51%	8 792 183	15,59%	10,08%	7,45%	
39			Despesa Total	70 015 526		62 102 736		56 388 539				
40		Estrutura da Despesa - Amortização Empréstimos/Total	Amortizações de Empréstimos	7 456 781	10,65%	7 462 375	12,02%	7 468 908	13,25%	12,83%	10,23%	
41			Despesa Total	70 015 526		62 102 736		56 388 539				
42		Independência da Despesa - Transferências Correntes/Total	Transferências Correntes (Despesa)	3 435 429	8,08%	3 049 949	6,97%	2 988 677	7,38%	-13,75%	5,95%	
43			Despesas Correntes	42 516 376		43 763 710		40 477 164				
44		Estrutura da Despesa - Pessoal/Despesas Correntes	Pessoal	19 295 370	45,38%	19 373 082	44,27%	17 575 332	43,42%	-2,46%	-1,91%	
45			Despesas Correntes	42 516 376		43 763 710		40 477 164				
46		Grau de Execução da Despesa Corrente	Despesas Correntes Executadas	42 516 376	80,67%	43 763 710	88,48%	40 477 164	87,46%	9,68%	-1,15%	
47			Despesas Correntes Orçadas	52 701 875		49 459 597		46 279 099				

INDICADORES ORÇAMENTAIS

32	ESTRUTURA DA DESPESA	INDICADORES		2010		2011		2012		VARIAÇÃO 2010/2011	VARIAÇÃO 2011/2012	OBSERVAÇÕES
		Evolução da Despesa Corrente	Despesa Corrente ano n	42 516 376	85,77%	43 763 710	102,93%	40 477 164	92,49%			
		Evolução da Despesa em Investimento	Despesa Corrente ano n-1	49 571 627		42 516 376		43 763 710				
33	RELAÇÃO DOS FUNDOS MUNICIPAIS CORRENTES COM AS PRINCIPAIS COMPONENTES DA DESPESA CORRENTE	Relação da Despesa de Pessoal os Fundos Municipais Correntes	Pessoal	19 295 370		19 373 082		17 575 332		173,08%	5,36%	-6,18%
34			Fundos Municipais Correntes	11 020 534	175,09%	10 502 084	184,47%	10 154 637				
35	RELAÇÃO DAS RECEITAS CORRABADAS LOCALMENTE COM AS PRINCIPAIS COMPONENTES DA DESPESA CORRENTE	Relação da Aquisição de Bens e Serviços Correntes com os Fundos Municipais Correntes	Aquisição de Bens e Serviços Correntes	14 359 108		15 382 071		15 832 493		155,91%	12,41%	6,45%
36			Fundos Municipais Correntes	11 020 534	130,29%	10 502 084	146,47%	10 154 637				
37	RELAÇÃO DAS RECEITAS CORRABADAS LOCALMENTE COM AS PRINCIPAIS COMPONENTES DA DESPESA CORRENTE	Relação da Despesa com Pessoal com a Receita Cobrada Localmente	Pessoal	19 295 370		19 373 082		17 575 332		171,32%	12,97%	1,75%
			Receita Cobrada Localmente	12 946 339	149,04%	11 505 655	168,38%	10 258 834				
		Relação dos Bens e Serviços Correntes com a Receita Cobrada Localmente	Aquisição de Bens e Serviços Correntes	14 359 108		15 382 071		15 832 493		154,33%	20,54%	15,44%
			Receita Cobrada Localmente	12 946 339	110,91%	11 505 655	133,69%	10 258 834				
38	GRAU DE FINANCIAMENTO DO INVESTIMENTO	Grau de Financiamento do Investimento por Fundos Municipais de Capital	Fundos Municipais de Capital	1 953 381	10,86%	1 823 135	22,33%	1 555 380		28,71%	105,60%	28,57%
39			Investimento (PPI)	17 983 810		8 163 924		5 417 250				
40		Grau de Financiamento de Investimento por Venda de Bens de Investimento	Venda de bens de Investimento	1 119 138	6,22%	148 613	1,82%	19 731		0,36%	-70,75%	-79,99%
			Investimento (PPI)	17 983 810		8 163 924		5 417 250				
		Grau de Financiamento do Investimento por Passivos Financeiros	Passivos Financeiros (Receita)	0,00	0,00%	0,00	0,00%	0,00		0,00%	S/Var.	S/Var.
			Investimento (PPI)	17 983 810		8 163 924		5 417 250				
41	GRAU DE COBERTURA DA DESPESA	Grau de Cobertura da Despesa de Funcionamento por Receita Corrente	Receita Corrente	59 187 335		57 431 770		57 254 287		168,70%	-7,86%	7,79%
42			Despesa de Funcionamento	34 843 976	169,86%	36 696 275	156,51%	33 937 573				
		Grau de Cobertura da Despesa de Investimento por Receita de Capital	Receita de Capital	10 082 082	50,30%	5 968 641	54,88%	4 268 392		49,08%	9,09%	-10,55%
			Despesa de Investimento	20 042 370		10 876 651		8 696 143				
43	SERVIÇO DE DÍVIDA MLP	Relação dos Juros Pagos com a Receita Total	Juros	1 785 270	2,58%	1 568 794	2,47%	1 362 120		2,21%	-3,96%	-10,53%
44			Receita Total Cobrada	69 294 396		63 401 380		61 526 092				
45		Relação dos Juros Pagos com a Despesa Total	Juros	1 785 270	2,55%	1 568 794	2,53%	1 362 120		2,42%	-0,93%	-4,38%
46			Despesa Total Paga	70 015 526		62 102 736		56 388 539				
		Relação do Serviço da Dívida com a Receita Total	Serviço Dívida	9 453 516,33	13,64%	9 242 633,52	14,58%	9 042 493,14		14,70%	6,86%	0,82%
			Receita Total Cobrada	69 294 396		63 401 380		61 526 092				
		Relação do Serviço da Dívida com a Despesa Total	Serviço Dívida	9 453 516	13,50%	9 242 634	14,88%	9 042 493		16,04%	10,23%	7,75%
			Despesa Total Paga	70 015 526		62 102 736		56 388 539				

INDICADORES ECONOMICO PATRIMONIAIS

INDICADORES ECONÓMICO PATRIMONIAIS

1	SUSTENTABILIDADE A MÉDIO E LONGO PRAZOS	INDICADORES		2010		2011		2012		VARIAÇÃO 2010/2011	VARIAÇÃO 2011/2012	OBSERVAÇÕES
		Solvabilidade I	Fundo Patrimonial	314 851 322	210,61%	311 745 890	224,11%	311 095 627	238,91%			
2	Solvabilidade II	Passivo	149 495 687			139 106 641		130 215 923				Os indicadores de solvabilidade medem a capacidade financeira global de a entidade poder solver melhor ou pior a totalidade dos seus compromissos, isto é, evidencia se os capitais próprios são ou não suficientes para solver a dívida (de curto, médio ou longo prazos). Pode, assim, em destaque o grau de independência da entidade em relação aos seus credores.
		Activo Líquido	464 347 009	310,61%	450 852 531	324,11%	441 311 549	338,91%	4,35%	4,57%		Este indicador, em função do activo e do passivo, dá a solvabilidade em sentido estrito, devendo ser superior a 100%, pois caso seja inferior à unidade evidencia uma situação líquida negativa.
3	Solvabilidade Adaptado	Passivo	149 495 687			139 106 641		130 215 923				Trata-se de uma adaptação do indicador anterior, atendendo às características dos bens do domínio público (em especial, a sua intransmissibilidade e a repercussão de tal situação em termos de falta de liquidez). A diferença entre o indicador anterior e o actual dá-nos a cobertura do passivo total pelos bens do domínio público.
		Activo Líquido Total-Bens do Domínio Público Líquidos	335 761 143	224,60%	326 765 964	234,90%	322 939 995	248,00%	4,59%	5,58%		
4	Autonomia Financeira	Passivo	149 495 687			139 106 641		130 215 923				
		Fundo Patrimonial	314 851 322	67,81%	311 745 890	69,15%	311 095 627	70,49%	1,98%	1,95%		Este indicador evidencia a parte do activo coberta pelo fundo patrimonial, ou seja, compara o capital próprio com a aplicação de fundos.
5	Liquidez Geral	Activo Líquido	464 347 009		450 852 531		441 311 549					Quando o maior o valor do rácio, tanto menor será a dependência da entidade face a financiamentos externos, o que lhe dará maior autonomia, ou seja, maior solvabilidade. Um valor baixo indica grande dependência em relação aos credores. Deve ser superior a 33%.
		Activo Circulante	12 007 024		11 822 198		16 773 441					O presente indicador mede o grau em que os débitos de curto prazo estão cobertos pelo activo circulante, ou seja, mede a capacidade da entidade para fazer face aos débitos ou compromissos a curto prazo utilizando os montantes de disponibilidades, clientes, contribuintes e utentes e existências. (Nota: não inclui, em ambos os casos, os montantes relativos a acréscimos e diminuições). Deve ser superior a 100% - situação em que se verifica um equilíbrio financeiro mínimo. Se for inferior a 100% mostra a impossibilidade da entidade de cumprir os pagamentos referentes a débitos a liquidar no curto prazo (um ano). Quanto maior for o resultado do indicador, maior a certeza de que os débitos a curto prazo podem ser pagos nos prazos adequados.
6	Liquidez Imediata	Disponibilidades	5 034 962	17,32%	6 192 689	24,35%	10 969 538	50,98%	40,62%	109,32%		É idêntico ao anterior, mas considerando apenas o valor das disponibilidades. Deve ser > 90%
		Passivo Circulante	29 072 774		25 428 351		21 518 630					
7	Prazo Médio de Pagamento (DGAL)	Dividas a Fornecedores	15.082.207,45		11.078.717		7.038.816		70	17,49%	-13,26%	Resolução Conselho Ministros 34/2008 e Despacho 9870/2009 do Min. Finanças
		Aquisições	80 470 570		50 312 259		36 850 460					
8	Prazo Médio de Recebimento	Clientes, Contribuintes e Utentes e Outros Devedores	12.656.207,13		11.711.071,19		10.974.580,86		94	-0,29%	-9,91%	
		Proveitos	44 318 979		41 127 216		42 780 390					
9	Prazo médio de Pagamento	Dívida a terceiros em 31/12 (excepto Empréstimos+OT+Cauç. e gar. de fomec. em dinheiro).	18 036 558		14 319 880		10 531 200		103	-8,23%	-12,05%	Este indicador evidencia o número de dias que, em média, se demora para pagar as dívidas a terceiros (resultantes da execução orçamental, ou seja, excluindo OT e cauções prestadas em dinheiro).
		Aquisição de Bens e Serviços e Transferências e subsídios no ano	51 531 673		44 582 024		37 276 884					
10	Prazo médio de Pagamento - imobilizado	Dívida a fornecedores de imobilizado em 31/12	11 786 390		8 818 742		2 496 940		63	0,28%	-59,44%	Este indicador evidencia o número de dias que, em média, se demora para pagar as dívidas a fornecedores de imobilizado.
		Aquisição de imobilizado no ano	27 631 067		20 616 182		14 390 506					

INDICADORES ECONÔMICO PATRIMONIAIS

(Continuação)

INDICADORES			2010		2011		2012		VARIAÇÃO	VARIAÇÃO	OBSERVAÇÕES	
									2010/2011	2011/2012		
11	IMOBILIZAÇÕES	Indicador das imobilizações I	Capitais Permanentes	367 417 331	81,67%	356 636 353	81,62%	348 277 518	82,30%	-0,05%	0,82%	A aquisição de imobilizado deve processar-se, em regra, através de capitais que não sejam exigíveis a curto prazo, isto é, através de capitais permanentes (fundo patrimonial + financiamentos de MLP). Avalia a cobertura do imobilizado por capitais permanentes, sendo complementar ao indicador de liquidez geral. Se tem um valor inferior à unidade, poderá significar que parte do imobilizado está a ser financiado por capitais exigíveis a curto prazo.
			Imobilizado Líquido	449 894 502		436 921 816		423 191 278				
12	IMOBILIZAÇÕES	Indicador das imobilizações II	Fundo Patrimonial	314 851 322	69,98%	311 745 890	71,35%	311 095 627	73,51%	1,95%	3,03%	Avalia a cobertura do imobilizado pelo Fundo Patrimonial. É um indicador destinado a analisar a segurança das imobilizações, evidenciando se o fundo patrimonial é suficiente para financiar o imobilizado ou se é necessário utilizar financiamentos externos. Deve ser < 100%.
			Imobilizado Líquido	449 894 502		436 921 816		423 191 278				
13	IMOBILIZAÇÕES	Indicador das imobilizações III	Capitais Alheios de MLP	52 566 010	11,68%	44 890 462	10,27%	37 181 891	8,79%	-12,07%	-14,48%	Avalia a cobertura do imobilizado pelos capitais alheios de MLP. É um indicador destinado a analisar a segurança das imobilizações, evidenciando a utilização de financiamentos externos de MLP. Em conjunto com os fundos próprios devem corresponder a 100% do activo imobilizado.
			Imobilizado Líquido	449 894 502		436 921 816		423 191 278				
14	IMOBILIZAÇÕES	Indicador das imobilizações IV	Capitais Alheios de Curto Prazo	29 072 774	6,46%	25 428 351	5,82%	21 518 630	5,08%	-9,94%	-12,63%	Avalia a cobertura do imobilizado pelos capitais alheios de curto prazo (excluindo acréscimos e diferimentos). É um indicador destinado a analisar a segurança das imobilizações, evidenciando a utilização de financiamentos externos de CP.
			Imobilizado Líquido	449 894 502		436 921 816		423 191 278				
15	IMOBILIZAÇÕES	Percentagem de imobilizado líquido total	Imobilizado Líquido	449 894 502	96,89%	436 921 816	96,91%	423 191 278	95,89%	0,02%	-1,05%	Permite aferir a importância relativa do imobilizado no conjunto do activo líquido da autarquia. Quanto maior a % maior a rigidez e a falta de liquidez associada à estrutura do activo da entidade.
			Activo Líquido	464 347 009		450 852 531		441 311 549				
16	IMOBILIZAÇÕES	Percentagem de imobilizado líquido de BDP	Imobilizado de Domínio Público Líquido	128 585 866	27,69%	124 086 567	27,52%	118 371 555	26,82%	-0,61%	-2,54%	Permite aferir a importância relativa dos bens de domínio público (que, por isso, são, em princípio, insusceptíveis de serem transmitidos) no conjunto do activo líquido da autarquia. Quanto maior a % maior a rigidez e a falta de liquidez associada à estrutura do activo da entidade.
			Activo Líquido	464 347 009		450 852 531		441 311 549				
17	ENDIVIDAMENTO	Endividamento	Passivo	149 495 687	32,19%	149 495 687	33,16%	130 215 923	29,51%	2,99%	-11,01%	Mede o peso dos capitais alheios no financiamento das actividades da autarquia.
			Activo Líquido	464 347 009		450 852 531		441 311 549				
18	ENDIVIDAMENTO	Endividamento de MLP	Dívidas de MLP	52 566 010	11,32%	44 890 462	9,96%	37 181 891	8,43%	-12,05%	-15,38%	Mede o grau de dependência do activo líquido total relativamente ao capital alheio de MLP utilizado pela entidade.
			Activo Líquido	464 347 009		450 852 531		441 311 549				
19	ENDIVIDAMENTO	Endividamento - Empréstimos de MLP	Empréstimos de MLP	51 455 817	11,08%	43 991 735	9,76%	36 494 629	8,27%	-11,95%	-15,25%	Mede o grau de dependência do activo líquido total relativamente aos empréstimos de MLP contraídos pela entidade.
			Activo Líquido	464 347 009		450 852 531		441 311 549				
20	ENDIVIDAMENTO	Endividamento de CP	Dívidas de Curto Prazo	29 072 774	6,26%	25 428 351	5,64%	21 518 630	4,88%	-9,92%	-13,55%	Mede o grau de dependência do activo líquido total relativamente ao capital alheio de curto prazo utilizado pela entidade. As dívidas de curto prazo correspondem ao passivo circulante anteriormente referido, não incluído, por isso, os acréscimos e diferimentos.
			Activo Líquido	464 347 009		450 852 531		441 311 549				
21	ENDIVIDAMENTO	Endividamento - Empréstimos de CP	Empréstimos de Curto Prazo	0,00	0,00%	0,00	0,00%	0,00	0,00%	S/VAR.	S/VAR.	Mede o grau de dependência do activo líquido total relativamente aos empréstimos de curto prazo contraídos pela entidade.
			Activo Líquido	464 347 009		450 852 531		441 311 549				
22	ESTRUTURA DE ENDIVIDAMENTO	Estrutura de Endividamento I	Dívidas de MLP	52 566 010	35,16%	44 890 462	32,27%	37 181 891	28,55%	-8,22%	-11,52%	Exprime a estrutura de endividamento, tendo em conta o passivo de MLP. Quanto maior for o rácio de médio e longo prazo menor será o peso das dívidas de curto prazo, incluindo os acréscimos e diferimentos, na dívida total, implicando, nesse caso, menores pressões sobre a tesouraria.
			Passivo	149 495 687		139 106 641		130 215 923				
23	ESTRUTURA DE ENDIVIDAMENTO	Estrutura de Endividamento II	Dívidas de Curto Prazo	29 072 774	19,45%	25 428 351	18,28%	21 518 630	16,53%	-6,00%	-9,60%	Exprime a estrutura de endividamento, tendo em conta apenas o passivo circulante, excluindo, por isso, os acréscimos e diferimentos. Complementa o indicador anterior.
			Passivo	149 495 687		139 106 641		130 215 923				

2012

ANEXOS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

maia
CÂMARA MUNICIPAL

INTRODUÇÃO

Estabelece o POCAL - Plano Oficial de Contabilidade das Autarquias Locais, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 54-A/99, de 22 de fevereiro, e Resolução n.º 4/2001, do Tribunal de Contas, como peça integrante dos documentos de prestação de contas os *Anexos às Demonstrações Financeiras*.

As notas que se seguem encontram-se organizadas em conformidade com a numeração definida no ponto 8 do POCAL, para apresentação das contas, e visam facultar a informação necessária ao conhecimento da atividade autárquica, permitindo uma adequada compreensão das situações expressas nas demonstrações financeiras ou de outras situações que, não tendo reflexo nessas demonstrações, são úteis para uma melhor avaliação do seu conteúdo.

As notas que se encontram omissas não são aplicáveis, ou a sua apresentação não é relevante para a análise das demonstrações financeiras.

As demonstrações financeiras foram elaboradas em harmonia com os princípios contabilísticos previstos no ponto 3.2 do POCAL. Concentrado no princípio da continuidade estabeleceu-se uma correlação entre o Balanço Final de 2011 e o Balanço Final de 2012.

8.1 – CARATERIZAÇÃO DA ENTIDADE

8.1.1. Identificação

Município da Maia

Praça do Doutor José Vieira de Carvalho

4474 - 006 MAIA

Número de identificação fiscal: 505 387 131

Regime financeiro: Autonomia administrativa e financeira

O concelho da Maia é composto por 17 freguesias e tem uma área de 83,7Km²

Conforme informação da DGAI (Direção Geral de Administração Interna – Administração Eleitoral), faz público o mapa com o número de eleitores inscritos no recenseamento eleitoral, publicado no Diário da República n.º 39, 2.ª Série, de 25 de fevereiro de 2013, tendo como data de referência o dia 31 de dezembro de 2011, sendo apresentados em três colunas com os seguintes resultados:

- 111 231 Eleitores – (Nacionais – cidadãos nacionais), que votam nas eleições das Autarquias Locais, Assembleia da República e Parlamento Europeu.
- 49 Eleitores EU, (Cidadãos da União Europeia, não nacionais), que votam nas eleições das Autarquias Locais e Parlamento Europeu.
- 27 Eleitores ER, (Outros cidadãos Estrangeiros residentes em Portugal), que votam apenas nas eleições das Autarquias Locais.

8.1.2. Legislação

As demonstrações financeiras apresentadas foram elaboradas em harmonia com os critérios e princípios contabilísticos geralmente aceites e preconizados no POCAL – Plano Oficial de Contabilidade das Autarquias Locais, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 54-A / 99, de 22 de fevereiro, com as alterações introduzidas pelas Leis n.ºs 162/99, de 14 de setembro, 60-A/2005, de 30 de dezembro, e pelo Decreto-Lei n.º 315/2000, de 2 de dezembro.

8.1.3. Estrutura Organizacional Efetiva

Foram aprovados pelo Executivo Municipal na reunião que teve lugar no dia 27 de novembro de 2006, e homologados pela Assembleia Municipal da Maia na 2.ª reunião da 5.ª sessão ordinária realizada no dia 17 de janeiro de 2007, o Regulamento da Macroestrutura Organizacional desta Câmara Municipal e o consequente organograma, cuja publicação ocorreu em 15 de maio de 2007, Diário da República n.º 93, II Série (Ver organograma anexo).

Em cumprimento do Decreto-Lei nº. 305/2009, de 23 de outubro, a Assembleia Municipal da Maia, em sessão ordinária, realizada no dia 29 de dezembro, homologou a decisão proferida pela Câmara Municipal da Maia, em reunião extraordinária de 13 de dezembro de 2010, de aprovar o regulamento da Macroestrutura Organizacional da Câmara Municipal, constituído por um número máximo de 14 Unidades Nucleares, sob a forma de Departamentos Municipais e um número máximo de 34 Unidades Flexíveis (Divisões), cujo teor corresponde na íntegra ao anteriormente publicado. Este regulamento vigora a partir da data de homologação pela Assembleia Municipal.

Após a publicação da Lei n.º 12-A/2008, de 27 de fevereiro, que estabelece o regime de vinculação, de carreiras e de remunerações dos trabalhadores que exercem funções públicas, os mapas de pessoal são anuais, e aprovados, mantidos ou alterados pela entidade competente para a aprovação da proposta de orçamento.

O mapa de pessoal para 2012 foi aprovado na reunião do Executivo Municipal realizada no dia 12 de dezembro de 2011, e em sessão da Assembleia Municipal de 28 do mesmo mês.

8.1.4. Descrição Sumária das Atividades

A Câmara Municipal da Maia é uma autarquia local cujas atividades são direcionadas à concretização das atribuições que lhe estão legalmente conferidas pela Lei n.º 159/99, de 14 de setembro, através do exercício das competências descritas na Lei n.º 169/99, de 18 de setembro, com as respetivas alterações.

8.1.5. Recursos Humanos

O Órgão Executivo Municipal é composto pelo Excelentíssimo Senhor Presidente da Câmara, Engenheiro António Gonçalves Bragança Fernandes, e por dez Vereadores, nomeadamente:

- Eng.º António Domingos da Silva Tiago
- Dr. Mário José Gomes Gouveia
- Dr.ª Ana Miguel Ferreira da Silva Vieira de Carvalho
- Dr. Mário Nuno Alves de Sousa Neves

-
- Senhor José Manuel Santos Correia
 - Dr. Paulo Fernando Sousa Ramalho
 - Dr.^a Marta Moreira de Sá Peneda
 - Dr.^a Maria Inês Loureiro Rodrigues
 - Dr. Manuel Marques Nogueira dos Santos
 - Senhor Hernâni Avelino da Costa Ribeiro

Em regime de permanência estiveram os Senhores Vereadores:

- Eng.^º António Domingos da Silva Tiago
- Dr.^a Ana Miguel Ferreira da Silva Vieira de Carvalho
- Dr. Mário Nuno Alves de Sousa Neves
- Dr.^a Marta Moreira de Sá Peneda
- Hernâni Avelino da Costa Ribeiro

Em regime de meio tempo estiveram os Senhores Vereadores:

- Dr. Paulo Fernando Sousa Ramalho
- Dr. Manuel Marques Nogueira dos Santos

8.1.6. Organização Contabilística

Todas as operações e registos contabilísticos são efetuados num único sistema de contabilidade que integra a Contabilidade Orçamental, a Contabilidade Patrimonial e a Contabilidade de Custos ou Analítica, não estando esta última, ainda, adequadamente implementada, em estrita obediência às determinações do POCAL.

Os serviços de contabilidade são únicos e organizados de forma centralizada, no Departamento de Finanças e de Património. As atividades do Departamento são asseguradas por três divisões:

- Divisão de Contabilidade e Controlo Orçamental
- Divisão de Planeamento e Gestão Financeira
- Divisão de Contratação Pública, Aprovisionamento e do Património

O sistema informático que a autarquia utiliza, usualmente designado por SIGMA, é um sistema de informação centralizada assente numa base de dados relacional, constituído por 22 aplicações.

As diversas aplicações estão integradas entre si, contribuindo, de forma assinalável para garantir a fiabilidade da informação financeira produzida.

Salienta-se que no decurso de 2012 foi adquirida à Medidata a aplicação informática de “**Gestão de Ensino**”, com vista à centralização e controlo de toda a informação financeira produzida naquela área de atuação, designadamente a emissão de faturação referente a refeições escolares e a atividades de apoio à família.

Em detrimento de um mais eficiente controlo da informação financeira produzida, refere-se que se encontram em funcionamento parcial a aplicação de “Obras Municipais”, tendo sido implementado o módulo de “Gestão de Atividade” no serviço municipal de conservação e manutenção.

A gestão informática das Instalações Desportivas e Recreativas da Autarquia é garantida pelo Software C-GESP XXI, Gestão de Equipamentos Desportivos, da empresa CEDIS, Consultores em Sistemas de Informação e Informática, Lda.

8.1.7. Outras informações relevantes

- Ações Inspetivas levadas a efeito por órgãos de controlo interno (IGF e IGAL), com incidência na gerência e nos 3 anos anteriores:

Data da ação	15-11-2009	Período abrangido: 2005 a 2009	Entidade: IGF	N.º Processo: 2009/25/A3/1009
Data da ação	30-05-2011	Período abrangido: 2008,2009 e 2010	Entidade: TC	N.º Processo: 22/2011 – AUDIT
Data da ação	23-09-2011	Período abrangido: 2008,2009 e 2010	Entidade: IGAL	N.º Processo: Ação n.º74/IO-130600
Data da ação	27-10-2011	Período abrangido: 2010 e 2011	Entidade: DGAIEC	N.º Processo: 220.10.14.01/284-36/2011
Data da ação	28-10-2011	Período abrangido: 2008,2009 e 2010	Entidade: IGF	N.º Processo: 2011/2/A3/976
Data da ação	16-06-2011	Período abrangido: 2008 a 2010	Entidade: IGF	N.º Processo: 2011/109/A3/669
Data da ação	04-12-2012	Período abrangido: 01.01.2009 a 30.06.2013	Entidade: TC	N.º Processo: 02/2012 – Audit. 1ª S

- Documentos de Gestão:

Grandes Opções do Plano e Orçamento aprovados em 2011 pelos órgãos executivo e deliberativo, em 12 de dezembro e 28 de dezembro, respetivamente.

2012

**NOTAS AO BALANÇO E À
DEMONSTRAÇÃO DE RESULTADOS**

maia
CÂMARA MUNICIPAL

8.2 – NOTAS AO BALANÇO E À DEMONSTRAÇÃO DE RESULTADOS

Nota 8.2.1 – Derrogação das disposições do POCAL

Com exceção dos procedimentos estabelecidos quanto à aplicação de uma contabilidade de custos, cuja estrutura implementada no Município da Maia, embora em prática, carece de aperfeiçoamento substancial, não foi derrogada qualquer disposição constante do POCAL, pelo que a informação contida nas demonstrações financeiras reflete a imagem verdadeira e apropriada da posição financeira (apresentada no Balanço) do desempenho (apresentado na demonstração dos resultados) e dos fluxos de caixa e das operações orçamentais.

Nota 8.2.2 – Valores Comparativos

Tendo como objetivo, não só a correção de situações reportadas a exercícios económicos anteriores, bem como a alteração de metodologias de contabilização que melhor se conformem com as características qualitativas da informação financeira, efetuaram-se em 2012 os ajustamentos que a propósito se mostraram necessários, afetando-se desta forma a comparabilidade com o exercício anterior, concretamente:

- Correções relativas a exercícios anteriores, com impacto no balanço inicial, imobilizado e amortizações acumuladas e do exercício
- Adoção, pela primeira vez, do método da equivalência patrimonial na contabilização dos investimentos financeiros em entidades participadas a 100% pelo Município da Maia;
- Alteração da contabilização das participações da administração central para as atividades na área social escolar, passando os respetivos valores não pagos a figurar como dívida de terceiros e não como acréscimo de proveitos;

Nota 8.2.3 – Critérios valorimétricos

Imobilizado

Os investimentos financeiros entidades participadas a 100% pelo Município da Maia encontram-se, a partir de 2012, contabilizados nas demonstrações financeiras através do método de equivalência patrimonial.

O demais imobilizado encontra-se valorizado ao custo de aquisição, sendo que para os ativos desta natureza obtidos a título gratuito foi considerado o valor resultante de avaliação ou o valor patrimonial definido nos termos legais ou, no caso de não existir disposição aplicável, o valor resultante da avaliação seguindo critérios técnicos que se adequam à natureza dos bens. Na impossibilidade de valorização dos bens, estes assumem o valor zero.

As amortizações são calculadas pelo método das quotas constantes duodecimais, tendo sido aplicadas as taxas previstas no CIBE (Classificador Geral Integrado no Cadastro e Inventário dos Bens do Estado), aprovado pela Portaria n.º 671/2000, de 17 de abril.

Existências

A valorização das existências é efetuada através do custo de aquisição, de acordo com os registos contabilísticos e respetiva documentação que os suporta. O custo médio ponderado é o método de custeio utilizado para as saídas de armazém.

Dívidas de e a Terceiros

As dívidas de e a terceiros são expressas pelas importâncias constantes dos documentos que as titulam, não existindo dívidas em moeda estrangeira.

As dívidas de cobrança duvidosa correspondem a valores sobre os quais existe incerteza de cobrança efetiva e são provisionadas tendo em conta a probabilidade de perda que lhe está associada.

Disponibilidades

Os depósitos em instituições de crédito e as disponibilidades em caixa são expressas pelos saldos de todas as contas de depósitos e pelos montantes dos meios de pagamento, respetivamente, não existindo disponibilidades em moeda estrangeira.

Nota 8.2.6 – Comentário às contas 43.1 «Despesas de Instalação» e 43.2 «Despesas de Investigação e Desenvolvimento»

A conta 43.1 – *Despesas de Instalação*, abrange os registos inerentes à elaboração de planos de pormenor, e planos urbanísticos para diversas áreas do Concelho. Na conta 43.2 - *Despesas de Investigação e Desenvolvimento* não se registou em 2012 qualquer movimento.

Nota 8.2.7 – Movimentos ocorridos nas rubricas do ativo imobilizado e nas respetivas amortizações e provisões

Por limitações impostas pelo software informático da aplicação do património, o tratamento de determinados factos patrimoniais (regularizações diversas, desafetações e outros) passa forçosamente pelo abate do bem, seguido de um novo registo. Assim, ficam anualmente espelhados aumentos e reduções que na verdade não correspondem à ocorrência de factos dessa natureza (páginas 14 e 15 dos Anexos Documentais - Volume I).

Nota 8.2.8 – Desagregação de cada uma das rubricas dos mapas antecedentes

Cada uma das rubricas dos mapas antes citados encontra-se desagregada de modo a evidenciar a informação legalmente exigível (páginas 16 a 301 dos Anexos Documentais - Volume I).

Nota 8.2.14 – Relação dos bens do imobilizado que não foi possível valorizar, com indicação das razões dessa impossibilidade

A relação de bens do imobilizado que não foi possível valorizar respeita essencialmente a bens que se encontram já nessa situação desde a implementação do POCAL, dada a inexistência de informação que possibilitasse a sua adequada valoração, conforme listagem integrada nos anexos às demonstrações financeiras (páginas 302 a 310 dos Anexos Documentais – Volume I).

Nota 8.2.15 – Identificação dos bens de domínio público que não são objeto de amortização e indicação das respetivas razões

De acordo com as disposições legais constantes do CIBE, não são suscetíveis de amortização os terrenos, bem como alguns dos bens afetos ao domínio público. A relação discriminada destes bens consta em anexo (páginas 311 a 337 dos Anexos Documentais - Volume I).

Nota 8.2.16 – Identificação das Entidades Participadas

Quadro 66

Entidades Societárias Participadas								
Designação	Sede	2012		Resultados do Último Exercício				
		Parcela Detida (1)	Valor	%	Capitais Próprios	Resultado Líquido	Exerc.	Obs
Empresa Metropolitana de Estacionamento da Maia, E.E.M.	Praça do Doutor José Vieira de Carvalho Torre Municipal, 14.º Piso 4474-006 Maia	124.699,47	100%		286.664	32.184	2012	-
Academia das Artes da Maia - Produções Culturais, E.E.M.	Fórum da Maia Núcleo Central do Concelho - Rua Engenheiro Duarte Pacheco 4474-006 Maia	49.879,78	100%		101961	175.126	2012	-
Conservatório de Música da Maia CMM SULda (3)	Fórum da Maia Núcleo Central do Concelho - Rua Engenheiro Duarte Pacheco 4474-006 Maia	5.000,00	100%		-100.043	-310	2012	-
Maiambiente - Empresa Municipal do Ambiente, E.E.M.	Rua 5 de Outubro, 359 Milheiros 4475-302 Maia	1496.393,69	100%		2.792.898	57.836	2012	-
Espaço Municipal - Renovação Urbana Gestão do Património, E.E.M.	Rua Dr.º Carlos Felgueiras, 1814470-157 Maia	12.811337,98	100%		8.015.621	220.355	2012	-
Águas do Douro e Paiva, S.A. (4)	Rua de Vilar, n.º 235 - 5.º Apartado 55145 4050-626 Porto	566.805,00	2,71%		30.812.470	2.404.636	2012	-
Águas do Noroeste, S.A. (4)	Lugar de Gaido, Barcelos, 4755-045 Areias de Vilar	1380.000,00	2,17%		53.176.875	457.296	2012	-
Macmai - Matadouro Agrícola e Comercial da Maia, Ld.ª (6)	Rua 5 de Outubro 4475-302 Milheiros Maia	149.639,36	100%		-181807	-8.714	2009	Entidade que se encontra em processo de insolvência
Município - Empresa de Cartografia e Sistemas de Informação, E.M., S.A.	Av. Prof. Dr.º Cavaco Silva, Edifício Ciência II, n.º 11, 3.º B, Taguspark 2740-120 Porto Salvo	160.199,00	4,64%		3.750.351	41347	2012	-
Net - Novas Empresas e Tecnologias, S.A.	Rua de Salazar, 842 4119-002 Porto	2.500,00	0,22%		905.495	-48.064	2012	-
Tecmaia - Parque de Ciência e Tecnologia da Maia, S.A.	Rua Eng.º Frederico Ulrich, 2650 4470-605 Moreira da Maia	2.799.390,00	51%		1699.520	-1728.506	2012	-
Portgás - Sociedade de Produção e Distribuição de Gás, S.A. (4) (5)	Rua Linhas de Torres, 41 4350-214 Porto	18.98196	0,24%		154.736.000	32.387.000	2012	-
Primus - Promoção e Desenvolvimento Regional, EMT, S.A.	Avenida dos Aliados, n.º 236 - 4º Esq. 4000-065 Porto	499,00	0,06%		216.674	1725	2012	-
Metro do Porto, S.A. (2) (4)	Av. Fernão de Magalhães, 1862 - 7.º 4350-158 Porto	5,00	0,0001%		-1738.559.397	-491356.515	2012	-
Hospital do Líder S.A.	Sede Santa Casa Misericórdia Maia, Avenida Visconde Barreiros s/n	5.000,00	10%		50.000	-	2009	-

Un.: Euros

(1) Valor de Aquisição da Parcela detida.

(2) Relativamente a estas entidades foi informado que as contas de 2012 não se encontravam ainda aprovadas à data da elaboração do presente documento, sendo que os valores indicados têm carácter provisório.

(3) O Conservatório de Música da Maia é 100% detido pela Academia das Artes, detendo assim o Município de forma indireta uma participação de 100% do mesmo.

(4) Empresas que nos termos da legislação em vigor presentemente não estão integradas no Sector Empresarial Local.

(5) A informação tendo sido reportada em unidade de milhar, foi convertida em euros pelo Município.

(6) Apesar da sociedade se encontrar num processo de insolvência, em que foi declarada fortuita, o que significa que se entende que não há responsabilidade na produção do evento que deu origem ao seu estado insolvente, permanece registada patrimonialmente na classe 4, uma vez que não está integralmente concluído o seu processo judicial de insolvência e a sua consequente extinção, que legitima tal atualização em termos de registo comercial.

Na presente nota assinala-se a dissolução, no final de 2012, da empresa municipal Academia das Artes, a par da internalização dos serviços que constituíam o seu objeto contratual, estando em curso a fase de liquidação, na sequência da aprovação do novo regime jurídico da atividade empresarial local e das participações locais, a Lei n.º 50/2012, de 31 de agosto, e por se enquadrar no seu artigo 62.º.

Nota 8.2.18 – Discriminação da Conta «Outras aplicações financeiras»

Quadro 67

Natureza	OUTRAS APLICAÇÕES FINANCEIRAS				
	Unidades de Participação	Valor Nominal	Custo de Aquisição	Ajustamentos (M EP)	Valor Ajustado
Fundo de Investimento Imobiliário Fechado (Maia Golf)	5.500	1.000	5.500.000	2.106.464	3.393.537
Fundo de Investimento Imobiliário Fechado (Maia Imo)	6.000	1.000	6.000.000	984.160	5.015.840
Fundo de Investimento Imobiliário Fechado (Praça Maior)	5.000	1.000	5.000.000	501.139	4.498.861
			16.500.000	3.591.763	12.908.237
Un. Euros					

À data de 31 de dezembro de 2012, a valorização dos capitais dos fundos de investimento “Maia Golfe”, “Maia Imo” e “Praça Maior” era de, respetivamente, 3.393.537 €, 5.015.840 € e 4.498.861 €, traduzindo-se numa diferença total entre o custo de aquisição das unidades de participação e o seu valor de mercado, de 3.591.763 €.

É entendimento do Município, de acordo com Nota Informativa Externa Independente emitida pela empresa Telles de Abreu e Associados, Sociedade de Advogados, RL, que os fundos especiais de investimento imobiliário fechado não integram o sector empresarial local, interpretação que nunca foi contestada em sede de controlo de endividamento autárquico já realizado ao município pela Inspeção-geral das Finanças. Dessa interpretação, resulta que os passivos assinalados não estão refletidos no endividamento.

Nota 8.2.22 – Valor global das dívidas de cobrança duvidosa incluídas em cada uma das rubricas de dívidas de terceiros constantes do balanço

O total das dívidas de cobrança duvidosa encontra-se registado nas contas 21.8 – Clientes, contribuintes e utentes de cobrança duvidosa e 26.8.7.8 – Devedores diversos de cobrança duvidosa, e ascende em 2012 ao valor bruto de 8.623.096 €.

Nota 8.2.26 – Descrição desagregada das responsabilidades, por garantias e cauções prestadas e recibos para cobrança de acordo com o mapa respetivo.

A informação aqui invocada consta em anexo inserido no volume II (página 97 dos Anexos Documentais – Volume II).

Nota 8.2.27 – Desdobramento das contas de provisões acumuladas

Quadro 68

PROVISÕES				
2012				
	Saldo Inicial	Aumento	Redução	Saldo Final
19 Provisões para aplicações de tesouraria	0	0	0	0
291 Provisões para cobranças duvidosas	7.166.651	754.473	788.564	7.132.560
292 Provisões para riscos e encargos	3.178.457	218.203	0	3.396.660
39 Provisões para depreciação de existências	0	0	0	0
49 Provisões para investimentos financeiros	4.544.380	1721738	6.264.664	1.454
Total de Provisões	14.889.488	2.694.415	7.053.229	10.530.674

Un: Euros

O valor das provisões no final do exercício reduziu 4.358.814 € relativamente ao ano anterior, repartidas entre Provisões para Cobranças Duvidosas, Provisões para Riscos e Encargos e Provisões para Investimentos Financeiros.

As provisões associadas a cobranças duvidosas demonstraram uma ligeira diminuição de (-) 0.48%, o equivalente a 34.091 €, consequência dos movimentos de reforços efetuados no primeiro semestre, no valor de 754.473 €, e de redução na segunda metade do ano em cerca de 788.564 €, fruto de uma eficiente cobrança da dívida em atraso e de ajustamentos efetuados após análise da antiguidade dos saldos devedores da classe de terceiros e avaliação do risco de incobrabilidade associado.

Os montantes mais significativos respeitam à conta de Clientes, Contribuintes e Utentes de Cobrança Duvidosa, e, dentro desta, às provisões constituídas:

- No âmbito do diferendo com a LIPOR, tendo em vista o recebimento das taxas provenientes do licenciamento da Estação de Tratamento de Resíduos Sólidos e do Aterro Sanitário, cujo assunto se encontra em curso em sede de Tribunal Arbitral – 2.835.286 €
- Na sequência da cobrança adicional de valores a título de taxas urbanísticas e compensação pela não cedência de áreas, em cumprimento do que foi determinado pela IGF – Inspecção-Geral de Finanças em ação inspetiva – 1.360.720 €
- No que respeita às provisões para Investimento Financeiros, e na sequência da aplicação pela primeira vez do método de equivalência patrimonial, todas as provisões registadas nas rubricas de parte de capital e de outras aplicações financeiras foram anuladas, dado que o valor das desvalorizações foi diretamente refletido na conta 41- Investimentos Financeiros.

No âmbito das Obrigações e Títulos de Participação, foi reduzida para 1.454 € (menos 42 € face ao ano anterior) a provisão constituída em relação aos Certificados de Dívida Inscrita de Dívida Pública Portuguesa datados de 1942, cujo valor nominal era de 3.415 €, e o seu valor contabilístico à data de 31 de dezembro de 2012 se situava em 1.961 €

As Provisões para Riscos e Encargos foram reforçadas com 218.203 €, fruto da identificação de um elevado risco de resolução desfavorável ao Município num conjunto de processos judiciais em curso.

Mantêm-se os mesmos processos litigiosos em curso enunciados nos documentos de prestação de contas desde 2008, cuja explicitação se insere nos mesmos moldes:

▪ **Compromisso Arbitral: LIPOR - Município da Maia**

O objeto do litígio consiste nas divergências suscitadas entre as partes relativamente à obrigatoriedade de a LIPOR proceder ao licenciamento da Estação de Tratamento de Resíduos Sólidos (LIPOR II) e do Aterro Sanitário de apoio àquela Estação, havendo lugar ao pagamento das respetivas taxas municipais de construção, que em 2002 ascendiam a um valor total de 2.957.998 €. É entendimento da LIPOR que aquelas obras, por terem natureza de obra pública, não estão subordinadas ao regime jurídico do licenciamento de obras particulares e, por conseguinte, não estão sujeitas ao pagamento de taxas municipais. Tal posição não colhe a anuência do Município.

É também objeto do litígio ser, ou não, legítima a posição do Município ao recusar o pagamento a LIPOR de comparticipações para investimento, no montante de 3.171.281 €, com a invocação de que lhe são devidas aquelas taxas.

Quer o direito quer a obrigação encontram-se devidamente contabilizados pelo Município, apenas na ótica patrimonial.

Para a resolução do litígio foi constituído um Tribunal Arbitral, cujos trabalhos se encontram em curso, não tendo sido ainda proferida qualquer decisão final. Todavia, é expectativa do Município que a decisão a proferir determine o reconhecimento da obrigatoriedade do licenciamento municipal para as obras efetuadas pela LIPOR, com o consequente pagamento das taxas devidas, atualizadas à data em que for solicitado o competente alvará de construção.

▪ **Processo de execução fiscal: Direcção-Geral dos Impostos – Município da Maia**

Na sequência do contrato de cessão de créditos pela antecipação de rendas dos empreendimentos de habitação social, celebrado em 2004 pela Espaço Municipal, foi o Município notificado em setembro de 2006 pelos Serviços de Inspeção Tributária – Direção de Finanças do Porto, do Projeto de Relatório de Inspeção Tributária, no qual se encontra descrita e quantificada uma correção devida no ano de 2004, e que resultam em imposto a entregar ao Estado, no valor global de 3.800.000 €. Resulta a referida correção da não liquidação de imposto, no valor de 3.800.000 €, inerente à transferência efetuada pela Espaço Municipal a favor do Município, de 20.000.000 €.

Fundamenta a administração fiscal que, tratando-se de uma alienação de direitos, o Município da Maia deveria ter liquidado I.V.A. aquando da emissão do documento de débito subjacente à transferência de 20.000.000 €. Refira-se que, por ocasião da realização do processo de antecipação de rendas, resultou do enquadramento fiscal da respetiva operação financeira, em sede de I.V.A., a sua não sujeição.

A importância reclamada pela administração tem vindo a ser incrementada com os respetivos juros compensatórios e de mora, tendo sido identificada na última notificação uma dívida em cobrança coerciva de 4.191.423.71 €.

Para acompanhamento e resolução do correspondente processo, o Município da Maia recorreu a apoio jurídico externo, através da Sociedade de Advogados Nuno Cerejeira Namora, Pedro Marinho Falcão e

Associados, sendo seu entendimento que estão reunidas as condições jurídicas e factuais para que a Autarquia venha a obter ganho de causa, circunstância que justifica a não constituição de provisão.

No âmbito deste processo foi apresentada como garantia a hipoteca sobre o Fórum no montante de 5.175.787 € registada a favor do Ministério das Finanças em 2007, tendo em vista a suspensão do processo de execução fiscal existente, em consequência do município ter contestado a decisão da cobrança do IVA associada ao processo de antecipação das rendas habitacionais realizado em 2004 a favor de terceiros.

Nota 8.2.28 – Explicitação e justificação dos movimentos ocorridos no exercício de cada uma das contas da classe 5 – Fundo Patrimonial

Quadro 69

FUNDO PATRIMONIAL				
2012				
		Saldo Inicial	Aumento	Redução
51	Património	300.932.890	2.081.117	154.965
51.1	Património Inicial	237.402.328	2.081.117	154.965
51.11	Saldo Abertura POCAL	189.891.029	0	0
51.12	Correcções ao Balanço Inicial	47.511.299	2.081.117	154.965
51.2	Património Adquirido	63.530.562	0	0
55	Ajustamentos de partes de capital em empresas	-14.964	4.938.921	7.536.574
56	Reservas de Reavaliação	0	0	0
57	Reservas	17.521.965	1.330.982	928.810
57.1	Reservas Legais	3.343.714	0	0
57.5	Subsídios	870.424	1.132.047	764.054
57.6	Doações	4.560.319	197.140	163.376
57.7	Reservas decorrentes da transferências activos	2.100.329	0	0
57.8	Cedências	3.488.639	1.795	1.380
57.9	Outras	3.158.540	0	0
59	Resultados Transitados	-2.705.855	34.077	4.022.224
88	Resultado Líquido do Exercício	-3.988.147	3.988.147	380.934
Totais		311.745.890	12.373.244	13.023.507
311.095.627				

Un: Euros

Tal como sucedido em anos anteriores, também em 2012 foram efetuadas correções ao balanço inicial, tendo-se fixado os aumentos em 2.081.117 € e as reduções em 154.965 €. Não obstante os valores contabilizados a título de correções ao balanço inicial terem vindo a diminuir substancialmente nos últimos exercícios económicos, face aos montantes outrora registados, continuam a ser identificados factos patrimoniais com impacto no ativo imobilizado do Município que à data de elaboração do balanço inicial não foram devidamente referenciados, requerendo por isso a realização das respetivas correções.

Nas correções ao balanço inicial destacam-se sobretudo as regularizações efetuadas ao nível de construções e beneficiações de diversos arruamentos municipais, num total de 627.316 €, e o registo de parcelas de terreno no âmbito de cedências e desafetações, no valor de 558.236 €. O montante de 154.965 € de reduções respeita na íntegra a regularizações de amortizações dos bens registados em balanço inicial.

Os Ajustamentos de Partes de Capital em Empresas refletem as variações ocorridas nos Investimentos Financeiros na sequência da aplicação do Método da Equivalência Patrimonial, bem como a anulação das respetivas provisões.

Assim, foram repercutidas nos investimentos financeiros as variações ocorridas nos capitais próprios das entidades participadas maioritariamente pelo Município, através dos seguintes ajustamentos:

- negativos, no valor total de 9.047.124 €, dos quais 2.169.133 € respeitam aos Fundos de Investimento Imobiliários, e os restantes 6.877.991 às empresas municipais e à TECMAIA - Parque Ciência e Tecnologia da Maia, S.A, esta na proporção de 51%;
- positivos, no valor total de 1.510.550 €, com origem nas variações dos capitais próprios das empresas municipais, Empresa Metropolitana de Estacionamento da Maia, E.M., Academia das Artes da Maia - Produções Culturais, E.M., e Maiambiente, Empresa Municipal do Ambiente, E.M.

Dos ajustamentos efetuados resultou um saldo negativo de 7.536.574 refletido na redução da conta 55 – Ajustamentos de Partes de Capital em Empresas. Nesta conta registaram-se aumentos no valor total de 4.938.921 €, que correspondem à anulação das Provisões para Investimentos Financeiros, as quais eram efetuadas para refletir o valor ajustado das partes de capital em empresas, procedimento esse ora derrogado por via da aplicação do Método da Equivalência Patrimonial.

Na rubrica de Subsídios, com um incremento de 42,28%, os valores ali contabilizados, quer como aumento quer como redução, respeitam integralmente a subvenções destinadas a investimentos não amortizáveis, nomeadamente verbas provenientes do QREN para financiamento dos Centros Escolares na parte correspondente aos terrenos.

Os movimentos operados nas contas de doações e de cedências, e que exibem pequenas flutuações no cômputo dos Fundos Patrimoniais, respeitam a ativos, terrenos na sua maioria, que passaram a integrar o património do Município na sequência da celebração de escrituras ou do licenciamento de alvarás de loteamento.

Na componente de Resultados Transitados merece apenas destaque a contabilização do Resultado Líquido do Exercício de 2011, no valor de 3.988.147 €

Nota 8.2.29 –Demonstração do custo das mercadorias vendidas e das matérias consumidas

Quadro 70

CUSTO DAS MERCADORIAS VENDIDAS E DAS MATÉRIAS CONSUMIDAS		
Movimentos	2012	
	Mercadorias	Matérias-Primas, Subsidiárias e de Consumo
Existências Iniciais	56.858	455.885
Compras	3.490	823.644
Regularização de Existências	-598	-23.506
Existências Finais	56.227	394.111
Custos no Exercício	3.524	861.911
Un.: Euros		

Os valores respeitantes às existências finais foram apurados através da realização de inventários físicos.

Nota 8.2.31 – Demonstração dos resultados financeiros

Quadro 71

DEMONSTRAÇÃO DOS RESULTADOS FINANCEIROS							
Custos e Perdas	Exercícios		Proveitos e Ganhos	Exercícios		2011	2012
	2011	2012		2011	2012		
681 Juros suportados	1907.295	1510.117	781 Juros obtidos			119.997	81479
682 Perdas em entidades participadas	0	1818.667	782 Ganhos em entidades participadas			28.922	22.347
683 Amortizações invest. em imóveis	0	0	783 Rendimentos de imóveis			97.365	10.769
684 Provisões p/ aplicações financ.	2.106.827	0	784 Rendimentos participações capital			26.473	0
685 Diferenças câmbio desfavor.	0	0	785 Diferenças de cambio favoráveis			0	0
687 Perdas na alienação aplic. teso ur.	0	0	786 Descontos pronto pagat. obtidos			0	0
688 Outros custos e perdas financ.	78.728	33.488	787 Ganhos na alienação aplic. teso ur			0	0
Total de Custos Financeiros	4.092.851	3.362.271	788 Outros proveitos e ganhos financ.			224.149	192.395
Resultados Financeiros	-3.595.945	-3.055.281	Total de Proveitos Financeiros			496.906	306.990
Total	496.906	306.990					

Un: Eur os

Seguindo a tendência dos últimos anos, os Resultados Financeiros matêm-se em valores negativos, registando em 2012 um total de (-) 3.055.281 €, salientando-se contudo uma variação de 15,04 % em relação a 2011, ou seja, com um melhor contributo no resultado líquido do exercício.

Foi a diminuição dos Custos Financeiros que mais contribuiu para esta oscilação, destacando-se as Provisões do Exercício para Aplicações Financeiras, que no ano de 2012 apresentam um saldo nulo pelo facto de se ter passado a adotar o Método da Equivalência Patrimonial e as desvalorizações dos respetivos investimentos passarem a ser relevadas como Perdas em Entidades Participadas, justificando assim o seu aumento no exercício em análise.

Os Juros Suportados reduziram (-) 20,82%, reflexo da amortização da dívida de médio e longo prazo, acompanhada da descida das taxas de juro.

A descida dos Outros Custos e Perdas Financeiras, apesar do menor peso, também influiu positivamente o Resultado Financeiro, traduzindo-se numa diminuição de (-) 57,46%, fruto da redução dos juros suportados com a aquisição do Edifício do Pavilhão Gimnodesportivo de S. Pedro Fins. No transato ano, foi incluída nesta rubrica a contabilização da perda na entidade participada Renovarum - Renovação Urbana da Maia, Lda aquando da fusão em a Espaço Municipal - Renovação Urbana de Gestão de Património, E.E.M., no montante de 37.751 €.

Os Proveitos Financeiros apresentam uma variação negativa de (-) 189.916 €, generalizada em todas as suas rubricas:

- Os Juros Obtidos diminuíram (-) 38.518 €, dada a tendência de descida das taxas de juro remuneratório dos depósitos à ordem e a prazo;
- Os Ganhos em Entidades Participadas apresentam uma diminuição de (-) 6.575 € essencialmente devida à redução da transferência de valores por parte da Empresa de Estacionamento da Maia, E.E.M.;

- Em Rendimentos de Imóveis, apenas foram contabilizados em 2012 as cedências para instalações de equipamentos de radiocomunicações nos complexos municipais (9.401 €) e o aluguer de poços (1.367 €);
- Não há qualquer registo em 2012 a título de Rendimentos de Participações de Capital, dado não ter havido distribuição de resultados das entidades participadas, Águas do Douro e Paiva e das Águas do Noroeste;
- Os Outros Proveitos e Ganhos Financeiros apresentam uma descida no montante de (-) 31.755 €, derivada da descida das taxas de juros que influencia negativamente as Bonificações de Juros referentes aos empréstimos PER - Plano Especial de Realojamento.

Nota 8.2.32 – Demonstração dos resultados extraordinários

Quadro 72

DEMONSTRAÇÃO DOS RESULTADOS EXTRAORDINÁRIOS						
Custos e Perdas	Exercícios		Proveitos e Ganhos		Exercícios	
	2011	2012			2011	2012
691 Transferências capital concedidas	2.657.790	1.945.148	791	Restituição de impostos	9.764	0
692 Dividas incobráveis	0	0	792	Recuperação de dívidas	0	0
693 Perdas em existências	85.092	374	793	Ganhos em existências	2.841	739
694 Perdas em imobilizações	131.683	246.195	794	Ganhos em imobilizações	944.807	1006.336
695 Multas e penalidades	395	3.094	795	Benefícios de penalidades contr	491.914	402.641
696 Aumento de amortiza. Provisões	0	0	796	Reduções de amortizações provisões	1733.632	321.181
697 Correções relativas exerc. anteriores	2.951.411	2.162.794	797	Correções relativas exerc. anteriores	984.589	352.260
698 Outros custos e perdas extraor.	49.584	165.165	798	Outros proveitos e ganhos extraor.	1818.013	1660.927
Total de Custos Extraordinários	5.875.955	4.522.771		Total de Proveitos Extraordinários	5.985.559	3.744.034
Resultados Extraordinários	109.605	-778.736				
Total	5.985.559	3.744.034				

Un: Eur os

Os resultados extraordinários contrariando a tendência do último ano, demonstram no final de 2012 um valor negativo de (-) 778.736 €

Uma grande parte das rubricas que compõem, quer os custos e perdas, quer os proveitos e ganhos extraordinários, revelaram no seu conjunto diminuições na ordem de (-) 23% e de (-) 37%, respetivamente, com especial referência para as Correções Relativas aos Anos Anteriores, para as Transferências de Capital e para as Reduções de Amortizações e Provisões.

As Correções Relativas a Exercícios anteriores contribuem positivamente para a formação dos Resultados Extraordinários, na medida em que a diminuição registada nos custos se sobrepõe à descida dos proveitos em 156.288 €

Não obstante a diminuição de (-) 26.72 % registada nos custos referentes a correções relativas a exercícios anteriores, sinaliza-se que são contabilizadas como tal as regularizações de amortizações do imobilizado abrangido pelas correções ao balanço inicial, que ascendem a 1.387.309 €, absorvendo assim 64% da rubrica, o que é revelador do impacto nos Resultados Extraordinários.

Nos custos por conta das Transferências de Capital Concedidas realça-se a diminuição das transferências para as freguesias, de (-) 1.306.731 €, por oposição do aumento das transferências para os

municípios, dada a celebração do protocolo com o Município de Matosinhos, que inclui uma participação de 286.745 € para a cooperação técnico-financeira na obra pública designada "Infraestruturas, passeios e pavimentos das ruas de Catassol e Santana", e das transferências para as instituições particulares, com a atribuição de subsídios para construção e beneficiação de diversos centros de solidariedade, no montante de 250.000 €.

O aumento de 86.96% apurado em Perdas de Imobilizado resulta essencialmente do abate de dois terrenos municipais, um no valor de 117.838 € doado à Freguesia de Moreira, e outro no valor de 82.462 € doado à Instituição ASMAN.

No âmbito dos Proveitos e Ganhos, a rubrica determinante para a formação do resultado é a das Reduções de Amortizações e Provisões, ao registar (-) 1.412.501 € relativamente ao ano anterior, cujo impacto se faz sentir no seu todo ao nível da redução das provisões para cobrança duvidosa.

2012

NOTAS AO PROCESSO ORÇAMENTAL

maia
CÂMARA MUNICIPAL

8.3 – NOTAS AO PROCESSO ORÇAMENTAL E RESPECTIVA EXECUÇÃO

Nota 8.3.1 – Modificações ao orçamento

Ao longo do exercício económico de 2012 foram concretizadas dezanove modificações (dezassete alterações e duas revisão) ao Orçamento, cujos documentos se anexam, as quais se sintetizaram em:

- Dezassete alterações ao Orçamento da Despesa;
- Onze alterações ao Plano Plurianual de Investimentos;
- Dezassete alterações ao Plano de Actividades Mais Relevantes;
- Uma alterações ao Orçamento da Receita;
- Duas Revisões ao Orçamento de Despesa
- Uma Revisão ao Plano Plurianual de Investimentos;
- Uma Revisão, Plano das Atividades Mais Relevantes
- Uma Revisão Orçamento de Receita

Nota 8.3.2 – Modificações ao plano plurianual de investimentos

No que respeita ao Plano Plurianual de Investimentos, assim, como ao Plano de Atividades Mais Relevantes, as alterações na gerência em análise, foram efetuadas da seguinte forma:

- Plano Plurianual de Investimentos 11 alterações e uma Revisão.
- Plano de Atividades Mais Relevante 17 alterações e uma Revisão.

Nota 8.3.6 – Endividamento

(páginas 188 a 193 dos Anexos Documentais – Volume II).

2012

CERTIFICAÇÃO LEGAL DAS CONTAS INDIVIDUAIS

maia
CÂMARA MUNICIPAL



Certificação Legal das Contas Individuais

Introdução

1 Examinámos as demonstrações financeiras do **Município da Maia**, as quais compreendem o Balanço em 31 de Dezembro de 2012, (que evidencia um total de 441.311.549 euros e um total de fundos próprios de 311.095.627 euros, incluindo um resultado líquido negativo de 380.934 euros), a Demonstração dos Resultados e os Mapas de Execução Orçamental (que evidenciam um total de 56.388.539 euros de despesa paga e um total de 61.526.092 euros de receita cobrada) do exercício findo naquela data, e os correspondentes Anexos.

Responsabilidades

2 É da responsabilidade do Órgão Executivo a preparação de demonstrações financeiras que apresentem de forma verdadeira e apropriada a posição financeira do Município, o resultado das suas operações e o relato da execução orçamental, bem como a adopção de políticas e critérios contabilísticos adequados e a manutenção de um sistema de controlo interno apropriado.

3 A nossa responsabilidade consiste em expressar uma opinião profissional e independente, baseada no nosso exame daquelas demonstrações financeiras.

Âmbito

4 Excepto quanto à limitação descrita no parágrafo nº 7, o exame a que procedemos foi efectuado de acordo com as Normas Técnicas e as Directrizes de Revisão/Auditória da Ordem dos Revisores Oficiais de Contas, as quais exigem que o mesmo seja planeado e executado com o objectivo de obter um grau de segurança aceitável sobre se as demonstrações financeiras não contêm distorções materialmente relevantes. Para tanto o referido exame incluiu: (i) a verificação, numa base de amostragem, do suporte das quantias e divulgações constantes das demonstrações financeiras e a avaliação das estimativas, bas eadas em juízos e critérios definidos pelo Órgão Executivo, utilizadas na sua preparação; (ii) a verificação, numa base de amostragem, da conformidade legal e regularidade financeira das transacções efectuadas; (iii) a apreciação sobre se são adequadas as políticas contabilísticas adoptadas e a sua divulgação, tendo em conta as circunstâncias; e (iv) a apreciação sobre se é adequada, em termos globais, a apresentação das demonstrações financeiras.



Município da Maia

5 O nosso exame abrangeu também a verificação da concordância da informação financeira constante do relatório de gestão com as demonstrações financeiras.

6 Entendemos que o exame efectuado proporciona uma base aceitável para a expressão da nossa opinião.

Reservas

7 O Município detém uma participação na Academia das Artes da Maia – Produções Culturais, E.E.M., entidade que se encontra em liquidação. A Certificação Legal das Contas desta mesma entidade evidencia uma reserva por limitação de âmbito relacionada com a apresentação dum a participação financeira pelo valor de aquisição, pelo facto de não estarem disponíveis contas que permitissem a aplicação do Método da Equivalência Patrimonial. Apesar de não nos terem sido disponibilizados documentos de prestação de contas finais, estimamos que poderão estar em causa cerca de 416.000 euros, com impacto negativo no património do Município.

8 Consequência da declaração de inconstitucionalidade emitida no passado dia 5, pelo Tribunal Constitucional, sobre o corte nos subsídios de férias previstos no Artigo 29º da Lei 66-B/2012, de 31 de Dezembro (LOE para 2013), com impacto nas entidades que compõem o Grupo Municipal, às quais aplica o Método da Equivalência Patrimonial, e não tendo sido ajustadas pelo Município as respectivas demonstrações financeiras à data já enviadas para apreciação do Órgão Executivo, o Activo e os Fundos Próprios encontram-se sobrevalorizados, respectivamente, em 81.000 euros e 790.000 euros, e o Passivo subvalorizado em 709.000 euros.

Opinião

9 Em nossa opinião, excepto quanto aos efeitos dos ajustamentos que poderiam revelar-se necessários caso não existisse a limitação descrita no parágrafo nº 7 acima, e excepto quanto aos efeitos da situação descrita no parágrafo nº 8 acima, as referidas demonstrações financeiras apresentam de forma verdadeira e apropriada, em todos os aspectos materialmente relevantes, a posição financeira do **Município da Maia** em 31 de Dezembro de 2012, o resultado das suas operações e a execução orçamental relativa à despesa paga e à receita cobrada no exercício findo naquela data, em conformidade com os princípios contabilísticos geralmente aceites em Portugal previstos no POCAL.



Município da Maia

Ênfases

10 Sem afectar a opinião expressa no parágrafo anterior, chamamos a atenção para as situações seguintes:

- 10.1 Segundo o ponto 8.2.27 das Notas ao Balanço e à Demonstração dos Resultados, existem activos e passivos contingentes que poderão vir a materializar-se nos exercícios futuros. No entanto, dada a sua natureza e incerteza quanto à efectiva concretização, foram apenas objecto de divulgação, procedimento com o qual concordamos;
- 10.2 Apesar de previsto no Plano Oficial de Contabilidade das Autarquias Locais e conforme referido no ponto 8.2.1 das Notas ao Balanço e à Demonstração dos Resultados, não se encontra ainda implementada uma Contabilidade de Custos. No entanto, à semelhança dos exercícios anteriores, os encargos com as funções exercidas e os custos das tarifas e preços dos bens e serviços, são apurados através doutros meios;
- 10.3 O Município possui uns Serviços Municipalizados de Electricidade, Águas e Saneamento (SMEAS), organismo dotado de autonomia administrativa e financeira, cujos documentos de prestação de contas evidenciam, no final de 2012, um Activo no montante de 68.286.851 euros, Fundos Próprios de 30.282.722 euros e um Passivo de 38.004.129 euros, incluindo neste último Proveitos Diferidos relacionados com Subsídios ao Investimento no montante de 15.805.431 euros. Estes Serviços não se encontram evidenciados contabilisticamente nas contas individuais do Município da Maia, integrando as contas consolidadas;
- 10.4 Conforme referido no ponto 8.2.3 das Notas ao Balanço e à Demonstração dos Resultados, o Município apresenta em 2012, pela 1^a vez, as partes de capital em filiais e associadas pelo Método da Equivalência Patrimonial. Os efeitos desta alteração de procedimento, com a qual concordamos, resultaram numa diminuição do Activo, dos Ajustamentos de Partes de Capital em Empresas (Fundos Próprios) e Custos e Perdas Financeiros, em cerca de 4.420.000 euros, 2.600.000 euros e 1.820.000 euros, respectivamente. Nos anos anteriores o Activo do Município estava ajustado por via das respectivas provisões para investimentos financeiros;
- 10.5 Conforme referido no ponto 8.2.18 das Notas ao Balanço e à Demonstração dos Resultados, foram constituídos em 2007, 2008 e 2010 Fundos Especiais de Investimento Imobiliário Fechados, no qual o Município da Maia é o único subscritor e titular das Unidades de Participação. As demonstrações financeiras destes Fundos de Investimento, aos quais foi igualmente aplicado o Método de



Município da Maia

Equivalência Patrimonial referido no ponto anterior e objecto de Certificação Legal das Contas sem reservas, evidenciam passivos no montante de 18.500.586 euros (em 2011 ascendiam a 17.863.123 euros). À semelhança do referido no ponto anterior, nos exercícios precedentes o Activo do Município estava ajustado por via das respetivas provisões para investimentos financeiros; e

- 10.6 A Certificação Legal das Contas da participada Espaço Municipal – Renovação Urbana e Gestão de Património, E.E.M., contém uma ênfase relacionada com o desreconhecimento em 2012 de investimentos em curso no montante de 4.089.028 euros, com impacto negativo no capital próprio da entidade.

Maia, 11 de Abril de 2013

Esteves, Pinho & Associados, SROC, Lda.

Representada por:



Luís Manuel Moura Esteves, ROC

2012

RELATÓRIO DE GESTÃO CONSOLIDADO

maia
CÂMARA MUNICIPAL

Nota Preambular

No capítulo que se ocupa a Lei das Finanças sobre a prestação de contas, estabelece o n.º 1 do seu artigo 46º, que “ Sem prejuízo dos documentos de prestação de contas definidos na lei, as contas dos municípios que detenham serviços municipalizados ou a totalidade do capital de entidades do sector empresarial local devem incluir as contas consolidadas, apresentando a consolidação do balanço e da demonstração de resultados, com os respetivos anexos explicativos, incluindo, nomeadamente, os saldos e fluxos financeiros entre as entidades alvo de consolidação e o mapa de endividamento consolidado de médio e longo prazos”.

Sobrevém, ainda, naquele preceito legal, no seu n.º 2, que «Os procedimentos contabilísticos para a consolidação de balanços dos municípios e das empresas municipais ou intermunicipais são os definidos no POCAL.», concretização que não ocorreu até à presente data. Todavia, a entrada em vigor da Portaria n.º 474/2010, de 15 de Junho, possibilitou o estabelecimento de condições mínimas para se proceder à consolidação de contas nas autarquias locais.

Pelo terceiro ano consecutivo, apresenta-se assim, a consolidação de contas do Grupo Municipal da Maia referente ao exercício de 2012, que integra informação financeira consolidada reportada ao início do exercício, considerando-a para efeitos do respetivo relato.

2
0
1
2

PERÍMETRO DE CONSOLIDAÇÃO

maia
CÂMARA MUNICIPAL

O **grupo público municipal** é constituído pelo município (entidade-mãe) e pelo conjunto de entidades controladas abrangidas pelo perímetro de consolidação.

O perímetro de consolidação legalmente obrigatório do Município da Maia é composto pelas entidades por este participadas à data de 31 de Dezembro do exercício económico a consolidar, de forma direta ou indireta, em 100% do capital, e que fazem parte integrante do Sector Empresarial Local, e pelos Serviços Municipalizados.

Atendendo ao exposto, em relação ao exercício económico de 2012, das entidades 100% detidas pelo Município, de forma direta ou indireta, foram excluídas do perímetro de consolidação por não integrarem o sector empresarial local, as seguintes entidades:

- Fundo de Investimento de Imobiliário Maia Golfe;
- Fundo de Investimento Imobiliário Maia Imo;
- Fundo de Investimento Praça Maior;
- Fundação do Conservatório de Música da Maia, entidade 100% detida pela Academia das Artes, detendo assim o Município de forma indireta uma participação de 100% na mesma.
- MACMAI - Matadouro Agrícola e Comercial da Maia, Ld.^a, na sequência do acórdão proferido em 23/06/2009 pelo Tribunal de Contas.

Assim, à data de 31 de Dezembro de 2012 o perímetro de consolidação do Município da Maia apresenta a seguinte constituição:

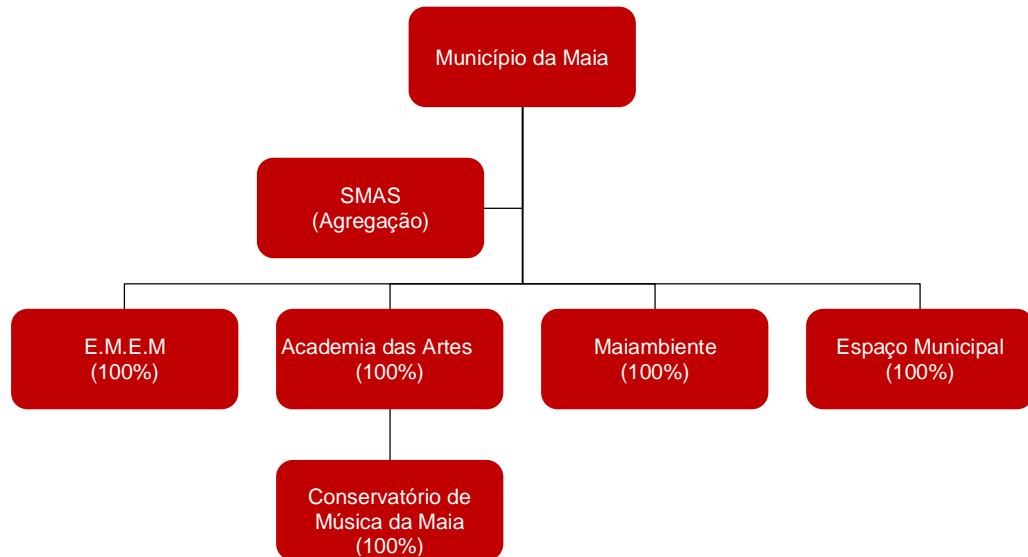
Quadro 73

PERÍMETRO DE CONSOLIDAÇÃO				
ANO 2012				
Identificação da Empresa	Sigla	%	Custo de Aquisição	
Serviços Municipalizados de Águas, Eletricidade e Saneamento da Maia	SMAS Maia	NA	NA	
Empresa Metropolitana de Estacionamento da Maia, E.M.	E.M.E.M.	100,00%	124.699,47	
Academia das Artes da Maia - Produções Culturais, E.M.	Academia das Artes	100,00%	49.879,78	
Conservatório de Música da Maia*	Conservatório de Música da Maia	100,00%	5.000,00	
Maiambiente, Empresa Municipal do Ambiente, E.M.	Maiambiente	100,00%	1.496.393,69	
Espaço Municipal - Renovação Urbana e Gestão de Patrim., E.M.	Espaço Municipal	100,00%	12.811.337,98	

*O Conservatório de Música da Maia é 100% detido pela Academia das Artes, detendo assim o Município de forma indireta uma participação de 100% do mesmo

Un: Euros

Organograma do grupo



Para as entidades do Sector Empresarial Local em que o Município da Maia participa, de forma direta ou indireta, em 100% do capital, foi utilizado o método de consolidação integral, tendo sido utilizado o método da agregação para os Serviços Municipalizados.

2012

**CARACTERIZAÇÃO DAS ENTIDADES INCLUÍDAS NO
PERÍMETRO DE CONSOLIDAÇÃO**

maia
CÂMARA MUNICIPAL

1. SERVIÇOS MUNICIPALIZADOS DE ELETRICIDADE, ÁGUA E SANEAMENTO DA MAIA

Os Serviços Municipalizados de Eletricidade, Água e Saneamento da Maia (SMEAS), criados em 9 de Agosto de 1947, dotados de autonomia administrativa, financeira e património próprio, têm como missão a distribuição de água potável no Concelho da Maia e a recolha, drenagem e tratamento das águas residuais nele produzidas.

2. MAIAMBIENTE – EMPRESA MUNICIPAL DO AMBIENTE, E.M

A Maiambiente EEM é uma empresa pública municipal criada, em 31 de Agosto de 2001, ao abrigo da Lei n.º 58/98, de 18 de Agosto, dotada de personalidade jurídica, autonomia administrativa e financeira e património próprio, sujeita aos poderes de tutela e superintendência da Câmara Municipal da Maia.

Tem como objeto principal, por delegação da Câmara Municipal da Maia, a remoção dos resíduos sólidos urbanos e equiparados a urbanos, a recolha seletiva de materiais recicláveis e a manutenção da higiene e limpeza dos locais públicos. A Maiambiente E.M. poderá exercer complementarmente atividades da natureza das estabelecidas anteriormente noutros concelhos do País ou participar em agrupamentos de empresas ou em sociedades constituídas para o efeito ou já existentes, mediante autorização expressa da Câmara Municipal da Maia. Poderá também exercer, com carácter acessório, outras atividades relacionadas com o seu objeto, designadamente a elaboração ou promoção de estudos de desenvolvimento estratégico, sustentabilidade e outros.

3. EMPRESA METROPOLITANA DE ESTACIONAMENTO DA MAIA, E.M

A Empresa Metropolitana de Estacionamento da Maia, E.M., é uma empresa pública municipal criada, em 26 de Abril de 2000, ao abrigo da Lei n.º 58/98, de 18 de Agosto, dotada de personalidade jurídica, autonomia administrativa e financeira e património próprio, sujeita aos poderes de tutela e superintendência da Câmara Municipal da Maia.

Tem como objeto, por delegação da Câmara Municipal, a gestão de serviços de interesse geral e promoção do desenvolvimento local e regional, através, designadamente da:

- a) Instalação construção, instalação e gestão do sistema de estacionamento público pago, à superfície ou em estruturas executadas no solo ou subsolo na área do concelho;
- b) Elaboração, ou promoção de estudos de ordenamento de zonas destinadas ao parqueamento automóvel;

No âmbito do seu objeto poderá também:

- c) Proceder à gestão e comercialização direta ou indireta, de lojas e galerias comerciais preferencialmente implantadas em parques de estacionamento que estejam sobre a sua responsabilidade;
- d) Desenvolver, diretamente ou como empresa encarregada de gestão de concessões, a atividade de transporte coletivo de passageiros dentro da área do Município da Maia;

Para a prossecução dos seus fins, pode criar departamentos internos com autonomia funcional e administrativa, bem como constituir outras pessoas coletivas, subscrever ou adquirir participações em, sociedade civil ou comercial, sociedades reguladas por leis especiais ou cooperativas, sendo necessário para o efeito deliberação da Câmara Municipal da Maia.

4. ACADEMIA DE ARTES DA MAIA – PRODUÇÕES CULTURAIS, E.M

A empresa Academia de Artes da Maia – Produções Culturais, E.M., é uma empresa pública municipal criada, em 29 de Junho de 2000, ao abrigo da Lei n.º 58/98, de 18 de Agosto, dotada de personalidade jurídica, autonomia administrativa e financeira e património próprio, sujeita aos poderes de tutela e superintendência da Câmara Municipal da Maia.

Tem como objeto principal, por delegação da Câmara Municipal da Maia, a produção de eventos culturais, a gestão dos espaços culturais vocacionados para o desenvolvimento de atividades de índole cultural, a gestão das estruturas formativas Conservatório de Música da Maia, Oficina de Teatro da Maia e Oficina de Imagem.

Note-se porém que, na sequência da aprovação do novo regime jurídico da atividade empresarial local e das participações locais, a Lei n.º 50/2012, de 31 de Agosto, e por se enquadrar no seu artigo 62.º, como já foi referido, foi obrigatoriamente encetado o processo de dissolução da empresa municipal Academia das Artes, a par da internalização dos serviços que constituíam o seu objeto contratual, com aprovação dos órgãos executivo e deliberativo em 10 e 26 de Dezembro respetivamente, não tendo por isso qualquer repercussão no presente processo de consolidação.

5. CONSERVATÓRIO DE MÚSICA DA MAIA, CMM SOCIEDADE UNIPESSOAL, LDA.

A empresa Conservatório de Música da Maia – CMM SU, Lda. foi constituída em 26 de Outubro de 2006, e tem como atividade principal a gestão do Conservatório de Música da Maia, sendo 100% detida pela Academia das Artes, detendo assim o Município de forma indireta uma participação de 100% do mesmo.

Esta empresa encontra-se em processo de fusão por incorporação na Academia das Artes, constatando-se que a sua repercussão no processo de consolidação do exercício de 2012 é praticamente residual.

6. EMPRESA ESPAÇO MUNICIPAL – RENOVAÇÃO URBANA E GESTÃO DO PATRIMÓNIO, E.M.

A Empresa Espaço Municipal – Renovação Urbana e Gestão do Património, E.M. é uma empresa pública municipal criada, em 2001, ao abrigo da Lei n.º 58/98, de 18 de Agosto, dotada de personalidade jurídica, autonomia administrativa e financeira e património próprio, sujeita aos poderes de tutela e superintendência da Câmara Municipal da Maia.

Tem como objeto principal, por delegação da Câmara Municipal da Maia, a promoção da habitação social, a melhoria das condições habitacionais do Município da Maia, a gestão social, patrimonial e financeira dos bairros e outros fogos da empresa ou cuja administração lhe seja conferida e a participação em ações de renovação e de requalificação urbanística.

2012

**ANÁLISE ECONÓMICO FINANCEIRA DA ATIVIDADE
CONSOLIDADA**

maia
CÂMARA MUNICIPAL

2012

BALANÇO CONSOLIDADO

maia
CÂMARA MUNICIPAL

O Balanço retrata a estrutura económico-financeira, apresentando a situação do património do Grupo Municipal à data de encerramento do exercício 2012, dando a conhecer, por um lado, o Ativo do Grupo, constituído pelos bens e direitos que representam a aplicação de fundos, isto é, a sua estrutura económica, e, por outro lado, o Passivo e Capital Próprio do Grupo que representam a estrutura financeira, ou seja, a origem de fundos. A estrutura do Ativo reparte-se em Imobilizado – ou Ativo Fixo – e em Ativo Circulante. Por seu lado, a estrutura do Passivo é repartida entre o Capital Próprio ou Fundos Próprios e o Passivo.

Quadro 74

ESTRUTURA E EVOLUÇÃO PATRIMONIAL DO GRUPO MUNICIPAL

Descrição	BALANÇO CONSOLIDADO			Variação			
	2011	2012		Valor	%	Valor	%
Ativo Líquido	525.337.248	100,00%		515.263.866	100,00%	-10.073.381	-1,92%
Imobilizado	502.668.417	95,68%		486.023.793	94,33%	-16.644.624	-3,31%
Circulante	19.205.569	3,66%		26.718.389	5,19%	7.512.820	39,12%
Existências	1.333.946	0,25%		1.255.360	0,24%	-78.586	-5,89%
Dívidas de Terceiros - Curto Prazo	7.176.282	1,37%		8.997.931	1,75%	1.821.649	25,38%
Disponibilidades	10.695.340	2,04%		16.465.097	3,20%	5.769.757	53,95%
Acréscimos e Diferimentos	3.463.262	0,66%		2.521.684	0,49%	-941.578	-27,19%
Passivo	184.201.920	100,00%		174.226.831	100,00%	-9.975.088	-5,42%
Provisões para riscos e encargos	3.278.457	1,78%		3.396.660	1,95%	118.203	3,61%
Dívidas a Terceiros	94.880.465	51,51%		82.970.529	47,62%	-11.909.936	-12,55%
Médio e Longo Prazo	64.965.245	35,27%		56.982.687	32,71%	-7.982.558	-12,29%
Curto Prazo	29.915.220	16,24%		25.987.842	14,92%	-3.927.378	-13,13%
Acréscimos e Diferimentos	86.042.998	46,71%		87.859.642	50,43%	1.816.644	2,11%
Fundos Próprios	341.135.328	100,00%		341.037.035	100,00%	-98.293	-0,03%
Património	319.309.116	93,60%		321.235.268	94,19%	1.926.151	0,60%
Ajustamentos Partes Capital em Empresas	-14.964	0,00%		1.158.051	0,34%	1.173.015	7838,94%
Reservas	19.389.706	5,68%		20.440.772	5,99%	1.051.066	5,42%
Resultados Transitados	5.344.633	1,57%		-2.619.291	-0,77%	-7.963.924	-149,01%
Resultado Líquido do Exercício	-2.893.164	-0,85%		822.235	0,24%	3.715.399	128,42%

Un.: Euros

Da apreciação ao Balanço Consolidado conclui-se que à data de 31 de Dezembro de 2012 o total do ativo líquido consolidado atingiu o montante de 515.263.866 €, ao qual corresponde em termos brutos a quantia de 759.320.444 €, sendo notória a preponderância dos ativos imobilizados, a representar cerca de 94,33% do Ativo Líquido Total e quando comparado com o Balanço da empresa mãe permite confirmar a forte influência do Município enquanto entidade consolidante, cuja representatividade é superior 85%, posicionando-o, assim, como o grande responsável pela apresentação das demonstrações financeiras consolidadas do grupo.

De seguida aparece o ativo circulante e os acréscimos e diferimentos, com uma representatividade de 5,19% e 0,49% respetivamente.

O total do passivo do Grupo Municipal ascende a 174.226.831 €, assumindo as dívidas a terceiros, o valor de 82.970.529€, cujo maior contributo advém da componente de natureza de médio e longo prazo, com a influência maioritária da entidade consolidante.

Os Fundos Próprios consolidados, ascendem a 341.037.035 €, dos quais 321.235.268 € representam o valor do seu património, assumindo cerca de 94% do seu total.

Da análise, destaca-se a diminuição do passivo consolidado, (-) 5,42%, justificado sobremaneira pela redução do passivo da entidade consolidante, em consequência do comportamento das suas duas componentes da dívida a terceiros, curto e médio e longo prazo, como bem se relata nas suas contas.

De seguida aparece a diminuição do ativo líquido com um decréscimo de (-) 1,92%, igualmente fundamentado pela redução do ativo da entidade-mãe, pelo efeito das variações nas mesmas rubricas já comentadas em sede de análise ao balanço das suas contas individuais.

Exibindo igual tendência, os Fundos Próprios reduzem (-) 0,03%, com principal origem nos resultados transitados, cujo impacto negativo adveio conjunta e maioritariamente da entidade mãe e da sua participada Espaço Municipal. Por outro lado as restantes rubricas dos fundos próprios apresentam oscilações positivas.

No Quadro 75 proceder-se-á a uma apreciação mais detalhada de cada uma destas componentes.

ATIVO

Imobilizado

Quadro 75

Descrição	ACTIVO LÍQUIDO IMOBILIZADO DO GRUPO MUNICIPAL					
	2011		2012		Variação	
	Valor	%	Valor	%	Valor	%
Bens de Domínio Público	124.086.567	24,69%	118.371.555	24,36%	-4,61%	-5.715.012
Imobilizações Incorpóreas	1.011.660	0,20%	995.905	0,20%	-1,56%	-15.754
Imobilizações Corpóreas	342.501.743	68,14%	337.785.937	69,50%	-1,38%	-4.715.806
Investimentos Financeiros	35.068.447	6,98%	28.870.397	5,94%	-17,67%	-6.198.050
TOTAL	502.668.417	100,00%	486.023.793	100,00%	-3,31%	-16.644.624

Un.: Euros

O Ativo Imobilizado do Grupo Municipal, constituído pelos bens de domínio público, imobilizações incorpóreas, imobilizações corpóreas e investimentos financeiros, apresenta uma variação em relação ao ano anterior de (-) 3,31%.

O Imobilizado de natureza corpórea e os bens de domínio público continuam a ser as parcelas com maior expressão, representando 69,50% e 24,36% respetivamente, do valor total do ativo imobilizado, refletindo variações negativas de (-) 1,38% e (-) 4,61% e explicadas na íntegra pelo efeito nas mesmas rubricas da empresa mãe já analisadas nas suas contas individuais.

Seguem-se os investimentos financeiros, que integram 5,94% do ativo líquido imobilizado, e que apresentam um decréscimo de (-) 17,67%, originado, essencialmente, pela variação ocorrida nos

investimentos da empresa Espaço Municipal - Renovação Urbana e Gestão de Património, E.E.M., em resultado da dissolução da empresa Parque Maior - Sociedade de Reabilitação Urbana da Maia, S.A, que per si representa (-) 4.089.028 €, e do município em matéria de fundos de investimento imobiliário.

Com menor expressividade aparecem as imobilizações incorpóreas, com um peso no Ativo Líquido Imobilizado de 0,20%.

Encerra-se a apreciação da rubrica do imobilizado com a inserção dos Gráficos 61 e 62, demonstrativos das referências anteriormente efetuadas.

Gráfico 61

Ativo Líquido Imobilizado do Grupo Municipal 2012

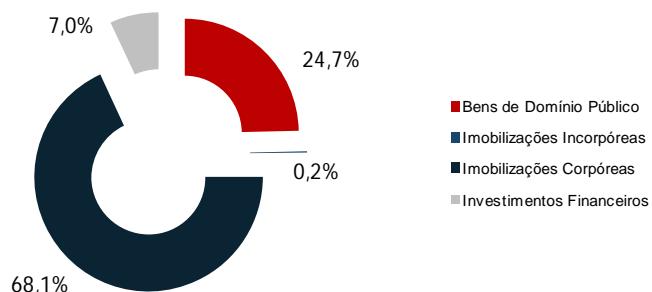
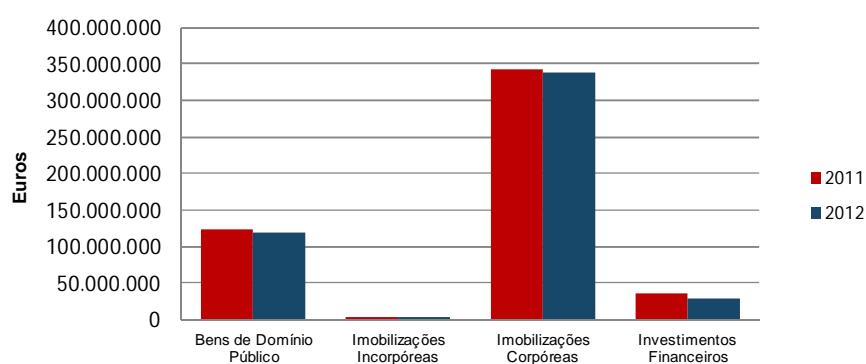


Gráfico 62

Variação do Ativo Líquido Imobilizado do Grupo Municipal 2011/2012



Circulante

O ativo circulante, com um montante de 26.718.389 que representa 5,19% do total do ativo líquido, é constituído pelas existências, pelas dívidas de terceiros e pelas disponibilidades, permanecendo esta última como a rubrica mais expressiva ao absorver 61,69% do valor total do ativo circulante, onde, mais uma vez se verifica a preponderância da entidade mãe ao representar cerca de 67% do seu valor.

Com exceção das existências, cujo valor no final de 2012 diminuiu (-) 5,89 % face ao ano anterior, quer as dívidas de terceiros quer as disponibilidades apresentam aumentos, de (+) 25,38% e de (+) 53,95%, respetivamente.

Pela sua significância, segue-se apreciação particularizada das componentes Disponibilidades e Dívidas de Terceiros.

Disponibilidades

À data de 31 de Dezembro de 2012 o valor das Disponibilidades ascende a 16.465.097 €, sendo 16.189.851 € constituídos por depósitos em Instituições de Crédito e 275.246 € por valores em caixa.

O total de Disponibilidades do grupo municipal compreende o saldo de gerência de operações orçamentais, no valor de 11.823.520 €, em resultado do balanceamento entre o total de receita orçamental cobrada e o total da despesa orçamental paga no exercício, a que acresce o saldo inicial, cujo detalhe consta no Quadro 76.

Quadro 76

MAPA DE FLUXOS DE CAIXA CONSOLIDADO DE OPERAÇÕES ORÇAMENTAIS			
	31-Dez-11	31-Dez-12	Variação %
RECEBIMENTOS			
Saldo inicial	3.535.258	5.641.691	59,58%
Receitas orçamentais	89.544.261	82.519.880	-7,84%
Correntes	83.315.890	78.042.619	-6,33%
Capital	6.227.401	4.473.848	-28,16%
Outras	970	3.413	251,91%
PAGAMENTOS			
Despesas orçamentais	87.437.828	76.338.051	-12,69%
Correntes	65.756.287	56.511.075	-14,06%
Capital	21.681.541	19.826.976	-8,55%
Saldo final	5.641.691	11.823.520	109,57%

Un:Euros

Da observação dos movimentos financeiros ocorridos na gerência de 2012 no grupo municipal conclui-se assim que:

- as entradas de fundos totalizaram 82.519.880 €, sendo 78.042.619 € provenientes de receitas correntes e 4.473.848 € de natureza de capital, justificando-se o residual de 3.413 € única e exclusivamente pelas reposições não abatidas nos pagamentos da entidade mãe.
- por sua vez, as saídas de fundos ascenderam a 76.338.051 €, dos quais 56.511.075 € espelham o montante pago de despesas correntes e o diferencial de 19.826.976 € das de natureza de capital;
- em relação ao ano transato, é visível um aumento substancial no saldo das operações orçamentais do grupo, na ordem dos (+) 110%, mais uma vez sobretudo devido à influência preponderante do Município.

Dívidas de terceiros

Atendendo à materialidade das respetivas provisões os valores desta rubrica apresentam-se em termos Brutos.

Quadro 77

DÍVIDAS DE TERCEIROS DO GRUPO MUNICIPAL									
ATIVO BRUTO									
	2011			2012					
	Ativo Bruto	Provisões	Ativo Líquido	Peso %	Ativo Bruto	Provisões	Ativo Líquido	Peso %	Variação 2011/2012
Empréstimos Concedidos	81255	0	81255	1,13%	71969		71969	0,80%	-11,43%
Client./Contrib./Utentes c/c	5.297.719	1.825.418	3.472.301	48,39%	5.238.320	1.371.993	3.866.326	42,97%	11,35%
Client./Contrib./Utentes/Otros devedores-Cobrança	10.889.520	8.538.343	2.736.177	38,13%	10.759.877	8.538.454	2.221.422	24,69%	-18,81%
Dúvidosa									
Client./Contrib./Utentes	8.080.872	6.166.019	1.894.853	26,40%	8.026.691	6.907.615	1.119.075	12,44%	-40,94%
Outros devedores	2.808.648	1.967.325	841.324	11,72%	2.733.186	1.630.839	1.102.347	12,25%	31,03%
Adiantamentos a Fornecedores	35	0	35	0,00%	35	0	35	0,00%	0,00%
Estado e Outros Entes Públcos	277.663	0	277.663	3,87%	245.880	0	245.880	2,73%	-11,45%
Outros Devedores	608.852	0	608.852	8,48%	2.592.298	0	2.592.298	28,81%	325,77%
TOTAL	17.155.044	9.978.761	7.176.282	100,00%	18.908.379	9.910.448	8.997.931	100,00%	25,38%

Un. Euro

No final do exercício de 2012 a análise das dívidas de terceiros do grupo municipal conduz a um valor total bruto de 18.908.3790 €, o que reflete um acréscimo de cerca de (+) 10 % face a 2011, não obstante em termos líquidos se registar um valor de 8.997.931 €, a que já corresponde um acréscimo de (+) 25%, circunstância que está diretamente relacionada com a constituição das correspondentes provisões, temática esta devidamente explicitada na respetiva nota ao balanço e à demonstração de resultados.

Acrescenta-se ainda que em termos brutos este aumento de (+) 1.753.335 € nas dívidas de terceiros é originado na sua maioria pela rubrica dos “Outros Devedores”, por influência não só da entidade consolidante, como também da empresa Maiambiente - Empresa Municipal do Ambiente, E.E.M”, no âmbito do “Projeto de Contentorização” que é objeto de financiamento externo, contrapondo com a descida generalizada das restantes componentes, agregados que sejam os créditos de cobrança duvidosa com os de clientes, contribuintes e utentes conta corrente.

Destaca-se que a rubrica de cobrança duvidosa continua a ser aquela com maior expressividade em termos brutos, mas para as quais foram constituídas provisões em conformidade com as regras previstas, cujo valor ascende a 8.538.454 €, e que o seu contributo é sobretudo proveniente do posicionamento nesta matéria do Município.

O comportamento da rubrica de “Empréstimos Concedidos” justifica-se plenamente pelas circunstâncias descritas em sede das contas individuais da entidade consolidante, e respeita exclusivamente a empréstimos concedidos para financiamento e apoio às micros e pequenas empresas no Concelho da Maia no âmbito do Programa Finicia, ao abrigo do Protocolo Financeiro e de Cooperação celebrado entre o Município da Maia e as demais entidades intervenientes, incluindo ainda a parceria de uma Instituição de Crédito.

Acréscimos e diferimentos ativos

Do cumprimento do princípio da especialização dos exercícios resulta a inclusão nas demonstrações financeiras, no ativo do balanço, das rubricas de Acréscimos de Proveitos e de Custos Diferidos, que conduz à assunção dos custos e dos proveitos quando incorridos ou obtidos, independentemente do momento em que ocorra o seu pagamento ou recebimento, cuja disposição se apresenta no Quadro 78.

Quadro 78

ACTIVO	
ACRÉSCIMOS E DIFERIMENTOS DO GRUPO CONSOLIDADO	
	2.521.684
Acréscimos de Proveitos	2.345.910
Custos Diferidos	61.842
Activos por Impostos Diferidos	113.932

Un.: Euros

Os ativos por impostos diferidos estão relacionados com as diferenças temporárias dedutíveis nas empresas Academia das Artes - Produções Culturais, E.M. e Espaço Municipal - Renovação Urbana e Gestão do Património, E.M no montante de 14.541 € e 99.391 € respetivamente.

PASSIVO

Composto pelas rubricas das provisões para riscos e encargos, as dívidas a terceiros e os acréscimos e diferimentos, o passivo total consolidado atingiu o montante de 174.226.831 €, apresentando no final do ano de 2012 uma quebra de (-) 5,42% face ao ano anterior, seguindo a tendência da empresa mãe.

Permanecendo a orientação da anterior gerência, as suas duas últimas componentes são as que têm maior expressividade, ao assumirem cerca de 48% e 50% do total do passivo, respetivamente, e as dívidas a terceiros continuam a ser a rubrica que contribui para a diminuição do total do passivo, com uma redução de (-) 12,55%.

Dívidas a Terceiros

A apreciação realizada neste âmbito atende à informação contida no balanço, integrando-se quer as operações orçamentais quer as não orçamentais.

Quadro 79

DÍVIDAS A TERCEIROS DO GRUPO MUNICIPAL					
	2011	Peso	2012	Peso	Variação 2011/2012
Dívidas a Terceiros de Médio e Longo Prazo					
Empréstimos de médio e longo prazo	43.991.735	46,37%	36.602.927	44,12%	-16,80%
Fo mecedores c/c - mlp	19.636.376	20,70%	19.437.356	23,43%	-10%
Fo mecedores de Imobilizado mlp	1.337.134	1,41%	942.404	1,14%	-29,52%
Sub-Total	64.965.245	68,47%	56.982.687	68,68%	-12,29%
Dívidas a Terceiros de Curto Prazo					
Amortizações de MLP exigíveis no Curto Prazo	7.873.789	8,30%	7.958.468	9,59%	1,08%
Empréstimos de mlp - Amortizações exigíveis a c/p	7.465.729	7,87%	7.493.927	9,03%	0,38%
Fornecedores c/c, mlp - Amortizações exigíveis a c/p	18.726	0,12%	19.9020	0,24%	75,00%
Fornecedores de Imobilizado mlp - Amortizações exigíveis a c/p	294.334	0,31%	265.520	0,32%	-9,79%
Empréstimos de curto prazo	64.238	0,07%	60.000	0,07%	-6,60%
Fo mecedores c/c (incluindo faturas em receção e conferência)	3.521.840	3,71%	1.849.438	2,23%	-47,49%
Adiantamentos de clientes, contribuintes e utentes	29.743	0,03%	29.829	0,04%	0,29%
Fo mecedores de Imobilizado (incluindo faturas em receção e conferência)	8.048.420	8,48%	18.19.060	2,19%	-77,40%
Estado e Outros Entes Públicos:	583.448	0,61%	614.843	0,74%	5,38%
Cientes e Utentes c/ cauções	1.830.665	19,3%	1.823.060	2,20%	-0,42%
Outros Credores	7.963.076	8,39%	11.833.144	14,26%	48,60%
Sub-Total	29.915.220	31,53%	25.987.842	31,32%	-13,13%
TOTAL	94.880.465	100,00%	82.970.529	100,00%	-12,55%

Un.: Euros

Da apreciação do Quadro 79, ressalta como principal conclusão que devido à diminuição da generalidade das suas principais componentes, permanece a tendência de redução da dívida do grupo municipal que no final do exercício de 2012 se posiciona nos 82.970.529 €, alicerçada maioritariamente na dívida de médio e longo prazo que ascende a 56.982.687 €, em resultado dos 25.987.842 € que emergem da dívida de curto prazo.

O decréscimo de (-) 12,55% na dívida consolidada, é sobretudo justificado, fruto da sua materialidade, pela redução do endividamento de médio e longo prazo, que ronda os (-) 12%, logo seguido pelo abatimento de (-) 77,4% dos créditos dos fornecedores de imobilizado, e dos créditos dos fornecedores conta corrente que se fixam em (-) 47,49%.

Atendendo à influência predominante do município neste âmbito, em termos de contributo de cada uma das suas componentes de curto prazo e antes de qualquer análise detalhada ao seu comportamento reiteram-se as considerações emanadas em sede de relato das contas individuais do Município, designadamente que no final da gerência se procedeu a um reajustamento contabilístico, posicionando um débito que está a ser dirimido em tribunal no âmbito de um processo litigioso, referente ao Parque Urbano de Avioso, registado em fornecedores de imobilizado, na rubrica outros credores, reafectação que não tendo qualquer impacto no total da dívida de curto prazo, prejudica uma análise comparativa ao nível destas duas componentes.

Com efeito, o acréscimo registado na componente de “Outros credores”, é explicado na íntegra por esse reajustamento contabilístico, ficando assim prejudicada a comparabilidade das referidas rubricas relativamente a anteriores exercícios económicos, em benefício do rigor contabilístico da informação ora reportada, não tendo contudo qualquer impacto na comparabilidade do total da dívida.

Considerando o valor da dívida de médio e longo prazo no balanço individual do Município é notória a sua influência nesta rubrica, encontrando-se bem espelhada a contribuição de cada uma das entidades do grupo municipal no Quadro 80.

Quadro 80

DIVIDAS A TERCEIROS DE MÉDIO E LONGO PRAZO DO GRUPO MUNICIPAL									
Descrição	Fornecedores c/c	Empréstimos Obtidos	Fornecedores Imobilizado	2012		2011			Variação
				Valor	Peso	Valor	Peso		
MUNICÍPIO DA MAIA	-	43.988.556	898.727	44.887.283	69,12%	52.567.656	72,17%		-14,61%
SMAS MAIA	19.636.376	0	255.141	19.891.518	30,63%	20.030.780	27,50%		-0,70%
EMEM	-	-	-	0	0,00%	0	0,00%		-
ACADEMIA ARTES	-	-	-	0	0,00%	0	0,00%		-
MAIAMBIENTE	-	-	6.295	6.295	0,01%	38.591	0,05%		-83,69%
ESPAÇO MUNICIPAL	-	-	156.059	156.059	0,24%	202.007	0,28%		-22,75%
CONSERVATÓRIO MÚSICA	-	-	-	0	0,00%	0	0,00%		-
TOTAL	19.636.376	43.988.556	1.316.222	64.941.155	100,00%	72.839.034	100,00%		-10,84%

Un: Euros

NOTA: Inclui as amortizações dos empréstimos de médio e longo prazo exigíveis a curto prazo

Face aos valores apresentados, conclui-se que a maioria do endividamento de médio e longo prazo do grupo, cerca de 69%, provém da Câmara Municipal logo seguido do contributo prestado pelo SMAS, a rondar os 31%, montante que respeita à dívida a empresas concessionárias do serviço de distribuição de energia elétrica em baixa tensão, consolidada até 31 de Dezembro de 1988. As restantes entidades, atendendo aos valores apresentados, não têm expressão significativa para influir no endividamento global de exigibilidade de médio e longo prazo.

A título complementar insere-se o Quadro 81 representativo da composição da dívida desta natureza no final da gerência de 2013, concretizadas que sejam as respetivas amortizações exigíveis a curto prazo, perspetivando-se uma nova redução, na ordem dos (-) 12%.

Quadro 81

PREVISÃO DA ESTRUTURA DA DÍVIDA DE MÉDIO E LONGO PRAZO DO GRUPO MUNICIPAL			
Descrição	Capital em Dívida a 31/12/2012	Amortizações da Dívida MLP	Capital em Dívida a 31/12/2013
Município			
Empréstimos de Médio e Longo Prazo			
Empréstimo Bancário de M.L.P. com o Banco Totta e Açores	10.912.570	2.785.527	8.27.044
Empréstimo Bancário de M.L.P. com o BPI	7.900.295	2.016.618	5.883.677
Empréstimo Bancário de M.L.P. com o Santander Totta - PREDE	2.258.196	1505.464	752.732
Empréstimo Bancário de M.L.P. com o Estado - PREDE	5.018.213	0	5.018.213
Empréstimo Bancário de M.L.P. com o BBVA	5.595.764	300.642	5.295.123
Empréstimo Bancário de M.L.P. abrigo da linha de Crédito Bonificado - CGD	12.303.518	885.677	1147.841
Fornecedores de Imobilizado de Médio e Longo Prazo - Millennium BCP	898.727	211465	687.262
	44.887.283	7.705.392	37.181.891
Maiambiente			
Locações Financ. - Santander Totta	6.295	6.295	0
	6.295	6.295	0
Espaço Municipal			
Locações Financ. - Totta Crédito	122.595	30.000	92.595
Locações Financ. - Caixa Leasing	33.463	17.760	15.703
	156.059	47.760	108.299
SMAS			
Fornecedores c/c - Médio e Longo Prazo - Electricidade de Portugal, S.A.	19.636.376	199.020	19.437.356
Fornecedores Imobilizado c/ cauções	255.141	0	255.141
	19.891.518	199.020	19.692.497
Total	64.941.155	7.958.468	56.982.687

Un: Euros

Acréscimos e Diferimentos passivos

Do cumprimento do princípio da especialização dos exercícios resulta a inclusão nas demonstrações financeiras, no passivo do balanço, das rubricas de acréscimos de custos e de proveitos diferidos, cuja constituição se demonstra de seguida.

Quadro 82

PASSIVO	
ACRÉSCIMOS E DIFERIMENTOS DO GRUPO CONSOLIDADO	
	87.859.642
Acréscimos de Custos	2.900.972
Proveitos Diferidos	84.271.270
Passivos por Impostos Diferidos	687.400

Un: Euros

O reconhecimento de custos e proveitos de natureza passiva ascendeu a 87.859.642 €, correspondendo a acréscimos de custos 2.900.972 € e a proveitos diferidos o de 84.271.270 €, estes últimos associados ao montante contabilizado em subsídios para investimentos, a título de comparticipações oportunamente aprovadas no âmbito de projetos homologados ao abrigo dos Quadros Comunitários de Apoio ou de

Protocolos e Contratos-Programa para o efeito celebrados. Este valor tem vindo a ser progressivamente transferido numa base sistemática para proveitos, acompanhando a contabilização das amortizações dos ativos financiados, estando sobretudo indexados ao balanço individual da entidade consolidante.

Os passivos por impostos diferidos estão integralmente relacionados com diferenças temporárias tributárias na empresa Espaço Municipal - Renovação Urbana e Gestão do Património, E.E.M..

FUNDOS PRÓPRIOS

Em 2012 os Fundos Próprios com o valor de 341.037.035 €, apresentam uma oscilação negativa (-) 0,03%, devido ao impacto dos resultados transitados que aparecem substancialmente agravados, face ao ano anterior, não obstante o comportamento positivo da totalidade das demais rubricas.

Com efeito, verifica-se que os resultados líquidos apresentam uma variação positiva na ordem dos 3.715.399 € o património e os ajustamentos de partes de capital em empresas aumentaram 1.926.151 € e 1.173.015 €, respetivamente, e, por último as reservas com mais (+) 1.051.066 €.

Contrariamente, e tal como foi dito, os resultados transitados registam uma expressiva descida de (-) 7.963.924 €, Influenciada sobretudo, quer pelos resultados do Município, em consequência da transferência do resultado líquido negativo gerado no ano de 2011, no valor de (-) 3.988.147 €, quer pela variação ocorrida nos capitais próprios da empresa Espaço Municipal - Renovação Urbana e Gestão do Património, E.E.M., na sequência de ajustamentos contabilísticos efetuados a elementos do ativo imobilizado associados à operação urbanística de loteamento conjunto de iniciativa municipal – Câmara Municipal e Espaço Municipal, E.E.M, no âmbito da dissolução da empresa Parque Maior - Sociedade de Reabilitação Urbana da Maia, S.A.

2012

DEMONSTRAÇÃO CONSOLIDADA DE RESULTADOS

maia
CÂMARA MUNICIPAL

Quadro 83

DEMONSTRAÇÃO CONSOLIDADA DE RESULTADOS			
	2011	2012	Variação
CUSTOS E PERDAS			
Custo das Mercadorias Vendidas e das Matérias Consumidas	4.671.852	4.547.132	-2,67%
Fornecimento e Serviços Externos	20.137.628	20.984.531	4,21%
Custos com Pessoal	26.341.434	24.434.185	-7,24%
Transferências e Subsídios Correntes Concedidos e Prestações Sociais	2.812.209	3.576.387	27,17%
Amortizações do Exercício	19.661.354	20.676.355	5,16%
Provisões do Exercício	3.511.937	1.016.469	-71,06%
Outros Custos e Perdas Operacionais	1.172.802	1.280.309	9,17%
(A)	78.309.215	76.515.369	-2,29%
Custos e Perdas Financeiras	4.109.495	3.858.610	-6,11%
(C)	82.418.711	80.373.979	-2,48%
Custos e Perdas Extraordinárias	6.068.079	4.641.643	-23,51%
(E)	88.486.789	85.015.622	-3,92%
Imposto Estimado	47.942	149.098	211,00%
(G)	88.534.731	85.164.720	-3,81%
Resultado Líquido do Exercício	-2.893.164	822.235	-128,42%
	85.641.567	85.986.955	0,40%
PROVEITOS E GANHOS			
Vendas e Prestação de Serviços	26.944.517	27.401.554	1,70%
Impostos e Taxas	35.311.135	36.450.365	3,23%
Proveitos Suplementares	113.040	204.112	80,57%
Transferências e Subsídios Obtidos	15.708.876	14.777.892	-5,93%
Outros Proveitos e Ganhos Operacionais	4.439	34.107	668,29%
(B)	78.082.008	78.868.030	1,01%
Proveitos e Ganhos Financeiros	588.219	431.557	-26,63%
(D)	78.670.227	79.299.587	0,80%
Proveitos e Ganhos Extraordinários	6.971.340	6.687.368	-4,07%
(F)	85.641.567	85.986.955	0,40%
RESUMO			
Resultados Operacionais antes das amortizações e provisões	22.946.083	24.045.485	-
Resultados Operacionais após das amortizações e provisões: (B-A)	-227.207	2.352.661	-
Resultados Financeiros: (D-B)-(C-A)	-3.521.276	-3.427.053	-
Resultados Correntes: (D-C)	-3.748.484	-1.074.392	-
Resultados antes de imposto: (F-E)	-2.845.222	971.333	-
Resultados Líquido do Exercício:	-2.893.164	822.235	-

Un.:Euros

Da análise aos Resultados Consolidados do grupo Município da Maia verifica-se um aumento em todos os resultados, face ao ano anterior, pese embora os designados de financeiros e os correntes se mantenham em valores negativos, continuando o Município do Maia, enquanto entidade – mãe, a contribuir de forma determinante para o resultado do grupo.

O resultado líquido do grupo com o valor de 822.235 € encontra-se influenciado pela descida de uma parte dos custos associados e pela subida da generalidade dos seus proveitos, sendo os operacionais os que mais contribuíram para a sua formação.

A atividade operacional do grupo apresenta uma melhoria significativa, ao passar de (-) 227.207 € para (+) 2.352.661 €, para o qual muito contribui a descida, dos custos com pessoal verificada em todas as

entidades que compõem o perímetro consolidado, e das provisões, estas com principal origem na entidade mãe.

Em contra ciclo para além das amortizações, aparecem agravados os Fornecimentos e Serviços Externos, a aumentarem (+) 4,21 %, e as Transferências e Subsídios Correntes Concedidos e Prestações Sociais com (+) 27,17%, sendo os demais incrementos residuais.

O acréscimo verificado nas Transferências e Subsídios Correntes Concedidos e Prestações Sociais é motivado pela atribuição de um subsídio de 677.839 € pelo Município à empresa Tecmaia - Parque Ciência e Tecnologia da Maia, SA EM, destinado ao reequilíbrio das contas dada a participação em 51% nos capitais próprios da mesma.

Em matéria de fornecimentos e serviços externos, sobressai o incremento de (+) 846.902 €, por força da influência de todas as entidades, à exceção da Empresa Municipal de Estacionamento, E.E.M. e do Conservatório de Música, que apresentam reduções, apesar de residuais.

Quanto às amortizações do exercício, como é previsível, permanecem com um forte impacto nos custos operacionais, resultado dos Investimentos realizados ao longo dos anos, principalmente pelo Município, apesar do aumento em 2012, ser fundamentalmente justificado pelo Investimento preconizado pela Empresa Maiambiente, E.E.M. em equipamento básico para o designado Projeto de Contentorização.

No que diz respeito aos proveitos e ganhos, a maior representatividade, 46,22%, é proveniente de Impostos e Taxas em 36.450.365 €, essencialmente cobrados pelo Município em 2012, denotando-se, face ao ano anterior, um acréscimo de (+) 3,23%, muito influenciado por via dos impostos diretos.

Logo de seguida aparece o contributo da Venda e Prestação de Serviços, a representar cerca de 35 % do total dos proveitos, com um acréscimo de (+) 1,7%. O total arrecadado de 27.401.554 €, está na sua grande maioria associado à cobrança da tarifa de água e resíduos sólidos urbanos, imputável aos Serviços Municipalizados e à Maiambiente, E.E.M., na sequência do seu objeto social, que por si só justificam cerca de 19.643.984 € daquele total. Por sua vez, por conta das rendas de habitação social cuja gestão está sob a responsabilidade da empresa Espaço Municipal - Renovação Urbana e Gestão de Património, E.E.M, foram também arrecadados cerca de 4.047.009 €

Com comportamento inverso, apenas se verifica a quebra de (-) 930.984 € nas Transferências e Subsídios Obtidos, praticamente todo imputável à entidade consolidante por força do decréscimo registado na transferência de fundos municipais.

Neste contexto, a atividade operacional do grupo municipal, continua a ser a componente mais relevante em toda a atividade autárquica. Com exceção dos contributos negativos da empresa Maiambiente, E.E.M. e da Espaço Municipal, E.E.M, todas as demais entidades contribuíram positivamente, com relevo para o Município.

No que concerne aos resultados financeiros, embora se mantenham em valores negativos revelam uma melhoria de (+) 94.223 €, dada a descida dos custos que lhes estão associados, em cerca de (-) 6,11% note-se no entanto um decréscimo dos proveitos na ordem de (-) 156.662 € sendo mais uma vez influenciados pela entidade-mãe.

Regista-se também, a diminuição em cerca de (-) 1.426.436 € dos custos e perdas extraordinários justificada pelos decréscimos das transferências capital concedido e pelas correções relativas a exercícios anteriores e a descida de (-) 283.972 € do lado dos proveitos e ganhos, influenciada pelas oscilações de várias componentes.

A explicitação particularizada dos Resultados Financeiros e Extraordinários consta em pontos próprios inseridos nas Notas ao Balanço e Demonstração de Resultados.

2
0
1
2

**INDICADORES DE GESTÃO DA ATIVIDADE
CONSOLIDADA**

maia
CÂMARA MUNICIPAL

INDICADORES FINANCEIROS

INDICADORES			2011		2012		Variação (2011/2012)	OBSEVAÇÕES
1	SUSTENTABILIDADE A MÉDIO E LONGO PRAZO	Solvabilidade I	Fundo Patrimonial	34135 328		341037 035	105,74%	Os indicadores de solvabilidade medem a capacidade financeira global de a entidade poder solver melhor ou pior a totalidade dos seus compromissos, isto é, evidencia se os capitais próprios são ou não suficientes para solver a dívida (de curto, médio ou longo prazos). Pode, assim, em destaque o grau de independência da entidade em relação aos seus credores.
			Passivo	84 201920	105,20%	174 226 831		
2		Solvabilidade II	Activo Líquido	525 337 248		515 263 866	295,74%	Este indicador, em função do activo e do passivo, dá a solvabilidade em sentido estrito, devendo ser superior a 100%, pois caso seja inferior à unidade evidencia uma situação líquida negativa.
			Passivo	84 201920	285,20%	174 226 831	3,70%	
3	AUTONOMIA FINANCEIRA		Fundo Patrimonial	34135 328		341037 035	66,19%	Este indicador evidencia a parte do activo coberto pelo fundo patrimonial, ou seja, compara o capital próprio com a aplicação de fundos. Quando o maior o valor do rácio, tanto menor será a dependência da entidade face a financiamentos externos, o que lhe dará maior autonomia, ou seja, maior solvabilidade. Um valor baixo indica grande dependência em relação aos credores. Deve ser superior a 33%.
			Activo Líquido	525 337 248	64,94%	515 263 866	193%	
4	EQUILÍBRIO DE CURTO PRAZO	Liquidez Geral	Activo Circulante	19 205 569		26 718 389	102,81%	O presente indicador mede o grau em que os débitos de curto prazo estão cobertos pelo activo circulante, ou seja, mede a capacidade da entidade para fazer face aos débitos ou compromissos a curto prazo utilizando os montantes de disponibilidades, clientes, contribuintes e utentes e existências (Nota: não inclui, em ambos os casos, os montantes relativos a acréscimos e diferimentos). Deve ser superior a 100% - situação em que se verifica um equilíbrio financeiro mínimo. Se for inferior a 100% mostra a impossibilidade da entidade de cumprir os pagamentos referentes a débitos a liquidar no curto prazo (um ano). Quanto maior for o resultado do indicador, maior a certeza de que os débitos a curto prazo podem ser pagos nos prazos adequados.
			Passivo Circulante	29 915 220	64,20%	25 987 842	60,41%	
5	EQUILÍBRIO DE CURTO PRAZO	Liquidez Imediata	Disponibilidades	10 695 340		16 465 097	63,36%	É idêntico ao anterior, mas considerando apenas o valor das disponibilidades. Deve ser > 90%
			Passivo Circulante	29 915 220	35,75%	25 987 842	77,21%	
6	IMOBILIZAÇÕES	Indicador das imobilizações I	Capitais Permanentes	406 100 573		398 019 722	81,89%	A aquisição de imobilizado deve processar-se, em regra, através de capitais que não sejam exigíveis a curto prazo, isto é, através de capitais permanentes (fundo patrimonial + financiamentos de MLP). Avalia a cobertura do imobilizado por capitais permanentes, sendo complementar ao indicador de liquidez geral. Se tem um valor inferior à unidade, poderá significar que parte do imobilizado está a ser financiado por capitais exigíveis a curto prazo.
			Imobilizado Líquido	502 668 417	80,79%	486 023 793	137%	
7		Percentagem de imobilizado líquido total	Imobilizado Líquido	502 668 417		486 023 793	94,33%	Permite aferir a importância relativa do imobilizado no conjunto do activo líquido da autarquia. Quanto maior a % maior a rigidez e a falta de liquidez associada à estrutura do activo da entidade.
			Activo Líquido	525 337 248	95,68%	515 263 866	-142%	

INDICADORES FINANCEIROS

INDICADORES				2011		2012		Variação (2011/2012)	OBSERVAÇÕES
8	ENDVIDAMENTO	Endividamento	Passivo	184 201920		174 226 831		-3,57%	Mede o peso dos capitais alheios no financiamento das actividades da autarquia.
			Activo Líquido	525 337 248	35,06%	55 263 866	33,81%		
9		Endividamento de MLP	Dívidas de MLP	64 965 245		56 982 687		-10,57%	Mede o grau de dependência do activo líquido total relativamente ao capital alheio de MLP utilizado pela entidade.
			Activo Líquido	525 337 248	12,37%	55 263 866	11,06%		
10		Endividamento - Empréstimos de MLP	Empréstimos de MLP	43 991 735		36 602 927		-5,17%	Mede o grau de dependência do activo líquido total relativamente aos empréstimos de MLP contraídos pela entidade.
			Activo Líquido	525 337 248	8,37%	55 263 866	7,10%		
11		Endividamento de CP	Dívidas de Curto Prazo	29 915 220		25 987 842		-11,43%	Mede o grau de dependência do activo líquido total relativamente ao capital alheio de curto prazo utilizado pela entidade. As dívidas de curto prazo correspondem ao passivo circulante anteriormente referido, não incluindo, por isso, os acréscimos e diferimentos.
			Activo Líquido	525 337 248	5,69%	55 263 866	5,04%		
12	ESTRUTURA DE CUSTOS	Endividamento - Empréstimos de CP	Empréstimos de Curto Prazo	64 238		60 000		-4,77%	Mede o grau de dependência do activo líquido total relativamente aos empréstimos de curto prazo contraídos pela entidade.
			Activo Líquido	525 337 248	0,01%	55 263 866	0,01%		
13		Estrutura de Endividamento I	Dívidas de MLP	64 965 245		56 982 687		-7,27%	Exprime a estrutura de endividamento, tendo em conta o passivo de MLP. Quanto maior for o rácio de médio e longo prazo menor será o peso das dívidas de curto prazo, incluindo os acréscimos e diferimentos, na dívida total, implicando, nesse caso, menores pressões sobre a tesouraria.
			Passivo	184 201920	35,27%	174 226 831	32,71%		
14		Estrutura de Endividamento II	Dívidas de Curto Prazo	29 915 220		25 987 842		-8,15%	Exprime a estrutura de endividamento, tendo em conta apenas o passivo circulante, excluindo, por isso, os acréscimos e diferimentos. Complementa o indicador anterior.
			Passivo	184 201920	16,24%	174 226 831	14,92%		
15	ESTRUTURA DE CUSTOS	Peso das despesas com pessoal	Custos com Pessoal	26 341 434		24 434 185		-3,45%	Exprime o peso das despesas com pessoal no total dos custos da estrutura.
			Total de Custos	88 486 789	29,77%	85 015 622	28,74%		
16		Peso das Transferências e Subsídios	Transferências e Subsídios	2 812 209		3 576 387		32,37%	Exprime o peso dos subsídios e das transferências no total dos custos da estrutura
			Total de Custos	88 486 789	3,18%	85 015 622	4,21%		
17		Peso dos Fornecimentos e Serviços Externos	FSE	20 137 628		20 984 531		8,46%	Exprime o peso dos fornecimentos e serviços externos no total dos custos da estrutura.
			Total de Custos	88 486 789	22,76%	85 015 622	24,68%		
18		Peso dos custos Financeiros	Custos Financeiros	4 109 495		3 858 610		-2,27%	Exprime o peso dos custos financeiros no total dos custos da estrutura.
			Total de Custos	88 486 789	4,64%	85 015 622	4,54%		

2
0
1
2

**ANEXOS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONSOLIDADAS
FINANCEIRAS**

maia
CÂMARA MUNICIPAL

2012

**NOTAS AO BALANÇO CONSOLIDADO E À
DEMONSTRAÇÃO CONSOLIDADA DE RESULTADOS**

maia
CÂMARA MUNICIPAL

8.2 – NOTAS AO BALANÇO CONSOLIDADO E À DEMONSTRAÇÃO DE RESULTADOS CONSOLIDADOS

8.2.1. Informações relativas às entidades incluídas no perímetro de consolidação e a outras entidades participadas:

a) Relativamente às entidades incluídas no perímetro de consolidação:

Quadro 84

Denominação	N.P.C. N.I.F.	Sede Social	Actividade Principal	Motivo da Inclusão Detenção da Totalidade do Capital	N.º Médio de Trabalhadores por categorias			ANO 2012
					2011	2012	N.º	
					Directa	Indirecta	N.º	
Município	505 387 31	Praça Dr. José Vieira de Carvalho 4474-006 Maia	Administração Local	100%	-	103	1074	
Empresa Metropolitana de Estacionamento da Maia, E.E.M	504 830 783	Praça Dr. José Vieira de Carvalho Torre Municipal, 1º Piso 4474-006 Maia	Gestão de serviços de interesse geral e a promoção do desenvolvimento local e regional, através, designadamente da: a) Instalação e gestão de sistemas de estacionamento público pago, à superfície ou em estruturas executadas no solo ou subsolo, no território do concelho da Maia. b) Elaboração e promoção de estudos de ordenamento de zonas destinadas ao parqueamento automóvel.	100%	-	22	22	
ACADEMIA DAS ARTES DA MAIA - Produções Culturais, E.M.	504 925 229	Fórum da Maia Núcleo Central do Concelho Rua Engenheiro Duarte Pacheco 4474-006 Maia	Produção de eventos culturais e ainda participar/ gerir sociedades cujo objectivo seja a construção/ exploração de parques temáticos; construir, explorar e gerir imóveis cujo fim se destine ao desenvolvimento de actividades artístico-culturais; proceder/ encomendar estudos, inquéritos e projectos; celebrar contratos-programa com organismos públicos e privados.	100%	-	37	30	Vide Anexo V
MAIAMBIENTE - Empresa Municipal do Ambiente, E.M.	505 060 868	Rua 5 de Outubro, n.º 359 Milheirós 4475-302 Maia	Remoção dos resíduos sólidos urbanos	100%	-	148	126	
ESPAÇO MUNICIPAL - Renovação Urbana e Gestão do Património, E.M	505 462 583	Rua Dr. Carlos Felgueiras, n.º 81 4470-577 Maia	Promoção Imobiliária / Gestão de Rendas	100%	-	26	25	
CONSERVATÓRIO DE MÚSICA DA MAIA	507 326 270	Fórum da Maia Núcleo Central do Concelho Rua Engenheiro Duarte Pacheco 4474-006 Maia	Gestão do Conservatório de Música da Maia e a persecução de actividades que visem o desenvolvimento cultural da população do Concelho da Maia.	-	100%	0	0	
SERVIÇOS MUNICIPALIZADOS DA MAIA	680 015 124	Rua Dr. Carlos Felgueiras 4471-909 Maia	Distribuição de Água, recolha e tratamento de águas residuais	100%	-	172	168	

b) Relativamente às entidades participadas excluídas do perímetro de consolidação:

Quadro 85

ENTIDADES EXCLUÍDAS DO PERÍMETRO DE CONSOLIDAÇÃO					
Denominação	N.P.C. N.I.F.	Sede Social	Actividade Principal	Participação Detida	Motivos da Exclusão
Águas do Douro e Paiva, S.A.	503 537 624	Rua de Vilar, n.º 235 - 5º Apartado 55145 4050-626 Porto	Captação, Tratamento e Distribuição de Água	2,71%	Não integra o SEL
Águas do Noroeste, S.A.	509 436 595	Lugar de Gaído Barcelos 4755-045 Areias de Vilar	Captação, Tratamento e Distribuição de Água	2,17%	Não integra o SEL
MACMAI - Matadouro Agrícola e Comercial da Maia, Lda.	502 342 943	Rua 5 de Outubro, n.º 359 Milheiros 4475-302 Maia	Abate de gado bovino, caprino, o vino e equíno.	100,00%	Nos termos do Acordão proferido em 23/06/2009 pelo Tribunal de Contas não integra SEL
MUNICÍPIA - Empresa de Cartografia e Sistemas de Informação, S.A.	504 475 606	Av. Prof. Dr. Cavaco Silva Edifício Ciência II, n.º 11- 3º B - Taguspark 2740-120 Porto Salvo	Produção de cartografia, topografia e ortofotomaps; concepção e gestão de sistemas de informação geográfica; produção e comercialização de dados; desenvolvimento e gestão de projectos de internet e intranet; concepção, edição e comercialização de publicação nas áreas da sua actividade social; consultoria em sistemas de informação. Trabalho aéreo. Formação nas áreas da sua actividade social (formação profissional).	4,64%	Não detida a 100%
NET - Novas Empresas e Tecnologias, S.A.	501919 872	Rua de Salazar, n.º 842 4149-002 Porto	Promover e apoiar a criação e desenvolvimento de pequenas e médias empresas que explorem negócios novos ou utilizem tecnologias inovadoras.	0,22%	Não detida a 100%
TECMÁIA - Parque de Ciência e Tecnologia da Maia, S.A.	504 569 244	Rua Eng.º Frederico Ulrich, n.º 2650 4470-605 Moreira da Maia	Gestão do Parque de Ciência e Tecnologia da Maia	51,00%	Não detida a 100%
PORTEGÁS - Sociedade de Produção e Distribuição de Gás, S.A.	501991476	Rua Linhas de Torres, n.º 41 4350-214 Porto	Distribuição de gás natural, bem como a produção e distribuição de outros gases combustíveis canalizados e, ainda, outras actividades relacionadas com o objecto principal, designadamente a produção e comercialização de equipamentos de queima, nos termos em que tal for legalmente permitido	0,24%	Não integra o SEL nem é detida a 100%
PRIMUS - Promoção e Desenvolvimento Regional, S.A.	504 558 161	Avenida dos Aliados, n.º 236 - 4º Esq. 4000-065 Porto	Desenvolvimento regional com acção na promoção, concepção, elaboração, realização e gestão de projectos de ordem económica e social na área geográfica onde se inserem.	0,06%	Não detida a 100%
Metro do Porto, S.A.	503 278 602	Avenida Fernão Magalhães, n.º 1862 - 7º 4350-168 Porto	Exploração de um sistema de metro ligeiro na AMP	0,0001%	Não integra o SEL nem é detida a 100%
Hospital Lidor, S.A.	508 178 738	Sede Santa Casa Misericórdia Maia Avenida Visconde Barreiros s/n	Criação, exploração e administração de estabelecimentos e unidades privadas ou públicas de saúde, clínicas, hospitais e clubes de saúde que tenham por objecto a prestação de quaisquer serviços médicos ou de enfermagem, com internamento ou sala de recuperação e outros serviços clínicos especializados e meios auxiliares de diagnóstico	10,00%	Não detida a 100%

Quadro 86

ENTIDADES EXCLUÍDAS DO PERÍMETRO DE CONSOLIDAÇÃO					
Denominação	N.P.C. N.I.F.	Sede Social	Actividade Principal	Participação Detida	Motivo da Exclusão
Associação Nacional de Municípios	501627 413	Av. Marnoco e Sousa, n.º 52 3004-511 Coimbra	Defesa, promoção e dignificação do Poder Local	Quota 4.340	Não integra o SEL
Área Metropolitana do Porto	502 823 305	Av. dos Aliados, n.º 236 - 1º 4000-065 Porto	Persecução de interesses municipais e intermunicipais	Quota 19.917	Não integra o SEL
LIPOR - Serviço Intermunicipalizado de Gestão de Resíduos do Grande Porto	501394 192	Rua da Morena, n.º 805 4435-996 Baguim do Monte	Gestão e Tratamento de Resíduos	Quota 19.378	Não integra o SEL
Maiainova	505 460 718	Rua Eng.º Frederico Ulrich, n.º 2650 4470-605 Moreira da Maia	Promoção da inovação, do desenvolvimento económico, social e cultural e também a utilização racional da energia, a optimização do aproveitamento dos recursos energéticos e o alargamento das boas práticas do planeamento, na gestão, na construção e na mobilidade sustentável	Quota 5.000	Não detida a 100%
Associação do Parque de Ciências e Tecnologia do Porto	502 772 271	Rua Eng.º Frederico Ulrich, n.º 2650 4470-605 Moreira da Maia	Promoção, instalação e desenvolvimento de um parque de ciência e tecnologia que possa contribuir para a investigação científica e para o desenvolvimento tecnológico do País.	Quota 10.000	Não detida a 100%
Fundação da Juventude	502 263 342	Rua das Flores, n.º 69 4050-265 Porto	Promover, realizar e apoiar ações que facilitem a entrada de jovens na vida profissional, intervir activamente nas áreas da cultura, ciência e tecnologia, educação, formação profissional, informação, ambiente e património, desporto e artes plásticas.	Quota 24.940	Não integra o SEL
Fundação do Desporto	503 596 744	Rua Pascoal de Melo, n.º 1-5 1170 Lisboa	A Fundação tem como objecto social apoiar o fomento e o desenvolvimento do desporto, particularmente no domínio da alta competição.	Quota 149.639	Não integra o SEL
AdePORTO-Agência de Energia do Porto	507 886 550	Rua Infante D. Henrique, n.º 42 4050-297 Porto	Contribuir, na sua área de intervenção, para a utilização racional da energia, nomeadamente através do planeamento e gestão da procura de energia, a eficiência energética, a gestão ambiental na interface com a energia, o melhor aproveitamento dos recursos energéticos e o alargamento das boas práticas no planeamento, na gestão, na construção e na mobilidade sustentável.	Quota 16.125	Não integra o SEL
Fundo de Investimento Imobiliário Fechado MAIA IMO	501783 601	Av. João XXI, 63 - 2º 1000-300 Lisboa		100,00%	Não integra o SEL
Fundo de Investimento Imobiliário Fechado MAIA GOLF	501783 601	Av. João XXI, 63 - 2º 1000-300 Lisboa		100,00%	Não integra o SEL
Fundo de Investimento Imobiliário Fechado PRAÇA MAIOR	502 318 988	Av. Eng.º Duarte Pacheco Torre 2 1070-102 Lisboa		100,00%	Não integra o SEL

8.2.2. Informações relativas à imagem verdadeira e apropriada:

- a) Descrição dos casos em que a aplicação das normas de consolidação não seja suficiente para que as demonstrações financeiras consolidadas deem uma imagem verdadeira e apropriada da posição financeira e dos resultados do conjunto das entidades incluídas na consolidação;**

Considerando o perímetro de consolidação definido pela Lei das Finanças Locais, as Demonstrações Financeiras (DF'S) apresentam uma imagem verdadeira e apropriada da posição financeira e dos resultados do conjunto das entidades incluídas na consolidação, de acordo com os Princípios Contabilísticos Geralmente Aceites.

-
- b) Identificação das situações relacionadas com o afastamento da aplicação das normas de consolidação, efetuadas para se obter a necessária imagem verdadeira e apropriada, com indicação das respetivas razões e dos seus efeitos no balanço e na demonstração dos resultados consolidados;**

Não aplicável.

- c) Indicação das alterações ocorridas, no decurso do exercício, na composição do conjunto das entidades incluídas no perímetro de consolidação, com fundamentação do facto de se tratar ou não de uma alteração significativa.**

Não ocorreram alterações no decurso do exercício na composição do conjunto de entidades incluídas no perímetro de consolidação, considerando que a primeira consolidação está a ser efetuada à data de 31/12/2012.

8.2.3. Informações relativas aos procedimentos de consolidação:

- a) Identificação e fundamentação de todos os movimentos extra-contabilísticos efetuados para efeitos de consolidação, nomeadamente no que respeita à eliminação dos investimentos financeiros e das operações recíprocas;**

Extra-contabilisticamente foram efetuados aumentos e diminuições nas rubricas de DF'S, tendo em vista:

- i) A eliminação das Participações Financeiras e sua substituição pelos Ativos e Passivos das entidades participadas;
- ii) A eliminação de transações recíprocas entre entidades incluídas no perímetro de consolidação;
- iii) E eliminação dos saldos entre estas mesmas entidades.

- b) Discriminação da rubrica «diferenças de consolidação», com indicação dos métodos de cálculo adotados e explicitação das variações significativas relativamente ao exercício anterior;**

Não aplicável.

- c) Justificação dos casos excepcionais em que não se tenha adotado o princípio da consistência na consolidação e avaliação dos seus efeitos no património, na posição financeira e nos resultados do conjunto das entidades incluídas no perímetro de consolidação;**

Não aplicável.

- d) Situação em que foi utilizada a faculdade prevista no ponto iv) da alínea a) do item 4.5.4.1. instruções de preenchimento do SATAPOCAL, da não eliminação de operações recíprocas, pelo facto de tais operações acarretarem custos desproporcionados, face aos benefícios da informação;**

Todas as operações recíprocas entre entidades pertencentes ao perímetro de consolidação foram eliminadas, não se aplicando o motivo de desproporcionalidade dos custos para justificar eventuais não eliminações.

e) Descrição dos acontecimentos importantes relacionados com o património, a posição financeira e os resultados de uma entidade incluída no perímetro de consolidação que tenham ocorrido entre a data do balanço dessa entidade e a data do balanço consolidado;

O Conservatório de Música da Maia não continuará a operar nas áreas que traduziram o presente exercício, uma vez que o objeto da sua atividade será integralmente assimilado pela Fundação Conservatório de Música da Maia, homologada pelo Despacho n.º 13476/2009, do Sr. Secretário de Estado da Presidência do Conselho de Ministros, publicado no Diário da República a 1 de Junho de 2009, facto que cria condições de natureza institucional, jurídica e social que se afiguram mais favoráveis e claramente vantajosas, considerando que o carácter fundacional, permitirá, a médio prazo, providenciar a obtenção de estatuto de utilidade pública, atendendo à natureza dos fins, serviços prestados e bens disponibilizados à comunidade.

A reativação plena da Fundação permite cumprir a sua missão, prosseguindo a projeto educativo, cultural e social de harmonia com a conceção primitiva, num quadro legal que se confere maior responsabilidade aos seus órgãos sociais, cujos atos de gestão estão sujeitos à supervisão e controlo às instituições participadas por entidades públicas.

f) Informações que tornem comparáveis os sucessivos conjuntos de demonstrações financeiras no caso de se alterar significativamente, no decurso do exercício, a composição do conjunto das entidades incluídas no perímetro de consolidação;

Não aplicável.

g) Indicação dos montantes dos ajustamentos excepcionais de valor dos ativos feitos exclusivamente para fins fiscais e não eliminados da consolidação, juntamente com as razões que o determinaram;

Não de registaram quaisquer ajustamentos excepcionais para fins exclusivamente fiscais.

h) Opção usada pelo conjunto das entidades incluídas no perímetro de consolidação quanto à contabilização das participações em entidades de natureza empresarial;

A única entidade incluída no perímetro de consolidação, que tem participação noutra entidade (também incluída neste perímetro) é a Academia das Artes da Maia - Produções Culturais, E.M. Esta entidade detém:

- i. 100% do Conservatório de Musica de Maia, incorporando tal participação financeira pelo Método de Equivalência Patrimonial;

8.2.4. Informações relativas ao endividamento de médio e longo prazo:

- a) Descrição do endividamento consolidado de médio e longo prazo (art.º 46, n.º 1, da LFL), desagregada por rubrica patrimonial, de acordo com o seguinte mapa:

Quadro 87

Descrição	MUNICÍPIO DA MAIA	SMAS MAIA	EMEM	ACADEMIA ARTES	MAIAMBENTE	ESPAÇO MUNICIPAL	CONSERVATÓRIO MÚSICA	TOTAL	Eliminação de créditos/dívidas reciprocos	Grupo Público Consolidado			
										2012	2011	Varição	
Fornecedores c/c	19.636.376,29	-	-	-	-	-	-	19.636.376,29	19.636.376,29	19.750.102,21	-	-0,58%	
Empréstimos Obtidos	43.988.555,93	-	-	-	-	-	-	43.988.555,93	43.988.555,93	51.457.463,53	-	-14,51%	
Fornecedor de Imobilizado c/c	898.727,43	255.141,37	-	-	6.295,10	156.058,52	-	1.316.222,42	1.316.222,42	1.631.468,10	-	-19,32%	
Total	44.887.283,36	19.891.517,66	0,00	0,00	6.295,10	156.058,52	0,00	64.941.154,64	0,00	64.941.154,64	72.839.033,84	-	-10,84%

NOTA: Inclui as amortizações dos empréstimos de médio e longo prazo exigíveis a curto prazo

- b) Montante total das dívidas a terceiros apresentadas no balanço consolidado e que se vençam nos quatro anos seguintes à data do balanço, desagregado por entidade e por rubrica patrimonial.

Quadro 88

Dividas a terceiros de médio e longo prazos do Grupo Municipal				Exigibilidade dos Passivos									A no 2012	
				Menos de 1 ano			[1 a 4 anos]			Mais de 4 anos				
				2011	2012	Varição %	2011	2012	Variação %	2011	2012	Variação %		
Município														
Empréstimos de Médio e Longo Prazo														
Empréstimo Bancário de M.L.P. com o Banco Totta e Açores	2.785.527	2.785.527	0,00%	8.241.812	6.791.664	-17,60%	2.670.759	1.335.379	-50,00%	1.335.379	1.335.379	-50,00%		
Empréstimo Bancário de M.L.P. com o BPI	2.016.618	2.016.618	0,00%	5.966.765	4.916.912	-17,60%	1.933.530	966.765	-50,00%	966.765	966.765	-50,00%		
Empréstimo Bancário de M.L.P. com o Santander Totta - PREDE	1.505.464	1.505.464	0,00%	2.258.196	752.732	-66,67%	0	0	-	0	0	-		
Empréstimo Bancário de M.L.P. com o Estado - PREDE	0	0	-	3.010.928	4.014.570	33,33%	2.007.285	1.003.643	-50,00%	1.003.643	1.003.643	-50,00%		
Empréstimo Bancário de M.L.P. com o BBVA	294.619	300.642	2,04%	1236.301	1261.822	2,06%	4.359.463	4.033.301	-7,48%	4.033.301	4.033.301	-7,48%		
Empréstimo Bancário de M.L.P. ao abrigo da linha de Crédito Bonificado - CGD	863.501	885.677	2,57%	3.535.952	3.551.295	0,43%	8.770.744	7.866.546	-10,31%	7.866.546	7.866.546	-10,31%		
Fornecedor de Imobilizado de Médio e Longo Prazo - Millennium BCP	211.465	211.465	0,00%	845.861	687.262	-18,75%	52.866	0	-100,00%	0	0	-100,00%		
	7.677.94	7.705.392	0,37%	25.095.815	21.976.258	-12,43%	18.794.647	15.205.633	-23,18%					
Maiambente														
Locações Financ. - Millennium BCP	8.635	0	-100,00%	0	0	-	0	0	-	0	0	-		
Locações Financ. - Santander Totta	23.663	6.295	-73,40%	6.294	0	-100,00%	0	0	-	0	0	-		
	32.297	6.295	-80,51%	6.294	0	-100,00%	0	0	-	0	0	-		
Espaço Municipal														
Locações Financ. - Totta Crédito	30.660	30.000	-2,15%	120.775	92.595	-23,33%	0	0	-	0	0	-		
Locações Financ. - Santander Totta	13.912	0	-100,00%	30.660	0	-100,00%	0	0	-	0	0	-		
Locações Financ. - Caixa Leasing	0	17.760	-	0	15.703	-	0	0	-	0	0	-		
	50.572	47.760	-5,56%	151.435	108.299	-28,49%	0	0	-	0	0	-		
SMAS														
Fornecedor c/c - Médio e Longo Prazo - Electricidade de Portugal, S.A.	113.726	199.020	75,00%	151.061	1764.380	16,10%	18.116.685	17.672.976	-2,45%	17.672.976	17.672.976	-2,45%		
Fornecedor Imobilizado c/ cauções	0	0	-	280.677	255.111	-9,10%	0	0	-	0	0	-		
	113.726	199.020	75,00%	180.368	2.019.521	12,17%	18.116.685	17.672.976	-2,45%					
Total	7.873.789	7.958.468	1,08%	27.053.912	24.104.077	-10,90%	37.911.333	32.878.610	-13,27%					

8.2.5. Informações sobre saldos e fluxos financeiros:

Descrição dos saldos e dos fluxos financeiros da totalidade das transações (art.º 46.º, n.º 1, da LFL), desagregada por tipo.

O mapa dos saldos e fluxos financeiros entre as entidades do grupo público individual de cada uma das entidades abrangidas pelo perímetro de consolidação consta de anexo próprio de modo a evidenciar a informação legalmente exigível (vide Anexo IV) inserindo-se de seguida apenas um mapa resumo em idênticos termos.

Quadro 89

RESUMO DOS SALDOS E FLUXOS FINANCEIROS DO GRUPO PÚBLICO										
ANO 2012										
Tipo de fluxos	Obrigações/Pagamentos					Direitos/Recebimentos				
	Saldo inicial	Obrigações constituídas no exercício	Anulações no exercício	Pagamentos do exercício	Saldo final	Saldo inicial	Direitos constituídos no exercício	Anulações do exercício	Recebimentos do exercício	Saldo final
Transferências - TRSU facturadas e Pagas, por transferir	255.425	5.685.194	0	5.708.286	232.333	255.425	5.685.194	0	5.708.286	232.333
Transferências - TRSU facturadas aos municípios, por Pagar	1.008.231	191.917	0	0	1.200.148	1.008.231	191.917	0	0	1.200.148
Subsídios	263.556	1.752.583	200.000	1.561.118	255.022	263.556	2.452.583	900.000	1.561.118	255.022
Empréstimos	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
Relações comerciais	2.321.188	1.047.370	0	1.049.397	2.319.162	2.321.188	1.047.370	0	1.049.397	2.319.162
Participações do capital em numerário	478.858	0	0	0	478.858	478.858	0	0	0	478.858
Participações do capital em espécie	14.008.453	0	0	0	14.008.453	14.008.453	0	0	0	14.008.453
Outros a)	223.403	247.223	0	246.749	223.877	223.403	247.223	0	246.749	223.877
Total	18.559.114	8.924.287	200.000	8.565.549	18.717.852	18.559.114	9.624.287	900.000	8.565.549	18.717.852

Un. Euros

Quadro 90

RESUMO DOS SALDOS E FLUXOS FINANCEIROS DO GRUPO PÚBLICO							
ANO 2012							
Tipo de fluxos	Obrigações/Pagamentos				Saldo final		
	Saldo inicial	Obrigações constituídas no exercício	Anulações no exercício	Pagamentos do exercício	2012	2011	Variação
Transferências - TRSU facturadas e Pagas, por transferir	255.425	5.685.194	0	5.708.286	232.333	259.703	-10,54%
Transferências - TRSU facturadas aos municípios, por Pagar	1.008.231	191.917	0	0	1.200.148	1.008.231	-
Subsídios	263.556	1.752.583	200.000	1.561.118	255.022	263.556	-3,24%
Empréstimos	0	0	0	0	0	0	-
Relações comerciais	2.321.188	1.047.370	0	1.049.397	2.319.162	2.321.188	-0,09%
Participações do capital em numerário	478.858	0	0	0	478.858	478.858	0,00%
Participações do capital em espécie	14.008.453	0	0	0	14.008.453	14.008.453	0,00%
Outros a)	223.403	247.223	0	246.749	223.877	223.403	0,21%
Total	18.559.114	8.924.287	200.000	8.565.549	18.717.852	18.563.392	0,83%

Un. Euros

Quadro 91

RESUMO DOS SALDOS E FLUXOS FINANCEIROS DO GRUPO PÚBLICO							
ANO 2012							
Tipo de fluxos	Direitos/Recebimentos				Saldo final		
	Saldo inicial	Direitos constituídos no exercício	Anulações do exercício	Recebimentos do exercício	2012	2011	Variação
Transferências - TRSU facturadas e Pagas, por transferir	255.425	5.685.194	0	5.708.286	232.333	259.703	-10,54%
Transferências - TRSU facturadas aos municípios, por Pagar	1.008.231	191.917	0	0	1.200.148	1.008.231	-
Subsídios	263.556	2.452.583	900.000	1.561.118	255.022	263.556	-3,24%
Empréstimos	0	0	0	0	0	0	-
Relações comerciais	2.321.188	1.047.370	0	1.049.397	2.319.162	2.321.188	-0,09%
Participações do capital em numerário	478.858	0	0	0	478.858	478.858	0,00%
Participações do capital em espécie	14.008.453	0	0	0	14.008.453	14.008.453	0,00%
Outros a)	223.403	247.223	0	246.749	223.877	223.403	0,21%
Total	18.559.114	9.624.287	900.000	8.565.549	18.717.852	18.563.392	0,83%

Un. Euros

8.2.6. Informações relativas a compromissos:

- a) Montante global dos compromissos financeiros que não figure no balanço consolidado, no caso em que a sua indicação seja útil para a apreciação da situação financeira do conjunto das entidades compreendidas no perímetro de consolidação, incluindo, relativamente às entidades que adotem o POCAL, a discriminação, por agrupamento económico, dos valores que devem ser refletidos nas contas da classe 0 relativas aos compromissos para exercícios futuros;**

A totalidade dos compromissos assumidos e não pagos que relevam para a apreciação da posição financeira do Grupo Municipal encontram-se apresentados no Balanço Consolidado, para a totalidade das entidades que integram o perímetro do Grupo Municipal.

Existem Passivos Contingentes já divulgados nas contas individuais e com impacto no Grupo Municipal, relacionados com o processo de cessão de créditos pela antecipação de rendas dos empreendimentos habitação social, celebrado em 2004 com a empresa Espaço Municipal.

Relativamente a esse processo a Administração Tributária reclama, em sede de IVA, de juros compensatórios e de mora, o montante de cerca de 4.200.000 €.

- b) Descrição das responsabilidades das entidades incluídas no perímetro de consolidação por garantias prestadas, desdobrando-as de acordo com a sua natureza e mencionando expressamente as garantias reais, com indicação da norma legal habilitante;**

Quadro 92

Descrição das garantias prestadas	GARANTIAS PRESTADAS		
	2011	2012	Norma legal habilitante
Município			
Fórum da Maia prestado como garantia a favor do Ministério das Finanças em 2007 no âmbito do processo de execução fiscal existente, em consequência do Município ter contestado a decisão da cobrança do IVA associada ao processo de antecipação das rendas habitacionais realizado em 2004.	5.175.787	5.175.787	Art. 195º do Código do Procedimento e do Processo Tributário
Garantia prestada em 2007 a favor do IFADAP - Instituto de Financiamento e Apoio ao Desenvolvimento da Agricultura	159.641	159.641	
Garantias prestadas em 2005 a favor do ARHNORTE, IP - Administração da região Hidrográfica do Norte, IP	100.000	100.000	
Garantia prestada em 2005 a favor do IEP - Instituto de Estradas de Portugal	2.500	2.500	
EMEM - Empresa de Estacionamento	n.a	n.a	
Academia das Artes			
Garantias bancárias prestadas, junto do BPI a favor da Direção Geral dos Impostos para impugnação judicial nos processos relativos a IVA 2003 a 2005	388.600	388.600	Art. 195º do Código do Procedimento e do Processo Tributário
Garantias bancárias prestadas, junto do BPI a favor da Direção Geral dos Impostos para impugnação judicial nos processos relativos a IVA 2006 a 2007	141.024	141.024	Art. 195º do Código do Procedimento e do Processo Tributário
Maambiente			
Bens dados como garantia à AT - Autoridade Tributária para suspensão da execução fiscal em Proc.º por litígio relativo a IVA	1.465.377	1.483.340	Artigo 22º do CPPT +Artigo 854º do CPC
Garantia para Agência Portuguesa Ambiente	10.000	10.000	Dec.- Lei nº. 147/2008 de 29 de Julho
Garantia Bancária para CM Maia	255.000	255.000	Lei 53-F/2006 de 29 de Dezembro na sua atual redação
Espaço Municipal			
Fracções habitacionais prestadas como garantias a favor da Direção Geral do Tesouro referente a liquidações adicionais das finanças relativamente a IVA e IRC dos anos de 2002 a 2008.	3.218.072	3.218.072	Art. 195º do Código do Procedimento e do Processo Tributário
Conservatório de Música	n.a	n.a	
Smas - Serviços Municipalizados	n.a	n.a	

Un. Euros

8.2.7. Informações relativas a políticas contabilísticas:

- a) Critérios de valorimetria aplicados às várias rubricas das demonstrações financeiras consolidadas e os métodos utilizados no cálculo dos ajustamentos de valor, designadamente no que diz respeito às amortizações, aos ajustamentos e às provisões;

Na produção das Demonstrações Financeiras Consolidadas foram aplicadas as seguintes políticas contabilísticas, tomando como referencial contabilístico o Plano Oficial de Contabilidade das Autarquias Locais (POCAL):

- **Imobilizado:**
 - ✓ Os ativos imobilizados encontram-se registados ao custo. Os ativos são depreciados pelo modelo por que se espera que os benefícios económicos do ativo sejam consumidos pela entidade. As taxas de amortização utilizadas pelo Município e pelos Serviços Municipalizados correspondem às taxas previstas na Portaria 671/2000, de 17 de Abril (CIBE); as taxas utilizadas para os ativos das restantes entidades que integram o perímetro de consolidação são as previstas no Decreto Regulamentar 25/2009, de 14 de Setembro. A utilização de taxas diferentes para ativos conexos com atividades diferentes está associada ao modelo da depreciação económica subjacente a tais ativos, não sendo exequível nem economicamente razoável proceder-se à reclassificação e recálculo de todas as amortizações dos bens das entidades que integram o perímetro de consolidação e não seguem o POCAL como referencial contabilístico, através da aplicação do CIBE.
 - ✓ Os investimentos financeiros, que incorporam todas as participações detidas numa percentagem superior a 50%, independentemente do valor da participação, encontram-se registados pelo Método de Equivalência Patrimonial. As restantes entidades estão contabilizadas ao custo de aquisição.
- **Locações:**
 - ✓ Sempre que em substância são transferidos as vantagens e os riscos associados de um elemento adquirido através de um contrato locação, este é considerado como uma locação financeira e os elementos associados são registados como Ativos no Balanço, no enquadramento da predominância da substância económica sobre a forma legal para efeitos de reconhecimento.
- **Existências:**
 - ✓ As existências encontram-se mensuradas ao menor entre o custo de aquisição e o valor de mercado. Como método de custeio das saídas, é adotado o custo médio ponderado.
- **Dívidas de Terceiros e a Terceiros:**
 - ✓ A mensuração das dívidas de e a terceiros é efetuada pelo valor nominal da contraprestação.
 - ✓ As provisões para cobranças duvidosas foram constituídas de acordo com a mora. Assim, para dívidas em mora entre 6 e doze meses foi constituída provisão de 50% e para dívidas em mora há mais de 12 meses foi constituída provisão na totalidade da dívida.

- **Empréstimos:**
 - ✓ Na contabilização dos empréstimos é adotado o modelo do custo, tendo por base os documentos que titulam os empréstimos.
 - ✓ Quando aplicável, são capitalizados custos com empréstimos obtidos, para ativos que se qualificam, ou seja para ativos cujo tempo de produção seja substancial.
- **Vendas e Prestações de Serviços:**
 - ✓ O crédito das vendas e das prestações de serviços é reconhecido pelo valor nominal.
- **Subsídios do Governo:**
 - ✓ O reconhecimento dos subsídios é efetuado apenas quando haja suficiente segurança de que se encontram cumpridos todos os critérios associados ao seu recebimento, ou seja no momento do pedido de pagamento.
- **Impostos sobre o Rendimento:**
 - ✓ Os impostos são reconhecidos com base no acréscimo. Assim, das diferenças temporárias tributáveis ou dedutíveis resulta o reconhecimento de impostos diferidos.
- **Aplicações de Tesouraria:**
 - ✓ Os instrumentos financeiros cotados em mercado regulamentado e com natureza de disponibilidades são apresentados ao menos entre o valor de mercado e o custo de aquisição.
- **Provisões e Passivos Contingentes:**
 - ✓ Todos os Passivos de tempestividade ou quantia incerta, estimados com fiabilidade, são registados sob a forma de Provisões no Passivo.
 - ✓ As obrigações possíveis que provêm de acontecimentos passados e cuja existência depende da ocorrência de acontecimentos futuros e as obrigações presentes que decorrem de acontecimentos passados mas cuja estimativa de exfluxo não pode ser estimada com fiabilidade, encontram-se divulgadas sob a forma de Passivos Contingentes.

b) Cotações utilizadas para conversão em euros dos elementos incluídos nas demonstrações financeiras consolidadas que sejam ou tenham sido originariamente expressos em moeda estrangeira diferente.

Não aplicável.

8.2.8. Informações relativas a determinadas rubricas:

a) Comentário das rubricas «despesas de instalação» e «despesas de investigação e de desenvolvimento»;

O valor apresentado na rubrica *Despesas de Instalação* é composto integralmente por registos contabilísticos do Município e respeita a valores associados à elaboração de plano pormenor, e planos urbanísticos para diversas áreas do Concelho, e o da rubrica *Despesas de Investigação e Desenvolvimento*, refere-se principalmente ao Desenvolvimento de Sistemas de Informação e do Portal da Maiambiente.

b) Movimentos ocorridos nas rubricas do ativo imobilizado constantes do balanço consolidado e nas respetivas amortizações, ajustamentos e provisões;

Quadro 93

ACTIVO BRUTO

ANO 2012

Rubricas	Saldo Inicial	Reavaliação	Aumentos	Alienações	Transf. e Abates	Ajustamentos de Consolidação	Saldo Final
DE BENS DE DOMÍNIO PÚBLICO:							
Terrenos e recursos naturais	18.559.286	0	88.208	0	633.727	0	19.281.221
Edifícios	0	0	0	0	0	0	0
Outras construções e infra-estruturas	17.148.1499	0	1720	0	5.200.862	0	176.684.081
Bens do património histórico, artístico e cultural	13.217.56	0	0	0	0	0	1.321.756
Outros Bens de domínio público	0	0	0	0	0	0	0
Imobilizações em curso	12.393.268	682.184	2.330.743	0	-4.800.827	0	10.605.368
Adiantamentos por conta de bens de domínio público	737.357	0	50.000	0	0	0	787.357
	204.493.166	682.184	2.470.670	0	1.033.762	0	208.679.782
DE IMOBILIZAÇÕES INCORPOREAS:							
Despesas de instalação	1.382.969	0	0	0	0	0	1.382.969
Despesas de investigação e desenvolvimento	231.925	0	0	0	0	0	231.925
Propriedade industrial e outros direitos	1625.151	0	19.908	-2.700	0	0	1.642.359
Imobilizações em curso	670.078	0	163.083	0	0	0	833.161
Adiantamentos por conta de imobilizações incorpóreas	0	0	0	0	0	0	0
	3.910.123	0	182.991	-2.700	0	0	4.090.413
DE IMOBILIZAÇÕES CORPÓREAS:							
Terrenos e recursos naturais	42.766.776	0	804.025	-2.646	981410	0	44.549.564
Edifícios e outras construções	382.231.092	0	2.407.686	0	5.337.458	0	389.976.235
Equipamento básico	12.080.12	7.196	1488.560	0	-24.721	0	13.551.146
Equipamento de transporte	4.789.672	0	3.388	-23.048	81	0	4.770.194
Ferramentas e utensílios	985.023	0	24.713	0	-8.432	0	1.001.304
Equipamento administrativo	3.146.360	2.375	87.804	-6.351	-2.862	0	3.227.327
Equipamento informático e Software	0	0	0	0	0	0	0
Taras e vasilhame	0	0	0	0	0	0	0
Outras imobilizações corpóreas	12.145.239	18.752	206.840	-9.350	336.324	0	12.697.805
Imobilizações em curso	9.855.582	812.974	3.268.932	0	-7.982.368	0	5.955.120
Adiantamentos por conta de imobilizações corpóreas	762.230	0	104.698	0	-12.230	0	754.698
	468.762.086	841.297	8.396.646	-41.394	-1.475.240	0	476.483.395
DE INVESTIMENTOS FINANCEIROS:							
Partes de capital	23.083.712	0	214.218	0	-5.367.441	-14.487.311	3.443.178
Obrigações e títulos de participação	18.540	0	0	0	0	0	18.540
Investimentos em imóveis:	0	0	0	0	0	0	0
Terrenos e recursos naturais	3.253.775	0	5.000	0	1.122.338	0	4.381.113
Edifícios e outras construções	9.853.140	0	312.126	0	0	0	10.165.266
Outras aplicações financeiras:	0	0	0	0	0	0	0
Depósitos em instituições financeiras	0	0	0	0	0	0	0
Títulos da dívida pública	0	0	0	0	0	0	0
Outros Títulos	16.682.541	0	0	0	-3.591.763	-182.541	12.908.237
Imobilizações em curso	5.699.997	0	2.317	0	-5.702.314	0	0
Adiantamentos por conta de investimentos financeiros	0	0	0	0	0	0	0
	58.591.705	0	533.661	0	-13.539.180	-14.669.852	30.916.334
Total	735.757.079	1.523.481	11.583.967	-44.094	-13.980.657	-14.669.852	720.169.924

Un.Euro

Quadro 94

AMORTIZAÇÕES E PROVISÕES

Rubricas	Saldo Inicial	Reforço	Regularizações	Ajustamentos de Consolidação	Ano 2012
DE BENS DE DOMÍNIO PÚBLICO:					
Terrenos e recursos naturais	0	0	0	0	0
Edifícios	0	0	0	0	0
Outras construções e infra-estruturas	80.297.802	9.886.940	1960	0	90.186.702
Bens do património histórico, artístico e cultural	108.796	12.729	0	0	121.525
Outros bens de domínio público					0
	80.406.598	9.899.669	1.960	0	90.308.227
DE IMOBILIZAÇÕES INCORPÓREAS:					
Despesas de instalação	1318.875	34.544	0	0	1.353.420
Despesas de investigação e desenvolvimento	231925	0	0	0	231.925
Propriedade industrial e outros direitos	1347.663	164.200	-2.700	0	1.509.163
	2.898.463	198.745	-2.700	0	3.094.508
DE IMOBILIZAÇÕES CORPOREAS:					
Terrenos e recursos naturais	0	0	0	0	0
Edifícios e outras construções	100.046.394	9.348.003	42.510	0	109.436.906
Equipamento básico	9.431.480	1.899.834	-36.146	0	11.295.168
Equipamento de transporte	4.028.066	350.791	-14.770	0	4.364.088
Ferramentas e utensílios	891637	43.757	-8.879	0	926.514
Equipamento administrativo	2.753.678	144.245	-8.065	0	2.889.858
Equipamento informático e software	0	0	0	0	0
Taras e vasilhame	0	0	0	0	0
Outras imobilizações corpóreas	9.109.088	636.550	39.286	0	9.784.924
	126.260.343	12.423.179	13.936	0	138.697.458
DE INVESTIMENTOS FINANCEIROS:					
Partes de capital	2.385.808	281700	-2.667.508	0	0
Obrigações e títulos de participação	1496	0	-42	0	1.453
Investimentos em imóveis:	0	0	0	0	0
Terrenos e recursos naturais	0	0	0	0	0
Edifícios e outras construções	2.000.783	222.523	-178.822	0	2.044.484
Outras aplicações financeiras:	0	0	0	0	0
Depósitos em instituições financeiras	0	0	0	0	0
Títulos da dívida pública	0	0	0	0	0
Outros Títulos	2.157.076	1.434.687	-3.591.763	0	0
	6.545.162	1.938.909	-6.438.134	0	2.045.937
Total	216.110.567	24.460.502	-6.424.939	0	234.146.130

Un:Euro

c) Indicação dos custos suportados no exercício e respeitantes a empréstimos obtidos para financiar imobilizações, durante a construção, que tenham sido capitalizados nesse período;

Não aplicável.

d) Montante dos ajustamentos de valor dos ativos abrangidos na consolidação que tenham sido objeto de amortizações e de provisões extraordinárias, feitas exclusivamente para fins fiscais, indicando os motivos que os justificaram;

Não aplicável.

e) Indicação global, por categorias de bens, das diferenças materialmente relevantes, entre os custos de elementos do ativo circulante, calculados de acordo com os critérios valorimétricos adotados, e os respetivos preços de mercado;

Não aplicável.

f) Fundamentação das circunstâncias especiais que justificaram a atribuição a elementos do ativo circulante de um valor inferior ao mais baixo do custo ou do preço do mercado;

Não aplicável.

g) Indicação e justificação das provisões extraordinárias respeitantes a elementos do ativo circulante relativamente aos quais, face a uma análise comercial razoável, se prevejam descidas estáveis provenientes de flutuações de valor;

Não aplicável.

h) Montante total das dívidas a terceiros apresentadas no balanço consolidado, cobertas por garantias reais prestadas pelas entidades incluídas no perímetro de consolidação, com indicação da respetiva natureza, forma e norma habilitante à sua concessão;

Não aplicável.

i) Diferença, quando levada ao ativo, entre as importâncias das dívidas a pagar e as correspondentes quantias arrecadadas, quando aplicável;

Não aplicável.

j) Repartição do valor líquido consolidado das vendas e das prestações de serviços, por categorias de atividades;

Quadro 95

ACTIVIDADE	2011			2012			Variação			
	Vendas	Prestação de Serviços	TOTAL	Peso	Vendas	Prestação de Serviços	TOTAL	Peso	Vendas	Prestação de Serviços
Cultura	23.220	23.220	0,09%		27.686	27.686	0,10%		-	19,23%
Arrendamento Urbano	3.963.432	3.963.432	14,71%		4.047.009	4.047.009	14,77%		-	2,1%
Resíduos Sólidos	4.173,4	5.360.742	5.372.476	19,94%	1.340	5.971.322	5.972.662	21,80%	-88,58%	11,39%
Aluguer Parques e Estacionamento	325.790	325.790	1,21%		313.066	313.066	1,14%		-	-3,9%
Consumo de Água e Saneamento	7.198.359	7.203.263	14.40.1622	53,45%	6.786.068	6.885.209	13.671.277	49,89%	-5,73%	-4,42%
Serviços Públicos		0	0,00%			0	0	0,00%	-	-
Desporto, Cultura e Lazer	1.508.880	1.508.880	5,60%		1.479.405	1.479.405	5,40%		-	-1,95%
Educação	455.643	455.643	1,69%		753.784	753.784	2,75%		-	65,43%
Ação Social	642.563	642.563	2,38%		893.830	893.830	3,26%		-	39,10%
Outros serviços	6.854	244.037	250.891	0,93%	5.971	236.863	242.835	0,89%	-12,88%	-2,94%
Total	7.216.947	19.727.571	26.944.517	100,00%	6.793.380	20.608.174	27.401.554	100,00%	-5,87%	4,46%

Un: Euros

k) Indicação global relativamente às entidades incluídas no perímetro de consolidação das remunerações atribuídas aos membros de cada um dos órgãos executivos e de fiscalização pelo desempenho das respetivas funções, bem como dos órgãos deliberativos das entidades de natureza empresarial;

Quadro 96

REMUNERAÇÕES ATRIBUÍDAS AOS MEMBROS DOS ÓRGÃOS EXECUTIVOS, DE FISCALIZAÇÃO E ÓRGÃOS DELIBERATIVOS						
Designação dos membros	Funções	Natureza da remuneração atribuída	Valor Anual Bruto Atribuído 2011	Valor Anual Bruto Atribuído 2012	Variação Valor	%
Município						
Órgão Executivo						
António Gonçalves Bragança Fernandes	Presidente	Vencimento	59.563	51.751	-7.812	-13,12%
António Domingos Silva Tiago	Vereador Tempo Inteiro	Vencimento	44.921	38.741	-6.180	-13,76%
Ana Miguel Ferreira da Silva Vieira de Carvalho	Vereador Tempo Inteiro	Vencimento	44.741	38.579	-6.162	-13,77%
Mário Nuno Alves Sousa Neves	Vereador Tempo Inteiro	Vencimento	44.720	38.643	-6.077	-13,59%
Marta Moreira de Sá Peneda	Vereador Tempo Inteiro	Vencimento	44.750	38.618	-6.132	-13,70%
Paulo Fernando Sousa Ramalho	Vereador Meio Tempo	Vencimento	25.072	20.080	-4.992	-19,91%
Manuel Marques Nogueira dos Santos	Vereador Meio Tempo	-	0	0	0	-
Hermâni Avelino da Costa Ribeiro	Vereador Tempo Inteiro	-	0	0	0	-
Mário José Gomes Gouveia	Vereador	Senhas Presença	3.360	2.671	-689	-20,50%
José Manuel Santos Correia	Vereador	Senhas Presença	3.106	2.290	-816	-26,28%
Maria Inês Loureiro Rodrigues	Vereador	Senhas Presença	2.866	2.671	-195	-6,80%
Órgão de Fiscalização						
Esteves & Pinho, SROC, Lda ^a	ROC	Honorários	23.616	23.616	0	0,00%
EMEM - Empresa de Estacionamento						
Órgão Executivo						
Mário Nuno Alves de Sousa Neves	Presidente	-	0	0	0	-
Manuel Marques Nogueira dos Santos	Vogal	-	0	0	0	-
Marta Moreira de Sá Peneda	Vogal	-	0	0	0	-
Órgão de Fiscalização						
MGI, SROC, Lda.	ROC	Honorários	3.681	3.681	0	0,00%
Academia das Artes						
Órgão Executivo						
Mário Nuno Alves de Sousa Neves	Presidente	-	0	0	0	-
Hermâni Avelino da Costa Ribeiro	Vogal	-	0	0	0	-
Manuel Marques Nogueira dos Santos	Vogal	-	0	0	0	-
Órgão de Fiscalização						
MGI, SROC, Lda.	ROC	Honorários	3.681	3.681	0	0,00%
MaiaMundo						
Órgão Executivo						
António Domingos da Silva Tiago	Presidente	-	0	0	0	-
Paulo Fernando Sousa Ramalho	Vogal	-	0	0	0	-
Fernando António Ferreira Leite	Vogal	-	0	0	0	-
Órgão de Fiscalização						
J. Guimarães, M. Malheiro e Mário Guimarães, SROC	ROC	Honorários	3.600	3.600	0	0,00%
Espaço Municipal						
Órgão Executivo						
António Domingos da Silva Tiago	Presidente	-	0	0	0	-
Ana Miguel Ferreira da Silva Vieira de Carvalho	Vogal	-	0	0	0	-
Inácio Felício Fialho de Almeida	Vogal	Vencimento	53.200	41.304	-11.896	-22,36%
Órgão de Fiscalização						
Adriano Torres, SROC, Unipessoal, LDA	ROC	Honorários	9.600	9.600	0	-
Conservatório de Música						
Órgão Executivo						
Mário Nuno Alves de Sousa Neves	Presidente	-	0	0	0	-
Hermâni Avelino da Costa Ribeiro	Vogal	-	0	0	0	-
Manuel Marques Nogueira dos Santos	Vogal	-	0	0	0	-
SMAS - Serviços Municipalizados						
Órgão Executivo						
António Gonçalves Bragança Fernandes	Presidente	-	0	0	0	-
Hermâni Avelino da Costa Ribeiro	Vogal	-	43.755	37.907	-5.848	-13,37%
Manuel Marques Nogueira dos Santos	Vogal	-	24.208	18.490	-5.718	-23,62%

Un. Euros

A remuneração base mensal atribuída aos eleitos locais é igual para todos dentro de cada um dos regimes de funções, vereador a meio tempo ou a tempo inteiro, decorrente as divergências

eventualmente verificadas ao nível do valor anual bruto atribuído de acertos de vencimentos, faltas, ou outros factos com influência direta no processamento de salários. O mesmo princípio se verifica quanto aos demais vereadores, designadamente em matéria de senhas de presenças, cujo valor unitário é legalmente fixado.

- l) Indicação dos diplomas legais em que se baseou a reavaliação de imobilizações corpóreas ou de investimentos financeiros, bem como explicitação dos processos de tratamento da inflação adotados para o cálculo, no caso de utilização de outros métodos de reavaliação;**

Não aplicável.

- m) Elaboração de um quadro discriminativo das reavaliações;**

Não aplicável.

- n) Indicação e comentário das contas do balanço e da demonstração dos resultados consolidados cujos conteúdos não sejam comparáveis com os do exercício anterior;**

Não aplicável.

- o) Demonstração consolidada dos resultados financeiros;**

Quadro 97

DEMONSTRAÇÃO DOS RESULTADOS FINANCEIROS					
Custos e Perdas	Exercícios		Proveitos e Ganhos	Exercícios	
	2011	2012		2011	2012
681 Juros suportados	1.923.547	1.519.704	781 Juros obtidos	227.282	204.410
682 Perdas em entidades participadas	0	2.304.168	782 Ganhos em entidades participadas	4.870	0
683 Amortizações invest. em imóveis	0	0	783 Rendimentos de imóveis	97.365	10.769
684 Provisões p/ aplicações financ.	2.106.827	0	784 Rendimentos participações capital	26.473	0
685 Diferenças câmbio desfavor.	0	0	785 Diferenças de cambio favoráveis	0	0
687 Perdas na alienação aplic. tesour.	0	0	786 Descontos pronto pagat. obtidos	8.080	23.558
688 Outros custos e perdas financ.	79.121	34.738	787 Ganhos na alienação aplic. tesour	0	0
Total de Custos Financeiros	4.109.495	3.858.610	788 Outros proveitos e ganhos financ.	224.149	192.821
Resultados Financeiros	-3.521.276	-3.427.053	Total de Proveitos Financeiros	588.219	431.557
Total	588.219	431.557			

Os resultados financeiros embora permaneçam negativos exibem uma ligeira uma variação positiva de 94.223 € influenciada sobretudo pela diminuição verificada nos custos.

Os juros suportados contribuíram positivamente para diminuição ocorrida nos custos financeiros de 403.843 € situação transversal a todas as entidades do perímetro, dada a influencia das descidas das taxas de juro a amortização das dívidas de médio e longo prazo.

Também com impacto no valor dos custos, embora com menor expressividade, surge a alteração de metodologia por parte do Município, na contabilização de investimentos em entidades participadas. Assim as Provisões do Exercício para Aplicações Financeiras foram anuladas em 2012 pelo facto de se ter adotado o Método da Equivalência Patrimonial nas entidades cujo participação seja maioritária, e as desvalorizações dos respetivos investimentos, que no ano em analise são de 2.304.168 € passaram a ser contabilizadas como Perdas em Entidades Participadas tal como é dado a observar no Quadro 97.

No que concerne aos Proveitos e Ganhos Financeiros verifica-se que a rubrica que mais contribui para a oscilação dos mesmos foram os Rendimentos de Imóveis, sendo a totalidade do valor e respetiva descida em cerca de 88,94% imputável ao Município.

p) Demonstração consolidada dos resultados extraordinários;

Quadro 98

DEMONSTRAÇÃO DOS RESULTADOS EXTRAORDINÁRIOS									
Custos e Perdas	Exercícios		Proveitos e Ganhos		Exercícios		2011	2012	
	2011	2012	2011	2012	2011	2012			
691 Transferências capital concedidas	2.657.790	1945.148	791 Restituição de impostos		9.764	0			
692 Dívidas incobráveis	20.250	0	792 Recuperação de dívidas		0	0			
693 Perdas em existências	85.092	374	793 Ganhos em existências		2.841	739			
694 Perdas em imobilizações	185.849	250.139	794 Ganhos em imobilizações		1149.821	1200.695			
695 Multas e penalidades	3.776	3.427	795 Benefícios de penalidades contr		670.234	557.957			
696 Aumento de amortiza. Provisões	0	0	796 Reduções de amortiz. e provisões		1.733.632	444.417			
697 Correções relativas exerc. anteriores	2.976.969	2.187.558	797 Correções relativas exerc. anteriores		656.200	363.653			
698 Outros custos e perdas extraor.	138.353	254.996	798 Outros proveitos e ganhos extraor.		2.692.006	4.080.059			
			799 Indemnizações recebidas		56.843	39.849			
Total de Custos Extraordinários	6.068.079	4.641.643	Total de Proveitos Extraordinários		6.971.340	6.687.368			
Resultados Extraordinários	903.261	2.045.725							
Total	6.971.340	6.687.368							

Tal como tem acontecido nos últimos anos, os Resultados Extraordinários assumem um valor positivo, apresentando uma variação de (+) 1.142.463 €, determinada essencialmente pelas descidas dos custos, já que os proveitos até diminuíram.

As diferenças relevadas nos custos, e que contribuem de forma notória para a formação dos resultados, são obtidas pelas Transferências de Capital Concedidas com uma redução de (-) 26,81%, e pelas Correções Relativas a Exercícios Anteriores com uma diminuição de (-) 26,52%, gerados essencialmente pela atividade da entidade mãe.

Relativamente aos proveitos e ganhos verifica-se por um lado o aumento da rubrica de Outros Proveitos e Ganhos Extraordinários na ordem de 1.388.053 €, devido à imputação de subsídios para investimento por parte da empresa Maiambiente, EEM, e por outro lado às reduções das amortizações e provisões no montante de 1.289.215 € em virtude das oscilações demonstradas no Município.

q) Desdobramento das contas de provisões/ajustamentos acumulados e explicitação dos movimentos ocorridos no exercício;

Quadro 99

	PROVISÕES				
	2012				
	Saldo Inicial	Aumento	Redução	Ajustamentos de Consolidação	Saldo Final
Provisões para aplicações de tesouraria	0	0	0		0
Provisões para cobranças duvidosas	9.978.761	953.906	940.354	-81.866	9.910.447
Provisões para riscos e encargos	3.278.457	320.746	100.000	-102.543	3.396.660
Provisões para depreciação de existências	0	0	0		0
Provisões para investimentos financeiros	3.567.456	1.721.738	6.264.664	976.923	1.453
Total de Provisões	16.824.675	2.996.390	7.305.018	792.515	13.308.561

Un: Euros

r) Indicação dos bens utilizados no regime de locação financeira, com menção dos respetivos valores contabilísticos;

Quadro 100

BENS UTILIZADOS NO REGIME DE LOCAÇÃO FINANCEIRA					Ano 2012
Descrição	2011	2012	Variação		
			Valor	%	
Município	-	-	-	-	
EMEM - Empresa de Estacionamento	-	-	-	-	
Academia das Artes	-	-	-	-	
Maiambiente					
Viatura RSU 42-FE-32	52.510,50	23.338,00	-29.172,50	-55,56%	
Espaço Municipal					
Escritórios Plaza	299.955,51	269.895,80	-30.059,71	-10,02%	
Viatura Renault Mégane	16.197,89	10.798,59	-5.399,30	-33,33%	
Viatura Renault Laguna	29.399,99	19.599,99	-9.800,00	-33,33%	
Conservatório de Música	-	-	-	-	
Smas - Serviços Municipalizados	-	-	-	-	

Un.: Euros

s) Valor global das dívidas que se encontram tituladas, por rubricas do balanço consolidado, quando nele não estiverem evidenciadas.

As dívidas encontram-se todas relevadas no balanço consolidado.

8.2.9. Informações diversas

a) Outras informações exigidas por diplomas legais;

Não aplicável.

b) Outras informações consideradas relevantes para uma melhor compreensão da situação financeira e dos resultados do conjunto das entidades incluídas no perímetro de consolidação.

Não aplicável.

2012

**CERTIFICAÇÃO LEGAL DAS CONTAS
CONSOLIDADAS**

maia
CÂMARA MUNICIPAL



Certificação Legal das Contas Consolidadas

Introdução

1 Examinámos as demonstrações financeiras consolidadas do **Município da Maia**, as quais compreendem o Balanço consolidado em 31 de Dezembro de 2012 (que evidencia um total de 515.263.866 euros e um total de fundos próprios de 341.037.035 euros, incluindo um resultado líquido de 822.235 euros), a Demonstração Consolidada de Resultados do exercício findo naquela data, e o correspondente Anexo.

Responsabilidades

2 É da responsabilidade do Órgão Executivo a preparação de demonstrações financeiras consolidadas que apresentem de forma verdadeira e apropriada a posição financeira do conjunto das entidades incluídas na consolidação e o resultado consolidado das suas operações, bem como a adopção de políticas e critérios contabilísticos adequados e a manutenção de um sistema de controlo interno apropriado.

3 A nossa responsabilidade consiste em expressar uma opinião profissional e independente, baseada no nosso exame daquelas demonstrações financeiras.

Âmbito

4 Excepto quanto à limitação descrita no parágrafo nº 7, o exame a que procedemos foi efectuado de acordo com as Normas Técnicas e as Directrizes de Revisão/Auditória da Ordem dos Revisores Oficiais de Contas, as quais exigem que o mesmo seja planeado e executado com o objectivo de obter um grau de segurança aceitável sobre se as demonstrações financeiras consolidadas não contêm distorções materialmente relevantes. Para tanto o referido exame incluiu: (i) a verificação de as demonstrações financeiras das entidades incluídas na consolidação terem sido apropriadamente examinadas e, para os casos significativos em que o não tenham sido, a verificação, numa base de amostragem, do suporte das quantias e divulgações nelas constantes e a avaliação das estimativas, baseadas em juízos e critérios definidos pelo Órgão Executivo, utilizadas na sua preparação; (ii) a verificação das operações de consolidação; (iii) a apreciação sobre se são adequadas as políticas contabilísticas adoptadas, a sua aplicação uniforme e a sua divulgação, tendo em conta as circunstâncias; (iv) a verificação da aplicabilidade do princípio da continuidade; e (v) a apreciação sobre se é adequada, em termos globais, a apresentação das demonstrações financeiras consolidadas.

Município da Maia

5 O nosso exame abrangeu também a verificação da concordância da informação financeira constante do relatório de gestão consolidado com as demonstrações financeiras consolidadas.

6 Entendemos que o exame efectuado proporciona uma base aceitável para a expressão da nossa opinião.

Reservas

7 Integra o Grupo Municipal uma participação na Academia das Artes da Maia – Produções Culturais, E.E.M., entidade que se encontra em liquidação. A Certificação Legal das Contas dessa entidade evidencia uma reserva por limitação de âmbito relacionada com a apresentação duma participação financeira pelo valor de aquisição, pelo facto de não estarem disponíveis contas que permitissem a aplicação do Método da Equivalência Patrimonial. Apesar de não nos terem sido disponibilizados documentos de prestação de contas finais e expurgando os efeitos do ajustamento já efectuado nas contas consolidadas do Município, estimamos que ainda poderão estar em causa cerca de 234.000 euros, com impacto negativo no património do Grupo Municipal.

8 Consequência da declaração de inconstitucionalidade emitida no passado dia 5, pelo Tribunal Constitucional, sobre o corte nos subsídios de férias previstos no Artigo 29º da Lei 66-B/2012, de 31 de Dezembro (LOE para 2013), com impacto no Município da Maia e nas entidades que compõem o Grupo Municipal, e não tendo sido ajustadas pelo Município as respectivas demonstrações financeiras já encerradas do ponto de vista operacional pelos Serviços, o Activo e os Fundos Próprios encontram-se sobrevalorizados, respectivamente, em 9.000 euros e 918.000 euros, e o Passivo subvalorizado em 909.000 euros.

Opinião

9 Em nossa opinião, excepto quanto aos efeitos dos ajustamentos que poderiam revelar-se necessários caso não existisse a limitação descrita no parágrafo nº 7 acima, e excepto quanto aos efeitos da situação descrita no parágrafo nº 8 acima, as referidas demonstrações financeiras consolidadas apresentam de forma verdadeira e apropriada, em todos os aspectos materialmente relevantes, a posição financeira do Município da Maia em 31 de Dezembro de 2012 e o resultado consolidado das suas operações no exercício findo naquela data, em conformidade com os princípios contabilísticos geralmente aceites em Portugal previstos no POCAL.



Município da Maia

Ênfases

10 Sem afectar a opinião expressa no parágrafo anterior, chamamos a atenção para as situações seguintes:

- 10.1 Conforme referido no documento de Prestação de Contas, e à semelhança do ano anterior, o procedimento seguido pelo Município na consolidação de contas, por indicação/sugestão do Grupo de Trabalho do SATAPOCAL, foi o constante da Lei nº 2/2007, de 15 de Janeiro (Lei das Finanças Locais), ou seja, inclusão apenas das entidades do sector empresarial local onde este é o único detentor do seu capital social, bem como dos Serviços Municipalizados. Pese o facto de o efeito não ser de tal forma materialmente relevante que afecte a leitura das demonstrações financeiras consolidadas apresentadas, a adopção dum perímetro alargado em função do controlo, tal como preconizado pela Portaria nº 474/2010, de 1 de Julho e pela Norma Internacional de Contabilidade do Sector Público nº 6 (IPSAS 6) – Demonstrações Financeiras Consolidadas e Separadas, seria em nossa opinião o procedimento mais adequado;
- 10.2 Tal como referido na Certificação Legal das Contas individuais (parágrafo 10.5), o Município é o único subscritor e titular das Unidades de Participação de 3 (três) Fundos Especiais de Investimento Imobiliário Fechados. Estes fundos, aos quais foi aplicado pela 1ª vez neste exercício o Método da Equivalência Patrimonial, evidenciam segundo as suas demonstrações financeiras de 2012 passivos no montante de 18.500.586 euros (em 2011 ascendiam a 17.863.123 euros), não foram objecto de integração nas demonstrações financeiras consolidadas, por ser entendimento do Município não revestirem a natureza de entidades do sector empresarial local. Tal como referímos no passado, pese o facto de não existirem instruções claras e concisas por parte das entidades competentes sobre o tratamento a dar a este tipo de “participações”, e dos potenciais efeitos não porem em causa a relevância e materialidade das demonstrações financeiras apresentadas, à semelhança do referido no parágrafo anterior, entendemos que a opção seguida poderia ter sido outra, indo mais ao encontro dos normativos existentes sobre esta matéria;
- 10.3 Segundo o ponto 8.2.27 das Notas ao Balanço e à Demonstração dos Resultados das contas individuais do Município, existem activos e passivos contingentes que poderão vir a materializar-se nos exercícios futuros. No entanto, dada a sua natureza e incerteza quanto à efectiva concretização, foram apenas objecto de divulgação, procedimento com o qual concordamos; e

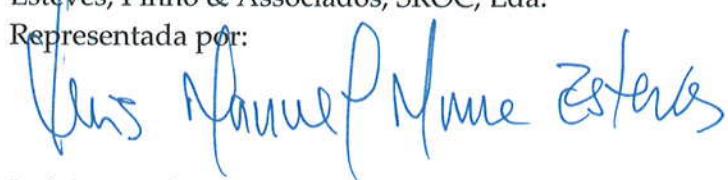


Município da Maia

10.4 A Certificação Legal das Contas da participada Espaço Municipal – Renovação Urbana e Gestão de Património, E.E.M., contém uma ênfase relacionada com o desreconhecimento em 2012 de investimentos em curso no montante de 4.089.028 euros, com impacto negativo no capital próprio do Grupo Municipal.

Maia, 11 de Abril de 2013

Esteves, Pinho & Associados, SROC, Lda.
Representada por:



Luís Manuel Moura Esteves, ROC

2012

**ANEXOS DOCUMENTAIS DAS CONTAS
CONSOLIDADAS**

maia
CÂMARA MUNICIPAL

ANEXO I

BALANÇO CONSOLIDADO A 31-12-2012

Ativo	31-Dez-12		31-Dez-11	
	AB	AP	AL	AL
Imobilizado:				
Bens de domínio público:				
Terrenos e recursos naturais	19.281.220,79	0,00	19.281.220,79	18.559.285,91
Edifícios	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras construções e infra-estruturas	176.684.080,60	90.186.701,88	86.497.378,72	91.183.697,12
Bens do património histórico, artístico e cultural	1.321.755,62	121.525,01	1.200.230,61	1.212.959,14
Outros bens de domínio público	0,00	0,00	0,00	0,00
Imobilizações em curso	10.605.367,62	0,00	10.605.367,62	12.393.267,89
Adiantamentos por conta de bens de domínio público	787.357,20	0,00	787.357,20	737.357,20
	208.679.781,83	90.308.226,89	118.371.554,94	124.086.567,26
Imobilizações incorpóreas:				
Despesas de instalação	1.382.969,12	1.353.419,96	29.549,16	64.093,64
Despesas de investigação e de desenvolvimento	231.924,98	231.924,98	0,00	0,00
Propriedade industrial e outros direitos	1.642.235,77	1.509.163,21	133.195,56	277.488,49
Imobilizações em curso	833.160,51	0,00	833.160,51	670.077,53
Adiantamentos por conta de imobilizações incorpóreas	0,00	0,00	0,00	0,00
	4.090.413,38	3.094.508,15	995.905,23	1.011.659,66
Imobilizações corpóreas:				
Terrenos e recursos naturais	44.549.564,39	0,00	44.549.564,39	42.766.775,55
Edifícios e outras construções	389.976.235,28	109.436.906,39	280.539.328,89	282.184.698,40
Equipamento básico	13.551.146,45	11.295.168,16	2.255.978,29	2.648.631,31
Equipamento de transporte	4.770.194,23	4.364.087,55	406.106,68	761.605,96
Ferramentas e utensílios	1.001.304,39	926.513,99	74.790,40	93.386,65
Equipamento administrativo	3.227.326,86	2.889.857,95	337.468,91	392.682,21
Taras e vasilhame	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras imobilizações corpóreas	12.697.805,33	9.784.924,06	2.912.881,27	3.036.151,47
Imobilizações em curso	5.955.119,91	0,00	5.955.119,91	9.855.581,71
Adiantamentos por conta de imobilizações corpóreas	754.698,06	0,00	754.698,06	762.230,00
	476.483.394,90	138.697.458,10	337.785.936,80	342.501.743,26
Investimentos financeiros:				
Partes de capital	3.443.177,63	0,00	3.443.177,63	3.902.349,50
Obrigações e títulos de participação	18.539,77	1.453,49	17.086,28	17.044,00
Investimentos em imóveis	14.546.378,87	2.044.483,76	12.501.895,11	11.106.132,19
Outras aplicações financeiras	12.908.237,49	0,00	12.908.237,49	14.342.924,01
Imobilizações em curso	0,00	0,00	0,00	5.699.997,15
Adiantamentos por conta de investimentos financeiros	0,00	0,00	0,00	0,00
	30.916.333,76	2.045.937,25	28.870.396,51	35.068.446,85
Circulante:				
Existências:				
Materias-primas, subsidiárias e de consumo	587.160,89	0,00	587.160,89	665.128,84
Produtos e trabalhos em curso	0,00	0,00	0,00	0,00
Subprodutos, desperdícios, resíduos e refugos	0,00	0,00	0,00	0,00
Produtos acabados e intermédios	0,00	0,00	0,00	0,00
Mercadorias	668.199,18	0,00	668.199,18	668.816,87
Adiantamentos por conta de compras	0,00	0,00	0,00	0,00
	1.255.360,07	0,00	1.255.360,07	1.333.945,71
Dívidas de terceiros - Médio e longo prazos	0,00	0,00	0,00	0,00
Dívidas de terceiros - Curto prazo:				
Empréstimos concedidos	71.969,38	0,00	71.969,38	81.255,19
Cientes, c/c	4.871.116,78	1.371.993,42	3.499.123,36	2.868.689,35
Contribuintes, c/c	245.270,37	0,00	245.270,37	576.523,76
Utentes, c/c	121.932,70	0,00	121.932,70	27.088,08
Cientes, contribuintes e utentes de cobrança duvidosa	8.026.690,54	6.907.615,22	1.119.075,32	1.894.852,92
Devedores pela execução do orçamento	0,00	0,00	0,00	0,00
Adiantamentos a fornecedores	35,00	0,00	35,00	35,00
Adiantamentos a fornecedores de imobilizado	0,00	0,00	0,00	0,00
Estado e outros entes públicos	245.880,02	0,00	245.880,02	277.662,64
Administração autárquica	0,00	0,00	0,00	0,00
Outros devedores	5.325.483,92	1.630.838,73	3.694.645,19	1.450.175,45
	18.908.378,71	9.910.447,37	8.997.931,34	7.176.282,39
Títulos negociáveis:				
Ações	0,00	0,00	0,00	0,00
Obrigações e títulos de participação	0,00	0,00	0,00	0,00
Títulos de dívida pública	0,00	0,00	0,00	0,00
Outros títulos	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras aplicações de tesouraria	0,00	0,00	0,00	0,00
	0,00	0,00	0,00	0,00
Depósitos em instituições financeiras e caixa				
Depósitos em instituições financeiras	16.189.850,90	0,00	16.189.850,90	10.648.927,21
Caixa	275.246,36	0,00	275.246,36	46.413,19
	16.465.097,26	0,00	16.465.097,26	10.695.340,40
Acréscimos e diferimentos:				
Acréscimos de proveitos	2.345.910,00	0,00	2.345.910,00	3.240.353,71
Custos diferidos	61.842,43	0,00	61.842,43	29.048,34
Activos por Impostos Diferidos	113.931,68	0,00	113.931,68	193.859,99
	2.521.684,11		2.521.684,11	3.463.262,04
Total de amortizações		234.144.676,90		
Total de provisões		9.911.900,86		
Total do activo	759.320.444,02	244.056.577,76	515.263.866,26	525.337.247,57

	31-Dez-12	31-Dez-11
Fundos próprios e passivo		
Fundos próprios:		
Património	321.235.267,52	319.309.116,18
Outros Instrumentos de Capital Próprio	0,00	0,00
Ajustamento de partes de capital em empresas	1.158.050,99	-14.963,94
Reservas de reavaliação	0,00	0,00
Reservas:		
Reservas legais	4.281.768,68	4.205.327,79
Reservas estatutárias	0,00	0,00
Reservas contratuais	0,00	0,00
Reservas livres	1.201.263,34	1.006.127,07
Subsídios	1.615.733,86	870.424,02
Doações	4.594.082,38	4.560.318,60
Reservas decorrentes de transferências de activos	2.100.329,37	2.100.329,37
Cedências	3.489.054,26	3.488.639,26
Outras	3.158.540,34	3.158.540,34
Resultados transitados	-2.619.290,59	5.344.633,08
Resultado líquido do exercício	822.234,81	2.893.163,99
	341.037.034,96	341.135.327,77
Passivo:		
Provisões para riscos e encargos	3.396.660,24	3.278.456,99
	3.396.660,24	3.278.456,99
Dívidas a terceiros - Médio e longo prazo		
Empréstimos de médio e longo prazo	36.602.927,43	43.991.734,90
Fornecedores c/c, mlp	19.437.355,93	19.636.376,29
Fornecedores de imobilizado, c/c	942.403,52	1.337.133,82
	56.982.686,88	64.965.245,01
Dívidas a terceiros - Curto prazo:		
Empréstimos de curto prazo	60.000,10	64.237,67
Empréstimos mlp - Amortizações exigíveis a curto prazo	7.493.927,02	7.465.728,63
Adiantamentos por conta de vendas	0,00	0,00
Fornecedores, c/c	1.437.555,47	2.660.369,27
Fornecedores c/c, mlp - Amortizações exigíveis a curto prazo	199.020,36	113.725,92
Fornecedores - Facturas em receção e conferência	411.882,11	861.470,69
Credores pela execução do orçamento	0,00	0,00
Adiantamentos de clientes, contribuintes e utentes	29.829,24	29.743,39
Fornecedores de imobilizado, c/c	1.810.846,81	7.946.305,97
Fornecedores de imobilizado em receção e conferência	8.213,00	102.114,42
Fornecedores de imobilizado MLP - Amortizações exigíveis a cp	265.520,28	294.334,28
Estado e outros entes públicos	614.843,00	583.448,47
Administração autárquica	0,00	0,00
Outros credores	11.833.144,44	7.963.076,44
Cientes e Utentes com Cauções	1.823.060,34	1.830.664,63
	25.987.842,17	29.915.219,78
Acréscimos e diferimentos		
Acréscimos de custos	2.900.972,17	3.281.383,83
Proveitos diferidos	84.271.270,12	82.017.787,38
Passivos por Impostos Diferidos	687.399,72	743.826,81
	87.859.642,01	86.042.998,02
<i>Total dos fundos próprios e do passivo</i>	515.263.866,26	525.337.247,57

ANEXO II

DEMONSTRAÇÃO DOS RESULTADOS CONSOLIDADA A 31-12-2012

	31-Dez-12	31-Dez-11
Custos e perdas		
Custos das mercadorias vendidas e das matérias consumidas:		
Mercadorias	30.995,19	3.733.422,85
Matérias	4.516.137,19	938.429,62
	4.547.132,38	4.671.852,47
Fornecimentos e serviços externos	20.984.530,61	20.137.627,77
Custos com o pessoal:		
Remunerações	19.851.657,61	21.569.237,53
Encargos sociais	4.582.527,87	24.434.185,48
Transf. e subsídios correntes concedidos e prestações sociais	3.576.386,68	4.772.196,06
Amortizações do exercício	20.676.355,07	26.341.433,59
Provisões do exercício	1.016.469,36	2.812.209,25
Outros custos e perdas operacionais	1.280.309,47	19.661.353,62
(A)	76.515.369,05	23.173.290,18
Custos e perdas financeiros	3.858.610,05	1.172.802,03
(C)	80.373.979,10	78.309.215,29
Custos e perdas extraordinários	4.641.643,21	4.109.495,35
(E)	85.015.622,31	82.418.710,64
Imposto estimado para o período	149.097,70	6.068.078,83
(G)	85.164.720,01	88.486.789,47
Resultado líquido do exercício	822.234,81	47.941,62
	85.986.954,82	88.534.731,09
	85.986.954,82	-2.893.163,99
	85.986.954,82	85.641.567,10
Proveitos e ganhos		
Vendas e prestações de serviços:		
Vendas de mercadorias	3.104,48	13.840,90
Vendas de produtos	6.790.275,47	7.203.105,58
Rendas + Seminários, exposições e similares	20.608.173,73	27.401.553,68
	27.401.553,68	19.727.570,41
	27.401.553,68	26.944.516,89
Impostos e taxas	36.450.365,24	35.311.134,98
Variação da produção	0,00	0,00
Trabalhos para a própria entidade	0,00	0,00
Proveitos suplementares	204.111,81	113.040,37
Transferências e subsídios obtidos	14.777.892,21	15.708.876,43
Outros proveitos e ganhos operacionais	34.106,73	51.466.475,99
(B)	78.868.029,67	4.439,30
Proveitos e ganhos financeiros	431.557,31	51.137.491,08
(D)	79.299.586,98	78.082.007,97
Proveitos e ganhos extraordinários	6.687.367,84	588.219,14
(F)	85.986.954,82	78.670.227,11
	85.986.954,82	6.971.339,99
	85.986.954,82	85.641.567,10
31-Dez-12		
Resultados Operacionais: (B - A)	2.352.660,62	-227.207,32
Resultados Financeiros: (D - B) - (C - A)	-3.427.052,74	-3.521.276,21
Resultados Correntes: (D - C)	-1.074.392,12	-3.748.483,53
Resultado Líquido do Exercício: (F - E)	822.234,81	-2.893.163,99
31-Dez-11		

ANEXO III

MAPA DE FLUXOS DE CAIXA CONSOLIDADO DE OPERAÇÕES ORÇAMENTAIS		
	31-Dez-12	31-Dez-11
RECEBIMENTOS		
Saldo inicial	5.641.691,03	3.535.257,75
Receitas orçamentais	82.519.879,79	89.544.260,87
Correntes	73.782.085,51	83.315.890,08
Capital	8.734.381,49	6.227.401,01
Outras	3.412,79	969,78
PAGAMENTOS		
Despesas orçamentais	76.338.050,91	87.437.827,59
Correntes	56.511.074,88	65.756.286,92
Capital	19.826.976,03	21.681.540,67
Saldo final	11.823.519,91	5.641.691,03

ANEXO IV – 1

Saldos e fluxos financeiros entre as entidades do grupo público

Tipo de fluxos	Espaço Municipal EEM /Município da Maia						Município da Maia /Espaço Municipal EEM						ANO 2012		
	Saldo inicial	Obrigações constituidas no exercício	Anulações no exercício	Pagamentos do exercício	Saldo final	Saldo inicial	Direitos constituidos no exercício	Anulações do exercício	Recebimentos do exercício	Saldo final	Saldo inicial	Obrigações constituidas no exercício	Anulações no exercício	Pagamentos do exercício	Saldo final
Transferências	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Subsídios	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Empréstimos	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Relações comerciais	2.286.914,55	0,00	0,00	0,00	2.286.914,55	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	2.286.914,55
Participações do capital em numerário	199.519,16	0,00	0,00	0,00	199.519,16	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	199.519,16
Participações do capital em espécie	12.611.818,82	0,00	0,00	0,00	12.611.818,82	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	12.611.818,82
Outros a)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Total	15.098.252,53	0,00	0,00	0,00	15.098.252,53	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	15.098.252,53

Un.Euros

a)

Un.Euros

a)

Tipo de fluxos	Espaço Municipal EEM /SMAS						SMAS/ Espaço Municipal EEM								
	Saldo inicial	Obrigações constituidas no exercício	Anulações no exercício	Pagamentos do exercício	Saldo final	Saldo inicial	Direitos constituidos no exercício	Anulações do exercício	Recebimentos do exercício	Saldo final	Saldo inicial	Obrigações constituidas no exercício	Anulações no exercício	Pagamentos do exercício	Saldo final
Transferências	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Subsídios	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Empréstimos	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Relações comerciais	179,75	2.176,70	0,00	1.989,22	367,23	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	1.989,22	367,23
Participações do capital em numerário	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Participações do capital em espécie	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outros a)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Total	179,75	2.176,70	0,00	1.989,22	367,23	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	1.989,22	367,23

Un.Euros

Un.Euros

a)

Tipo de fluxos	Emp. Metropolitana de Estacionamento da Maia EEM /Município da Maia						Município da Maia/ Emp. Metropolitana de Estacionamento da Maia EEM								
	Saldo inicial	Obrigações constituidas no exercício	Anulações no exercício	Pagamentos do exercício	Saldo final	Saldo inicial	Direitos constituidos no exercício	Anulações do exercício	Recebimentos do exercício	Saldo final	Saldo inicial	Obrigações constituidas no exercício	Anulações no exercício	Pagamentos do exercício	Saldo final
Transferências	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Subsídios	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Empréstimos	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Relações comerciais	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Participações do capital em numerário	124.699,47	0,00	0,00	0,00	124.699,47	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	124.699,47
Participações do capital em espécie	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outros a)	125,00	30.381,69	0,00	30.506,69	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Total	124.824,47	30.381,69	0,00	30.506,69	124.699,47	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	124.699,47	

Un.Euros

Un.Euros

a)

b)

ANEXO IV – 2

Emp. Metropolitana de Estacionamento da Maia EEM /SMAS										SMAS/ Emp. Metropolitana de Estacionamento da Maia EEM											
Tipo de fluxos	Obrigações/pagamentos					Direitos/recebimentos					Tipo de fluxos	Obrigações/pagamentos					Direitos/recebimentos				
	Saldo inicial	Obrigações constituídas no exercício	Anulações no exercício	Pagamentos do exercício	Saldo final	Saldo inicial	Direitos constituídos no exercício	Anulações do exercício	Recebimentos do exercício	Saldo final		Saldo inicial	Obrigações constituídas no exercício	Anulações no exercício	Pagamentos do exercício	Saldo final	Saldo inicial	Direitos constituídos no exercício	Anulações do exercício	Recebimento s do exercício	Saldo final
Transferências	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	Transferências	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Subsídios	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	Subsídios	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Empréstimos	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	Empréstimos	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Relações comerciais	36,43	307,16	0,00	314,83	28,76	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	Relações comerciais	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	36,43	307,16	0,00	314,83	28,76
Participações do capital em numerário	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	Participações do capital em numerário	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Participações do capital em espécie	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	Participações do capital em espécie	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outros a)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	Outros a)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Total	36,43	307,16	0,00	314,83	28,76	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	Total	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	36,43	307,16	0,00	314,83	28,76

Un.Euros

Maiambiente EEM/Município da Maia										Município da Maia /Maiambiente, EEM												
Tipo de fluxos	Obrigações/pagamentos					Direitos/recebimentos					Tipo de fluxos	Obrigações/pagamentos					Direitos/recebimentos					
	Saldo inicial	Obrigações constituídas no exercício	Anulações no exercício	Pagamentos do exercício	Saldo final	Saldo inicial	Direitos constituídos no exercício	Anulações do exercício	Recebimentos do exercício	Saldo final		Saldo inicial	Obrigações constituídas no exercício	Anulações no exercício	Pagamentos do exercício	Saldo final	Saldo inicial	Direitos constituídos no exercício	Anulações do exercício	Recebimento s do exercício	Saldo final	
Transferências	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	Transferências	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
Subsídios	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	Subsídios	0,00	1.000.000,00	200.000,00	800.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Empréstimos	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	Empréstimos	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
Relações comerciais	3.750,00	45.000,00	0,00	45.000,00	3.750,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	Relações comerciais	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	3.750,00	45.000,00	0,00	45.000,00	3.750,00	
Participações do capital em numerário	99.759,58	0,00	0,00	0,00	99.759,58	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	Participações do capital em numerário	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	99.759,58	0,00	0,00	0,00	99.759,58	
Participações do capital em espécie	1.396.634,11	0,00	0,00	0,00	1.396.634,11	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	Participações do capital em espécie	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	1.396.634,11	0,00	0,00	0,00	1.396.634,11	
Outros a)	34.586,94	141.508,05	0,00	140.908,81	35.186,18	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	Outros a)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	34.586,94	141.508,05	0,00	140.908,81	35.186,18	
Total	1.534.730,63	186.508,05	0,00	185.908,81	1.535.329,87	0,00	1.700.000,00	900.000,00	800.000,00	0,00	Total	0,00	1.000.000,00	200.000,00	800.000,00	0,00	1.534.730,63	186.508,05	0,00	185.908,81	1.535.329,87	

Un.Euros

a) Vencimento dos funcionários cedidos à Maiambiente

141.508,05

Maiambiente, EEM/SMAS										SMAS/Maiambiente, EEM											
Tipo de fluxos	Obrigações/pagamentos					Direitos/recebimentos					Tipo de fluxos	Obrigações/pagamentos					Direitos/recebimentos				
	Saldo inicial	Obrigações constituídas no exercício	Anulações no exercício	Pagamentos do exercício	Saldo final	Saldo inicial	Direitos constituídos no exercício	Anulações do exercício	Recebimentos do exercício	Saldo final		Saldo inicial	Obrigações constituídas no exercício	Anulações no exercício	Pagamentos do exercício	Saldo final	Saldo inicial	Direitos constituídos no exercício	Anulações do exercício	Recebimento s do exercício	Saldo final
Transferências - TRSU facturadas e Pagas, por transferir	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	192.732,92	5.608.501,25	0,00	5.631.748,10	169.486,07	Transferências - TRSU facturadas e Pagas, por transferir	192.732,92	5.608.501,25	0,00	5.631.748,10	169.486,07	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Transferências - TRSU facturadas aos municípios, por Pagar	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	1.008.230,66	191.916,98	0,00	0,00	1.200.147,64	Transferências - TRSU facturadas aos municípios, por Pagar	1.008.230,66	191.916,98	0,00	0,00	1.200.147,64	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Subsídios	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	Subsídios	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Empréstimos	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	Empréstimos	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Relações comerciais	1.629,25	6.553,52	0,00	7.318,12	864,65	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	Relações comerciais	0,00	0,00	0,00	0,00	1.629,25	6.553,52	0,00	7.318,12	864,65	
Participações do capital em numerário	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	Participações do capital em numerário	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Participações do capital em espécie	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	Participações do capital em espécie	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outros a)	6.150,00	75.333,67	0,00	75.333,67	6.150,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	Outros a)	0,00	0,00	0,00	0,00	6.150,00	75.333,67	0,00	75.333,67	6.150,00	
Total	7.779,25	81.887,19	0,00	82.651,79	7.014,65	1.200.963,58	5.800.418,23	0,00	5.631.748,10	1.369.633,71	Total	1.200.963,58	5.800.418,23	0,00	5.631.748,10	1.369.633,71	7.779,25	81.887,19	0,00	82.651,79	7.014,65

Un.Euros

a) Trabalhos especializados

ANEXO IV – 3

Tipo de fluxos	SMAS/Município da Maia					Município da Maia/SMAS								
	Obrigações/pagamentos			Direitos/recebimentos		Obrigações/pagamentos			Direitos/recebimentos					
Saldo inicial	Obrigações constituídas no exercício	Anulações no exercício	Pagamentos do exercício	Saldo final	Direitos constituídos no exercício	Anulações do exercício	Recebimentos do exercício	Saldo final	Saldo inicial	Direitos constituídos no exercício	Anulações do exercício	Recebimento do exercício	Saldo final	
Transferências	0,00	54.043,00	0,00	54.043,00	0,00	1.744,73	22.649,44	0,00	21.764,94	2.629,23	0,00	54.043,00	0,00	54.043,00
Subsídios	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Empréstimos	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Relações comerciais	0,00	484.622,19	0,00	484.622,19	0,00	484.622,19	484.622,19	0,00	484.622,19	0,00	0,00	484.622,19	0,00	484.622,19
Participações do capital em numerário	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Participações do capital em espécie	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outros a)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Total	0,00	538.665,19	0,00	538.665,19	0,00	1.744,73	507.271,63	0,00	506.387,13	2.629,23	0,00	538.665,19	0,00	538.665,19

318

Academia das Artes da Maia PC EEM / Município da Maia										Município da Maia / Academia das Artes da Maia PC EEM											
Tipo de fluxos	Obrigações/pagamentos					Direitos/recebimentos					Tipo de fluxos	Obrigações/pagamentos					Direitos/recebimentos				
	Saldo inicial	Obrigações constituidas no exercício	Anulações no exercício	Pagamentos do exercício	Saldo final	Saldo inicial	Direitos constituidos no exercício	Anulações do exercício	Recebimentos do exercício	Saldo final		Saldo inicial	Obrigações constituidas no exercício	Anulações no exercício	Pagamentos do exercício	Saldo final	Saldo inicial	Direitos constituidos no exercício	Anulações do exercício	Recebimento do exercício	Saldo final
Transferências	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	Transferências	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Subsídios	224.121,99	0,00	0,00	0,00	224.121,99	39.434,22	752.583,33	0,00	761.117,55	30.900,00	Subsídios	39.434,22	752.583,33	0,00	761.117,55	30.900,00	224.121,99	0,00	0,00	0,00	224.121,99
Empréstimos	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	Empréstimos	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Relações comerciais	0,00	6.553,12	0,00	6.167,35	385,77	0,00	15.707,10	0,00	15.707,10	0,00	Relações comerciais	0,00	15.707,10	0,00	15.707,10	0,00	6.553,12	0,00	6.167,35	0,00	385,77
Participações do capital em numerário	49.879,78	0,00	0,00	0,00	49.879,78	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	Participações do capital em numerário	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	49.879,78	0,00	0,00	0,00	49.879,78
Participações do capital em espécie a)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	Participações do capital em espécie a)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outros a)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	Outros a)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Total	274.001,77	6.553,12	0,00	6.167,35	274.387,54	39.434,22	768.290,43	0,00	776.824,65	30.900,00	Total	39.434,22	768.290,43	0,00	776.824,65	30.900,00	274.001,77	6.553,12	0,00	6.167,35	274.387,54

10

Total

Uncited

ANEXO V

Mapa de Efectivos por Categorias																							
Município	Empresa Municipal Estacionamento				Academia das Artes				Meio Ambiente				Espaço Municipal				Conservatório de Música				SMAS		
	2011	2012	2011	2012	2011	2012	2011	2012	2011	2012	2011	2012	2011	2012	2011	2012	2011	2012	2011	2012			
Dirigente - Intermédio	41	41	0	Diretor Executivo	1	1	0	Animador Cultural	6	5	-1	Directores	2	2	0	Vogais	1	1	0	Escriturárias	0	0	
Técnico Superior	276	274	-2	Secretária de Direção	1	1	0	Assessor do Conselho de Administração	1	1	0	Gestores de Unidade	2	1	-1	Técnicos Superiores	10	10	0	Continuas	0	0	
Assistente Técnico	221	215	-6	Técnicos Superiores	3	3	0	Assessor/a/	3	3	0	Técnicos Superiores	3	3	0	Assistentes Administrativos	11	10	-1	Empregados de Limpeza	0	0	
Assistente Operacional	518	489	-29	Administrativos	3	4	1	Assistente Administrativa Principal	1	1	0	Assessor de Administração	1	1	0	Operários	4	4	0	Técnico Superior	0	0	
Informáticos	9	9	0	Fiscal Coordenador	1	1	0	Assistente Operacional	4	4	0	Assistentes Administrativos	4	3	-1	Professores	0	0	0	Encarregado	1	1	
Polícia Municipal	23	23	0	Fiscais	3	3	0	Assistente Técnica	1	0	-1	Auxiliares Administrativos	2	0	-2	Assistentes Operacionais	101	98	-3	Fiscais	5	5	
Outros	5	23	8	Fiscal Vigilante Coordenador	1	1	0	Auxiliar de Ação Educativa	1	1	0	Técnico de Informática	1	1	0	Especialista de Informática	2	2	0	Especialista de Informática	1	1	
				Fiscais Vigilantes	6	5	-1	Contabilista / Técnica Oficial de Contas	1	1	0	Chefias Intermédias	8	7	-1								
				Coordenador de Manutenção	1	1	0	Continuas de 1 ^a	2	2	0	Condutores de Máq. Pesadas e Veículos	34	31	-3								
				Auxiliar de Serviços Gerais	2	2	0	Coordenador Administrativo e Financeiro	1	1	0	Cantoneiros de Limpeza	91	77	-14								
								Designer Gráfico	1	1	0												
								Directora Administrativa e Financeira	1	1	0												
								Electricista	2	1	-1												
								Escriturária	1	1	0												
								Monitor das Oficinas de Imagem	1	1	0												
								Recepção	1	1	0												
								Sonorista	1	0	-1												
								Técnica de Relações Públicas	3	1	-2												
								Técnico de Comunicação	1	1	0												
								Técnico/a Superior Administrativo	4	3	-1												
Total	103	1074	-29		Total	22	22	0	Total	37	30	-7	Total	148	126	-22	Total	26	25	-1	Total	0	0
																				Total	172	168	-4

